

Cadernos PROARQ 17

Universidade Federal do Rio de Janeiro Reitor: Carlos Antônio Levi da Conceição Vice-reitor: Antônio José Ledo Alves da Cunha

Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Debora Foguel

Decano do Centro de Letras e Artes

Flora de Paoli Faria

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Diretora: Denise Pinheiro Machado

Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ)

Coordenador: Vera Regina Tângari

Vice-coordenador: Paulo Afonso Rheingantz

Coordenação Adjunta

Ensino: Rosina Trevisan M. Ribeiro Editoria: Cristiane Rose Duarte

Fomento e extensão: Guilherme Lassance

Pesquisa: Mônica Santos Salgado

Câmara de Editoria e Coordenação Editorial

Cristiane Rose Duarte (Presidente) Beatriz Santos de Oliveira Paulo Afonso Rheingantz

Conselho Editorial do PROARQ

Cristiane Rose Duarte Guilherme Lassance Mônica S. Salgado Paulo Afonso Rheingantz Rosina Trevisan Ribeiro Vera Regina Tângari

Apoio Editorial

Elza Maria Rabelo Lira Macklaine Miletho Silva Miranda

Revisão

Mariana Blanc Mendes

Traducão

Vicente Guimarães Jr.

Editoração / Projeto Gráfico

Helvécio da Silva - http://www.helvecio.com

Marise Ferreira Machado

Imagem: Beatriz Santos de Oliveira Pilha de lenha (Ronchamp, França, 2008) Comitê Científico

Alina Santiago (UFSC) Andrey Rosenthal Schlee (UNB) Angelica Alvim (Mackenzie - SP) Antonio Carlos Cabral Carpintero (UNB) Antonio Tarcisio da Luz Reis (UFRGS) Beatriz Santos de Oliveira (UFRJ) Carolina Palermo (UFSC) Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS) Claudia Barroso-Krause (UFRJ)

Cristiane Rose de Siqueira Duarte (UFRJ) Douglas Vieira de Aguiar (UFRGS)

Eloisa Petti Pinheiro (UFBA)

Emílio Haddad (USP)

Fernando Diniz Moreira (UFPE) Fernando Freitas Fuão (UFRGS)

Fernando Lara (Univ. of Texas at, Austin)

Frederico Rosa Borges de Holanda (UNB)

Gilberto Sarkis Yunes (UFSC)

Gleice Virginia M. de Azambuja Elali (UFRN)

Guilherme Lassance (UFRJ) Gustavo Rocha-Peixoto (UFRJ)

Helena Moussatché (Savannah College of Art & Design)

Hugo Massaki Segawa (USP) Jonathas M. P. da Silva (PUC-Campinas) José Roberto Merlin (PUC-Campinas)

Laís Bronstein (UFRJ)

Leandro Medrano (ÚNICAMP) Leonardo Salazar Bittencourt (UFAL) Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos (UFRJ)

Lucia Costa (UFRJ)

Luciana Andrade (UFRJ)

Luiz Manuel do Eirado Amorim (UFPE)

Maisa Fernandes Dutra Veloso (UFRN)

Márcio Minto Fabricio (USP-SC) Maria Alice Junqueira (Mackenzie)

Maria Lucia Malard (UFMG)

Mônica Santos Salgado (UFRJ)

Otávio Leonídio Ribeiro (PUC-Rio)

Paola Berenstein Jacques (UFBA)

Paulo Afonso Rheingantz (UFRJ)

Renato Luiz Sobral Anelli (USP-SC)

Roberto Luís Torres Conduru (UERJ)

Roberto Righi (Mackenzie)

Romulo Celso Krafta (UFRGS) Rosina Trevisan M. Ribeiro (UFRJ)

Ruth Verde Zein (Mackenzie)

Samir Hernandes T. GOMES (UNESP)

Sérgio Roberto Leusin de Amorim (UFF) Sheila Walbe Ornstein (USP)

Silvio Soares Macedo (USP)

Vera Helena Moro Bins Ely (UFSC)

Vera Regina Tangari (UFRJ)

Vinicius de Moraes Netto (UFF)

Copyright@2011 dos autores

Cadernos PROARO

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da Reitoria, sl.433 Cidade Universitária, Ilha do Fundão CEP 21941-901 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil Tel.: + 55 (21) 25981661 - Fax: + 55 (21) 25981662 Website: http://www.proarg.fau.ufrj.br

E-mail: secretaria.proarq@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Cadernos do PROARO Rio de Janeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Faculdade de arquitetura e Urbanismo.

Programa de Pós-graduação em Arquitetura -

Ano 1 (1997)

n. 17, dez 2011

Semestral

ISSN: 1679-7604

1 – Arquitetura – Periódicos. 2 – Urbanismo-Periódicos. I.Universidade Federal do Rio De Janeiro. Programa de Pósgraduação em Arquitetura. 2011

Os editores dos Cadernos Proarq dedicam esta edição à memória de nossa colega Ana Clara Torres Ribeiro, professora do IPPUR/UFRJ, cujo exemplo será sempre lembrado.

Ao subscrever suas palavras, nos associamos aos representantes do Comitê de Assessoramento da área de Ciencias Sociais Aplicadas do CNPq em sua justa e oportuna homenagem a colega tão querida e respeitada.

NOTA DE PESAR

Os membros do comitê de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq, pesquisadores e técnicos, vêm manifestar seu profundo pesar pelo falecimento precoce da professora Ana Clara Torres Ribeiro, membro e coordenadora desse comitê entre 2003 e 2006.

Referência internacional como pesquisadora, ela tinha a delicadeza de parar para ouvir os estudantes, entender preocupações diversas (nem sempre acadêmicas) e tentar mostrar que sempre havia outras formas de encarar os fatos. Precisa e séria nos seus posicionamentos, ela era extremamente gentil e sensível



e sua risada gostosa e generosa marcava os momentos de descontração. Ainda no tempo dos pareceres escritos a mão no CNPq, sobressaía sua letra caprichada de professora, totalmente legível na forma e com conteúdo que não deixava margem para desentendimentos.

Ana Clara ficava enorme na medida em que a conhecíamos melhor: crescia quando falava, contrastando o corpo pequeno com a grandeza e força das suas idéias. Liderança acadêmica indiscutível de nossa área, sensível às questões sociais e culturais e engajada na busca de possibilidades de outros mundos – solidários, criadores e plurais –, sua herança intelectual, delicadeza e sensibilidade e firmeza no trato serão nossas companheiras em nossas lides cotidianas de promoção, produção e de compartilhamento do saber e da vida.

Ana Fernandes

UFBa membro comitê assessor Planejamento Urbano e Regional

Archimedes Perez Filho

UNICAMP membro comitê assessor Geografia Física

Cristiane Rose Duarte

UFRJ membro comitê assessor Arquitetura e Urbanismo

Iná Elias de Castro

UFRJ membro comitê assessor Turismo

Leila Christina Dias

UFSC membro comitê assessor Geografia Humana

Luiz Amorim

UFPe membro comitê assessor Arquitetura e Urbanismo

Rosana Baeninger

UNICAMP membro comitê assessor Demografia

Maria Angela Cunico

Coordenadora Geral CGCHS/CNPq

Sandra Rodrigues Braga

Coordenadora COSAE/CGCHS/CNPq

Andréa Rispoli Bernardino

técnica COSAE/CGCHS/CNPq

Planejamento Urbano e Regional

Gina da Luz

técnica COSAE/CGCHS/CNPq

Geografia

Maria de Fátima Faria dos Santos

técnica COSAE/CGCHS/CNPq

Turismo e Demografia

Simone Pereira Kawamura

técnica COSAE/CGCHS/CNPq

Arquitetura e Urbanismo

CADERNOS PROARQ 17 WWW.PROARQ.FAU.UFRJ.BR/SITE CADERNOS.PROARQ@GMAIL.COM ISSN 1679-7604

Sumário

	Editorial
6	Editorial
•	Laitoilai

- 9 Arquitetura Quae Sera Tamen Fernando Luiz Lara
- Amabilidade urbana: A qualidade do espaçotempo da intervenção temporária
 Adriana Sansão Fontes
- 42 Enseñanzas útiles de la Barcelona Olímpica: aspectos que se deben tener en cuenta a la hora de intentar reproducir un modelo

 Ana Carla Côrtes de Lira
- Habitação Social no Brasil: déficit e sustentabilidade
 Gilda Collet Bruna
 Maria Augusta Justi Pisani
- Bouvard em Buenos Aires e São Paulo: propostas e realizações
 Laccy Silva
 Ricardo Hernan Medrano
- 77 Sobre a "racionalidade" e a espontaneidade na produção do espaço urbano: uma experiência no Morro Vital Brazil em Niterói/RJ Brasilmar Ferreira Nunes Heitor Vianna Moura
- Planejamento Ambiental: um novo olhar sobre a forma de planejar os usos no território

 Cristina Pereira de Araujo

 Marco Aurélio Gattamorta

 Sérgio Bernardes da Silva
- "Caos urbano": (mais) algumas reflexões sobre a lógica complexa de produção e reprodução da cidade José Augusto Ribeiro Da Silveira
- Ensino de projeto de Arquitetura aliado às tecnologias de modelagem
 Marina Rodrigues de Oliveira
 Márcio Minto Fabricio
- Possibilidades educadoras dos espaços públicos e a inserção de objetos gigantes em sítios históricos tombados: o caso de Itu-SP José Roberto Merlin lara Fioravanti Sampaio

- 141 Comunicação e espaço: o papel da arquitetura e da cidade na associação dos atos Vinicius M. Netto
- 159 Ver a cidade, ver a si mesmo **Lúcia Leitão**
- 170 Ruínas e Abandonos: A literatura, o cinema e os escombros da arquitetura contemporânea.

 Eduardo Rocha
- **185** Publicações da Coleção PROARQ
- 187 Procedimentos para submissão de artigos no Cadernos Proarq

Editorial

A Cidade, com suas diversas facetas, é o tema central desta edição dos Cadernos Proarq. Como a Cidade tem sido pensada como objeto de estudo? Como tem sido ensinada e o que ela própria nos ensina? A cultura do passado e o progresso que clama pelo futuro são duas pontas de uma corrente que estrutura, orienta e legitima as questões urbanas.

Produto das transformações econômicas e culturais da sociedade, a Cidade é, por si mesma, uma força que impulsiona profundas mutações sociais. Pensar a Cidade real é também interrogar-se sobre as formas de organização da trama urbana, sobre a articulação de seu tecido, suas polaridades, suas localidades. As políticas urbanas, como forma de regulação política, econômica e social, repousam sobre compromissos frágeis, resultantes das práticas de [re]apropriação do espaço urbano, relacionando o espaço desejado e o espaço vivido, o espaço planificado e o espaço pesquisado.

Esta edição certamente contribuirá para a identificação de tendências de pesquisa, avaliação e análise do meio urbano e de sua arquitetura, colocando em perspectiva trabalhos relacionados à cidade nas suas diferentes facetas e enfoques, seus corpus teóricos, suas abordagens metodológicas.

Nosso convidado Fernando Luiz Lara, professor na University of Texas at Austin, abre essa edição do Cadernos Proarq 17 com o título *Arquitetura Quae Sera Tamen*, em que analisa cinco modelos de intervenções urbanas recentes - no Rio de Janeiro, Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aires e São Paulo -, responsáveis por transformações significativas em algumas de suas áreas carentes e/ou degradadas, buscando uma relação entre os processos institucionais e as arquiteturas resultantes. Continuando com a temática da intervenção urbana, Adriana Sansão Fontes apresenta várias intervenções temporárias em espaços públicos realizadas no mundo ocidental, para demonstrar que este tipo de atuação é responsável por conferir aos locais uma qualidade que define como "amabilidade urbana", ou seja, um atributo espacial que potencializa as conexões e interações entre pessoas. Daí sua importância como instrumento de bem-estar coletivo no âmbito da cidade.

A análise das ações governamentais e experiências urbanas como instrumento crítico de projeto e referencial para embasar as ações transformadoras das cidades comparece ainda nos artigos Enseñanzas útiles de la Barcelona Olímpica: aspectos que se deben tener en cuenta a la hora de intentar reproducir un modelo, de Ana Carla Côrtes de Lira, e Habitação Social no Brasil, déficit e sustentabilidade, de Gilda C. Bruna e M. Augusta Pisani..

O primeiro sugere a retomada das discussões acadêmicas sobre o Modelo Barcelona como contribuição para a organização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, bem como para debater os projetos urbanos na atualidade das cidades brasileiras. O segundo centra-se no déficit habitacional brasileiro e no desempenho de programas governamentais como o *Minha Casa Minha Vida*, bem como o das iniciativas voltadas ao estímulo de projetos e construções de habitações sociais sustentáveis.

Ainda nesta mesma chave analítica, Laccy Silva e Ricardo Medrano interessam-se pelas transformações urbanas na passagem do século XIX ao XX e estabelecem um paralelo entre os planos para Buenos Aires

e São Paulo realizados pelo arquiteto francês Joseph Bouvard. O estudo leva a compreender as diretrizes teóricas e geográficas que o guiaram, retirando daí as especificidades de cada projeto e contribuindo para o alargamento da compreensão do pensamento urbanístico da época.

Mais teóricos e questionadores, Brasilmar Nunes e Heitor Moura complementam a questão da intervenção urbana, e, a partir do conceito de paradigma, elaborado por Kuhn, lançam, em seu artigo *Sobre a racionalidade e a espontaneidade*, um questionamento sobre as duas atitudes conceituais conflitantes que muitas vezes se alojam na base do planejamento urbano: a do equilíbrio e a do desequilíbrio. Comentam que no Brasil, em geral, o planejamento urbano baseado nos padrões que fogem ao paradigma do equilíbrio terminam fracassando e sustentam a importância de se lançar um olhar mais atento à experiência espontânea da produção do espaço urbano.

Cristina Pereira de Araujo, Marco Aurélio Gattamorta, Sérgio Bernardes da Silva, em *Planejamento Ambiental: um novo olhar sobre a forma de planejar os usos no território*, apresentam uma metodologia de planejamento ambiental para pequena e média escala inspirada nos critérios para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil (ZEE) de 2002, para corrigir e compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental.

Em Caos urbano: (mais) algumas reflexões sobre a lógica complexa de produção e reprodução da cidade, José Augusto Ribeiro da Silveira considera que a expansão urbana descontrolada não representa algo aleatório ou imprevisível e sem controle e sugere o exame de alternativas ao "círculo vicioso" estabelecido no "caos urbano" da cidade contemporânea e em sua lógica complexa de (re)produção

Com relação ao ensino, este número traz o trabalho de Marina Rodrigues de Oliveira e Márcio Minto Fabricio que, em *Ensino de projeto de Arquitetura aliado às tecnologias de modelagem*, analisam o papel transformador da forma de se projetar, em suas práticas decisórias, bem como nas formas de representação de projeto e geração de documentos decorrentes da inserção das tecnologias de modelagem virtual e prototipagem rápida aplicadas no ensino e na prática de projeto.

Outra faceta da questão didática, agora repassada para a escala da própria cidade enquanto educadora, é trazida no artigo de Merlin e Sampaio, intitulado *Possibilidades educadoras dos espaços públicos*. Baseados no conceito de território, esses autores apresentam o exemplo da cidade de Itu, no estado de São Paulo, e questionam se os objetos gigantescos que "enfeitam" suas praças - na busca talvez da construção de uma identidade jocosa para esse centro urbano - não estariam rivalizando com o poder de instrução que o corredor histórico da cidade oferece a seus visitantes, tendo em vista, principalmente, o grande legado cultural que nele se encerra.

Na forma de relações sociais inscritas no espaço, a Cidade é, também, uma instância material das comunicações. Nesse sentido, o trabalho de Vinicius Netto, intitulado *Comunicação e espaço: o papel da arquitetura e da cidade na associação dos atos*, explora o processo da relação entre os atores, seus atos e a materialidade do espaço arquitetônico e urbano. Nesse texto instigante, o autor mostra que as "Cidades são constelações de significados e projeções de práticas".

Objeto de nossos esforços, a Cidade é , ao mesmo tempo, palco de nossos desejos recônditos. Ela vive em nosso imaginário e transmuta-se em nossos sonhos e nossos pesadelos. E é essa cidade das representações que se apresenta nos dois últimos artigos deste número.

No texto Ver a cidade, ver a si mesmo, Lucia Leitão mostra que, em algumas circunstâncias especiais, as pessoas podem reconhecer a arquitetura da cidade como um reflexo de si mesmas, fazendo emergir o sentimento de pertencimento espacial. Para tanto, a autora evoca uma passagem do livro *De amor e trevas*, de Amós Oz, onde é narrada a emoção de uma personagem ao se deparar com a visão da cidade de Tel Aviv. Em seguida, traça um paralelo com o conceito da "fase do espelho", desenvolvido por Lacan e bem ilustrado no filme de Kapnist, que mostra o momento em que um bebê percebe, pela primeira vez, que a imagem refletida no espelho é o reflexo de si mesmo. Por fim, em um texto instigante e fora dos padrões

científicos comuns, Eduardo Rocha fala das "ruínas e abandonos", com os quais nos deparamos diariamente sem olhá-los com atenção.. Rocha nos leva por um passeio que transpassa a literatura, a filosofia, o cinema e a arquitetura e nos deixa diante de uma indagação: quais potências as ruínas são capazes de desencadear na Arquitetura?

É oportuno dizer que os artigos que fazem parte deste número foram selecionados dentre as submissões de textos enviadas aos Cadernos Proarq que, nesta chamada, vieram de 34 diferentes instituições de pesquisa situadas em diversas regiões do país e sete instituições estrangeiras (Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, EUA e Portugal).

Aos autores, somos gratos por compartilharem suas reflexões e inquietações com nossos leitores. A qualidade dos artigos aqui publicados foi afiançada por um corpo científico de ampla credibilidade ao qual apresentamos nosso reconhecimento pelo trabalho dedicado de leitura e análise. Sublinhamos o competente trabalho de organização deste número realizado pela equipe de apoio técnico formada pelas arquitetas Macklaine Miranda, Elza Lira e Marise Ferreira Machado. Somos especialmente gratos à Marise F. Machado pela programação visual da capa e padronização do cabeçalho das páginas.

Finalmente, ao colocarmos em perspectiva algumas facetas das reflexões sobre a Cidade, esperamos contribuir para o pensamento arquitetônico, sua constituição teórica - transversal ou direta - , e para o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias e práticas profissionais. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Finalmente, ao colocarmos em perspectiva algumas facetas das reflexões sobre a Cidade, esperamos contribuir para a consolidação do pensamento arquitetônico, sua constituição teórica - transversal ou direta - , e para o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias e práticas profissionais. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Cristiane Rose Duarte Paulo Afonso Rheigantz Beatriz S. Oliveira Editores



Arquitetura Quae Sera Tamen

Architecture Quae SeraTamen

Fernando Luiz Lara

Fernando Luiz Lara é arquiteto pela UFMG e PhD pela University of Michigan, EUA. Atualmente é professor na University of Texas em Austin onde dirige o grupo LAMA de pesquisa em arquitetura latino-americana Architect, PhD (University of Michigan); professor of the University of Texas / Austin; head of the LAMA research group

fernandolara@mail.utexas.edu

Resumo

A recente "guinada à esquerda" dos governos namaior parte da América Latina criou várias oportunidades para arquitetos trabalharem na melhoria dos setores informais que perfazem porção significativa das maiores cidades da região. No Brasil, o governo Lula investiu bilhões em projetos de infraestrutura nas favelas. No entanto, ainda há muito por fazer e urge comparar os diferentes modelos de intervenção na esperança de que eles possam ser aprimorados no futuro. Este artigo analisa intervenções recentes no Rio de Janeiro, Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aires e São Paulo, buscando uma relação entre os processos institucionais e as arquiteturas resultantes. **Palavras-chave**: Arquitetura Latino-americana; favelas; Rio de Janeiro; Medelin; Buenos Aires; São Paulo

Abstract

The recent "left-turn" on Latin American politics created several opportunities for architects to help improve the informal sector that comprises a significant portion of every major city in the region. In Brazil, the Lula government invested billions in infra-structure upgrade of the favelas. However, much remains to be done and it is urgent to compare the different models in order to improve them in the future. This paper analyzes recent interventions in Rio de Janeiro, Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aireas and São Paulo, trying to establish a relantion ship between the institutional processes and the resulting architecture.

Key-words: Latin-american architecture; favelas; Rio de Janeiro; Medelin; Buenos Aires; São Paulo

Resumem

El reciente "giro a la izquierda" en la política latinoamericana creó varias oportunidades para que los arquitectos ayuden a mejorar el sector informal, que comprende una parte significativa de las principales ciudades de la región. En Brasil, el gobierno Lula invirtió miles de millones en mejorar la infraestructura de las favelas. Sin embargo, aún queda mucho por hacer y es urgente para comparar los diferentes modelos. Este documento analiza las recientes intervenciones en Río de Janeiro, Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aires y São Paulo, tratando de establecer una relación entre los procesos institucionales y la arquitectura resultante.

Palabras-clave: Arquitectura Latino-americana; favelas; Rio de Janeiro; Medelin; Buenos Aires; São Paulo

Algo passa enLatinoamerica... Não se sabe muito bem o que, principalmente em termos de arquitetura e espaço público, mas as rápidas transformações da última década viraram de cabeça para baixo vários dos velhos paradigmas que explicavam a região. O "continente esquecido" de Michael Raid (2008) dois anos depois não era mais "o quintal de ninguém" (The Economist, 2010). A conjuntura favorável atual é resultado de muitos anos de esforço que, logo depois da virada do milênio, se consolidaram em três principais características que no caso da América Latina ocorrem conjuntamente pela primeira vez na história. São elas: estabilidade política com fortalecimento das instituições democráticas; crescimento econômico continuado; e governos de centro-esquerda com forte ênfase na diminuição das desigualdades. Cada uma dessas três condições já ocorreu antes. Desde os processos de independência no início do século XIX, a região já experimentou períodos de crescimento econômico acelerado, períodos de estabilidade democrática e períodos de ênfase na diminuição das históricas desigualdades. Acontece que eles nunca coincidiram por muito tempo e em tantos países.

Essa conjuntura tem certamente deixado transformações significativas no espaço urbano das principais cidades da região. São impactos que de tão recentes ainda não foram devidamente analisados, o que na verdade não pode ser feito com profundidade neste momento dada a proximidade com o presente. No entanto, é importante tentar entender as transformações em curso sob o risco de ficarmos à mercê e à margem delas se não o fizermos. Por isso, este artigo foca mais nos processos de intervenção por hora conhecidos e menos nos resultados das intervenções, embora estas sejam invariavelmente parte da análise. Este artigo faz uma análise provisória de cinco modelos de intervenção (Rio de Janeiro, Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aires e São Paulo) no intuito de refletir sobre as vantagens e desvantagens de cada um dos processos, na expectativa de que análises mais detalhadas dos resultados surjam no futuro próximo. As cidades latino-americanas mudam rapidamente debaixo dos nossos pés, urge tentar entendê-las.

Desigualdades Históricas

Abra-se qualquer relatório de organização global (ONU, Banco Mundial, FMI, OEA etc.) e a América Latina se destaca pelos altos índices de desigualdade. Um continente rico, razoavelmente desenvolvido, herdeiro da civilização ocidental com forte presença de populações indígenas e africanas, com um histórico horroroso de desigualdades. Quando se vê a desigualdade pelo viés ideológico do século XX, a direita insiste em culpar as barreiras ao empreendedorismo e a herança católica de igualar o lucro ao pecado, enquanto a esquerda insiste em culpar o imperialismo do Atlântico Norte e a irresponsabilidade de uma elite descompromissada com seus conterrâneos. Estariam todos certos se percebessem que a América Latina sempre foi extremamente desigual, desde antes da chegada de Colombo, em 1492. A desigualdade continua com força (e pela força) durante o período colonial. Basta lembrar que o documento base da construção das cidades no novo mundo, as "Leis das Índias", de Felipe II, em 1572, já naquele tempo determinavam que dentro da malha regular morassem os espanhóis e seus descendentes da terra, cabendo aos locais a periferia sem forma: o informal.

O que em outras terras foi resolvido pelas revoluções burguesas do século XVIII e XIX, na América Latina continua pelo novecento adentro. O próprio mito brasileiro de fundação, a revolta mineira de 1789, inscreveu na bandeira a frase "Libertas Quae Sera Tamen", ou liberdade ainda que tardia. Um século depois, Tiradentes foi elevado a herói nacional por ter morrido em nome de tal liberdade. Acontece que a liberdade dos inconfidentes era uma liberdade fiscal e administrativa, explicitamente incompleta. A escravidão, por exemplo, não seria abolida pelos revoltosos nem muito menos pelo império que veio em seguida, permanecendo por mais um século. Como consequência, o Brasil é ainda hoje um dos países mais desiguais do planeta. O mesmo aconteceu em maior ou menor grau nos outros países da América Latina: uma independência incompleta transforma em heróis seus lideres, mas condena a maioria da população a

um estado de exclusão permanente. México, Chile e Argentina comemoraram, no ano passado, 200 anos de independência com sucessos e fracassos bem parecidos com os brasileiros, principalmente no que diz respeito ao espaço construído.

Resultado desses séculos de desigualdade, as favelas, ou vilas misérias, ou invasiones, ou barriadas, abrigam hoje um quarto da população urbana na América Latina, algo perto de 100 milhões de pessoas. São o retrato mais visível dessa liberdade incompleta, materializada em paredes de tijolo furado exposto e lajes pré-fabricadas precariamente equilibradas sobre terrenos escorregadios de encosta ou várzeas insalubres. No Rio de Janeiro, elas são bem visíveis por terem subido os morros da zona sul; em São Paulo são mais distantes e escondidas em várzeas; em Lima, são 60% da cidade; em Buenos Aires, ocupam terrenos abandonados pela contaminação industrial, e assim por diante.

Incrível é perceber o quanto demorou para que a Arquitetura acordasse para sua existência e para necessidade de se trazer a favela para dentro da nossa disciplina. Max Bill pode ter sido deselegante e rancoroso em 1953, mas estava certo quando apontou a absoluta ausência de engajamento social da nossa exuberante arquitetura moderna. A favor dos arquitetos, pesa o fato de que não existia vontade política para tanto. E contra pesam os números revelados por Nabil Bonduki (2010), mostrando que mesmo quando o governo federal, entre 1937 e 1964, construiu unidades suficientes para 10% da população urbana, os arquitetos nem notaram. No cânone moderno, figuram um pequeno edifício de Costa e Warchavchik, na Gamboa, e o excepcional Pedregulho, de Affonso Reidy.

Aliás, se a posição majoritária dos arquitetos dos anos 1940 e 1950 tivesse prevalecido teríamos destruído as favelas e criado centenas de "Cidade de Deus". E isso vem de muito tempo. Nós, arquitetos, paramos de prestar atenção ao espaço construído existente desde que Alberti redefiniu a profissão como um exercício de proposição de futuro. Foi só nos anos 1970 que Carlos Nelson F. Santos começou a calcular o quanto de dinheiro já estava investido em cada barraco como argumento para defender melhorias no local em vez de demolição e relocação. Até o final dos anos 1980, cabe ressaltar, as favelas não apareciam nem nos mapas oficiais das cidades que insistiam em mostrar, em linhas devidamente tracejadas, os loteamentos um dia aprovados para aquele lugar. O direito à cidade, articulado por Henri Lefebvre, em 1968, demoraria um quarto de século para ser entendido pelas prefeituras. Mas, como diz a bandeira inconfidente, quae sera tamem!

Ao fortalecer a autonomia dos municípios, a constituição brasileira de 1988 ajudou a transformar estas ideias em políticas públicas. Logo, no início dos anos 1990, o Rio de Janeiro saiu na frente com o Favela-Bairro, juntando num mesmo modelo o reconhecimento do valor das favelas e um pesado investimento em infraestrutura. O Favela-Bairro abriu a porteira (como se diz em Minas Gerais). Depois vieram Medellín, Belo Horizonte, Buenos Aires e São Paulo, cada uma com um modelo diferente.

Rio de Janeiro: Favela-Bairro

Como este texto me foi encomendado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ), não cabe repetir aqui análises mais detalhadas do Favela-Bairro, já publicadas pelos colegas da casa (DUARTE; MAGALHÃES, 2009), entre outros (FIORI; BRANDÃO, 2010). Para efeito de comparação entre os processos de intervenção, destaco o fato de que o Favela-Bairro começou com um concurso de ideias. Nisso reside, no meu entender, a grande qualidade do programa. O concurso de 1993 assume que não tínhamos (e talvez ainda não tenhamos) fortes referências passadas para esse tipo de intervenção. E carrega o mérito de perguntar aos profissionais do espaço, reunidos em equipes multidisciplinares, qual o caminho a seguir. As experiências acumuladas por Jorge Jauregui, Arqui5 entre outros são agora valiosíssimas, dada a mudança de escala ocorrida no Brasil e em toda a América Latina desde a virada do milênio. O ponto fraco do Favela-Bairro foi não ter investido institucionalmente

nos processos participativos, ficando estes a cargo que cada equipe de arquitetura. Descontinuidades políticas também interferiram negativamente, e o Favela-Bairro foi quase que totalmente esvaziado no final dos anos 1990. Mas hoje, com a cidade se preparando para receber as olimpíadas de 2016, o Favela-Bairro é referência fundamental de mais e maiores intervenções.

Medellín, Colômbia

Poucos anos depois do Favela-Bairro, um grupo de prefeitos colombianos decidiu investir na qualidade do espaço público como forma de resgatar a cidadania e resistir ao processo de degradação e violência a que estavam sendo submetidas as comunidades. AntanasMockus, eleito prefeito de Bogotá, em 1994, adota uma série de políticas criativas para incentivar a cidadania e a responsabilidade coletiva. Em uma das ações mais comentadas, um grupo de mímicos foi contratado para andar pelas ruas fazendo piada com os maus hábitos dos habitantes. Se alguém jogava um cigarro no chão, lá estava o mímico imitando (e exagerando) o gesto mal-educado para o riso geral e a humilhação do infrator. A administração seguinte, de Enrique Peñalosa, continuou as práticas bem-sucedidas da gestão anterior, e expandiu a ação para melhorias do transporte coletivo (Transmilênio), enquanto investia pesadamente em espaço público de qualidade (BERNEY, 2010). Os arquitetos colombianos responderam aos diversos concursos abertos e construíram praças em Bogotá que não deixam nada a dever a Paris ou Barcelona.

Os concursos, por sinal, são a chave para se entender a qualidade do espaço público que se construiu na Colômbia desde o final dos anos 1990. Uma lei federal de 1993 determina que toda (repito: TODA) obra pública de mais de 2.000 m2 seja objeto de concurso de arquitetura. O resultado foi um aumento significativo na qualidade (e na inventividade) dos projetos na Colômbia, com os concursos sendo cada vez melhor organizados e mais seriamente julgados.

O prefeito que melhor utilizou esse processo para melhoria de sua cidade foi Sergio Fajardo, alcaide de Medellín entre 2003 e 2007. Para quem viveu a década de 1980, Medellín era sinônimo do cartel de mesmo nome, o primeiro a se articular internacionalmente para fornecer cocaína dos Andes para o mercado consumidor dos EUA. A cidade, segunda maior da Colômbia com cerca de 3 milhões de habitantes, tinha o pior índice de violência do hemisfério na época, comparável ao do Complexo do Alemão, no Rio, no final dos anos 1990 ou da fronteira norte do México em 2008-2010. Em resumo, uma cidade sitiada, onde a violência imperava a ponto de ameaçar as instituições democráticas. Fajardo (assim como Mockus e Peñalosa) foi eleito por representar uma alternativa à polarização colombiana: uma direita que se entrincheirou com os paramilitares e uma esquerda que ainda acreditava na luta armada. A ênfase na qualidade do espaço e do equipamento públicos e o instrumento do concurso como definidor do que construir trouxe para Medellín algumas das melhores arquiteturas construídas na América Latina neste início de milênio: o teleférico como solução de acessibilidade (usado em seguida no Complexo do Alemão); os edifícios esportivos dos Jogos Sulamericanos de 2011; a praça Cisneros e a escola Hontanares se juntam às bibliotecas (de España e Leon De Graff) construídas propositalmente na entrada de áreas de informalidade, as barriadas.

A Biblioteca de España, por exemplo, é um projeto icônico, referência para a população local (Barriada Santo Domingo) bem como para arquitetos pelo mundo afora que reconhecem imediatamente os três volumes negros incrustados no morro, com a favela ao fundo. Por mais digo de aplauso que seja uma biblioteca sofisticada construída na entrada de um assentamento informal, a forma fechada e sólida (quase uma fortaleza) deste projeto nos obriga a uma postura crítica: por que tão encastelada a biblioteca? Não seria importante uma forma mais aberta, mais receptiva?

Mas a joia da coroa de Medellín é o orquidário. Chamado Orquideorama, o projeto é parte de um parque público. A genialidade do projeto de Felipe Mesa e Alejandro Bernal (Plan B) consiste em utilizar uma estrutura metálica simples (usada em qualquer posto de gasolina do continente) de forma hexagonal,

revestidos com ripas de madeira por baixo e cobertas com telhas de policarbonato. Os hexágonos recolhem água para reservatórios subterrâneos de onde são pulverizadas ao longo do dia, mantendo a umidade ideal para as orquídeas e deixando o espaço com uma névoa constante. A luz intensa da latitude quase equatorial é filtrada pelo forro de ripas, que ao descer pelas colunas com uma leve rotação dota o espaço de um dinamismo excepcional.

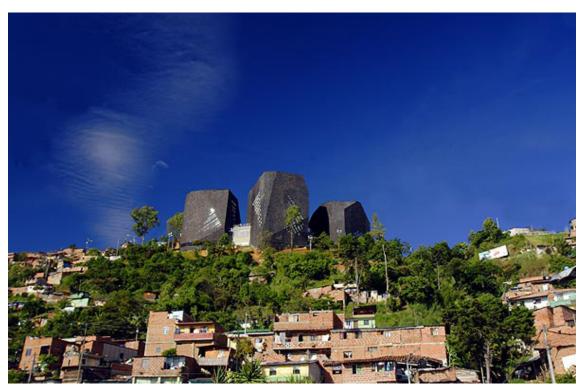


Figura 1 - Biblioteca de España, Arq. Giancarlo Mazzanti Fonte: cortesia do arquiteto.

Belo Horizonte: OP e Vila Viva

Invisíveis como tantas vezes foram as favelas no passado, as vilas e favelas recebiam uma parcela ínfima do orçamento oficial de Belo Horizonte até os anos 1980. Esse quadro começa a mudar a partir de 1993 até atingir, nos últimos cinco anos, uma escala impressionante graças aos recursos do PAC. Importante citar que Belo Horizonte chega agora ao 18º ano de continuidade administrativa e isso conta muito, porque não se faz nada significativo no espaço de apenas quatro anos (São Paulo que o diga).

Em Belo Horizonte, a implementação do Orçamento Participativo (OP), em 1993, na esteira do sucesso de Porto Alegre desde 1989 (Wood & Murray, 2007), vem mudar drasticamente a relação entre a prefeitura e as comunidades. A história de desconfiança e conflito vai aos poucos ficando para trás quando a prefeitura passa a investir parte significativa do orçamento nas áreas mais carentes, revertendo uma dívida histórica de abandono e inação. Por parte dos moradores, perceber que a prefeitura efetivamente constrói o muro de arrimo, a escada e o telhado da creche que foram votados como prioridade alguns meses atrás, e inaugura uma nova forma de cidadania, rompendo com práticas clientelistas e estabelecendo um canal de comunicação onde antes só existia falta de informação. As obras do OP foram acompanhadas por um planejamento detalhado para cada assentamento e por uma coleta de dados cuidadosa, que abarca desde as dimensões das casas até a situação de saúde, renda e educação dos moradores. Depois de uma década de trabalho (1993-2004), existia um canal de dialogo aberto, uma base de informações eficiente e uma centena

de pequenos projetos esperando financiamento, que permitiu à prefeitura de Belo Horizonte aproveitar a oportunidade do primeiro PAC elaborado pela então ministra Dilma Rousseff, em 2005¹.



Figura 2 - Orquideorama, Arq. Plan B (Federico Mesa e Felipe Mesa) Fonte: www.planbarquitectura.com

Viabilizada a operação financeira, a prefeitura iniciou um conjunto de obras em vilas e favelas (batizado de Vila Viva) em uma escala jamais vista anteriormente. Uma das principais preocupações do projeto dizia respeito à sustentabilidade econômica das comunidades de vilas e favelas depois do término das obras. No caso do Aglomerado da Serra, eram 1200 operários trabalhando lá diariamente, 800 deles recrutados na própria comunidade. Esses números têm, sem dúvida, um impacto positivo na economia local, mas como garantir que esses benefícios sejam sustentáveis? A coleta de dados feita desde 1997 revela que, enquanto grande parte dos homens eram operários da construção (daí a ideia de forçar as construtoras a contratar o máximo possível na própria comunidade), entre as mulheres, um número significativo tinha conhecimento de corte e costura. Juntando todas essas informações, a cidade apoiou a formação de uma cooperativa de costureiras, cuja primeira encomenda foi de 1200 uniformes para a própria obra. A partir daí, com equipamento amortizado e apoio técnico-administrativo, as costureiras já conquistaram encomendas de vários outros clientes, como hospitais e escolas.

Entre dezenas de obras de infraestrutura foram criadas várias oportunidades para jovens arquitetos desenharem pequenos equipamentos públicos de apoio aos novos parques e áreas de lazer. Na favela Prado Lopes, por exemplo, a mais violenta da cidade, a transformação de becos em ruas (com toda a infraestrutura que uma rua devidamente implica) gera dezenas de pequenos espaços residuais onde o grupo Horizontes está projetando pocket-plazas, espaços de lazer ativo com poucos metros quadrados de área, alta permeabilidade

¹ Vale destacar aqui a longa e próxima relação entre a então ministra Dilma Rousseff (hoje presidente) e o então prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (hoje ministro da industria e comercio).





Figura 3 - Projeto para Pedreira Prado Lopes, Horizontes Arquitetura Fonte: cortesia dos arquitetos.

No Aglomerado da Serra, uma conurbação de favelas onde vivem quase 50 mil pessoas, a grande intervenção ficou por conta da preservação de três nascentes que juntas formam o córrego do Cardoso. O chamado Parque das Três Águas forçou a relocação, dentro da própria comunidade, de 700 domicílios que estavam em áreas de risco. Um trabalho paciente e dedicado do biólogo Bacho Gibran resgatou milhares de plantas dos quintais das casas demolidas para serem usadas no reflorestamento da própria área do parque. Segundo nos lembra Gibran, extensas áreas de grama são vistas na favela como terreno baldio, vazios esperando ocupação, enquanto que jardins são percebidos como áreas onde existe um cuidado, um incremento de valor. Treinando dezenas de jovens jardineiros, Gibran já estabeleceu um viveiro e vários pequenos jardins dentro da favela.

Em suporte ao parque e aproveitando algumas das áreas planas resultantes da demolição foram criadas pequenas praças com equipamentos de esporte e lazer. A escolha dos locais obedeceu a um critério basicamente topográfico. Com elevada inclinação (entre 20 e 50%) são poucas as áreas passíveis de receber qualquer equipamento público. O grupo de arquitetos (Carlos Teixeira, Silvio Todeschi, Tande Campos, Ana Paula Assis e Flavio Agostini) procurou distribuir o programa de apoio ao lazer ativo em pequenos platôs espalhados pela área do recém-criado parque. A URBEL (autarquia da prefeitura de BH que cuida das obras em vilas e favelas não permite nenhum equipamento de laser contemplativo que possa ser usado para atividades ilícitas. Cabe perguntar se este tipo de "arquitetura defensiva" é mesmo necessária. A experiência das praças colombianas em um contexto muito parecido indica que não. A insistência nessas leituras defensivas, ainda que válidas num primeiro momento, precisam ser reavaliadas para não criar novas desigualdades, do tipo "ali pode, mas aqui não pode ter banco e mesinha". Por quê? Com base em que dados?

Por isso destaco a importância simbólica do pavilhão verde dentro do parque. Com estrutura e fechamento metálico, ele não tem portas. Apenas uma tela cerca o terreno, mas por estar afastada do edifício, a continuidade visual não é comprometida. O programa se organiza com volumes simples e ligeiramente afastados, aumentando ainda mais a integração visual com o entorno. Construídos em bloco de concreto, foram a solução encontrada para segurar o orçamento e gastar um pouco mais no envelope. Uma caixa

simples, com uma única inflexão em planta, estruturada em pórticos e coberta por telhas também metálicas esmaltadas em verde. Nas laterais, a telha perfurada de revestimento não chega ao chão, promovendo uma continuidade visual, além de ventilação para o galpão – como uma FAUUSP de aço (bem mineira), oferecendo uma área coberta de apoio às atividades comunitárias.



Figura 4 - Pavilhão no Aglomerado da Serra, Arqs. Carlos Teixeira et alli Fonte: cortesia do arquiteto.

Numa outra pracinha, batizada de "academia", paredes simples de bloco de concreto e tubos metálicos formam um equipamento alongado de apoio à prática de exercícios físicos, de alongamento e ao fisiculturismo. Em comum, os projetos têm a simplicidade extrema da materialidade, que eu chamaria de "arquitetura no osso". Nada sobra, tudo é o mais barato e durável possível, e o resultado é um minimalismo gestual que se encaixa bem no contexto pragmático da favela, enquanto a generosidade mínima do programa (insuficiente, mas melhor do que nada) por si só destaca as intervenções de seus sofridos vizinhos.

No Beco São Vicente, desafios parecidos foram enfrentados pelos arquitetos Fernando Maculan e Rafael Yannis. Uma rua sendo aberta onde antes havia um beco forçou a construção de um arrimo e liberou uma área para uso público. Uma primeira ideia de ocupação da encosta não foi bem aceita pela comunidade, que queria equipamentos ao nível da rua. Os arquitetos trabalharam então com um conjunto de três cilindros acoplados ao arrimo, cujas lajes superiores formam três pracinhas redondas. Enquanto as três lajes servem de mirante para o vale ocupado pela favela, uma delas tem uma concavidade que serve de pista de skate, outra é própria para a prática de capoeira e a terceira tem a escala infantil. O interessante deste projeto é que, no desenvolvimento das ideias com a comunidade, forma e programa foram definidos ao mesmo tempo. A forma cilíndrica da laje segue precisamente a roda de capoeira e a concavidade do skate. Embaixo das lajes, os volumes cilíndricos menores acolhem espaços de apoio (sanitário e depósito), enquanto no maior funciona a cooperativa das costureiras.

No entanto, é importante destacar que os três escritórios acima citados foram contratados pelas construtoras, estas sim concorrentes nas licitações das obras. Foi a relação dos arquitetos com as construtoras

que trouxe tais oportunidades. Em tantos outros casos, as arquiteturas resultantes foram medíocres ou pouco inspiradas. O processo de licitação não contempla a qualidade do projeto ou faz qualquer referência a essa questão. No caso das habitações padronizadas que estão sendo construídas em todas as comunidades onde ocorre o Vila Viva, é gritante o conservadorismo e a generalidade da arquitetura. Um projeto medíocre de um pequeno prédio de quatro andares, sem nenhuma flexibilidade interna ou externa, está sendo replicado às centenas para receber as famílias retiradas de áreas de risco geológico ou cujas casas foram demolidas para o alargamento de vias. Cientes de que existem modelos muito melhores de habitação (já construídos no Rio de Janeiro e em construção em São Paulo), os arquitetos da prefeitura e os contratados são impotentes diante da imposição das construtoras por um edifício ordinário, simplesmente porque este já é velho conhecido e, por isso, menos arriscado. A inércia da indústria da construção se alia ao conservadorismo da lei de licitação, e o resultado é uma arquitetura pobre, em todos os sentidos.

Buenos Aires, Villa 31

Enquanto isso, na Argentina, uma novidade merece registro entre estes diversos modelos de intervenção: a participação do poder judiciário no processo de melhoria das villas misérias em Buenos Aires, em particular, na Villa 31.

A Villa 31 (antiga Vila Retiro, numerada assim pela ditadura militar de 1976-83) é uma das mais antigas ocupações informais da capital argentina, existindo desde os anos 1930, junto ao novo porto que se construía na época. Localizada a poucos metros de distância da elegante Recoleta, a Villa 31 é paradoxalmente de difícil acesso. Pistas de alta velocidade separam essa área de seus vizinhos ricos: a Recoleta, o porto, a área de Retiro/Barrio Norte e o Aeroparque. A vila, cuja ocupação foi iniciada na época da crise econômica de 1929/30, cresceu, no período peronista, como tantas favelas brasileiras, pela omissão e a conivência das instituições.

Nos anos 1960, a organização dos moradores em torno de demandas básicas, como água, luz e esgoto, traz visibilidade a um nível de informalidade e abandono que até então os porteños nem imaginavam existir tão perto das mais elegantes áreas da cidade. No final dos anos 1970, a ditadura militar argentina expulsou quase a totalidade dos 25.000 habitantes da vila, apenas 48 famílias resistiram. Depois da volta da democracia, nos anos 1980, a vila volta a crescer devagar e como resultado direto da crise econômica de 2001, voltou a ter os mesmos 25.000 habitantes de 25 anos antes. Acontece que, assim como no Brasil, o discurso da relocação forcada não faz mais parte do ideário de possibilidades no Estado democrático de direito. Mas, se em nosso pais a questão da desigualdade em geral e da falta de infraestrutura das favelas é dita (muitas vezes apenas dita) prioritária, na Argentina ainda prevalece na mídia a ideia de que os moradores são marginais, usurpadores e desordeiros.

Dentro deste quadro, o arquiteto e professor da FADU-UBA Javier Fernandez Castro começa a trabalhar na Villa 31 em 2003, trazendo a questão para dentro dos ateliês da escola, e gerando uma série de propostas a serem debatidas pelos moradores. O forte enfoque participativo do trabalho de Javier Fernandez traz legitimidade ao seu trabalho e contrasta com o histórico de clientelismo² existente até hoje na Argentina como herança maldita do peronismo. Também herança do peronismo, e abarcado com maestria pelo casal Kirchner, é o atrito entre os diversos órgãos estatais que, distribuídos por critérios políticos (até aqui nada diferente do vizinho do norte), funcionam com bastante autonomia, respondendo apenas a seus padrinhos políticos e não tanto ao governo central da cidade ou do país. O resultado é mais inação e mais incerteza para os moradores, que nunca sabem qual autarquia está elaborando qual projeto e com quais consequências.

² Javier Castro é mais discreto ao falar do clientelismo (CASTRO, 2010), mas Javier Auyero (2000) é explícito e direto em sua análise.

Foi para resolver essa situação que o poder judiciário argentino interveio, numa ação singular no universo atual de melhorias em vilas e favelas. Para exigir o cumprimento da lei 148, de 1998, e da lei 3343, de 2009, que determinam a urbanização da vila e a elaboração de plano diretor para tanto, o juiz determinou que o arquiteto Javier Fernandez servisse como curador da área. Isso implica ter poder judicial sobre todas as autarquias municipais e federais que pretendem (ou não) intervir na área, e cuidar, junto da comunidade, para que fosse assegurado o espaço participativo na elaboração do plano.

O fato de o poder judiciário, quase sempre o mais conservador dos três, ter tomado a liderança no caso da Villa 31 é digno de nota e de uma análise mais detalhada no futuro.

São Paulo: secretaria municipal de habitação social

Enquanto o Rio usou do instrumento do concurso para levantar um corpo metodológico, e Medellín e Bogotá utilizaram os concursos como maneira de dar oportunidade a novos talentos, São Paulo segue um modelo um pouco diferente como solução para o mesmo problema de melhoria das áreas informais. A estratégia da Prefeitura de São Paulo através de sua Secretaria de Habitação merece ser melhor estudada por várias questões.

A primeira delas diz respeito a uma possível costura entre sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental. Ao usar as microbacias como unidades de planejamento, a SEHAB incorpora a variável ambiental (poucas questões são mais importantes do que as enchentes, por exemplo) e com isso agrupa em um mesmo projeto vizinhanças de diferentes classes sociais que, em graus variados, convivem no mesmo espaço.

A outra estratégia que merece destaque é a contratação dos melhores arquitetos da cidade: MMBB, Andrade Morettin, Cesar Shundi, para projetar espaços públicos e soluções de habitação nas áreas mais pobres da cidade. Isso gera dentro da própria profissão uma visibilidade da maior importância. Contratar os melhores arquitetos para projetar espaço público e habitação popular é um fato que sempre ocorreu a contagotas no Brasil, e a SEHAB-São Paulo está mudando a escala desde tipo de iniciativa.

Os desdobramentos disto são muitos. Em primeiro lugar, forma-se uma geração de arquitetos que vê seus "heróis" de ateliê projetando para a população mais pobre sem abrir mão da qualidade. Efeito semelhante tem a obra de Alejandro Araveña a nível global.

Outra consequência importante é a formação de uma expectativa de qualidade maior no público em geral. Depois de ver uma praça projetada pelo MMBB ou de visitar um apartamento desenhado por Andrade e Morettin, é improvável que o cidadão não perceba a diferença de qualidade e não pressione seu vereador ou líder comunitário por uma arquitetura melhor.

O problema, no caso paulista, fica por conta da ausência de participação e pela arbitrariedade do processo de escolha. Quem diz quais arquitetos deveriam ser convidados? Por que este e não aquele outro escritório? Não deveriam ser os critérios transparentes mesmo que sejam arbitrários (como certo grau de visibilidade e/ou premiações anteriores)?

Há de se notar aqui que a prefeitura de São Paulo tem também usado do instrumento do concurso para buscar ideias novas e gerar discussão sobre o assunto, embora não seja esse o processo mais comum de escolha dos projetos.

Em resumo, depois de algumas décadas de intervenções em vilas e favelas, já temos material suficiente para analisar os diferentes modelos. O pioneirismo do Favela-Bairro dá ao Rio de Janeiro uma experiência acumulada que diferencia o que se faz ali atualmente. Mas a ausência de um processo participativo institucional paira como uma nuvem de dúvidas por sobre todas as intervenções. Poderiam ser mais bem apropriadas se a população tivesse canais mais definitivos de participação? A pressa com que se está construindo a infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 indicam que qualquer processo mais participativo vai ter de esperar uma década.

Em Medellín, por mais genial que sejam as arquiteturas (e a Colômbia tem muito a mostrar nesta primeira década do milênio), os números da violência voltaram a crescer desde 2007/2008, e o modelo mostra sinais de esgotamento.

Em Belo Horizonte, 18 anos de processos participativos e boas relações entre a comunidade e a prefeitura estão ameaçadas por um prefeito que se entende como um administrador de empresas (sempre buscando cortar custos). Toma decisões como se os habitantes fossem seus funcionários e como se coubesse à população apenas obedecê-lo (pelo menos até a próxima eleição). Ainda em BH, o modelo PAC de intervenção mostra seus limites por se basear em demasiado na experiência das construtoras, descartando quaisquer invenções por menores que sejam, como possíveis problemas no andamento da obra.

E em São Paulo, a ausência de participação popular somada ao processo "subjetivo" de escolha dos arquitetos pode vir a minar a louvável ideia de levar os melhores profissionais para a periferia.

Termino breve artigo convocando os colegas a pensarem um processo de intervenção que reúna o melhor de todos os modelos. Um processo que seja baseado em concurso (para garantir a qualidade e a permeabilidade do sistema de escolha); que seja altamente participativo institucionalmente (LARA, 2010); e que atraia os melhores profissionais para projetar para este que é o grande desafio da América Latina atual: acelerar os processos de inclusão social dentro de um quadro de estabilidade institucional e de crescimento econômico. Não é pouco, mas cientes de que a Arquitetura não resolve tudo, temos a responsabilidade de trabalhar para sermos parte significativa da solução.

Referências:

AUYERO, Javier. The Logic of Clientelism in Argentina: An Ethnographic Account. Latin American Research Review 35 (3), 2000, pp. 55-81.

BERNEY, Rachel. Learning fromBogota: How Municipal Experts Transformed Public Space, Journal of Urban Design vol 15 no. 4, 2010, pp. 539-558

BONDUKI, Nabil. Habitação Social na vanguarda do movimento moderno no Brasil. In GUERRA, Abilio (Org.) Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira, vol. 2, São Paulo: Romano Guerra, 2010, p. 92.

CASTRO, Javier, Vila Mujica 31

DUARTE, Cristiane & MAGALHÃES, Fernanda. **Upgrading Squatter Settlements into City Neighborhoods: The Favela-Bairro Program in Rio de Janeiro**, in DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. (edit) **Contemporary Urbanism in Brazil: Beyond Brasilia.** Gainesville: University of Florida Press, 2009, pp. 266-290.

FERNANDES, Edesio. Constructing The 'Right To The City' In Brazil, Social & Legal Studies Vol. 16(2), 2007, pp. 201–219

FIORI, Jorge & BRANDÃO, Zeca. Spatial Strategies and Urban Social Policy: Urbanism and Poverty Reduction in the Favelas of Rio de Janeiro. in Rethinking the Informal City, Felipe Hernandez and Peter Kellet, editors, Londres: Bergham Books, 2010.

HERNANDEZ, Felipe & KELLET, Peter, Introduction in HERNANDES, Felipe (edit): **Rethinking the Informal Cities: Critical Perspectives fromLatinAmerica**, Oxford & Nova Iorque;Berghahn Books, 2010.

LARA, Fernando. Beyond Curitiba: The Rise of a Participatory Model for Urban Intervention in Brazil. Urban Design International, Vol. 2/15, Summer 2010, pp. 119-128.

WOOD, Terence MURRAY. Participatory Democracy in Braziland Local Geographies: Porto Alegre and Belo Horizonte Compared. European Review of Latin American and Caribbean Studies 83, October 2007, pp. 19-41.

HERNANDEZ, Felipe. **Designing for Poverty** in **Beyond Modernist Masters: Contemporary architecture in Latin America**, Basel: Birkhauser, 2010, pp.58-75.

RAID, Michael. Forgotten Continent, the Battle for Latin American Soul. Yale University Press, 2008.

SOARES, Fabio & SOARES Yuri, The Socio-Economic Impact of Favela-Bairro: What do the Data Say? Office of Evaluation and Oversight (OVE). Washington, D.C. Inter-American Development Bank, August 2005



THE ECONOMIST, Nobody's Backyard: The Rise of Latin America foi a capa da The Economist em 11 de setembro de 2010, com o mapa da região com o sul apontado para cima, ícone criado pela primeira vez por Joaquin Torres Garcia nos anos 1920.

UN-HABITAT. **The Challenge of Slums: a global report on human settlements.** Londres: Earthscan Publications, 2003, pp. 1-33

Amabilidade urbana: A qualidade do espaçotempo da intervenção temporária¹

Urban amiability: the space-time quality of temporary intervention¹

Adriana Sansão Fontes

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Urbanismo pelo PROURB – FAU / UFRJ. Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Architect and urban designer,PhD in Urban Design,PROURB-FAU/UFRJ; Assistant Teacher at the Architecture and Urban Design Course, PUC-Rio. adrianasansao@gmail.com

¹ Este artigo é parte integrante da Tese de Doutorado em Urbanismo intitulada *Intervenções temporárias, marcas permanentes.* A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades, defendida no PROURB – FAU / UFRJ no ano de 2011, sob orientação da Prof. Doutora Lúcia Costa.

This paper is part of a PhD thesis in Urban Design:"Intervenções temporais,marcas permanentes. A amabilidade dos espaços coletivos de nossas cidades",PROURB-FAU/UFRJ,2011

Resumo

Este artigo apresenta o conceito de **amabilidade urbana**, uma qualidade específica do espaço público submetido a uma intervenção temporária. Trata-se de um atributo espacial que se manifesta através de conexões e interações entre pessoas e espaço, opondo-se ao individualismo que por muitas vezes caracteriza as formas de convívio coletivo contemporâneas. Através da construção teórica do conceito, e da verificação dele em uma constelação de intervenções temporárias no mundo ocidental, objetiva-se defender a amabilidade como uma qualidade urbana dotada de dimensão física, que surge como um importante legado das intervenções temporárias praticadas nos espaços coletivos.

O trabalho traz como contribuição a amabilidade urbana como a qualidade do espaço da intervenção: enquanto a intervenção temporária representa a ruptura positiva do cotidiano, a amabilidade significa a ruptura de hábitos individuais cristalizados no espaço coletivo. Esse aporte pode contribuir para o projeto de novos espaços coletivos que permitam, e estimulem, mais intervenções temporárias, sempre visando à cidade como a reunião de espaços coletivos mais amáveis.

Palavras-chave: amabilidade; intervenções temporárias; espaços coletivos; cidade contemporânea.

Abstract

This paper introduces the concept of urban amiability, a specific quality of the public space submitted to a temporary intervention. Urban amiability is a spatial attribute that is manifested through the connections and interactions between people and space, as opposed to individualism that often characterizes the contemporary forms of collective living. Through the construction of the theoretical concept and by verifying its existence on a number of temporary interventions in the western world, the text aims at supporting amiability as an urban quality with a physical dimension which emerges as an important legacy of temporary interventions practiced in collective spaces.

The paper means to contribute to present amiability as the quality of intervention on urban space. While the temporary intervention represents a positive break from everyday life, amiability means the breaking of individual habits crystallized in the collective space. What is meant here is also is to contribute to the design of new collective spaces that would allow and encourage more temporary interventions, always with the view of the city as a meeting of a more "amiably" qualified collective spaces.

Key words: amiability; temporary interventions; collective spaces; contemporary city

Introdução

Habitar significa deixar rastros. (Benjamin, 1982. p. 46)

O espaço público submetido a uma intervenção temporária revela uma qualidade urbana específica que denomino como amabilidade. Trata-se de um atributo espacial que se manifesta através de conexões e interações entre pessoas e espaço, opondo-se ao individualismo que por muitas vezes caracteriza as formas de convívio coletivo contemporâneas. A amabilidade urbana é uma qualidade possível e alcançável, e, neste trabalho, defendo que ela pode ser motivada pela potência das intervenções temporárias nos espaços públicos.

Segundo Lipovetski (1989), "a sedução e o efêmero tornaram-se, em menos de meio século, os princípios organizadores da vida coletiva moderna", e que, dados seus efeitos ambíguos, é importante trabalhar para reduzir sua inclinação obscurantista — o efêmero como alienação pura — e aumentar sua inclinação esclarecida, utilizando-se de suas potencialidades libertadoras.

Parto da premissa de que a sociedade contemporânea vive em um momento específico de alta modernidade, período que se reveste de características de transitoriedade, em várias esferas das relações sociais e econômicas, que imprime alguns traços característicos aos espaços da vida coletiva, como a sensação de hostilidade, o individualismo e as relações superficiais, aspectos que considero negativos, derivados de um quadro de alienação contemporânea.

As intervenções temporárias são aqui entendidas como as ações que se movem no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolvem a participação, ação, interação e subversão, e que são motivadas por situações existentes e particulares do contexto urbano, em contraposição ao projeto estandardizado, caro, permanente e de grande escala, o "grande evento". Elas funcionam, nesse sentido, como motores de relações de proximidade e intimidade, tanto com o próprio espaço quanto na relação entre os indivíduos [amabilidade], atuando reativamente contra esse desfavorável estado de alienação pura.

Considero, por outro lado, que essas intervenções temporárias ancoram-se na condição de efemeridade, muitas vezes como expressões ou reflexos da patente aceleração da vida contemporânea e da leveza e liberdade com que nela se move o ser humano, constituindo sua condição favorável: o efêmero como sinal de liberdade e válvula de escape do indivíduo, o que corresponderia às potencialidades libertadoras colocadas por Lipovetsky.

Objetivo, portanto, defender a amabilidade como uma qualidade urbana dotada de uma dimensão física, que surge como um importante legado das intervenções temporárias praticadas nos espaços coletivos de nossas cidades.

Afinal, o que é a amabilidade? 2

Amabilidade significa a ação ou a qualidade de amável, o ato ou estado de comportamento que pressupõe a generosidade, o afeto ou a cortesia com o outro. É um termo que evoca a "proximidade" e a "abertura", seja em seu uso corrente, seja aplicada aos espaços urbanos, tal e qual aqui desejo cunhá-la: a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, daquele que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo por muitas vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneas.

Iniciando uma revisão do termo, encontro algo semelhante em Bachelard (1957), que, em *A Poética do Espaço*, se utiliza do termo "espaço feliz", para representar o espaço de posse, amado e definido contra forças adversas. Criando o conceito de topofilia, o autor procura debruçar-se sobre o valor humano dos espaços felizes, detendo-se nos espaços da intimidade, habitados, ou nos lugares físicos da vida íntima. Segundo ele,

² Etimologicamente, sua origem vem da palavra em latim amabilitate.

todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção da casa, no sentido básico de abrigo, estando o espaço feliz, portanto, relacionado a atributos como intimidade, proteção, refúgio, centralidade e conforto, tudo o que remete à ideia essencial de abrigo.

Assim como Bachelard descarta os espaços da hostilidade, concentrando-se em verificar como o espaço expressa um sentimento, neste caso um sentimento feliz, também me interessam os espaços "positivos" capazes de manifestar a amabilidade, e para verificá-lo vou debruçar-me sobre as intervenções temporárias. Os espaços amáveis que ocuparão estas páginas são os lugares onde a amabilidade se manifesta, e para que isso aconteça, são necessários alguns atributos específicos que, comunicativos e atraentes, os tornam "apropriáveis" pelas intervenções: elas só se desencadearão caso exista no espaço algum componente de atração. Determinadas características físicas podem resultar tanto em um espaço hostil quanto em um espaço potencialmente atraente. A qualidade urbana se cria, portanto, através da união dos atributos do lugar.

Como a amabilidade se manifesta?

Shaftoe (2008. p. 6) denomina como convivial public spaces [espaços públicos de convivência] a categoria de espaços públicos que corresponderiam ao coração da vida democrática, e os últimos locais onde ainda é possível confrontar-se com a diferença e aprender a entender e tolerar outras pessoas. Segundo ele, não há uma fórmula para o espaço público de convívio, mas sim alguns elementos comuns de ordem física, geográfica, sensorial, psicológica e de gestão, subdivididos em uma série detalhada de atributos³. Baseado em pesquisas de campo, ele concluiu que a combinação desses atributos possibilitaria o sucesso do espaço como um lugar de convivência plena. Assim como Shaftoe, outros autores como White (1980) e Gehl (2004) já exploraram o tema do bom espaço público, partindo da análise física e através de diferentes métodos. Não é meu objetivo propor algo de mesma natureza – inclusive porque o objeto em questão são as intervenções temporárias –, mas sim identificar atributos que possam relacionar lugar e intervenção, objetivando a verificação da amabilidade urbana.

Frenchman (2004), em sua pesquisa *Event Places*, que trata dos eventos emblemáticos norte-americanos e de suas relações com a transformação dos lugares, enumera uma série de "lições" para a criação de um bom lugar-evento. Entre elas, menciona a conexão entre a forma e as atividades, que envolveria os seguintes atributos: o território fisicamente limitado; a intimidade possibilitada pela compressão das pessoas em um mesmo espaço; a granularidade⁴ ou multiplicidade de nós de atividades; a triangulação possibilitada por um terceiro elemento que conecta dois desconhecidos; o movimento dos usuários pelo espaço [passeio/percurso] transformando observadores em performers; a pequena escala que possibilita intimidade, granularidade e triangulação; e o estímulo aos sentidos, ou sensibilidade, todas elas características físicas com pequeno grau de objetividade [mais interpretativas do que descritivas].

A possibilidade da amabilidade se transforma em uma situação real quando ocorre sobre o espaço potencialmente atraente uma intervenção temporária bem-sucedida, tornando-o um espaço

Eis os atributos listados pelo autor: quantidade de espaços para sentar, qualidade material, adaptabilidade, proporcionada assimetria, detalhamento variado, apropriadas superfícies e tamanho médio [atributos físicos]; localização, tipo de vizinhança, sequência espacial e acessibilidade [atributos geográficos]; diversidade de usos, controle equilibrado, inclusão, manutenção, limpeza, proibição de tráfego motorizado e animação [atributos de gestão]; e escala humana, singularidade, sensação de segurança, conforto ambiental, visibilidade, elementos naturais, qualidade acústica e "olfática" e oportunidades de comida e bebida [atributos sensoriais e psicológicos].

⁴ A granularidade corresponderia à sobreposição de potenciais de interação, tanto dentro do espaço como através do evento. Poderia ser incorporada ao projeto de um lugar-evento através de uma rede de espaços com múltiplas experiências.

amável. O espaço deixa de ser um "objeto" quando ocorre algo que o transforma em um espaço habitado, que passa a fazer parte da memória coletiva do lugar. Santos (2005) já havia dito que o lugar é a oportunidade do evento, e que este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. "É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado" (SANTOS, 2008. p. 163). É este o momento da manifestação da amabilidade, quando o espaço físico se transforma em espaço social na ocorrência da intervenção. Cabe ressaltar que o espaço, com suas características atraentes, está no comando, pois sem ele não se torna real a possibilidade de intervenção.

Teria a amabilidade relação com as características físicas do lugar, com as intervenções temporárias ou com as pessoas que o utilizam?

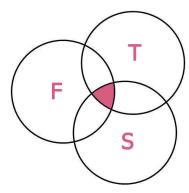


FIGURA 01 - Amabilidade como articulação das dimensões física, temporal e social. Fonte: autora

[A] Sobre as características físicas

Lynch (1981), ao eleger as condições de desempenho da boa forma urbana, buscou eliminar as variáveis em que fosse difícil medir o alcance ou cuja dependência da forma urbana não estava demonstrada, o que para ele significava um valor débil. Quando abordo a amabilidade como qualidade espacial, preliminarmente poderia considerá-la inserida nessa categoria, já que sua experiência está mais relacionada, a priori, à dimensão social do que à forma física da cidade. A intenção desta pesquisa, entretanto, é demonstrar que este conceito não está fora do domínio da forma física.

A amabilidade é um conceito de dupla formação. Relaciona-se tanto à criação de vínculos entre a pessoa e o espaço [intervenção temporária como intensificadora dos atributos físicos e potencial "reformatadora" do lugar], como às conexões entre as pessoas, conexões que podem se manifestar através de encontros, intercâmbios, cumplicidades e energias, e que reagem ao individualismo e à hostilidade que caracterizam as formas de convívio coletivo contemporâneas. De certa maneira, trata da expansão da ideia da intimidade para os espaços urbanos contemporâneos.

A amabilidade, portanto, é uma qualidade física e social ao mesmo tempo: poderia considerá-la como resultado da soma do contexto físico [espaço potencialmente atraente] com o contexto social [pessoas], que se unem através da presença da intervenção temporária [e com isso reforço a importância do contexto físico atraente, indispensável para a intervenção "sob medida" nos lugares]. Graficamente, poderia ser

⁵ Objeto no sentido bachelariano do termo. Em seu estudo fenomenológico sobre os valores da intimidade da casa, o autor coloca que esta não deve ser considerada como um objeto sobre o qual pudéssemos fazer reagir julgamentos e devaneios, e que é preciso superar os problemas da descrição para se atingir as virtudes primeiras.

representada por um triângulo em cujos vértices estão o espaço/tempo [lugar/intervenção] e as pessoas (ver fig. 2 e 4). Neste artigo, desejo apresentar a amabilidade como uma nova forma de compreender o espaço, demonstrando a sua dependência do contexto urbano.

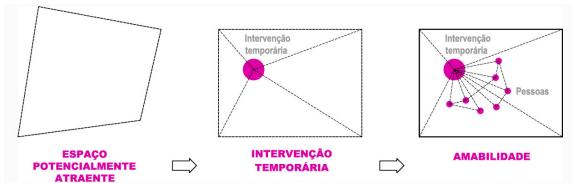


FIGURA 02 - Processo de manifestação da amabilidade: a intervenção reformata o espaço e promove conexões Fonte: autora

[B] Sobre as intervenções

Faço aqui uma analogia desse tema com as ideias de Alexander (1965) sobre a retícula, princípio ordenador abstrato das cidades do passado. Segundo o autor, o esquema da retícula oferece uma grande quantidade de conexões entre elementos, o que a opõe ao rígido esquema da árvore⁶. Exemplifica esse argumento através de uma análise do que supostamente pode ocorrer em um cruzamento de ruas: a existência, em dado cruzamento, de uma reunião de elementos materiais que colaboram de algum modo uns com os outros – como uma banca de jornal, um semáforo e um grupo de pessoas que espera para atravessar a rua – possibilita a formação de um sistema em que as pessoas podem olhar os jornais pendurados enquanto esperam que o semáforo fique vermelho. Esse sistema possui uma parte fisicamente invariável [semáforo, banca] com a qual podem colaborar as suas partes variáveis [pessoas]. Desse modo, a forma urbana em si mesma, sua estrutura básica, funciona como o suporte para que os elementos móveis possam conectar-se. Para criar esse esquema e comprovar sua hipótese, o autor recorreu a diagramas matemáticos facilmente compreensíveis.

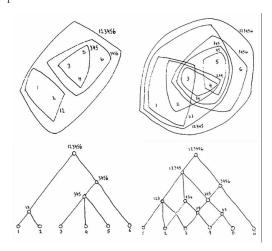


FIGURA 03 - Esquema árvore x retícula Fonte: Alexander (1965)

⁶ Ver "La ciudad no es un árbol". Não aprofundarei esse conceito uma vez que não é a finalidade deste artigo.



De forma semelhante, outro tipo de conexão possível vem da inserção temporária de um novo elemento ou sistema em um espaço público predeterminado. Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a este lugar embora compatível, permitindo sua ativação através de novas conexões entre pessoas⁷. A presença da intervenção temporária pode permitir a conexão, como diria Alexander, "entre partes fixas e móveis e também entre as partes móveis mesmas", ou seja, entre as pessoas, permitindo que se manifeste a amabilidade. Ao mesmo tempo em que a intervenção interage com as pessoas, faz também com que essas interajam entre si, aproximando-as, vitalizando os espaços e dando origem a um novo ciclo que se autoalimenta, uma vez que a amabilidade pode permitir novas intervenções, que vão gerar espaços cada vez mais amáveis, e assim sucessivamente. Assim como o exemplo de Alexander, esta situação também pode ser ilustrada através de diagramas.



FIGURA 04 - Esquema da amabilidade Fonte: autora

[C] Sobre as pessoas

Este diagrama tem correspondência com o conceito de White (1980) de triangulação, processo em que um estímulo externo faz com que duas pessoas estranhas iniciem uma conversação, promovendo a conexão entre elas como se fossem conhecidas. O estímulo pode ser outra pessoa, um grupo, um objeto, uma visada... Não é a excelência do ato o que importa, mas o fato de ele acontecer e reunir pessoas estranhas. Segundo

⁷ White (1980) lida com essa ideia, e, através dos estudos dos espaços públicos de Nova Iorque, comprova que a simples "colocação ou retirada" de um elemento de uma praça altera seu desempenho como espaço público de vitalidade e aceitabilidade pelos usuários. Os elementos podem englobar esculturas, vendedores ambulantes de comida, músicos de rua ou mesmo algum mobiliário urbano.

o autor, a presença de "personalidades" urbanas em um espaço público, por exemplo, pode desencadear a triangulação, sendo uma forma de torná-los mais amigáveis.

Outros autores, como Gehl (2004) e Frenchman (2004), consideram a triangulação de White como uma das responsáveis pela qualidade urbana de um espaço público. Segundo o primeiro, acontecimentos inesperados ou infrequentes como, por exemplo, os atores de rua, servem para que se inicie uma conversação entre estranhos no espaço público. O "público", surpreendido pela quebra na rotina, acaba tendo algo sobre o que falar com o desconhecido a seu lado. Já Frenchman, como foi mencionado, coloca a triangulação como um dos atributos para se criar um bom lugar — evento.

As relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas relações mútuas, como se veem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam. (SENNETT, 1997. p. 17)

Quando trata da experiência corporal na cidade, Sennett (1997. p. 17) chama atenção para os corpos passivos que povoam a cidade contemporânea, cuja insensibilidade ao mundo real é em muito causada pela experiência da velocidade. Em dado momento, o autor pergunta (1997. p. 303): "como escapar da passividade corporal? O que estimulará a maioria de nós a voltar-se para fora em direção ao próximo, para vivenciar o Outro?" Poderia responder a essa provocação, uma das questões que inclusive originaram este trabalho, defendendo que as intervenções temporárias são uma das formas de se despertar tal conexão, "ativando" os corpos passivos e reduzindo o espaço pessoal entre eles.

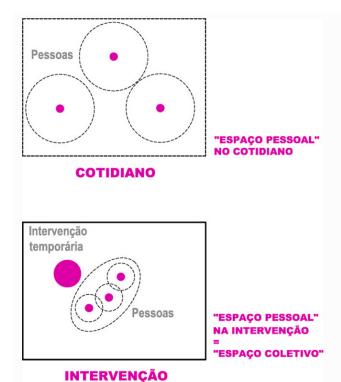


FIGURA 05 - Redução do espaço pessoal no momento da intervenção temporária. Fonte: autora

"O espaço pessoal refere-se a uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa, e na qual os estranhos não podem entrar". Trata-se de um "território portátil" que o indivíduo leva consigo, e que, em certas condições, pode reduzir ou desaparecer (SOMMER, 1973. p. 33-35). Segundo Shaftoe (2008. p. 53), o espaço pessoal será determinado [se existe escolha] pelas atividades nas quais as pessoas estão engajadas no espaço público, e no espaço cotidiano, onde pessoas se relacionam mais passivamente, este espaço tende a ser mais amplo do que na situação excepcional da intervenção. Seguindo a lógica de Frenchman, para que

a amabilidade se manifeste é necessária a existência de um espaço coletivo [potencialmente atraente para alguém], a intervenção temporária [deste alguém] sobre este espaço, e a consequente triangulação [lugar/intervenção+pessoas], esta última subentendendo a aproximação e a "intimidade" entre os envolvidos, reduzindo a distância pessoal cotidiana.

Por todo o dito, poderia definir a amabilidade como a qualidade urbana que surge da articulação entre as características físicas do lugar, as intervenções temporárias que ocorrem sobre esse espaço e as pessoas que o utilizam e se conectam, demonstrando que ela surge da articulação entre as dimensões física, temporal e social.

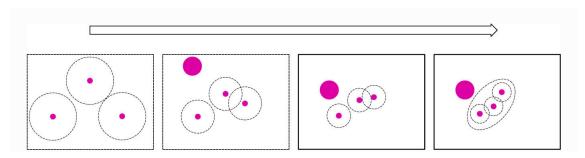


FIGURA 06 - Construção da amabilidade Fonte: autora

Alexander (1977), em A Pattern Language, define alguns padrões que se relacionam ao que defendo como intervenção temporária, entre eles o de número 63 – dançando na rua [dancing in the street], e o 147 – refeição comunitária [communal eating], ambas as atitudes passíveis de promover a amabilidade. Sobre o primeiro, o autor pergunta: "Por que as pessoas não dançam mais nas ruas?", afirmando que essa atitude equivale a uma alegria perdida diante da modernização das cidades, onde as pessoas se sentem desconfortáveis nas ruas e são mutuamente hostis. Sua proposta é que se criem plataformas elevadas em praças ou passeios, onde artistas ou grupos de pessoas possam se juntar para cantar ou dançar gratuitamente. Sobre o segundo, afirma que nenhum grupo humano pode permanecer unido sem uma refeição coletiva, já que esta desempenha papel vital como forma de juntar as pessoas, fazendo-as sentirem-se membros de um grupo. Sugere que se promovam refeições comunitárias regulares de forma que funcionem como eventos. O autor não faz menção nesse caso ao uso do espaço público como suporte, apesar de ser uma situação bastante usual8.

Amabilidade enquanto noção de "temporalidade" que se desdobra nas dimensões física e social

Após o exposto e visando um maior esclarecimento sobre o tema, devo cotejar o conceito de amabilidade com outros recorrentes que se referem à relação positiva entre pessoa e espaço, como, por exemplo, o conceito de apropriação. A expressão "apropriação do espaço", correntemente utilizada por antropólogos, psicólogos, sociólogos e urbanistas, designa as condutas que asseguram aos humanos o manejo afetivo e simbólico de seu espaço (MERLIN; CHOAY, 1988). Apropriar-se de um espaço significa reconhecêlo como próprio, no sentido de apropriado, apto ou adequado para algo (DELGADO, 2008), ou mesmo tomar posse de algo físico ou mental (MERLIN; CHOAY, 1988). Este conceito, porém, pode ter conotação

⁸ Poderia acrescentar outros padrões de Alexander relacionados à amabilidade, entre eles: 30 [nós de atividades], 31 [promenade], 33 [vida noturna], 34 [interconexões], 58 [Carnaval], 61 [pequenos espaços públicos] e 69 ["compartimentos" públicos exteriores].

legal ou ilegal em termos jurídicos, o que se reflete no urbanismo como uma ação também de conotação negativa, confirmada pela expressão corriqueira "apropriação ilegal". Ademais, ele não designa as relações entre pessoas, mas unicamente as relações pessoa-lugar, o que o torna inadequado para nomear o conceito aqui discutido.

Por sua vez, o termo "vitalidade" significa qualidade de vital, força vital ou vigor⁹. Alguns textos clássicos do urbanismo do século XX trabalharam com esse termo aplicado ao urbanismo de maneiras diferenciadas. Lynch (1981) o utiliza na forma stricto sensu, definindo-o como o grau em que a forma da aglomeração populacional suporta as funções vitais, os requisitos biológicos, as capacidades dos seres humanos, e como protege a sobrevivência da espécie, tratando-se de um critério antropocêntrico. Já Jacobs (1961) associa vitalidade à vida nas ruas e ao uso intenso dos espaços públicos, relacionando-a a temas como segurança, contato, integração social e diversidade. A definição de Lynch resulta demasiado distante do objetivo do conceito de amabilidade. Já na abordagem de Jacobs, o contato – que pode ser entendido no sentido da conexão a que nos referimos – equivaleria a um dos componentes da vitalidade, não podendo os dois termos serem encarados como sinônimos.

Outra verificação de interesse é a comparação com a urbanidade. Esta costuma ser entendida de várias formas, sendo a primeira delas a definição do dicionário do urbanismo e planejamento, que a considera um conceito de caráter social, e não físico: Merlin e Choay (1988) a definem como toda forma análoga de polidez na maneira de se comportar com os outros. Qualidade de indivíduos ou de sociedades que não pode se reportar a agentes físicos, mas que costuma ser usada como sinônimo de ambiente urbano sofisticado. Em texto posterior, Choay (1994) passa a defini-la como o ajuste recíproco de uma forma de tecido urbano com uma forma de convivência. Muitos autores a utilizam com as primeiras acepções de Choay, como Coutinho M. da Silva (2006. p. 26) que a considera o amálgama da sociedade civil e do controle social. Para ela, a urbanidade não significa total integração, uma vez que sempre existiram e continuarão a existir os preconceitos e as diferenças sociais, mas significa aceitação do outro. Urbanidade seria "uma espécie de anomia amigável que permite às pessoas se relacionarem entre si sem terem que trocar experiências ou confidências. (...) A urbanidade permite que os indivíduos possam entrar no jogo de aparências e papéis urbanos que constituem a cidade". Essa definição é diversa do sentido que proponho para a amabilidade, que se ocupa de contatos físicos mais próximos, intimidade e aproximação, e não somente de um modo de estar na cidade que faz parte de um contrato cotidiano de boas maneiras.

A amabilidade se voltaria mais para o sentido de cordialidade 10, que significa lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade, todas elas expressões legítimas de fundo emotivo extremamente rico e transbordante, que a tornam diferente de civilidade e de boas maneiras, mais relativas à polidez que caracteriza uma espécie de defesa ante o "outro". Tanto a cordialidade quanto a amabilidade se alinham com o desejo de se estabelecer intimidade. No entanto, na busca de um termo que alinhasse esta feição social à dimensão física do "espaço amável" e à excepcionalidade da intervenção enquanto corte no tempo, optei pelo termo amabilidade. Uma associação interessante, em se tratando do corte do tempo, seria associar a urbanidade à qualidade de um espaço-tempo cotidiano e à amabilidade de um espaço-tempo da intervenção.

Entretanto, é exatamente no sentido tangível e material, como condição de "coisas urbanas", que Solà Morales (2005) concebe o conceito de urbanidade. Segundo ele, é antiquado definir a urbanidade como qualidade social ou como código de bons costumes que configuram um comportamento civilizado. Ou mesmo como caráter urbano de certos ambientes que resultam reconhecíveis na hora de representar a vida em comum. O conceito de urbanidade para a urbanização contemporânea [global, territorial, híbrida

⁹ Segundo acepções de Houaiss (2009).

¹⁰ Cuja etimologia vem de "coração".

e dispersa] é outro e novo, e reside no equilíbrio adequado entre densidade e mescla, entre construção e atividade, que permite aos residentes da urbe participar e ser parte da sociedade urbana, através da possibilidade de se encontrarem uns com os outros. A urbanidade contemporânea está nas construções materiais capazes de transmitir aos cidadãos a compreensão de três atributos da cidade, que são a simultaneidade, a temporalidade e a diversidade. Resulta da articulação das "coisas urbanas", que não depende das funções ou das atividades, mas da diversidade – densidade qualitativa mais que quantitativa – que alude à variedade e ao número de referências superpostas em um lugar. Reforço, no entanto, que a amabilidade como conceito de dupla dimensão [social e física], com forte articulação com o eventual e com o social, não poderia adotar essa abordagem.

A amabilidade em nossas cidades

É possível identificar uma pluralidade de situações em que a presença da intervenção temporária já contribuiu para a manifestação da amabilidade. Poderia ilustrar brevemente este novo conceito através de alguns casos exemplares, situados em diversos contextos mundiais, e que mesclam o tradicional e o contemporâneo, dentro das possibilidades de intervenções temporárias nos espaços coletivos.





FIGURAS 07 e 08 - Duas edições do projeto Parede Gentil Fonte: A Gentil Carioca – http://www.agentilcarioca.com.br/Eventos/parede.html

No Rio de Janeiro, o projeto de arte Parede Gentil, realizado em empena cega de galeria de arte do centro da cidade, busca trazer a arte para o espaço urbano, conectando-a à população. A cada edição, um artista é convidado a desenvolver um trabalho especialmente para a parede, onde permanecerá durante quatro meses.







FIGURAS 09, 10 e 11 - Troca de figurinhas no Mercado Sant Antoni, Festa de Sant Jordi e Sardanes Fonte: autora



FIGURA 12 - Post it City – Projeto Home Street Home, Barcelona Fonte: Laura Marte – http://www.lauramarte.com/index. php?/paisatge/homestreethome/

O primeiro exemplo abaixo propõe uma instalação com a aparência de um "beliche" de oito andares, que pode ser usado por passantes, moradores de rua ou quaisquer usuários do espaço público interessados em interagir e descobrir novas visadas da cidade. A proposta é a criação de uma instalação que possa ser usada, e não somente contemplada, provocando o passante comum a partir do momento em que mexe na sua paisagem cotidiana, buscando criar novas funções para o espaço público através de um equipamento versátil¹¹. Já o segundo exemplo propõe uma casa nas alturas, onde os artistas plásticos "moram" durante grande parte do dia, movendo-se entre os espaços através de uma parede de escalada. Desde o alto, eles podem interagir com os voyeurs, conversando e respondendo a perguntas¹².

Em uma das esquinas ao redor do Mercado de Sant Antoni, em Barcelona, a cada domingo um grupo de pessoas, cuja predominância é de crianças, se encontra para trocar figurinhas. É uma atividade espontânea que lota o reduzido espaço da esquina e propicia uma rede de conexões totalmente diferente das habituais. Mais um exemplo catalão, de frequência anual, é a festa de Sant Jordi, quando os cidadãos saem às ruas para comprar ou trocar publicamente flores e livros. Além da beleza do espetáculo, é uma prática que gera uma rede de conexões entre pessoas antes totalmente desconhecidas. Outro clássico da amabilidade são as

¹¹ Autoria do artista plástico Guga Ferraz – abril/2007.

¹² Autoria dos artistas plásticos Tiago e Gabriel Primo – julho/2009.

Sardanes, dança típica praticada todos os sábados no piso liso da Praça da Catedral de Barcelona. Uma horda de turistas e transeuntes se acumula ao redor das rodas para participar, inclusive ensaiando alguns passos a exemplo dos profissionais.



FIGURA 13 Projeto Add-on, Viena

Fonte: Add-on-http://www.add-on.at/cms/cat23.

htm

Foto: Michael Rieper

A instalação artística *Home Street Home*¹³, também em Barcelona, tem como característica a autogestão de sua existência latente, e trabalha com as possibilidades sociais resultantes da dinâmica do recolhimento de móveis velhos pela prefeitura, efetuada uma vez por semana, entre oito e dez da noite. Nesse intervalo de tempo, a rua vira um acúmulo de móveis e objetos representativos da vida íntima, que são ordenados segundo sua função aparente, criando ambientes habitáveis para os transeuntes noturnos. Dessa forma, se dilui a fronteira entre o público e o privado e criam-se recintos nas ruas, animando de forma efêmera e gratuita o espaço público, e conectando as pessoas entre si e com o lugar.

Extrapolando o eixo Rio de Janeiro – Barcelona, o projeto cultural Add On é uma instalação arquitetônica de grande porte¹⁴, realizada durante seis semanas em Viena no ano de 2005. Como um espaço público vertical, ela explora a interface entre as esferas pública e privada, através da implantação no espaço público de unidades funcionais reconhecíveis da vida cotidiana, porém descontextualizadas, buscando evidenciar uma reação às formas estereotipadas de funcionalidade da vida social, motivando os transeuntes a explorarem a vida urbana de uma forma absolutamente mais interativa... e amável.

Os projetos de arte pública de Christo e Jeanne-Claude, por sua vez, são amplamente conhecidos dentro da categoria de intervenções sitespecific, sendo talvez o mais emblemático o embrulhamento do Parlamento de Berlim, realizado em 1995, na Alemanha. Intervenção mais recente, "As Portas", instalada no

¹³ Exemplo de Post it City (cidade ocasional), de autoria da artista plástica Laura Marte, com a contribuição dos moradores –

¹⁴ Autoria dos arquitetos Peter Fattinger, Veronika Orso, Michael Rieper – julho de 2005.

Central Park, também se propunha à provocação de novos olhares e novas sensações espaciais no consagrado espaço público nova-iorquino. Christo e Jeanne-Claude utilizam-se da premissa da efemeridade aliada à plasticidade e originalidade, que conferem à obra a relevância urbanística desejada, criando uma nova leitura do lugar, que atrai e se conecta com o passante.



FIGURA 14 - Intervenção de Christo and Jeanne-Claude: The Gates, Central Park, New York City, 1979-2005 Fonte: Christo e Jeanne Claude – http://www.christojeanneclaude.net/
© 2005 Christo and Jeanne-Claude Foto: Wolfgang Volz

Já o trabalho de Tadashi Kawamata apresenta interesse por explorar os terrenos do provisório, lidando com a interface entre as artes plásticas e a arquitetura, fora dos limites dos museus. Suas instalações lidam com a noção do tempo, em que mais importante é o processo do que o produto acabado. No projeto "Sur la Voie" is, instalado em Évreux, na França, no ano 2000, seu desafio foi suscitar a renovação de curiosidade para a cidade e a sua história, através da realização de uma ponte de união entre as quatro construções remanescentes dos bombardeios de 1940. Essa intervenção temporária de arte pública gerou uma diferente dinâmica e proporcionou novos e originais olhares para o centro histórico, trabalhando na recuperação do caráter cívico de outrora, e criando um novo espaço-tempo, caracterizado pela amabilidade urbana.



FIGURA 15 - Intervenção de arte Sur La Voie, Évreux, França, de Tadashi Kawamata Fonte: Fórum Permanente – www.forumpermanente.org

Intervenções arquitetônicas como o projeto *Parasite Paradise*¹⁶, realizado em Leidsche Rijn, área residencial de Utretch, na Holanda, em 2003, movem-se no contato direto entre a arte pública e a arquitetura. O projeto resume-se a 25 exemplos de arquiteturas flexíveis e móveis, projetadas por vários arquitetos e

¹⁵ Tradução do título: Sobre a via.

¹⁶ Tradução do título: Paraíso Parasita, no sentido de se ocupar e "parasitar" um lugar.

artistas, constituindo-se numa cidade com variadas e associadas atividades, centradas na exploração das evoluções de concepção a respeito dos espaços de moradia, lazer e trabalho. Enquanto "novidade urbana" que altera a paisagem, a intervenção gera um "evento" para o lugar, conectando a população em novas dinâmicas, enquanto dure a intervenção.



FIGURA 16 - Parasite Paradise, Utretch, Holanda Mobile Linear City – Acconci Studio Fonte: Parasite Paradise – http://www.parasiteparadise.nl/

O projeto *Park(ing) Day*¹⁷ é uma intervenção anual, em que cidadãos, artistas e ativistas trabalham para transformar temporariamente uma vaga de estacionamento na rua em um jardim. A intervenção, na forma de apropriação espontânea, nasceu em São Francisco nos Estados Unidos, em 2005, através de uma instalação de duas horas de duração, mas que, devido ao sucesso, se transformou em um movimento que viaja o mundo, criando novas formas de espaços públicos temporários. A proposta é chamar atenção para a necessidade de mais espaços abertos e gerar debate sobre o tema, melhorando a qualidade do habitat humano e promovendo rupturas no cotidiano. Depois do tempo regulamentar, a situação temporária é desfeita e o estacionamento volta ao funcionamento normal. Durante o rápido período de duração do evento, novas redes sociais são possíveis no usufruto deste novo e inusitado espaço público.

Já o *Temporary Garden*¹⁸, do Atelier Le Balto, iniciado em 1997, em Berlim, tem como ideia principal a descoberta de potencialidades no espaço urbano, reestabelecendo-o como lugar de interação. A cada ano, um grupo de paisagistas é chamado a projetar uma área diferente, intervindo em locais inutilizados e motivando múltiplos olhares em relação a eles, consequentemente propagando o interesse pelos espaços públicos. Os locais escolhidos são normalmente áreas degradadas de imagem negativa, que são trabalhados pela intervenção de arte pública, de forma a gerar novas experiências e transmitir mensagens positivas aos usuários, criando entre eles múltiplas conexões.

¹⁷ Criado pelo escritório americano Rebar. O título faz um trocadilho com as palavras parking (estacionamento) e park (parque).

A foto mostra a intervenção realizada em setembro de 2011, no Rio de Janeiro, de autoria de Adriana Sansão, Ana Louback,
Marina Kosovski, Pedro Évora, Pedro Rivera, Raul Bueno e Tatiane Carrer.

¹⁸ Tradução do título: Jardim Temporário.



FIGURA 17 - Park(ing) Day, Rio de Janeiro Foto: Stefano Aguiar / Wagner Pinheiro

Movendo-se também no terreno do inusitado, o projeto *Permanent Breakfast*¹⁹ se propõe a investigar a qualidade dos espaços públicos ou a possibilidade de se imprimir caráter público a espaços privados. Funciona como um teste para avaliar o quão público é um espaço, e partiu da iniciativa de um grupo de artistas vienenses de "tomar café da manhã" em um entroncamento viário local. Aos poucos, e segundo a regra do jogo, outros grupos passaram a organizar cafés da manhã em outros locais de caráter igualmente inusitado, em vários lugares do mundo, servindo até mesmo como forma de se pensar transformações espaciais nesses locais. As apropriações espontâneas causam impacto nos usuários cotidianos, revelando diferentes entendimentos de como os mesmos são públicos, tornando-se uma espécie de teste para sua acessibilidade, assim como para seu grau de "publicismo". Acima de tudo, revelam-se como potentes meios de conexão entre as pessoas e esses lugares "desformatados", presentes na vida cotidiana de grandes cidades.

Um exemplo de uso não programado, que é ao mesmo tempo mobiliário e arquitetura, é o projeto Yard Furniture²⁰, realizado desde 2002 no espaço público do quarteirão de museus em Viena. A instalação arquitetônica transforma a praça em um playground, através da composição de 226 elementos idênticos em diferentes arranjos sem usos predefinidos, de forma a serem apropriados pelos usuários nas diferentes estações. No verão, as peças montam espaços abertos, funcionando como mobiliário de praça, e, no inverno, formam espaços fechados, como pequenos edifícios. Segundo os autores, funcionam como uma verdadeira

¹⁹ Tradução do título: Café da manhã permanente, do artista austríaco Friedemann Derschmidt, 1996.

²⁰ Tradução do título: Mobiliário de Pátio. Projeto do escritório PPAG – Anna Popelka e Georg Poduschka.

ferramenta multifuncional capaz de motivar uma infinidade de "encontros", além de novas visões de seu território cotidiano.



FIGURA 19 - Permanent Breakfast, Basel, Suíça Fonte: Permanent Breakfast – http://www.p-breakfast.net/ Foto: Friedemann Derschmidt



FIGURA 18 - Temporary Garden, Berlim, Alemanha Fonte: Atelier Le Balto – http:// www.lebalto.de/ – Marc Pouzol e Celine Bocquillon



FIGURA 20 - Yard Furniture, Viena, Áustria Fonte: PPAG architects – http://www.ppag.at/cms/index. php?idcatside=152&lang=2

A "receita urbana" de Santiago Cirugeda, intitulada Contenedores, pretende recuperar a rua através da iniciativa do próprio cidadão, evidenciando a diferença, a independência e a importância de seu papel na construção do meio em que vive. Consiste na permissão para instalação de uma caçamba de entulho através de solicitação formal à Prefeitura, e, ao invés do uso da mesma para o fim estipulado, abre-se um leque de possibilidades de uso para a vizinhança, desde atividades de lazer até os usos culturais, subvertendo a função

original do equipamento e evidenciando a potência da apropriação espontânea como geradora de amabilidade

Finalmente, focando na ideia da conexão, as redes de transporte que conectam a cidade de forma "invisível" [subterrâneas] serviram de inspiração para uma festa contemporânea que aconteceu no metrô de Londres em algumas edições entre 1999 e 2000, a *Circle Line Party*²¹. O que os organizadores pretendiam era subverter completamente o modo como o trem funciona em termos de códigos de conduta, irrompendo com a festa, à qual compareceram mais de 150 pessoas, durante o seu horário regular de funcionamento. Ademais, desejavam que o evento ficasse gravado na memória coletiva dos usuários em suas experiências futuras de uso da linha. Essa performance representa uma nova feição da festa como intervenção temporária, mostrando como esta pode ser violentamente subversiva na busca da ruptura amável do cotidiano.

Após todas essas experiências, poderia interpretar que a amabilidade, como qualidade que surge da apropriação do espaço por suas características potencialmente atraentes, e pelas conexões resultantes dessa apropriação, embora pareça a priori um conceito intangível, costuma ser fisicamente visível como resultado de determinadas ações, ou intervenções temporárias, praticadas no espaço da coletividade.





FIGURAS 21 e 22 - Contenedores, Sevilha, Espanha Fonte: Recetas Urbanas - http://www.recetasurbanas.net/

Considerações finais

Este trabalho traz a contribuição do tema da amabilidade urbana como qualidade do espaço da intervenção. Ela pode ser verificada quando a conexão pessoa-pessoa promove a redução do espaço pessoal cotidiano entre elas, trazendo uma diferente atmosfera [de intimidade] para o lugar. Verifica-se, da mesma forma, na conexão pessoa-espaço, quando este último se revela, diferente, novo, original e amável, possibilitando os novos olhares e experiências urbanas de seus usuários. Já diria Jacques (2008:1):

A cidade não só deixa de ser cenário, mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna "outro" corpo. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse "outro corpo urbano" pode surgir outra forma de apreensão urbana e, consequentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea.

²¹ Tradução do título: Festa da Circle Line [linha circular do metrô], criada pelo grupo Space Hijackers.



FIGURA 23 - Circle Line Party, Londres, Reino Unido Fonte: Space Hijackers – http://www. spacehijackers.co.uk/html/projects/circle3/ report.html

Enfatizo que não defendo a amabilidade como uma qualidade do cotidiano, advogando que todo dia deve ser um dia de intervenção. Defendo a intervenção temporária como uma ruptura positiva do cotidiano, e a amabilidade como a ruptura de hábitos individuais cristalizados no espaço coletivo, e que ambas não podem existir sem o pano de fundo do cotidiano. Há que se construir o tangível [espaços coletivos que permitam intervenções temporárias] para que a amabilidade tenha a oportunidade de manifestar-se na cidade. Os arquitetos deveriam criar mais situações propícias para intervenções temporárias, sempre visando a cidade como a reunião de espaços coletivos mais amáveis.

Concluo, parafraseando o arquiteto Fabio Cruz, dizendo que as intervenções temporárias têm o valor e a importância de "presentear a vida com o inesperado"²². A boa vida tem algo mais do que simplesmente a dimensão do cotidiano, e a qualidade artística, festiva ou subversiva, que as intervenções temporárias aportam; corresponde a uma excepcionalidade na vida na cidade, um tempo especial em um espaço que se transforma. Não se vive só da satisfação das "mundanidades", e, nesse sentido, as intervenções temporárias são as que presenteiam o "inútil" que faz desse cotidiano algo pleno, original, e amável.

Referências

ALEXANDER, Christopher *et al.* **A Pattern Language Towns, Buildings, Construction.** Vol. 2. New York: Oxford University Press, 1977.

ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. Barcelona: ETSAB, 1968. (Ed. original 1965)

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000. (Ed. original 1957)

BENJAMIN, Walter (W. Bolle org.). Passagens. São Paulo: IMESP, 2006. (Ed. original 1982)

COUTINHO M. da SILVA, Rachel (org.). A cidade pelo avesso. Desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Viana & Mosley: Ed. Prourb, 2006.

DELGADO, Manuel. "Apropiaciones inapropiadas. Usos insolentes del espacio público en Barcelona." *In:* **Post-it City. Ciudades Ocasionales.** Barcelona: CCCB, 2008.

GEHL, Jan. La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2006. (Ed. original 2004)

JACQUES, Paola Berenstein. "Parangolés de Oiticica/Favelas de Kawamata". *In:* BRAGA, Paula (org.). **Seguindo Fios Soltos:** caminhos na pesquisa sobre Hélio Oiticica. Revista do Fórum Permanente. Disponível em www.forumpermanente.org.

²² Versão original da citação, que fala sobre a importância da poesia: "(...) La poesia regala a la vida lo inesperado", do arquiteto chileno Fabio Cruz, membro fundador do Instituto de Arquitectura de la PUCV, junto com os professores Alberto Cruz e Godofredo Iommi, entre outros, e que mais tarde daria origem à Escuela de Arquitectura da PUCV, em 1952.



______. "Corpografias urbanas". *In:* **Vitruvius**. Arquitextos, ano 8, 2008. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Ed. original 1961)

LIPOVETSKY, Gilles. O império do Efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1999. (Ed. original 1981)

MERLIN, Pierre e CHOAY, Françoise. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

SABATÉ, Joaquin, FRENCHMAN, Dennis and SCHUSTER, J. Mark (eds.). Llocs amb esdeveniments. Event Places. Barcelona: Universitat Politécnica de Catalunya, 2004.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Ed. original 2005)

SENNETT, Richard. Carne e Pedra. Rio de Janeiro: Record, 1997. (Ed. original 1994)

SHAFTOE, Henry. Convivial Urban Spaces, Creating effective public places. London: Sterling, VA, 2008.

SOLÀ-MORALES, Manuel. (2005) "Para una urbanidad material". In: **De cosas urbanas.** Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2008.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal**, As bases comportamentais de Projetos e Planejamentos. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

WHYTE, William H. The Social Life of Small Urban Spaces. New York: Project for Public Spaces, 2001. (Ed. original 1980)



Enseñanzas útiles de la Barcelona Olímpica: aspectos que se deben tener en cuenta a la hora de intentar reproducir un modelo

Useful lessons from the Olympic Barcelona: aspects to consider when attempting to replicate a model

Ana Carla Côrtes de Lira

Arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal da Bahia e mestranda do curso de Antropologia Urbana na Universitat Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha.

Architect and Urban Designer, Universidade Federal da Bahia (Federal University of Bahia); Graduate student on Urban Anthropology , Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Spain.

acclira@gmail.com

Resumen

Considerando la organización de los Juegos Olímpicos 2016 en Rio de Janeiro y las frecuentes conexiones que se vienen produciendo en este ámbito con relación a las Olimpíadas de 1992 en Barcelona, se plantea una breve retomada a las discusiones acerca del Modelo Barcelona, reconociéndole como asunto ya largamente debatido en el medio académico. El artículo destaca sus principales aspectos, enfocando el periodo de preparación de la ciudad para los Juegos Olímpicos y propone su confrontación con los retos a ser vencidos por Rio de Janeiro con vistas a la realización de las Olimpiadas de 2016. Tomando como base datos históricos y reflexiones previas de otros autores, se propone a buscar en la experiencia urbanística de la ciudad catalana referencias capaces de aportar alguna contribución a las discusiones acerca de los proyectos urbanos vigentes en las ciudades brasileñas que servirán como sede de mega eventos deportivos en los próximos años.

Palabras-clave: Modelo Barcelona; Olimpíadas; Rio de Janeiro; Urbanismo.

Abstract

Considering the organization of the Olympic Games 2016 in Rio de Janeiro and the frequent connections that have been taking place in this area regarding to the 1992 Olympics in Barcelona, it's proposed a brief revisit to the discussions about the Barcelona Model, recognizing it as a subject already discussed at length in academic universe. The article highlights its main aspects, focusing on the period of the preparation of the city for the 1992 Olympic Games and makes its confrontation with the challenges to be overcome by the city of Rio de Janeiro in order to realize the Olympics 2016. Based on historical data and previous thoughts of other authors, intends to seek into the urban experience of the Catalan city references which can give some contribution to the discussions about current urban projects in the Brazilian cities that will be hosting mega sporting events in the coming years.

Key-words: Modelo Barcelona; Olympics; Rio de Janeiro; Urbanism.

Introducción

Mucho ya se ha hablado (y se sigue hablando) acerca de Barcelona. La ciudad es hoy uno de los destinos preferidos de turistas, estudiantes (sobre todo de diseño y arquitectura) y businessmen. Es la capital mediterránea de la cultura, del entretenimiento, del multiculturalismo, dueña de un valioso patrimonio arquitectónico modernista, aclamada internacionalmente por la excelencia de sus espacios públicos, experta en la organización de eventos, sede de algunos de los más importantes congresos y ferias de negocios del mundo, poseedora de centros de enseñanza universitaria de proyección internacional y madre de uno de los equipos de fútbol más famosos en la actualidad. Definitivamente, se trata de una ciudad cosmopolita y, no hay como negarlo, de completo éxito. Tanta exaltación no se configura como una exageración, ya que esa es la imagen deseada y ofrecida por los promotores de la ciudad que se exalta a sí misma. En palabras de Manuel Delgado:

"Barcelona es también una modelo, o mejor una top-model, una mujer que ha sido entrenada para permanecer permanentemente atractiva y seductora, que se pasa el tiempo maquillándose y poniéndose guapa ante el espejo, para después exhibirse o ser exhibida en la pasarela de las ciudades-fashion, lo más in en materia urbana." (DELGADO, 2007:13)

¿A qué ciudad no le gustaría ser como Barcelona? Se puede afirmar que pocas ciudades rechazarían tantos atractivos y tanta proyección en el panorama mundial. Rio de Janeiro, por ejemplo, "daría un brazo" para ser como la ciudad catalana. Eso lo dice su alcalde, Eduardo Paes (no exactamente con estas palabras), acerca de la contratación de la consultoría de Pasqual Maragall, ex-alcalde de Barcelona, con vistas a la preparación de la sede de los Juegos Olímpicos de 2016: "Voy a contratar la consultoría de Maragall porque quiero ser el Maragall del futuro y quiero que el futuro de Río sea como el de Barcelona". De hecho, este deseo representa solamente una continuidad, ya que ésta no es la primera vez que Barcelona sirve de espejo a la ciudad carioca: su plan estratégico, elaborado en 1993, se basó en la experiencia barcelonesa y contó con la participación de personajes catalanes, a ejemplo de Manuel di Forn y Jordi Borja. El resultado de dicha experiencia es calificada por el arquitecto brasileño Carlos Vainer como una "... bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade." (VAINER, 2000:115)

En dicha ocasión, el llamado Modelo Barcelona era vendido como una receta de éxito a ser reproducida en los más diversos puntos del planeta, con gran énfasis en Latinoamérica. Sin embargo, el inevitable tiempo, no solamente ha explicitado las limitaciones de su reproductibilidad, sino también ha lanzado una luz sobre las consecuencias sociales dañinas e indeseables de su práctica.

Aunque, de un lado, se reconozca el Modelo Barcelona como un tema ya exhaustivamente abordado y discutido por decenas de artículos académicos en las últimas décadas, de otro, se comprende que la inminente realización de las Olimpíadas en Rio de Janeiro, en 2016, hace con que la retomada de dicho asunto se vuelva de destacada relevancia, sobre todo frente a la ya declarada intención en tomarle como referente. Así, el presente ensayo se propone a destacar algunos de los principales aspectos de la configuración de dicho Modelo, enfocando específicamente el período de la preparación de los Juegos Olímpicos de 1992. Tiene como principal objetivo destacar de la experiencia urbanística de la Barcelona Olímpica los principales elementos que nos permitan establecer, en un futuro cercano, un análisis comparativo con los proyectos en marcha en la preparación de los primeros Juegos Olímpicos brasileños.

Lo que dicen acerca del Modelo Barcelona

Antes de todo, se hace necesario acordarse qué se entiende por Modelo Barcelona. De acuerdo con Horacio Capel, "Se trata de una expresión que surgió en relación con las transformaciones urbanísticas de esta ciudad; pero su

¹ Disponible en http://www.terra.com/deportes/articulo/html/fox1253789.htm

éxito ha sido tal que técnicos y políticos no han dudado en extender también la expresión a otros campos" (CAPEL, 2005:7). Estos otros campos a que se refiere Capel serían el modelo de gestión municipal (dividido en distritos), la fiscalidad, las estrategias culturales, la colaboración público-privada, la gestión integrada de la movilidad, entre otros.

En una definición más ampliada, Mari Paz Balibrea lo explica como "una estrategia de regeneración urbana referida a los profundos cambios, tanto socioeconómicos como urbanísticos, que la ciudad sufre desde la mitad de los años 70". Y añade:

"El concepto de modelo Barcelona es positivo, alabatorio, y considera como un éxito tanto las resoluciones urbanísticas adoptadas en diseño y arquitectura, tenidas como de alta calidad formal y estética, como las políticas que las respaldan y el impacto de todo ello en la ciudadanía y en la economía de la ciudad." (BALIBREA, 2004)

Ya para Delgado es:

"En realidad, modelo de proyecto alucinado y visionario de ciudad, juguete en manos de planificadores que han creído que sus designios y la voluntad ordenadora de las instituciones que servían eran suficientes para superar y hacer desaparecer los conflictos, las desigualdades, los malestares..." (DELGADO, 2007:12)

Pese a las distintas maneras de verlo y expresarlo, se percibe en las perspectivas presentadas la incorporación de las ideas de transformación urbanística de éxito, de modelo compartido de gestión económica, de profundos reflejos socioeconómicos, entre muchas otras menos explícitas. De hecho, el proceso de transformación física por el que pasó Barcelona a partir de finales de los años 70 engendra una compleja red de elementos y matices, empezando por las distintas fases que en él se pueden identificar. Actualizando una división propuesta por Antònia Casellas (CASELLAS, 2006), se puede plantear las siguientes etapas:

- 1979-1986. Periodo marcado por intervenciones conocidas como "acupunturas urbanas", que va desde las primeras elecciones democráticas hasta la nominación de Barcelona como sede de los Juegos de 1992.
- 1987-1992. Periodo de preparación para la celebración de las Olimpíadas.
- 1993-1997. Período de crisis postolímpica, con la desaceleración de la actividad económica, sobre todo en los sectores de vinculados al turismo.
- A partir de 1998. Periodo de consolidación del Modelo Barcelona, dedicado a "proyectos futuros", que incluye la preparación de la ciudad para el Fórum 2004 y, posteriormente, acciones orientadas sobre todo a la transformación de las zonas industriales todavía existentes (proyecto del @22).

Como se ha dicho en la introducción, y con relación a este texto, lo que aquí interesa es el enfoque de lo que sería la segunda etapa propuesta, entre 1987 y 1992, que es el momento en que la ciudad se prepara más directamente para los Juegos. Sin embargo, se hace necesario abordar algunos acontecimientos de la etapa anterior que tuvieron máxima relevancia para la configuración de la Barcelona olímpica, sin los cuales no se puede comprender todo el proceso.

Una ciudad para la democracia

De acuerdo con Llàtzer Moix (MOIX, 1994), la primera administración democrática de Barcelona, tras 40 años de dictadura, estuvo a cargo de Narcís Serra, que actuó como alcalde de 1979 a 1982.

Sus tres años de gestión fueron marcados por un fuerte deseo generalizado de democratización, de transformación social y reconocimiento de derechos. La ciudadanía clamaba por una ciudad que reflejara su nueva condición y que trajera nuevos aires a sus calles, tan maltratadas en los años de represión. Los movimientos sociales protagonizaron este momento, en la medida en que una nueva relación con la ciudad

se establecía y había un objetivo común entre los habitantes barceloneses, lo que proporcionaba una cierta cohesión social.

Bajo el comando de Oriol Bohigas, delegado de Servicios de Urbanismo, y su equipo, las intervenciones puntuales de pequeña escala, tales como plazas, calles y parques, ganaron prioridad máxima, en una política de atención a demandas de movimientos vecinales que se encajaba en el reducido presupuesto hasta entonces disponible, una operación conocida como "acupuntura/ metástasis urbana". En la visión de Bohigas lo que la ciudad necesitaba era de obras de higienización en el centro y de monumentalización en la periferia; su filosofía interventora rechazaba la macroplanificación e, incluso, pasó por encima de muchas determinaciones del Plano General Metropolitano - PGM, instrumento de planeamiento vigente desde 1976. En este periodo se realizaron las primeras acciones de esponjamiento en la densa trama de la Ciutat Vella y una gran cantidad de intervenciones en la periferia, en dimensiones sin precedentes. Algunas de las características de esos pequeños proyectos eran la sobriedad, funcionalidad, la búsqueda por la mezcla entre calidad de diseño y de resistencia, bajos costes de construcción y manutención, reciclaje de materiales procedentes de otras obras, empleo de vecinos parados. Así, fue en este contexto que la ciudad vio nascer la cultura de las llamadas "plazas duras", definidas por Muñoz como "espacios públicos inspirados en la imagen tradicional de la plaza, pero utilizando materiales y superficies nuevos junto a un mobiliario compuesto por elementos claramente artificializados" (MUÑOZ, 2008:154). En lugar del césped, se vio la proliferación de la piedra y del hormigón; en lugar de árboles, elementos visuales, esculturas y monumentos. El mobiliario de diseño toma lugar en la plaza, imponiéndose, con frecuencia, sobre el usuario.

Mientras Bohigas hacia visible en la ciudad la mano firme de la alcaldía, Narcís Serra, se empeñaba en llevar a cabo su objetivo: "Serra llegó a la alcaldía de Barcelona con la idea de transformar la ciudad, de someterla en diez años a una metamorfosis que, en condiciones normales, se hubiera demorado por espacio de veinticinco o treinta" (MOIX, 1994:17). Su estrecho contacto con Juan Antonio Samaranch, ex-presidente de la Diputación Provincial de Barcelona (durante el régimen franquista) y electo presidente del Comité Olímpico Internacional en 1980, le haría vislumbrar, mucho antes de tornarse público, la posibilidad de convertirse en sede de unos Juegos Olímpicos y, con esto, poner en marcha su deseo de transformar Barcelona. De manera que, antes de dejar el cargo, en 1982 (y, por lo tanto, 10 años antes de los juegos), Serra ya tenía sobre su mesa un documento formulado por Romà Cuyàs y equipo en el cual se analizaba qué faltaba a la ciudad para que se hiciera posible la organización de unas Olimpíadas. Basándose en las diagnosis contenidas en el documento y en las ideas previas de facilitar el crecimiento armónico de las distintas zonas urbanas, de abrir la ciudad al mar y reorganizar el tráfico sin abrir grandes vías que fraccionaran determinados barrios, Serra y su equipo dejaron ya dibujadas las líneas generales que guiarían el proyecto de la ciudad olímpica.

En palabras de Lluís Millet, arquitecto también implicado en este plan:

"La clave del acierto de la transformación de Barcelona está, en buena medida, en la anticipación y la previsión, Una ciudad puede beneficiarse de unos Juegos si los prepara con antelación. Si hubiéramos empezado a trabajar en 1988, o incluso en 1986, cuando nos fueron concedidos, el rendimiento hubiera sido otro. (...) La ciudad no habría rentabilizado la ocasión histórica para resolver sus desequilibrios." (MOIX, 1994:70-71)

En términos administrativos, la gestión de Serra también fue marcada por la descentralización, a partir de la división de la ciudad en diez distritos, lo que ha proporcionado una mayor eficacia en la atención a los barrios, sobre todo a aquellos periféricos.

La llegada de Pasqual Maragall a la alcaldía, en 1982, supuso un cambio en la dirección que Bohigas venía dando a las intervenciones urbanísticas. Al dejar el departamento de Servicios de Urbanismo, por libre voluntad, cedió su lugar a Josep Acebillo, también miembro de su equipo. Con Acebillo (y con las perspectivas de la candidatura para las Olimpíadas) se inaugura un momento en que la ciudad pasa a ser pensada en otra escala. Los niveles de intervención sobre el tejido urbano crecen y el sector del planeamiento,

rechazado en la gestión de Bohigas, vuelve a ganar fuerza. De hecho, la política de intervenciones puntuales ya no era suficiente para poner en marcha el sueño de la ciudad olímpica, de manera que, a partir de entonces, el objetivo de dotar la ciudad de condiciones suficientes para la candidatura junto al COI pasó a guiar las principales acciones de la "era Maragall".

Rumbo a la Barcelona Olímpica

Aunque la designación oficial de la ciudad sede de los Juegos Olímpicos de 1992 tuvo lugar en diciembre de 1986, desde mucho antes Barcelona ya había empezado a encarar los grandes proyectos, concursos y obras.

El desarrollo de la primera etapa de intervenciones, entre 1979 y 1986, se caracteriza por el liderazgo del sector público, tanto en lo que dice respecto a las decisiones formales, como a la financiación de las obras. Se trataba de un momento de crisis del sector industrial y, por lo tanto, de limitaciones económicas, acompañadas por una necesidad de superar el viejo modelo de ciudad industrial en franco declive. Hasta entonces se había capitalizado el orgullo de los habitantes de la ciudad, que se veían identificados con la transformación que se hacía evidente, reflejando sus ideales de modernidad y democracia, lo que hizo posible la creación de un consenso entre las voluntades política y ciudadana. Sin embargo, inmediatamente después de recibir el comunicado oficial que confirmaba la ya esperada elección de Barcelona como sede olímpica en los Juegos de '92, se pusieron en marcha nuevos mecanismos de actuación en la ciudad, basados en la asociación entre entes públicos y privados, lo que cambiaria expresivamente el rumbo de las cosas.

Esta nueva manera de pensar y actuar sobre la ciudad, tiene su base oficial en el primer Plan Estratégico de Barcelona, iniciado en 1988 y aprobado por el Consejo General en marzo de 1990. Con el planeamiento estratégico se adopta la concepción de gestión urbana definida como empresariamento urbano, cuya premisa apunta hacia la inserción competitiva en el mercado mundial, la cual prescinde de una acción coordinada y colaborativa del gobierno local junto al sector privado. De acuerdo con Mari Paz Balibrea, los Juegos desvirtúan los principios más progresistas de la modernidad del modelo y dan lugar a la paulatina conversión de la ciudad en marca, algo para ser más visto y consumido que vivido. En esa nueva dinámica las transformaciones urbanísticas pasan a atender la lógica de la ciudad-espectáculo, donde la atracción de turistas e inversores se hacen imperativos a la viabilidad de la economía urbana.

A este mismo fenómeno de estandarización urbana, Muñoz denomina brandificación, que se referiría a "un proceso por el cual los valores y atributos de las marcas habrían ido pasando del anuncio en soportes diversos a su materialización en entornos físicos y espacios urbanos concretos (). Comprobamos, llegados a ese punto, que la imagen urbana es, en realidad, una imagen-marca" (MUÑOZ, 2008:164). En el caso de Barcelona (o Brandcelona, como lo sugiere Muñoz), las imágenes asociadas al producto buscan vender la idea de mediterraneidad, cultura y modernidad, directrices generales de la ciudad remodelada.

El tema de la mediterraneidad se materializa urbanísticamente a través de la apertura de la ciudad al mar, que se conectaba con la reformulación del área del Port Vell y con la construcción de la Villa Olímpica en el antiguo barrio industrial del Poble Nou. La recuperación de la fachada marítima consistía en:

"...expropiar más de 500mil m², desmantelar un trazado ferroviario cargado de historia, soterrar otro ramal (el de Glorias), construir vías rápidas, renovar la red de colectores de la ciudad, asegurar el frente de costa, habilitar 4km de playas, construir un nuevo puerto e, finalmente, edificar y urbanizar el (...) barrio residencial para los atletas olímpicos." (MOIX, 1994:119)

Este nuevo barrio residencial, construido para albergar a 15mil atletas, en el periodo postolímpico sería devuelto a la ciudad como un barrio moderno dedicado a las clases medias, que, antes mismo de su inauguración, ya se agitaban frenéticamente para adquirir su unidad.

La Villa Olímpica es solamente uno de los ejemplos en que los intereses privados se hicieron prioritarios a la hora de definir sus características inmobiliarias. El discurso de la construcción de un barrio nuevo ya no dejaba margen ninguna a la idea de revitalización del barrio industrial, que ha sido completamente arrasado para dar paso a la modernidad. Y aunque haya habido una intención inicial en mantener un porcentaje importante de las nuevas viviendas como vivienda pública, la presión de los operadores privados descartó cualquier posibilidad de que ello se realizara.

"Las estrategias de los operadores privados bancarios y las inmobiliarias a ellos vinculadas, que eran los encargados tanto de avanzar los créditos para la operación urbanística como de gestionar los trabajos de urbanización y construcción, acabaron modelando el perfil definitivo del proyecto en lo que se refiere al tipo de vivienda ya los precios finales de venta." (MUÑOZ, 2008:162)

La misma dinámica, pero con rasgos mucho más impactantes socialmente, se vio en las intervenciones llevadas a cabo en la Ciutat Vella. En lo que dice respecto a la política de rehabilitación de viviendas en el centro histórico, la estrategia adoptada sigue el viejo discurso reformista/higienista del siglo XIX, reforzado por la adhesión de la ciudad, en 1986, al proyecto Ciudades Saludables, promovido por la OMS. La insalubridad y la pobreza, o sea la degradación física y social que ahí se hacían presentes, diseminaba una pésima reputación, llena de perjuicios a esta zona tan importante de la ciudad. Este acto culmina con la declaración del conjunto de la Ciutat Vella como Área de Rehabilitación Integrada (ARI), dentro del marco de los PERI (Planos Especiales de Reforma Interior) elaborados para diferentes áreas de la ciudad.

En medio de las conspiraciones de la ciudad olímpica en construcción, la Ciutat Vella se convierte en importante punto de convergencia de intereses, sobre todo turísticos. La política de viviendas ahora se ve impulsada por el ya conocido potencial agregativo de equipamientos culturales de los centros históricos. En el siguiente proceso de renovación de esta zona de la ciudad, el barrio del Raval, principal punto de confluencia de la marginalidad y prostitución en Barcelona, adquiere un carácter emblemático.

En el largo proceso de intervención urbanística que tiene inicio en los años 80, en nombre de la mejora de las condiciones de vida en el barrio y acompañado de acciones de desmovilización social disfrazadas tras slogans y discursos llenos de buena voluntad ("el primer és la gent"), el poder público, apoyado por el capital privado, promueve expropiaciones, derribos, rehabilitaciones de viviendas, apertura de plazas y, principalmente, inserción de equipamientos culturales. Como parte de una cultura de control, de intervenciones urbanísticas y de repoblación humana, el Ayuntamiento de Barcelona apuesta por la gentrificación del barrio como solución para la transformación de su imagen y su resignificación en el imaginario urbano.

"Lo que se critica el que las actuaciones respondan al hecho de que a los políticos y promotores les parezca inaceptable que, justo en medio de la ciudad, vivan obreros, inquilinos de rentas bajas y otros elementos escasamente decorativos que puedan asustar a los turistas y a los nuevos propietarios, a los que se quiere atraer a toda costa. He ahí un nuevo ingrediente del modelo Barcelona: el proceso inexorable de ilegalización de la pobreza." (DELGADO, 2007:61)

En plan general, la preparación de la ciudad para los Juegos Olímpicos, seguían la idea de cuatro "áreas de nueva centralidad", ya previstas en líneas generales por la equipe de Narcís Serra en 1982, ahora promovidas por Joan Busquets, incluyendo nuevos elementos. El objetivo era conducir el desarrollo de la ciudad de una manera más o menos equilibrada, ordenando nuevos focos de crecimiento, evitando la concentración de actividades nocivas en ciertas áreas urbanas, así como promoviendo la distribución de puntos de interese al sector terciario. Aparte de la zona de Poble Nou, donde se ha ubicado la Villa Olímpica, las otras áreas olímpicas se encontraban: en la montaña de Montjüic, que abriga el llamado Anillo Olímpico, cuyas principales construcciones son el Estadio Olímpico (construcción existente, reformada en esa ocasión)

y el Palau Sant Jordi; en la zona de Vall d'Hebron, donde se han construido el Palau d'Esports, un complexo deportivo y el Parque de Vall d'Hebron; y en el área conocida como Diagonal, localizada en límite de la avenida de mismo nombre con el municipio de L'Hospitalet de Llobregat, donde se hizo un proyecto de reurbanización y algún equipamiento deportivo, pero de expresividad muy inferior, si comparado a la importancia de las otras tres áreas. Aunque con distintos niveles de relevancia, la ocupación de esas áreas también se relacionaba con una política de recalificación urbana de los espacios intersticiales generados por el crecimiento de la ciudad. En palabras de Josep Maria Montaner, "Sin duda, cada una de las cuatro áreas olímpicas fue pensada para convertirse en área al servicio de toda la ciudad." (MONTANER, 2004:209)

Las intervenciones en el sector viario han sido fundamentales para resolver algunos serios problemas de tráfico. Fueron definidas vías urbanas, reformulado todo el sistema de señalización, paradas de autobús, reformados algunos túneles. La red perimetral de rondas, que conecta las cuatro áreas olímpicas, ha sido la acción más importante en el sentido de evitar el colapso de la ciudad y disminuir los flujos circulatorios en la Ciutat Vella, sin embargo en la visión de Montaner, no ha sido eficaz en la resolución de los problemas globales de tráfico y se han dedicado exclusivamente al transporte privado.

La falta de una visión en escala metropolitana en el proyecto olímpico también es objeto de crítica por parte de Montaner:

"Este modelo centrípeto se basa en obtener el máximo de beneficios del suelo de Barcelona enfatizando la hiperculturalidad y expulsando los problemas urbanos y las servidumbres – como los centros de comunicación, las autopistas, las instalaciones industriales, las cárceles, etc. – hacia los municipios limítrofes, hacia un hinterland infradotado." (MONTANER, 2004:208)

De hecho, cuando se habla en Modelo Barcelona, se acostumbra referirse únicamente a sus límites municipales, sin que se lleve en consideración el lugar de importancia que los municipios periféricos ocupan en la reconfiguración de la ciudad barcelonesa.

El modelo de terciarización masiva adoptado por Barcelona, común a las ciudades posindustriales, orientado a la generación de ofertas relacionadas al turismo, consumo y promoción inmobiliaria ha generado, en la zona del Ensanche, una conversión del tejido residencial en zonas de oficinas. Como consecuencia, ha provocado una elevación de los alquileres de manera que la función residencial se ha ido alejando paulatinamente de ellas, como ha pasado con Paseo de Gracia, donde muchas de las edificaciones se destinan al uso de visitantes de paso. De una manera general, la conversión de la ciudad en un polo de terciario de cultura, turismo y negocios tiene el inconveniente de provocar una disminución en la población residente, por encarecimiento del coste de vida en la gran ciudad, a ejemplo de grandes metrópolis como Nueva York, Londres, París. "El fracaso más flagrante del modelo BCN es que, partiendo del propósito de devolver la ciudad a los ciudadanos, ha llegado a expulsarlos de ella." (BALIBREA, 2004)

¿Modelo re-aplicable?

La creación, en 1993, del Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano - CIDEU inaugura un momento de explícito deseo de multiplicar el éxito de la experiencia barcelonesa por otros territorios, en especial en Latinoamérica. La institución, creada con el objetivo de difundir la metodología de planificación estratégica y facilitar el intercambio de proyectos, promovió asociaciones con casi 60 ciudades latinoamericanas, ofreciendo el aporte de una consultoría internacional especializada predispuesta a vender el modelo Barcelona en tierras lejanas.

En Brasil, durante la década de 90, algunas ciudades adoptaron la planificación al modelo CIDEU, entre ellas Rio de Janeiro y Nova Iguaçu (estado del Rio de Janeiro), Fortaleza (en Ceará) y Juiz de Fora (en Minas Gerais).

La alcaldía de Rio de Janeiro, tras una visita a Barcelona, decide poner en marcha asociaciones con instituciones privadas con vistas a la elaboración de su plan estratégico, cuyo proceso tuvo inicio en 1993, siendo concluido en 1995. El *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro* (PECRJ) fue el primero en el país a utilizar la metodología aplicada en Barcelona. El carácter parcial de este tipo de planificación, orientado explícitamente a la implantación de los patrones contemporáneos de acumulación capitalista en el espacio urbano y al uso del marketing como medio para alcanzar la adhesión social, se reflejó en proyectos de bajo alcance social, travestidos bajo la farsa de un consenso construido, como lo sugiere Carlos Vainer:

"Penso ser possível afirmar que estamos diante do processo de construção de uma nova hegemonia urbana. O PECRJ é parte deste processo. Despolitizado e despolitizador, ele constrói o consenso porque o supõe como instaurado previamente. Na verdade, não se trata de construí-lo no processo políticos, mas simplesmente de reconhecêlo, identificá-lo e enunciá-lo. O plano é, pois, o mero enunciado da cidade que todos nós queremos e simplesmente ainda não sabíamos." (VAINER, 2000:118)

Siguiendo los consejos de su compañera catalana, entre los proyectos derivados del PECRJ, figuraba la candidatura de Rio a los Juegos Olímpicos de 2004, cuya derrota fue bien consolada con la posterior elección para albergar los Juegos Pan-americanos de 2007.

De una manera general, la evaluación de algunos expertos brasileños en planificación urbana es que la receta barcelonesa no se ha mostrado de todo adecuado a realidad de las ciudades brasileñas. De acuerdo con Liana Viveiros, "Apesar da adoção dos referenciais teóricos e da metodologia nos planos desenvolvidos no Brasil, o modelo não encontra o campo de realizações efetivas que possibilitou a sua força interna e difusão externa" (VIVEIROS, 2005:232). Y añade:

"Os planos analisados em seus respectivos diagnósticos e propostas revelam (...) as marcas da realidade desigual, dos históricos passivos sociais, ambientais e urbanísticos, muito distante da "sociedade da informação" ou do "glamour" de estar inserida nos fluxos econômicos e financeiros globais." (VIVEIROS, 2005:239)

De hecho, al observar atentamente el proceso que dio lugar a la formulación del modelo Barcelona, la primera pregunta que se le ocurre a uno es acerca de la validez de su reproductibilidad.

Las condiciones sociales y sobre todo políticas de la Barcelona democrática que se mostraron extremadamente favorables a la creación de un consenso entre diversos sectores de la sociedad son irrepetibles, hasta mismo para la propia ciudad. A los retos de la ciudad Olímpica se sumaba un exacerbado deseo de modernidad, traducido en obras de gran impacto, capaces de transformar completamente la imagen de la ciudad y en total acuerdo con las reglas del juego del la mercadotecnia urbana. Sin embargo, el hambre que tenia la sociedad barcelonesa por lo nuevo quizás no sea comparable a las demandas de las ciudades latinoamericanas por infraestructura básica y, principalmente por seguridad. Las necesidades más latentes varían de acuerdo con cada realidad local, y no hay dudas, determinan su nivel de concordancia con los intereses de la ciudad globalizada.

En palabras de Horacio Capel "hay que tener en cuenta sobre todo el marco en que se actuará, huir de recetas generales y resolver los problemas que cada uno tiene. Ese imperativo tiene una clara implicación; significa que no hay modelos generales. Por tanto, el de Barcelona no sirve fuera de esta ciudad" (CAPEL, 2005:25). Tomando como referencia el título de uno de los capítulos de su libro, la mejor manera de aprovechar la experiencia de Barcelona es comprendiendo que "No hay modelos, pero sí enseñanzas útiles".

Conclusión

Y ¿qué enseñanzas puede Rio de Janeiro tomar de la transformación urbanística de Barcelona para la organización de sus Juegos Olímpicos?

Seguramente, hay muchas lecturas posibles, entre las cuales se puede destacar los siguientes puntos para reflexión:

- Preparación previa La anticipación y la previsión fueron palabras clave en todo el proceso. La realización de los IJOO - así como la Exposición Universal de 1888, La Exposición Internacional de 1929, el Fórum de las Culturas de 2004 - se constituyó como un medio para alcanzar las transformaciones ya idealizadas en líneas generales desde fines de la década de 70, por Narcís Serra, dando seguimiento a una tradición local de aprovecharse de grandes eventos para renovarse. Antes mismo de la candidatura como sede olímpica, ya se ponían los principales proyectos orientados a ello y algunas obras llegaron a ser realizadas, como la construcción del velódromo en Vall d'Hebron.
- Valorización del espacio público La actuación del poder público en Barcelona, empezada todavía antes de la candidatura a los IJOO, estuvo claramente dividida en dos etapas: una compuesta por pequeñas intervenciones puntuales y otra, posterior, configurada por las intervenciones de gran porte. La primera, bajo la dirección de Oriol Bohigas, aunque objeto de crítica de muchos, que la consideran dispersa y fragmentaria, tuvo gran importancia en la revalorización del espacio público barcelonés. Algunos espacios creados o reformados en esta ocasión, como la Plaza de la Mercè, el Parque del Escorxador, la Plaza Real, entre muchos otros, incluso en las zonas periféricas de la ciudad, tuvieron un papel muy relevante en la relación de la ciudadanía con el espacio urbano. La cultura del espacio público, tan admirada en Barcelona, tiene inicio en este momento, cuando las intervenciones todavía no se centraban en los intereses de la iniciativa privada.²
- Zonificación de las instalaciones en la ciudad La definición de las cuatro áreas olímpicas de nueva centralidad respondieron a un deseo de equilibrio entre las estructuras existentes y las nuevas, llevándose en consideración el nivel de consolidación del barrio y, sobre todo una preocupación con la distribución de la terciarización de manera equilibrada por el tejido urbano. La ejecución no se hizo tan proporcional, pero aunque sea nítida la diferencia de importancia entre el área de la Diagonal y la de Montjuïc, por ejemplo, el equilibro se hace presente, en la medida en que respeta una zonificación de actividades predominantes diferenciadas entre ellas. La ubicación de la Villa Olímpica, además de promover la reconstrucción del antiguo barrio industrial de Poble Nou, tuvo estrecha relación con la recuperación de la fachada marítima, probablemente el conjunto de intervenciones más impactante de toda la operación olímpica. La intervención en la montaña de Montjüic respondió a un deseo de recuperar este importante pulmón de la ciudad y arreglar las zonas que quedaron por urbanizar en las intervenciones hechas en la ocasión de la Exposición de 1929. Ya en las áreas de Diagonal y Vall d'Hebron se trataba de, más que construir equipamientos deportivos, trabajar el mejor aprovechamiento de espacios intersticiales en tejidos ya consolidados. Conectando las cuatro áreas, las rondas perimetrales - Ronda Litoral y Ronda de Dalt - forman un anillo de 35 km de extensión que permite rodear la ciudad. Se constituyeron como autopistas urbanas que conectan fácilmente la zona

Es importante señalar que la acepción de "espacio público" aquí referida se conecta más bien con una categoría de espacio resultante de la voluntad, acción y bajo el control del Estado, en oposición a una categoría de espacio de acción política, de encuentro con el otro y de la construcción de la diferencia, como lo sugiere Hannah Arendt. Tomando como referencia la discusión acerca de las distintas apropiaciones del término, propuesta por Adrian Gorelik (2008), se comprende que, en Barcelona, la elevación del espacio público al papel de protagonista en el proceso de transición democrática incluyó su valorización en cuanto categoría política. El "romance del espacio público barcelonés" estuvo a cargo del discurso de la recuperación del centro de la ciudad a favor de la ciudadanía. A través de una política de "esponiamiento" urbano, iniciada en la década de 1980 y todavía en marcha, se ha impulsado un gradual proceso de gentrificación, sobretodo en el emblemático barrio del Raval, capaz de quitarle el antiguo estigma de zona marginalizada y transformándole en punto de encuentro de artistas, estudiantes, turistas y jóvenes en general. En el espacio público generado en este contexto se explicita la fuerte mano del Estado - visible a través de constantes acciones de vigilancia y control - apoyada crecientemente por el sector privado y el marketing, responsables de potenciar y ampliar su dimensión mercadológica. Para más informaciones acerca de los espacios públicos en la renovación del centro de Barcelona, ver Maza et ál. (2005) y Lira (2011).

central con la periférica y se puede afirmar que de todas las obras olímpicas, es la más utilizada por un gran número de habitantes. De una u otra manera, la zonificación propuesta para la ciudad olímpica y la infraestructura construida respondieron a demandas de la ciudad como un todo.

- Herencia postolímpica (o legado olímpico) Terminados los JJOO, tras el reparto de la tarta con los agentes privados, el saldo de la herencia pública de las obras realizadas fue positivo. El mayor legado para la ciudad fue, sin dudas, en espacios urbanizados, plazas, parques y playa. Aunque en la Villa Olímpica no haya quedado siquiera una unidad residencial dedicada a la vivienda social, el "nuevo barrio" fue devuelto a la ciudad bajo la forma de tejido urbano remodelado, así como la zona del "nuevo Port Vell", que de pronto se incorporó a la vida de la ciudad como área de ocio y deporte. La mayor parte de los equipamientos deportivos hoy son administrados por el poder público, aunque en muchos casos el aprovechamiento sigue dudoso.
- Costes sociales Finalmente, pero definitivamente no menos importante, se hace necesario poner en la balanza las consecuencias de dicha transformación urbana para la población residente, sobre todo los habitantes de las capas más vulnerables. La construcción de la ciudad olímpica prescinde de la atracción del capital privado, a quien se acostumbra ofrecer las mejores fracciones urbanas y también aquellas a las cuales se quiere controlar a cualquier coste. En Barcelona, la Ciutat Vella ha sido siempre el punto de convergencia de los sectores marginalizados, es decir, de pobres, mendigos e inmigrantes, lo que se viene resolviendo poco a poco con la atracción de un nuevo público. Las obras de esponjamiento del centro antiguo, sobre todo del barrio del Raval, viene agregando una variada gama de equipamientos culturales - museos, centros de cultura, universidades y, dentro de poco tiempo, la nueva Filmoteca de Catalunya - haciendo del barrio un importante polo cultural en la ciudad. La ya conocida estrategia de creación de nuevos imaginarios para la regeneración de espacios urbanos, aquí viene acompañada de desalojos, demoliciones y gentrificación travestidos bajo un falso discurso de participación social. En adición, la conversión de las zonas centrales en polo turístico y, por lo tanto de altos costes, viene desplazando a la población de clase media cada vez más hacia la periferia y los municipios contiguos, abriendo espacio a la instalación sucesiva de una población transitoria. El centro de la ciudad, vaciado de su ciudadanía pero repleto de usuarios casuales de corto y medio plazo, se convierte en una contradictoria tierra de nadie.

El aprendizaje que Rio de Janeiro puede obtener de la experiencia de Barcelona depende, en parte, de la lente que se elija usar, de acuerdo con los aspectos que se deseen enfocar. Si se quiere que su futuro sea como el de la capital catalana, como o dice al alcalde Eduardo Paes, de alguna manera asume el compromiso con la conversión de sus zonas centrales en polos de comercio y turismo masivo, a servicio únicamente de la explotación capitalista. Quizás la explicitación de sus referencias justifique más claramente los desalojos forzosos de favelas que ya se están poniendo en marcha en la ciudad carioca. También asume una preferencia por la exaltación de la imagen de la ciudad como marca, que en su caso, no hay dudas, tendrá a ella asociada la ya conocida simpatía y alegría de su pueblo, el carnaval, la playa y el deporte. Asume dedicar gran parte de la ciudad a los agentes que le promueven, en detrimento de su ciudadanía.

Un futuro como el de Barcelona también demanda una preocupación con la promoción del equilibrio de las inversiones privadas en el tejido urbano, con la creación de espacios públicos de calidad, con la realización de grandes obras viarias que solucionen los retos existentes.

Sin embargo, como ya lo ha demostrado la experiencia del plan estratégico de 1993, Rio y Barcelona poseen diferencias estructurales y socioeconómicas tan discrepantes, que muchas de las enseñanzas posibles seguramente se verán estancadas por situaciones impensadas en la realidad catalana. Solamente para citar algunos, el tema de la violencia, y el consecuente estigma del cual la ciudad carioca todavía no ha conseguido liberarse, es transversal a todas las intervenciones previstas para la ciudad y su tratamiento se constituye como un factor condicionante para la realización de los JJOO'2016. La violencia también pasa por el tema de las

favelas, que refleja en el espacio urbano las profundas desigualdades socioeconómicas del país. A los retos que la condición de ser un país tercermundista impone (aunque haya los que crean que ya se eleva a la categoría de segundo mundo) se suman la fuerza y articulación de un gran número de movimientos sociales, dispuestos y capaces de hacer de todo para, si no impedir, por lo menos poner algo de dificultad en las grandes operaciones inmobiliarias ya en marcha.

Obviamente, un recorrido por el proceso de desarrollo del modelo Barcelona y sus consecuencias solo se hace posible, precisamente, por ya ser parte de la historia. Mientras el proceso de transformación de la ciudad industrial en ciudad mundial estaba en marcha, mucho se podía especular respecto a ella, pero sólo la experiencia permite hacer una evaluación de lo que ha pasado y alimentar el ciclo, en la medida en que permite apuntar para los caminos del porvenir. El futuro de la ciudad de Rio de Janeiro y el rumbo de los aspectos aquí tratados aplicados a su realidad, aunque conozcamos las intenciones que subyacen por detrás de lo explicitado, sólo el tiempo podrá precisar. Aprender con los errores y aciertos del otro es parte de la vida humana y, de hecho, es una costumbre que, en la historia, mucho ha contribuido para el desarrollo de todas las áreas del conocimiento.

Referências

BALIBREA, Mari P. **Barcelona: del modelo a la marca.** Artículo disponible en http://e-barcelona.org/index.php?name =News&file=article&sid=5932, 2004.

CAPEL, Horacio. El Modelo Barcelona: un examen crítico. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CASELLAS, Antònia. Las limitaciones del modelo Barcelona. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**: Revista del Departamento de Geografía de la Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, n. 48, p.61-81, 2006.

DELGADO, Manuel. La ciudad Mentirosa. Barcelona: Catarata, 2007.

GORELIK, Adrián. El romance del espacio público. Alteridades, vol.18, n.36, México jul/dic., p.33-45, 2008.

LIRA, Ana C.C. Contradições e políticas de controle no espaço público de Barcelona: um olhar sobre a Praça dels Àngels. **Cadernos Metrópole**: Revista do Observatório das Metrópoles da PUC-SP, v. 13, n. 25, p. 279-302, jan/jun 2011.

MAZA, Gaspar; McDONOGH, Gary; PUJADAS, Joan J. Barcelona, ciutat oberta: transformacions urbanes, participación ciudadana i cultures de control al barri del Raval. **Revista d'Etnologia de Catalunya**, Barcelona; v.21, p.114-131, 2005.

MONTANER, Josep Maria. La evolución del modelo Barcelona (1979-2002). In: BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida (Org.). **Urbanismo en el siglo XXI**. Barcelona: UPC, 2004, p.203 – 220.

MOIX, Llàtzer. La ciudad de los Arquitectos. Barcelona: Anagrama, 1994.

MUÑOZ, Francesc. Urbanalización. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 105-119.

VIVEIROS, Liana. Cidades estrategicamente planejadas no Brasil: Rio de Janeiro, Fortaleza, Juiz de Fora e Nova Iguaçu. Tesis de Maestría en Urbanismo en la Facultad de Arquitectura de la Universidad Federal de Bahia, 2005.

Habitação Social no Brasil: déficit e sustentabilidade

Sustainability and lack of Social Housing in Brazil

Gilda Collet Bruna Maria Augusta Justi Pisani

Arquiteta, Livre Docente e Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, Professora Associada Plena da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Architect, PhD, Teacher at the School of Architecture and Urban Design, São Paulo University; Teacher at the School of Architecture and Urban Design Mackenzie Presbiterian, Graduate Program in Architecture and Urban Design. gildacbruna@gmail.com

Arquiteta, especialista em Patrimônio Histórico pela FAUUSP, Mestre e Doutora em Engenharia Civil e Urbana pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP, Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Architect, specialized in Historical Trust by FAUUSP, PhD, Civil and Urban Engineering by Politechnic School, São Paulo University; Teacher at the School of Architecture and Urban Design, Mackenzie Presbiterian University, Graduate Program in Architecture and Urban Design. augustajp@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa ampla sobre edifícios e cidades sustentáveis e procura desenvolver uma análise que focaliza a quantidade das moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, confrontando com os dados do déficit habitacional no Brasil. Os métodos para essa análise consideram os dados secundários em publicações do Ministério das Cidades e Prefeituras beneficiadas pelo programa, relatórios do Tribunal de Contas da União, bem como de artigos apresentados em eventos técnicos e científicos. Posteriormente, são analisadas três iniciativas que se preocupam com a qualidade das habitações sociais e sua sustentabilidade: o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2009), que se apoia numa cartilha com Recomendações, Orientações e Caderno de Encargos para Habitação Sustentável; no concurso "Habitação para Todos – 2010", organizado pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo) e no "Selo Casa Azul Caixa – Boas práticas para habitação mais sustentável" que avalia a sustentabilidade em projetos adaptados ao Brasil, lançado em 2010.

Essas iniciativas estimulam o interesse de arquitetos, urbanistas, engenheiros e outros profissionais envolvidos com o projeto e a construção de habitações sociais, levando-os a discutirem mais e também a pesquisarem e aplicarem os conhecimentos técnicos e científicos, em prol de uma boa arquitetura, atendendo aos quesitos sociais, ambientais, espaciais, econômicos, culturais e políticos atribuídos a edifícios e cidades sustentáveis.

Estes resultados parciais serão detalhados na continuidade da pesquisa, em que os conjuntos residenciais com projetos que objetivam a sustentabilidade e que fazem parte do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV serão investigados desde o projeto até a pós-ocupação. Os resultados subsidiarão novos processos de projeto em ensino, pesquisa e prática em projeto de arquitetura e urbanismo.

Palavras chave: Habitação Social; Arquitetura sustentável.

Abstract

This paper presents partial results of wide research over buildings and sustainable cities. It also tries to develop analysis focused on the number of dwelling units of the "Programa Minha Casa Minha Vida" (My House My Life Program) as compared to the existing data about housing shortage in Brazil The methodology used secondary data as: publications from the Ministry of Cities and from City Halls of cities assisted by the program, reports from the Accountability Tribunal (or Court of Audit) and papers presented at technical and scientific events.

Three initiatives that deal with the quality and sustainability of social housing are analyzed: a) the "Programa Minha Casa Minha Vida" launched by the administration of the city of Rio de Janeiro (2009) and given support by a publication with recommendations, guide lines and task list for sustainable housing; b) the Contest "Habitação para Todos- 2010" (Housing for All) managed by CDHU (São Paulo State Housing Development Company) and c) "Selo Casa Azul Caixa, good practice for sustainable housing". The latter evaluates sustainability in projects adapted to Brazil and launched in 2010.

These projects stimulate discussion and interest by and of architects, urban designers, engineers and other professionals involved with design and building of social housing and will also stimulate research together with putting to use technical and scientific knowledge. All this would be undertaken in favour of a good architecture that would positively respond to space demands and social, environmental, economical, cultural and political requirements that are attributed to sustainable buildings and cities.

The partial results of this will be detailed in the follow-up research. There, the housing projects with sustainability objectives – included in the "Minha Casa Minha Vida" program will be analyzed from design to occupancy. The results will furnish elements for new design processes in the teaching, research and practice of architecture and urban design.

Key-words: Social Housing, Sustainable Architecture

Introdução

De 1993 a 2006, o crescimento do déficit habitacional no Brasil aumentou em mais de um milhão e meio de unidades. Porém, em 2007, houve decréscimo de mesmo vulto, o que chama atenção para o período. Essa "queda" no déficit habitacional não é fruto da eficiência da aplicação das políticas públicas no fornecimento de habitação social. Representa sim uma mudança de método de cálculo do déficit habitacional, feito pela Fundação João Pinheiro. Essa passou a detalhar os levantamentos sobre coabitação, identificando famílias que devem ser incluídas no déficit; entretanto, parte dessa coabitação não se caracteriza como déficit, porque essa situação é uma opção da família, e pode não haver intenção de constituir um novo domicílio (BRASIL, 2009). Resultados baseados nessa diferença de método não podem ser comparados com os números divulgados anteriormente. É possível, entretanto, trabalhar tão somente com os componentes da pesquisa que não sofreram alterações.

ANO	DÉFICIT
1993	6.247.303
1995	6.482.358
1996	6.449.151
1998	6.665.137
1999	6.669.226
2001	7.299.138
2002	7.256.566
2003	7.280.152
2004	7.890.362
2007	6.272.645

Tabela 1 – Déficit habitacional no Brasil.

Fonte: a partir de dados da Fundação João Pinheiro (2009).

Habitação para todos

Desse modo, procura-se desenvolver uma análise que focalize a qualidade e a quantidade das moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, confrontando-a com os dados do déficit habitacional no Brasil. E os métodos para essa análise consideram os dados secundários em publicações do Ministério das Cidades e Prefeituras beneficiadas pelo programa, relatórios do Tribunal de Contas da União, bem como de artigos apresentados em eventos técnicos e científicos.

Partindo das estatísticas oficiais, segundo a Fundação João Pinheiro (2010), órgão responsável por essas estatísticas do governo federal, o conceito empregado, para a avaliação da falta de habitações no Brasil, é o de necessidades habitacionais. Esse conceito tem um caráter mais amplo. Incluiu o déficit, ou seja, a necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias, atendimento à demanda reprimida e o atendimento à demanda demográfica, e soma-se também a necessidade de construção de novas unidades, para atender ao crescimento demográfico no futuro, e a inadequação de unidades, que precisam de melhorias de qualidade que não impliquem na reconstrução total das unidades.

Utilizando esse modo de calcular segundo um conceito abrangente, as necessidades habitacionais brasileiras atingiram, em 2007, (João Pinheiro, 2009) o número de 6.272.645 (seis milhões duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco unidades). Antes da mudança de método, o déficit era estimado em 7.934.719 unidades, o que, de fato, mostra a diferença de estimativa, antes comentada.

Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE emprega o conceito de déficit habitacional com caráter qualitativo, ou seja, é preciso que a habitação esteja integralmente construída, e assim represente a qualidade do produto entregue aos futuros moradores. Desse modo, esse déficit é caracterizado por habitações que se qualificam pela ausência de: instalação sanitária ligada à rede ou fossa sanitária; abastecimento de água com canalização interna ligada à rede geral; lixo coletado e ligação à rede de energia elétrica. Outros fatores que são levados em conta na inclusão do déficit são moradias densamente ocupadas, com mais de um habitante por cômodo e que não sejam construídas com materiais e técnicas duráveis, isto é, que se deterioram rapidamente em presença de intempéries e mesmo com o próprio uso.

Aplicando essas considerações, o déficit habitacional no Brasil se apresenta concentrado na faixa de rendimento de zero a três salários mínimos, como apontam as tabelas a seguir.

A tabela 2 "Déficit Habitacional no Brasil por Renda", conforme dados do IBGE (2007) indica que o problema habitacional se concentra na faixa de renda entre zero e três salários mínimos (SM). Quando a faixa de renda se estende de 3 a 6 SMs, o déficit cai para 6,7%. E, no caso da faixa de renda entre 6 e 10 SMs, fica em 2,4%. Daí a importância de o governo equacionar esse déficit de habitações para a faixa de menor renda familiar, ou menor poder aquisitivo.

Faixa de renda Em salários mínimos	Porcentagem		
0 a 3	90,9%		
3 a 6	6,7%		
6 a 10	2,4%		

Tabela 2 – Déficit habitacional no Brasil por renda. Fonte: IBGE – PNAD (2007).

Ao focalizar o que acontece com as regiões brasileiras, a Tabela 3, "Déficit Habitacional no Brasil, por Região", mostra que o déficit é maior nas regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente 36,4% e 34,3%. Esses dados mostram, assim, a grande quantidade de população nessas regiões que precisa de atendimento por parte do governo.

Região	Porcentagem
Norte	10,3 %
Nordeste	34,3%
Sudeste	36,4%
Sul	12,0%
Centro-Oeste	7,0%

Fonte: IBGE - PNAD (2007).

Tabela 3 – Déficit habitacional no Brasil, por região.

Frente a essas análises iniciais, pode-se entender a importância do alcance do Programa Minha Casa Minha Vida para que o Brasil venha futuramente a ser um país mais equânime em relação ao acesso à casa própria. Instituído pelo Decreto nº 6819, de 13 de abril de 2009, o PMCMV trabalha com recursos oriundos da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Por esse Decreto, o objetivo é construir um milhão de unidades habitacionais, aumentando o acesso à moradia pelas famílias de renda baixa. O Programa inclui não somente a comunidade na faixa de renda mais baixa de 0 a 3 SMs, mas também até a faixa de 10 SMs mensais.

No entanto, para as famílias que possuem renda de 3 a 6 SMs é oferecido um aumento no subsídio em financiamentos e redução dos custos que envolvem os seguros e o acesso ao Fundo Garantidor.

O PMCMV prevê que os recursos do Plano Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR) serão distribuídos entre as unidades da Federação, de acordo com a estimativa do déficit habitacional, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao ano de 2007 e suas atualizações (BRASIL, 2009a).

Assim este PMCMV estabeleceu diferentes formas de operação, tais como: aquisição de terreno e construção; construção em terreno próprio ou de terceiros; e aquisição de imóvel novo produzido no âmbito desse programa ou para requalificação. As obras a serem executadas são estabelecidas pelos beneficiários contratantes dos financiamentos, desde que monitoradas por assistência técnica da firma ou entidade que organiza o empreendimento, com as seguintes alternativas: autoconstrução; autoajuda ou mutirão; administração direta e autogestão e empreitada global. Há, no entanto, um número de projeto de unidades que se estende até 50 unidades habitacionais, aceitando-se, entretanto, sua ampliação até 200 unidades.

No entanto, na hipótese de o imóvel sofrer acidentes – como incêndio ou explosão; inundação e alagamento causados por agentes externos; desmoronamento parcial ou total de paredes, partes estruturais; e danos na cobertura causados por ventos fortes ou granizos –, os custos para repor ou reabilitar esses imóveis serão de responsabilidade do FDS, sem repasse ao morador, limitado ao valor da operação atualizado. Essas cláusulas do programa são importantes para que os empreendedores façam estudos das características físicas e entrópicas do terreno e seu entorno para não ocuparem áreas ambientalmente frágeis (BRASIL, 2009b, s.p.).

A meta é ambiciosa: construir um milhão de habitações, priorizando famílias com renda de até R\$ 1.395,00, mas que também abrange famílias com renda de até R\$ 4.900,00. Isto só será possível com uma ampla parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais. "Trata-se de um esforço inédito em nosso país, mas necessário e viável." (Caixa Econômica Federal, 2011)

O PMCMV recebeu críticas de arquitetos e urbanistas com participações destacadas em gestões públicas e academia, falando que o Programa com seu "Plano do Milhão de Casas" é apenas a corrida ao pote da poupança compulsória (FGTS) e da poupança voluntária (caderneta de poupança), somadas aos recursos orçamentários. Trata-se, pois, de um financiamento público pelo governo federal, sem qualquer originalidade, como aqueles que foram feitos há 40 anos pelo chamado Sistema Financeiro da Habitação, lançado no período militar. Essas críticas dizem ainda que este PMCMV é um plano sem metas e etapas e sem aplicação específica por regiões e sem prazos estipulados (DE PASCHOAL, 2009).

Já em 2010, a Medida Provisória nº 514, de 1º de dezembro de 2010, modifica alguns itens do PMCMV, sem alterar a sua estrutura básica. Assim é que o programa passa a incluir reivindicações antigas dos mutuários, como: utilização de espaços comerciais nos térreos de edifícios em projetos de reabilitação em áreas centrais, para que com o ganho nestas atividades, os mutuários possam auxiliar nas despesas com a manutenção e condomínio; começar a utilizar terrenos que estejam em processos de desapropriação; auferir prioridade para as famílias chefiadas por mulheres e estabelecer modificações nos instrumentos de regularização fundiária.

Apesar dos avanços, ainda restam muitos problemas; entre eles encontram-se os citados na crítica de Rolnik (2010), que afirma que essas modificações recentes no PMCMV não abrangem o que seria mais importante para a construção de habitação social, isto é, poder contar com terrenos bem localizados nas cidades, o que vem sendo entendido como o grande "gargalo" a limitar a atuação do programa (ROLNIK, 2010).

No entanto, o programa veio sendo implantado e, segundo dados do Tribunal de Contas da União (2010, p.7), até a data de 30 de junho de 2010, o PMCMV já tinha contemplado 378 municípios brasileiros com obras para famílias com renda até 3 salários mínimos, distribuídos pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. A tabela 4 a seguir mostra os 378 municípios atendidos, distribuídos por faixas de população das cidades: com até 50 mil habitantes; entre 50 e 100 mil habitantes; entre 100 e 200 mil habitantes; entre 200 e 400 mil habitantes; acima de 400 mil habitantes e capitais de estados, verificando-se que, na região Sul, foram atendidos prioritariamente os municípios com mais de 400 mil habitantes, na região Sudeste, principalmente as cidades entre 50 e 100 mil habitantes, na região Nordeste e região Norte, enquanto que, na região Centro-Oeste, prioritariamente cidades até 50 mil habitantes, embora o atendimento se estendesse também a cidades em outras faixas de população.

	até 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	100 a 200 mil hab.	200 a 400 mil hab.	mais de 400 mil hab.	Capital	total
Centro-oeste	10	8	6	2	1	3	30
Nordeste	15	38	21	14	1	6	95
Norte	3	9	6	0	1	4	23
Sudeste	27	37	23	18	16	2	123
Sul	48	25	17	12	3	2	107

Tabela 4 – Quantidade de municípios contemplados pelo PMCMV para famílias com renda até 3 salários mínimos – distribuição por estimativa populacional para 2009 em cada região brasileira. Fonte: A partir de dados do Tribunal de Contas da União (2010, p.7).

Até 30 de junho de 2010, o PMCMV tinha contratado 244.146 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda familiar de até três salários mínimos. Esse total representa 61% da meta nacional de produção de quatrocentas mil unidades para esse público (TCU, 2010, p.4).

Também, o PMCMV previa a construção de 600 mil habitações para as famílias com renda de três a dez salários mínimos, segundo a distribuição: entre 3 e 4; 4 e 5; 5 e 6; e de 6 a 10 salários mínimos, conforme estimativas da tabela 4 a seguir, em que se prevê maior número de unidades habitacionais para as faixas de famílias entre 3 e 4 SMs e entre 6 e 10 SMs:

Faixa de renda familiar (salários mínimos)	Previsão de moradias (unidades)
Entre 3 e 4	200.000
Entre 4 e 5	100.000
Entre 5 e 6	100.000
Entre 6 e 10	200.000
Total	600.000

Tabela 4 – Quantidade de moradias previstas no PMCMV para as famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos. Fonte: Programa Minha Casa Minha Vida (2011, p.13).

Segundo avaliação do Tribunal de Contas da União (2010, p.10), nos empreendimentos do PMCMV para as famílias de três a seis salários mínimos, até o dia 30 de junho de 2010, tinham sido contratadas 89.616 unidades, o que equivale a apenas 22% da meta divulgada de 400.000 unidades. Na faixa e 6 a 10 salários mínimos, foram contratadas 60.189 unidades habitacionais, representando apenas 30% da meta de 200.000 unidades.

No caso de cidades capitais de Estados, porém, as poucas áreas não ocupadas elevaram o preço das obras, praticamente impedindo o acesso das camadas de salário mais baixo (FOLGATO, 2011). Segundo essa autora, o Programa já financiou 1.005.128 habitações para famílias com recursos mensais até 10 SMs, em todo o país, contando os investimentos feitos em 2009 e os demais até dezembro de 2010. Mas, em 2011, o programa entra na sua segunda fase, que prevê a construção de mais 2 milhões de unidades. No entanto, o programa enfrenta uma dificuldade, relativa ao teto do valor para as unidades mais populares (R\$ 52 mil) para famílias de até três SMs. Isso torna inviável a participação da iniciativa privada na construção dessas obras, pois o custo da unidade fica exorbitante em cidades como São Paulo. É que em São Paulo os terrenos custam muito e praticamente já não há mais disponibilidade de áreas. O adequado seria que esse valor da unidade fosse o real nas grandes cidades, mas há quem afirme que parcerias com estados e municípios poderiam viabilizar essas habitações oferecendo áreas públicas para esse programa. E, nesse caso, procuram falar em contratação na grande São Paulo e não no município de São Paulo, onde se viabilizou uma parceria com a COHAB. Há dificuldade de encontrar terreno legalizado para a implantação de 400 a 600 unidades habitacionais. O mesmo ocorre em outras grandes cidades, como no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Mas há também alguns casos em que os beneficiários do PMCMV pedem demissão de seu emprego, como constatado em Blumenau, Santa Catarina, para poder se enquadrar no limite de renda, pois não podem ter uma renda superior à renda limite de R\$ 1.395,00, valor fixado em 2009 e que ainda não sofreu revisão (DUALIBI, 2011 p.A8 Nacional). Essa exigência tem levado as pessoas a ficarem contentes por não ter carteira de trabalho assinada, caso em que não poderiam participar do programa, pois a renda familiar seria superior ao limite adotado. É preciso se enquadrar nos critérios de renda para participar do PMCMV, ou seja, uma pessoa não pode ter renda superior ao limite aprovado pelo programa, assim como não pode possuir imóvel ou não pode ter recebido financiamento de outro programa federal.

Assim é que não só a partir dos diferentes problemas apresentados na primeira fase do PMCMV, mas devido aos diferentes preços regionais dos terrenos e das construções, em fevereiro de 2011, o Ministério das Cidades divulga outra modificação nos valores dos imóveis a serem financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para até R\$ 170 mil. Essas mudanças são diferentes para cada região e em função do tamanho do município. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, onde o preço dos terrenos é mais alto, o teto passou de R\$ 130 mil para R\$ 170 mil. Nas capitais com mais de um milhão de habitantes, o teto passou de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil. Nas cidades com mais de 250 mil habitantes, o teto passou de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil. As cidades menores que 50 mil habitantes permaneceram iguais em função de terem maior oferta de terrenos. A renda familiar máxima para obtenção de financiamento com fundos do FGTS é de R\$ 4,9 mil em regiões metropolitanas e cidades com mais de 250 mil habitantes e para os demais casos a renda máxima é de R\$ 3,9 mil (BRASIL, 2011c).

Com estas modificações, o Ministro das Cidades, Mário Negromonte, afirma que um número maior de famílias brasileiras terá acesso ao programa, e que o PMCMV 2 prevê a construção de dois milhões de moradias, além da meta de um milhão da sua primeira etapa (BRASIL, 2011c).

Em fevereiro de 2011, são anunciados novos ajustes orçamentários no PMCMV: os Ministérios das Cidades e do Planejamento elucidam que os recursos para o referido programa serão suficientes para as obras em andamento em 2011 e para as obras contratadas para a segunda etapa, aquela que fará mais 2 milhões de moradias. Entretanto, apesar desses ajustes, provavelmente devido à necessidade de combater a inflação, o

Governo Federal anunciou em fevereiro de 2011 o corte de 5,1 bilhões de reais nos gastos do PMCMV. A previsão era investir 12,7 bilhões de reais, mas o investimento passou para 7,6 bilhões de reais. Esse corte está atrelado ao corte no Orçamento da União, tendo em vista controlar a inflação que começa a aparecer.

Observa-se, porém, que esse corte nos recursos do orçamento do PMCMV, segundo LIMA (2011, s.p.), assim que anunciado pelo Governo Federal influenciou diretamente nas ações das construtoras que participam do programa, cujo valor caiu abruptamente. Construtoras como a Cyrela, a MRV, a Direcional a Gafisa e a PDG caíram de 3 a 7% em 6 dias. Essa queda mostra como algumas construtoras, normalmente vinculadas ao mercado imobiliário regular ou de padrão mais alto, estão no momento trabalhando com habitação de interesse social.

O PMCMV entrou em nova fase, lançada pela presidente Dilma Roussef (O Estado de S.Paulo, 2011), com objetivos sociais mais amplos, sendo a meta atingir 2 milhões de unidades habitacionais, ou seja, o dobro do previsto para a etapa anterior, com possível expansão para 2,6 milhões. Esse programa atende a uma das necessidades e ansiedades maiores da população que é ter a casa própria, o que lhe atua como um fator de segurança familiar. Um fator que vem comentado nesse texto é que o investimento em obras habitacionais contribuiu de forma importante para a criação de empregos, estimulando a economia.

Habitação social e sustentabilidade

Uma questão muito debatida, principalmente na última década, é a da sustentabilidade na arquitetura e construção, tendo em vista que os edifícios consomem aproximadamente a metade da energia gerada no planeta. Se a demanda por novas habitações é maior do que a de outros setores da construção civil, a preocupação com a sustentabilidade é encontrada em muitos países, inclusive os mais ricos, como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Mas não vamos entrar para a fase das construções ecológicas, como diz Jim Pickard (2008, p. A11 Internacional). Na Grã-Bretanha, segundo esse autor, essas obras serão feitas em 15 possíveis locais, o que, segundo essa nova onda de ecocidades, levará à construção de 100 mil novas habitações, ajudando a equacionar a escassez de habitação no Reino Unido. Nesses projetos, o destaque é para os padrões de emissão zero de gás carbônico, com tecnologia verde e isolamento térmico das casas, em meio a grandes áreas livres, cujo custo é acessível, pelo fato de acompanharem os critérios do governo. Nesses casos, as escolas e estabelecimentos comerciais estarão perto das casas, para as distâncias serem vencidas a pé. As construções das casas seriam em madeira, painéis de energia solar e caldeiras que utilizam combustível de biomassa. Os 15 possíveis locais "estão em instalações abandonadas, como antigos campos de pouso sem uso ou antigas áreas militares". Mas há quem pense que seria melhor se o governo se preocupasse com tornar "verdes" todas as 25 milhões de unidades de habitações existentes!

A sustentabilidade social pode ser vista, por exemplo, no PMCMV lançado em 2009 no Rio de Janeiro (2009), que se apoia numa cartilha com Recomendações, Orientações e Caderno de Encargos para Habitação Sustentável, orientando diretamente seus projetos e construções. Isso representa um avanço para pensar a habitação de interesse social de forma sustentável. O primeiro passo, diz essa cartilha, é a escolha do terreno, em local que atenda ao Plano Diretor Municipal, apropriado para habitações, com infraestrutura, transporte e acesso a equipamentos públicos.

Desse modo, o projeto do conjunto deverá respeitar as características ambientais, tais como recursos hídricos, solos e vegetação. Também devem ser previstos: o aproveitamento de águas pluviais; as águas servidas que devem ser encaminhadas ao sistema de tratamento de esgotos, que poderá ser público ou, no caso desse não existir, poderá ser local, por meio de estações compactas ou fossas sépticas e materiais e técnicas de baixo impacto ambiental. A redução dos resíduos sólidos deve começar desde os serviços preliminares no canteiro de obras, e o conjunto deverá ter locais apropriados para a coleta seletiva do lixo.

Com relação ao uso sustentável, na unidade devem ser empregados aparelhos redutores de consumo de água e de energia.

No Estado de São Paulo, a iniciativa empreendimento de habitação social sustentável foi contemplada no concurso "Habitação para Todos – 2010", organizado pela CDHU (Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo), com o objetivo de fomentar projetos de habitações sustentáveis para baixa renda. Em maio de 2011, foi anunciada pela CDHU a construção de um conjunto com duzentas unidades sustentáveis na cidade de Botucatu, premiando um dos projetos vencedores do concurso. Esse projeto foi orçado a um custo de R\$1 mil por metro quadrado, o que representa 25% a mais do custo por metro quadrado de uma unidade convencional.

O projeto é de autoria do escritório 24.7 Arquitetura, de São Paulo, e prevê unidades de 52 a 63 metros quadrados, com dois ou três dormitórios, sistemas de exaustão de ar quente, paredes especiais que evitam perdas térmicas, pátio interno para melhorar o conforto higrotérmico e proteção solar. Os ambientes contam com iluminação natural o dia todo. O usuário tem acesso à cobertura da casa para utilizar a laje como jardim. Para a arquitetura das unidades, são previstos tratamentos externos diferentes, para que não sejam monótonas como os conjuntos populares tradicionais. Esse projeto é um referencial importante e precisa ser acompanhado para que se constate se as afirmações dos projetistas e da CDHU, no que diz respeito a qualidade e custos, são efetivas.

Nesta postura de incentivar habitações sustentáveis, é importante notar que a Caixa Econômica Federal lançou em 2010 um selo de sustentabilidade, denominado "Selo Casa Azul – Boas práticas para habitação mais sustentável", que avalia a sustentabilidade em projetos. As categorias a serem analisadas são (Boas práticas para habitação mais sustentável, 2010, p. 23-4):

- Qualidade urbana: qualidade do entorno; infraestrutura; impactos; melhorias no entorno; recuperação de áreas degradadas e reabilitação de imóveis;
- Projeto e conforto: paisagismo; flexibilidade de projeto; relação com a vizinhança; solução alternativa
 de transporte; local para coleta seletiva; equipamentos de lazer, sociais e esportivos; desempenho
 térmico; orientação ao sol e aos ventos; iluminação natural de áreas comuns; ventilação e iluminação
 natural de banheiros; adequação às condições físicas do terreno;
- Eficiência energética: lâmpadas de baixo consumo; dispositivos economizadores; sistema de aquecimento solar; sistemas de aquecimento a gás; medições individualizadas; equipamentos eficientes e fontes alternativas de energia;
- Conservação de recursos materiais: coordenação modular; qualidade de materiais e componentes; componentes industrializados ou pré-fabricados; formas e outras madeiras reutilizáveis; gestão de resíduos de construção; concreto com dosagem otimizada; cimento de alto-forno e pozolânico; pavimentação com resíduos da construção; facilidade de manutenção da fachada; madeira certificada;
- Gestão da água: medição individualizada; dispositivos economizadores (descarga, arejadores
 e registros reguladores de vazão), aproveitamento de águas pluviais; retenção de águas pluviais;
 infiltração de águas pluviais; áreas permeáveis;
- Práticas sociais: educação para a Gestão de RCD; educação ambiental dos empregados; desenvolvimento pessoal dos empregados; capacitação profissional dos empregados; inclusão de trabalhadores locais; participação da comunidade na elaboração do projeto; orientação aos moradores; educação ambiental dos moradores; capacitação para gestão do empreendimento; ações para mitigação de riscos sociais e ações para a geração de emprego e renda.

Esses tópicos descritos acima são detalhados no guia "Selo Azul da Caixa", que apresenta bibliografia e sugestões de soluções projetuais adaptadas à realidade brasileira. O monitoramento dos itens indicados em projeto é realizado durante as medições mensais da Caixa e outras vistorias, o que auxilia na garantia de atendimento aos quesitos propostos pelo empreendedor.

Pode-se considerar a importância de três iniciativas quanto ao projeto e construção de habitação sustentável: a da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; a da CHU de São Paulo; e a da Caixa Econômica Federal, apesar dos conjuntos projetados, construídos e equipados ainda estares sendo realizados e não se poderem mensurar ainda os quesitos de sustentabilidade apontados. No entanto, esse Guia Selo Azul da Caixa estimula o interesse de arquitetos, urbanistas, engenheiros e outros profissionais envolvidos com o projeto e construção de habitação social, levando-os a discutirem mais, pesquisar e aplicar os conhecimentos técnicos e científicos em prol de uma arquitetura de boa qualidade, atendendo aos quesitos sociais, ambientais, espaciais, econômicos, culturais e políticos atribuídos a edifícios e cidades sustentáveis.

Considerações Finais

Entre os casos estudados, a ferramenta mais detalhada e sistêmica é o Guia Selo Azul da Caixa. Um dos problemas práticos que os projetistas enfrentam é a questão dos custos da aplicação desses quesitos sustentáveis no projeto e na construção de habitação de interesse social, e as questões que surgem dessa reflexão são: os empreendimentos de habitação que não incorporam as questões de sustentabilidade oneram toda a sociedade com seus impactos? Os investimentos com construções sustentáveis poderiam ser rateados entre vários segmentos da sociedade? O que sai mais "barato", construir de qualquer forma e investir menos em curto prazo ou construir com qualidade e obter maiores retornos a médio e longo prazos?

Talvez, como parte das respostas a essas perguntas, se possa considerar o avanço que a CDHU está imprimindo na construção sustentável, ao iniciar a construção de um dos projetos que venceu o concurso "Habitação para todos – 2010". Desse modo é que se verificará se o custo anunciado de projeto é mesmo superior em torno de 25% em relação às habitações tradicionais. Essas considerações mostram como é relevante estudar a questão de habitações sustentáveis.

Segundo as informações coletadas, de um lado as fontes oficias, e de outro, a realidade dos conjuntos habitacionais que as construtoras estão edificando com o programa PMCMV, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas nessa produção, analisando o quão sustentavelmente estão sendo produzidas essas habitações, e quão importante isso pode ser para as comunidades urbanas.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. **Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências.** In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. p. 12-41.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p. 71-104, set. 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em 14 abr. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social. **Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009b**. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/mcmv/resolucoes/Resolucao%20no%20141%20CCFDS%20-%20PMCMV.pdf Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. Minha casa Minha Vida. Disponível em: www.minhacasaminhavida.gov.br/ Acesso em:12 mar. 2011

BRASIL. Ministério das Cidades. Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil. 2.ed.** Brasília: Centro de Estatística e Informações, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Minha Casa Minha Vida tem aumento nos valores dos imóveis.** Notícia de 02 fev. 2011c. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/noticias/minha-casa-minha-vida-tem-aumento-nos-valores-dos-imoveis/. Acesso em 12 abr. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Notícias: Minha Casa Minha Vida supera 1 milhão de moradias.** Brasília, 20 dez 2010. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/noticias/minha-casa-minha-vida-supera-1-milhao-de-moradias/ Acesso em: 12 abr. 2011.



BRASIL. Ministério das Cidades. **Notícias: Nota Conjunta do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Brasília, 01 mar. 2011. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/noticias/nota-conjunta-do-ministerio-das-cidades-e-do-ministerio-do-planejamento-orcamento-e-gestao/?searchterm=minha casa 2011. Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2007 / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009a.** Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/mcmv/leis-decretos-e-mps/Dereto%206819%20PMCMV.pdf Acesso em 12 abr. 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Monitoramento.** Entidade: Caixa Econômica Federal — Interessado: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. TC 018.923/2010-0. Data da Sessão: 10 nov. 2010 Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/pesquisa/acordaos/repositorio acordaos/20101112/AC 3040 44 10 P.doc. Acesso em: 27 maio 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Boas práticas para habitação mais sustentável.** Coordenadores: Vanderley Moacyr John, Racine Tadeu Araújo Prado. São Paulo: Páginas & Letras – Editora e Gráfica, 2010. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/desenvolvimento_urbano/gestao_ambiental/Guia_Selo_Casa_Azul_CAIXA.pdf Acesso em: 15 jun. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida.** Moradia para as famílias Renda para os trabalhadores Desenvolvimento para o Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF Aceso em: 12 abr. 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Entrevista** para a FASE em 04/04/2009. Programa Minha Casa Minha Vida está fora do Sistema de Habitação de Interesse Social. Disponível em: <www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3108>. Acesso em: abril de 2009.

CDHU vai construir 200 unidades habitacionais sustentáveis em São Paulo, com jardim no telhado e fachadas diferenciadas. São Paulo. Jornal O Globo. Economia, 14 mai. 2011. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2011/05/13/cdhu-vai-construir-200-unidades-habitacionais-sustentaveis-em-sao-paulo-com-jardim-no-telhado-fachadas-diferenciadas-924453017.asp Acesso em: 16 jun. 2011.

DE PASCHOAL, Raymundo. **Urbanista critica planejamento do pacote habitacional.** PiniWeb, São Paulo, 11 mai. 2009. Disponível em: http://www.piniweb.com.br/construcao/habitacao/urbanista-critica-planejamento-do-pacote-habitacional-134521-1.asp Acesso em: 11 abr. 2011.

DUAILIBI, Julia. **Para ter imóvel do Minha Casa, famílias deixam emprego e diminuem a renda.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 6ª feira, 10 de junho de 2011.

FOLGATO, Marisa. Projeto tropeça nos preços altos dos terrenos. São Paulo: O Estado de São Paulo, 6ª feira 13 de maio de 2011, p. H18 Especial.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil. 2. ed.** – reimpressão. Brasília, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD. Brasília: IBGE, 2007.

LIMA, Mauricio. Ações de construtoras na Bolsa caem após corte no Minha Casa, Minha Vida. São Paulo: Construção Mercado, Piniweb, 03 mar. 2011. Disponível em: http://www.piniweb.com.br/construcao/mercado-imobiliario/acoes-de-construtoras-na-bolsa-caem-apos-corte-no-minha-211194-1.asp Acesso em: 12 mar. 2011.

PICKARD, Jim (do Financial Times). **Reino Unido dá sinal verde à construção de cidades ecológicas**. Valor. Internacional. 3ª feira, 08 de abril de 2008, p. A11.

RIO DE JANEIRO (CIDADE) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Habitação – Maio de 2009. Programa Minha Casa Minha Vida no Rio. Recomendações, Orientações e Caderno de Encargos para Habitação Sustentável. Rio de Janeiro. 2009.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional.** Le Monde Diplomatique, São Paulo, n. 20, p.4-5, mar. 2009. Disponível em: http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/As_armadilhas_do_pacote_habitacional.pdf . Acesso em: 12 abr. 2011.



Bouvard em Buenos Aires e São Paulo: propostas e realizações¹

Bouvard in Buenos Aires and São Paulo: Proposals and achievements

Laccy Silva Ricardo Hernan Medrano

Arquiteto, mestrando; programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo/FAU-Mackenzie, professor estagiário, Universidade Presbiteriana Mackenzie/São Paulo/FAU [INGLES] contato@laccysilva.com

Arquiteto, Doutor, Professor Adjunto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador externo do Instituto de Arte Americano da Universidade de Buenos Aires
[INGLES]
hmedrano@gmail.com

¹ Este estudo é resultado da participação dos autores no projeto de pesquisa "A Cidade Ibero-americana: História, Cultura e Urbanismo - Passagens do Ideario Urbanístico entre Buenos Aires, São Paulo e Rio de JaneirO", que está sendo desenvolvido na Universidade Presbiteriana Mackenzie - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sob a coordenação do Prof. Dr. Candido Malta Campos Neto.

Resumo

Este artigo é um estudo sobre a passagem do arquiteto francês Joseph Bouvard por Buenos Aires e São Paulo, no início do século passado.

Sua participação insere-se em um âmbito internacional no qual ocorrem importantes transformações, tanto na rede urbana internacional como na dimensão do urbanismo.

Joseph Bouvard realizou planos para ambas as cidades, e neste artigo procuramos realizar uma análise conjunta de ambos os planos, com o objetivo de identificar significados que possam emergir dos textos e que permitam ampliar o conhecimento sobre as transformações urbanas no período.

Palavras-chave: Buenos Aires; São Paulo; Joseph Bouvard; Plano Urbano

Abstract.

This article is a study about the passage of the French architect Joseph Bouvard to Buenos Aires and São Paulo at the beginning of last century.

Your participation is embedded in an international context in which important changes occur in both the urban international network and the dimension of urbanism.

Joseph Bouvard made plans for both cities, and in this article we will conduct a joint analysis of both plans in order to identify meanings that may emerge from the text and that can widen knowledge about urban change in the period.

Key-words: Buenos Aires; São Paulo; Joseph Bouvard; Urban Plan

As Transformações Históricas



Figura 1 - Joseph Bouvard Fonte: (GUTMAN, 1999: 254).

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX é marcado por um intenso processo de urbanização, que redefine as relações na rede urbana em suas diversas escalas, da internacional à local. Este fenômeno se manifesta, na América Latina, pelo intenso crescimento de algumas cidades, produzido em grande medida (mas não exclusivamente) pelas migrações vindas da Europa.

No plano das cidades as transformações também são intensas. No continente europeu, diversas cidades são objeto de intervenções de grande monta, que alteram de forma considerável suas características materiais e culturais. Mas a principal referência será a cidade de Paris, que passou por uma reforma completa do sistema de circulação, resultando em um conjunto de ruas e avenidas que cortaram o acanhado tecido herdado, e também em uma série de diretrizes arquitetônicas para os conjuntos residenciais que deram um aspecto particular à cidade, o que, aliado à construção de imponentes edificios que marcam a cidade, a transformaram em referência para intervenções realizadas em outros lugares. No período de maior mudança, a cidade era dirigida pelo Barão de Haussmann, cujo nome deu origem à expressão "haussmanização", que significa o uso como modelo, parcial ou geral, das reformas realizadas em Paris.²

Já as cidades latino-americanas serão palco de um intenso debate de idéias e propostas de intervenção, cujas motivações são tanto produto de preocupações urbanísticas como de interesses comerciais, em particular pelo setor imobiliário, que nesse período produz enormes lucros.

Tanto os grupos ...

"que assumiram o poder na Argentina em 1880 quanto os que subiram ao poder no Brasil em 1889 tinham como objetivo modernizar os respectivos países. Dada a grande disparidade regional que se estabelece

² GRAVAGNUOLO, Benedetto. La progettazione urbana in Europa. 1750-1960. 2a ed. Roma/Bari: Gius. Laterza & Figli, 1994.



nessa época, significou na prática a modernização principalmente das cidades mais importantes, Buenos Aires na Argentina (e em grau menor Rosário), e São Paulo e Rio de Janeiro no Brasil (além de Recife, Salvador e Porto Alegre). Em ambos os casos, no Brasil e na Argentina, os imigrantes eram vistos como agentes de transformação e modernização da sociedade. E foram principalmente Buenos Aires e São Paulo as que receberam maior número de imigrantes europeus, cuja contribuição ia desde a simples mão-de-obra até pessoas qualificadas que trouxeram bagagem técnica e conhecimento empresarial." (MEDRANO, 2003: 34)



Figura 2 - A Várzea do Carmo em São Paulo, em obras Fonte: Foto de Roberto Capri (SOMEKH; CAMPOS, 2002: 50-51)

São Paulo e Buenos Aires são parte importante desse cenário, onde diversas dimensões se manifestam. Estão aqui incluídos os diversos planos realizados, muitos dos quais já mereceram inúmeras pesquisas.³ Mas, embora também as propostas de Bouvard para São Paulo e Buenos Aires já tenham sido bastante estudadas, neste artigo procuramos obter uma visão de conjunto, analisando ambos os planos ao mesmo tempo, com o objetivo de identificar significados que possam emergir dos textos e que permitam ampliar o conhecimento sobre as transformações urbanas no período.

Bouvard em Buenos Aires

Joseph Antoine Bouvard já era um reconhecido profissional quando foi convidado a viajar a Buenos Aires para tratar da realização de um plano para a cidade. A primeira viagem ocorre em 1907, e dois anos depois é apresentado o resultado final, intitulado *Nuevo Plano de la ciudad de Buenos Aires*, publicado em 1910. Mais adiante faremos uma análise pontual do documento, mas é importante frisar que se trata de um plano para todo o perímetro da então Capital Federal, que havia sido definido em 1888, para a qual propõe 32 avenidas e mais de 100 *rond-points*, parques e praças. Em linhas gerais, procura romper a quadrícula através de diagonais, mas na prática a maior parte do plano não é realizada. Hoje existem apenas dois trechos de diagonais saindo da Praça de Maio, e uma das realizações de maior impacto de fato levada a cabo, a Avenida de Maio.

Também é importante frisar que à época vários projetos foram propostos, desde um projeto de Rivadavia (1827), passando por propostas de José M. Lagos (1869), Carlo Carranza e Daniel Solier (1872), Felipe Senillosa (1875), entre outros.

Nem sempre as propostas eram excludentes do ponto de vista urbanístico, às vezes elementos semelhantes eram usados para sustentar propostas opostas, que evidenciavam também disputas de poder. Em particular isto se manifesta nos partidários e opositores da quadrícula (como o projeto da avenida Norte-Sul

³ A bibliografia para este período em ambas as cidades é extensa. Citamos a título de exemplo: CAMPOS, 2002; LEME, 1990; REIS FILHO, 1994; SEGAWA, 2000; TOLEDO, 1996; SIMÕES JUNIOR, 2004; GUTIERREZ, 1990; GUTMAN, 1992 e 1999; TARANTINI, 1889-1991.

do dr. Eugenio Badaro, de 1905) e das diagonais, como as idéias de Chanourdie e Jaeschke, este último um dos maiores opositores ao projeto de Bouvard.⁴

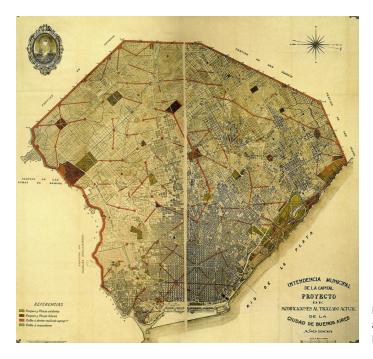


Figura 3 - Plano de Buenos Aires, com as intervenções propostas no projeto de Bouvard Fonte: (GUTMAN, 1999: 255).



Figura 4 - Aquarela de Villalobos, de 1913, procurando retratar como ficaria a cidade de Buenos Aires depois de terminadas as obras de embelezamento em execução. Fonte: (GUTMAN, 1999: 254).

⁴ TARANTINI, Jorge. El plan Bouvard para Buenos Aires (1907-1911). Algunos antecedentes. **Anales del IAAIE "Mario J. Buschiazzo"**, Buenos Aires; No 27-28, 1889-1991.

Bouvard em São Paulo

À época da passagem de Bouvard por São Paulo, a cidade era razoavelmente menor que Buenos Aires em população. Mas, da mesma forma, já desde fins do século XIX os debates sobre reformas na cidade eram recorrentes.

Estes se tornam mais intensos na primeira década do século XX, quando assume protagonismo a proposta de intervenção no vale do Anhangabaú. Naquele então, o vale constituía uma área ainda pouco ocupada e que configurava uma barreira entre a ocupação da chamada "colina", onde se situava a ocupação inicial da cidade, e a outra margem do ribeirão, a "cidade nova", que já contava com uma razoável ocupação e alguns edifícios importantes, em particular o Teatro Municipal, inaugurado em 1911. Ligando ambas as margens já existia o viaduto do Chá, de 1892.

A idéia de intervir no vale surge em 1906, através de uma proposta do vereador Augusto da Silva Telles, a qual previa basicamente melhorias na rua Anhangabaú, e o controle das fachadas, procurando evitar que as construções dessem as costas para o vale. Mais adiante, a Diretoria de Obras Municipais irá desenvolver mais a proposta, apresentando em 1910, no final da gestão de Antonio da Silva Prado, um plano conhecido pelo nome de Freire-Guilhem. Este projeto, embora se centrasse no vale, também inclui a previsão de intervenções em outros pontos da cidade.



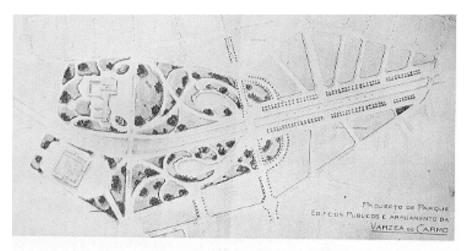
Figura 5 - Victor da Silva Freire Fonte: http://www3.poli.usp.br/pt/apoli/historia/galeria-de-diretores/201prof-dr-victor-da-silva-freire-.html

Mas simultaneamente outro projeto é formulado, por iniciativa do executivo estadual, de autoria de Samuel das Neves. A historiografia indica que havia um conflito de interesses em torno desta proposta, que previa a construção de todo o lado ímpar da rua Líbero Badaró, defendendo os interesses do sr. Conde de Prates, que era proprietário da maioria dos terrenos desapropriados. O projeto Freire-Guilhem previa este lado sem construções e ocupado por jardins.

A presença de Bouvard, de passagem por São Paulo após apresentar o projeto final do seu plano para Buenos Aires, termina por propiciar uma solução conciliatória para o conflito. Sua proposta é um meio-termo, parte jardins, parte construções. Bouvard produz um curto relatório expondo suas idéias, e acrescentando alguns outros projetos como um parque na várzea do Tamanduateí (atual parque D. Pedro II) e a remodelação da Praça da Sé.

O projeto do vale do Anhangabaú foi realizado nos anos seguintes, constituindo o "cartão de visita" da cidade, juntando um projeto paisagístico com edifícios marcantes, como o já citado Teatro Municipal e os palacetes nos terrenos do Conde Prates, projetados por Samuel das Neves.





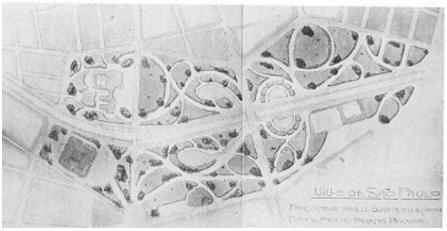


Figura 6 - Duas propostas de Bouvard para a área da Várzea do Carmo Fonte: (REVISTA DE ENGENHARIA, 1911-1912:Estampas 6 e 7)



Figura 7 – Jardim América, projeto da Cia City Fonte: (WOLFF, 2001: 145)



Figura 8 - Vale do Anhangabaú, São Paulo. Ao fundo podem-se ver os dois Palacetes Prates Fonte: Acervo LAP (MEDRANO, 2003: 67)



Mas Bouvard não atuou apenas no campo conciliatório. Interesses imobiliários também fizeram parte de sua estadia, cujo contato com investidores originou a "City of São Paulo, Improvements and Freeholdland Company Ltd.", na qual Bouvard pertencia à diretoria. Desta empresa surgiram diversos bairros com características de cidade-jardim, como o pioneiro Jardim América.

O relatório Bouvard para São Paulo é composto de sete documentos gráficos:

- "1.o Planta geral da cidade, com indicação das disposições propostas no presente e para o futuro;
- 2.o Planta de conjuncto das modificações previstas no centro da cidade;
- 3.o Projecto do prolongamento da rua D. José de Barros, de maneira a formar uma artéria de grande circulação e uma entrada condigna no centro, partindo da situação actual das estações ferro-viarias;
- 4.0 Planta das alterações a realizar na parte da cidade, comprehendida entre as ruas Libero Badaró e Formosa;



- 5.0 Variante da mesma, considerando a possibilidade da construcção de dois corpos de edificação symetricos e de estylo adequado, na orla do parque;
 - 6.0 Projecto de um parque, a ser criado na Varzea do Carmo;
 - 7.0 Variante do mesmo, tendo em vista a alienação de uma parte dos terrenos."

Os Planos em Visão Conjunta⁵

Parece claro que a participação de Bouvard em São Paulo e Buenos Aires foi a de protagonista, mas um protagonista cuja atuação deve ser analisada à luz das circunstâncias e atores envolvidos em cada cidade. Gorelik já mostrou que em Buenos Aires o projeto apresentado teve a participação das instâncias técnicas municipais, que já em 1904 apresentaram um projeto de ruas e um sistema de parques para a cidade, e que constitui a parte mais elaborada e detalhada do projeto apresentado por Bouvard. (GORELIK, 1998).

No caso de São Paulo, Bouvard esteve bem menos tempo na cidade, e seu papel foi a de encontrar uma solução conciliatória entre as apresentadas pela Diretoria de Obras e o Estado, história esta bem conhecida.⁶

Há que se destacar a consultoria de Bouvard junto aos investidores imobiliários, aconselhando inclusive, a aquisição de grandes áreas visando a expansão/especulação imobiliária.

Entretanto, desconhecemos uma análise comparativa dos projetos apresentados. Portanto nos propomos aqui a fazer alguns comentários sobre o que de fato está escrito e proposto em ambos os documentos.

A primeira constatação é o tamanho dos documentos apresentados: o de São Paulo é sensivelmente menor, provavelmente reflexo do pouco tempo despendido aqui, e ocupa em torno de três páginas (REVISTA DE ENGENHARIA, 1911-12). O de Buenos Aires dezesseis páginas (de texto efetivo). (EL NUEVO PLAN DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 1910).

Elencamos a seguir uma série de pontos que podem ser destacados da leitura desses documentos: A – Em ambos há uma ênfase na necessidade de pensar no futuro, como argumento às reformas. Sobre Buenos Aires diz:

... Buenos Aires evoluciona y crece con una rapidez y una intensidad que llama la atención del mundo entero y de quienes la administran. Las reglas del pasado, las disposiciones presentes se tornan insuficientes é ineficaces; ha llegado el momento de pensar en el porvenir. Es tiempo de establecer una base de acción nueva que permita resistir á los efectos del azar y al capricho del momento. De esto se ha preocupado la Comisión del plano. (EL NUEVO PLAN DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 1910: 8).

A mesma justificativa é dada para São Paulo:

Está chegado o momento, é minha convicção, para que a cidade de S. Paulo entre com resolução no caminho que lhe é traçado pelo seu rapido movimento de progresso. Esta capital, deve, hoje, sem tocar no passado, sem negligenciar o presente, cuidar do futuro, traçar o programma do seu crescimento normal, Do seu desenvolvimento esthetico; deve, em uma palavra, prever, adoptar e executar judiciosamente todas as medidas que reclamam e cada vez mais serão reclamadas pela sua grandeza e importância. (REVISTA DE ENGENHARIA, 1911-12: 43).

B – Ao apresentar os projetos, nos dois afirma que não se trata de uma primeira impressão, mas o resultado de análises cuidadosas. Em Buenos Aires, de fato, é resultado de um trabalho de quase dois anos.

⁵ Agradecemos particularmente, em Buenos Aires, a Alicia Novick e Julieta Perrotti Poggio, pesquisadoras que participam deste projeto, pelas informações sobre acervos e materiais disponíveis para subsidiar este trabalho.

⁶ Por exemplo: CAMPOS, 2002; SIMÕES JUNIOR, 2004; REIS, 1994; TOLEDO, 1996.

Mas em São Paulo esta afirmação deve ser relativizada, já que esteve pouco tempo, e certamente foi essencial a contribuição dos técnicos locais, que conheciam bem a cidade.

C – Ambos os projetos foram realizados em um contexto com participação de outros profissionais e da existência de projetos já realizados. Em Buenos Aires, como já citado, havia o projeto municipal cuja planta de 1904 direcionou o crescimento da cidade. E, segundo consta no documento do plano de Bouvard, o mesmo foi submetido a uma comissão, composta pelos senhores "Doctor Fernando Pérez, Ingeniero Atanasio Iturbe, Señor Román Bravo, Doctor Francisco J. Beazley, Doctor Carlos María Morales [apontado como o real autor do plano], Arquitecto J. Bouvard y Don Carlos Thays [também francês, responsável pelo paisagismo da cidade durante muitos anos]." (BERJMAN, 1992).

Em São Paulo, o projeto Bouvard segue em grandes linhas o já elaborado pela Diretoria de Obras (conhecido como Freire-Guilhem), notando-se neste caso a mesma circunstância que em Buenos Aires: Bouvard trabalhou sobre bases produzidas localmente.

D – O material gráfico apresentado diverge, ao menos na publicação dos projetos: o projeto de Buenos Aires possui apenas duas plantas gerais da cidade, com a indicação das propostas. No documento apresentado, Bouvard cita diversos informes e planos deixados na Intendencia Municipal entre a primeira viagem a Buenos Aires, em 1907 e a apresentação do plano, em 1909, mas este material não está publicado com o projeto final nem o encontramos nas diversas publicações sobre o assunto. Em São Paulo o breve relatório vem acompanhado de alguns projetos pontuais para a área central, em particular o vale do Anhangabau e o parque D. Pedro, mais tarde executado. O projeto do Parque D. Pedro II, teve duas versões, sendo uma "ideal" para o uso público, com um complexo poliesportivo e outra, que foi a aprovada, atendendo aos interesses imobiliários, reservando uma área para a especulação imobiliária

E – Como uma das grandes preocupações na época, a questão da circulação ganha grande destaque em ambos os projetos. A intenção de desafogar o centro de São Paulo, assim como prever o desenvolvimento da periferia estão presentes no relatório afim. Para Buenos Aires há um maior detalhamento das vias a serem intervindas e criadas. No caso de São Paulo esse detalhamento está no projeto posteriormente apresentado pela Diretoria de Obras.

F – O desenho da cidade surge em ambos os casos a partir da preocupação de criar cenários mais interessantes, com a particular crítica ao modelo em quadrícula. Afirma para São Paulo:

É preciso, para esse fim, abandonar o systema archaico do xadrez absoluto, o principio por demais uniforme da linha recta, vias secundarias que nascem sempre perpendicularmente da arteria principal. É necessario, numa palavra e no estado actual das coisas, enveredar pelas linhas convergentes ou envolventes conforme os casos. Uma vez posto em pratica semelhante processo, as ruas de parcelamento podem, sem inconveniente, tomar qualquer direcção que lhes seja indicada pelo interesse dos proprietarios. (REVISTA DE ENGENHARIA, 1911-12: 42).

Para Buenos Aires, cidade marcadamente quadriculada, seu veredito não foi tão afirmativo, mas segue na mesma direção:

París, Viena, Berlín, Bruselas, Moscou, Constantinopla, desenvueltas lentamente según las necesidades del momento, se crearon paulatinamente vías de recorrido mínimo desde un punto á otro; las diagonales fueron preferidas á los costados del triángulo y el desarrollo de estas ciudades puede continuarse y se continúa racionalmente en ese sentido. En cambio todas las ciudades nuevas sin excepción como ser Nueva York, Wáshington, Santiago de Chile etc., construidas en forma de damero, se hallan en cierto período de su desarrollo, en la necesidad de modificar su sistema primitivo con la creación de vías convergentes y concéntricas en ciertos puntos importantes y con la construcción de vías diagonales que quiebren la monotonía del antiguo cuadro, dando al conjunto un aspecto más pintoresco, más variado y más agradable.

Vías en línea recta, quebradas, ó curvas según las circunstancias, estableciendo una comunicación directa entre los centros de negocios y de placer, los puntos de concentración y de movimiento, descongestionando á la vez las calles secundarias, tales son las disposiciones generalmente consideradas hoy como elementos primordiales de comodidad, de higiene y de atracción en las ciudades importantes. (EL NUEVO PLAN DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 1910: 10).

Observamos em ambos os projetos que embora a abertura de diagonais fosse um dos pontos mais importantes das idéias de Bouvard, a realidade mostra que poucas foram efetivamente realizadas. Certamente o problema das desapropriações foi um dos fatores que inviabilizaram sua execução.

G – Os temas tratados em cada proposta diferem. Em Buenos Aires são seis partes principais, a saber: praças públicas, parques, jardins e passeios, as vias de circulação, os cruzamentos [encrucijadas], as estações ferroviárias e os edifícios da cidade. Estes pontos estão destacados como itens no projeto.

Para São Paulo, o relatório apresentado não possui divisões, tratando-se de texto corrido. Ainda assim Bouvard assinala quatro pontos principais:

- 1. "Obter desafogo do centro da cidade, pelo retoque de algumas partes internas e pelo estabelecimento de communicações, largas, faceis e directas, segundo o seu contorno."
- 2. "Pôr em evidencia e observar com carinho os aspectos e os pontos de vista mais notaveis, interiores e exteriores."
- 3 . "Crear aos edificios publicos, construidos ou projectados, a moldura condigna, uma vizinhança que os faça pôr em relevo e corresponda ao custo da sua construcção."
- 4 . "Assegurar o desenvolvimento da cidade em condições normaes e racionaes.□ (REVISTA DE ENGENHARIA, 1911-12: 42).

Como comentário, podemos perceber que o elenco de ações segue uma estrutura diferente. Além disso, nos textos percebemos que há temas comuns e outros que não se repetem. Entre estes citamos a topografia, o alastramento da cidade e os vazios (não tratados em Buenos Aires), os cruzamentos [encrucijadas] e as estações ferroviárias (não tratados em São Paulo). Também é interessante notar que para São Paulo há a preocupação de respeitar o legado existente, uma proposta ideal, "não fazendo caso do que existe, abstraindo dos esforços do passado", teria sido "anniquilar parcialmete a historia de uma grande cidade"

H – Para Buenos Aires são citados como referência diversos países e cidades durante o texto. São os países França, Alemanha, Áustria, Itália, Bélgica, Turquia, as regiões América do Norte e América do Sul, e as cidades de Paris, Viena, Berlím, Bruxelas, Moscou, Constantinopla, Nova York, Washington, Santiago de Chile e Londres. O relatório de São Paulo não cita nenhuma referência externa ou interna.

Concluindo, podemos notar que ambos os documentos são bastante específicos, e diferem quanto a conteúdo e dimensão. Há alguns pontos em comum quanto ás idéias urbanísticas, mas que fazem parte também do ideário urbanístico da época. Este breve paralelo apresentado serve para uma análise parcial da questão dos projetos elaborados por J. Bouvard para estas duas cidades, mas cuja compreensão exige entender um espectro mais amplo de circunstâncias e relações sociais, tema deste projeto de pesquisa ao qual pretende ser uma contribuição.

Referências

ACKEL, Luiz; MALTA, Cândido. Cap. 2: Freire e Bouvard: a cidade européia. In: SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Cândido M. (Org.). A cidade que não pode parar: Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Editora Mackpesquisa, 2002. p. 33-53.

ANTONUCCI, Denise. Morfologia urbana e legislação urbanística: Estudo de setores de bairros na cidade de São Paulo, no período de 1972/2002. São Paulo: FAUUSP, 2006. (Tese de doutoramento).

BERJMAN, Sonia (comp.). El tiempo de los parques. Buenos Aires: IAAIE "Mario J. Buschiazzo", 1992.



CAMPOS, Candido Malta. Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002.

EL NUEVO PLAN DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. Informe del arquitecto J. Bouvard. Buenos Aires: Talleres Graficos de la Penitenciaria Nacional, 1910.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. La progettazione urbana in Europa. 1750-1960. 2a ed. Roma/Bari: Gius. Laterza & Figli, 1994.

GORELIK, Adrián. La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

GUTIERREZ, Ramón. Buenos Aires. Evolución Histórica. Buenos Aires: Editorial Escala, 1990.

GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. **Buenos Aires.** Madrid: MAPFRE, 1992. (Coleção Ciudades de Iberoamérica).

GUTMAN, Margarita (ed.). **Buenos Aires 1910: memoria del porvenir.** Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires/Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires/ IIED-America Latina, 1999,

LEME, Maria Cristina da Silva. **Revisão do Plano de Avenidas: um Estudo de Planejamento Urbano, 1930**. São Paulo: FAUUSP, 1990. (Tese de doutoramento).

MEDRANO, Ricardo Hérnan. **São Paulo e Buenos Aires: Urbanismo e Arquitetura (1870-1915).** São Paulo: FAUUSP, 2003. (Tese de doutoramento).

NOVICK, Alicia. La ciudad, el urbanismo y los intercambios internacionales. Notas para la discusión. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, No 1, p. 4-13, 2009.

REIS, Nestor Goulart. **Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920.** Cadernos do LAP 1. São Paulo: FAUUSP, 1994.

REVISTA DE ENGENHARIA. Melhoramentos de São Paulo. A primeira secção do plano Bouvard. Os "blocos" do valle Anhangabahú. **Revista de Engenharia**, São Paulo; Vol.1, No 4, 10 de setembro de 1911.

REVISTA DE ENGENHARIA. O relatorio do Sr. Bouvard. **Revista de Engenharia**, São Paulo; v1. Junho de 1911 a maio de 1912, p. 42-43.

SEGAWA, Hugo. Prelúdio da metrópole, arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Anhangabaú. História e Urbanismo. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial, 2004.

TARANTINI, Jorge. La polemica Bouvard-Jaeschke (Buenos Aires 1907-1911). DANA, Resistencia; No 30, 1991.

TARANTINI, Jorge. El plan Bouvard para Buenos Aires (1907-1911). Algunos antecedentes. **Anales del IAAIE "Mario J. Buschiazzo"**, Buenos Aires; No 27-28, 1889-1991.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo.** São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. São Paulo: Edusp, 2001

http://www.ciacity.com.br/

Sobre a "racionalidade" e a espontaneidade na produção do espaço urbano: uma experiência no Morro Vital Brazil em Niterói/RJ

On "rationality" and spontaneity in the production of urban space: an experiment at Morro Vital Brazil, Niterói/RJ

Brasilmar Ferreira Nunes Heitor Vianna Moura

> Doutor em Sociologia pela Université de Picardie (1983), Professor Titular, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Pesquisador do CNPq e da FAPERJ

PhD on Sociology - Université de Picardie, 1983, professor of the Graduate Program in Sociology - Human Sciences and Philosophy Institute of the Fluminense Federal University; CNPq Researcher brunes.uff@gmail.com

Bolsista PIBIC/UFF, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais (GSO) - Universidade Federal Fluminense

Student at the Sociology Departmen / Human Sciences and Philosophy Institute of the Fluminense Federal University

heitorvianna@hotmail.com

Resumo

O presente artigo procura discutir o sentido que apresenta as áreas com características precárias em nossas metrópoles, situando-as dentro do debate sobre o planejamento urbano. Para tanto, retomamos a noção de paradigma nas ciências sociais e, a partir dos seus pressupostos formais, procuramos discutir qual o significado que têm as áreas não planejadas ou que não se submeteram a uma intervenção racional no ordenamento de seu território. Com base nesses elementos, lançamos críticas sobre a prática do planejamento urbano que não leva em conta as expectativas e as características sociais, econômicas e culturais de certas camadas da população metropolitana. Para ilustrar o debate, foi tomado como caso exemplar o Morro Vital Brazil, em Niterói/RJ. Palavras Chaves: Planejamento urbano; metrópoles; urbanismo; Morro Vital Brazil / Niterói.

Abstract

This paper tries to discuss the meaning of precarious areas in the metropolises – within the existing debate on urban planning.

In order to do that, the notion of paradigm in the social sciences is recovered and - from its formal presumed definitions - new directions are suggested towards discussing the meaning of non-planned areas. Non-planned here is understood as areas that have not being submitted to rational land modifications.

Having that in mind, a criticism on the performance of professionals in urban planning is presented – especially on planning that do not take into account the social, economical and cultural characteristics of certain groups of the metropolitan population.

To provide an example for the debate, the Morro Vital Brazil (Vital Brazil Hill), in Niterói (city in Rio de Janeiro State) was chosen and is presented.

Key-words: Urban planning; metropolis; urban design, Morro Vital Brazil/Niterói

Resumen

El artículo pretende discutir el sentido de las áreas pobres de las ciudades, en vista de la planificación urbana. Con este fin, volvemos a la noción de paradigma en las ciencias sociales para discutir el significado de las áreas que no han previsto o que no hayan hecho una intervención racional en su territorio. Sobre esta base, hemos lanzado crítica de la práctica de la planificación urbana que no considera las expectativas y los derechos sociales, económicos y culturales de ciertos sectores de la población metropolitana. Para ilustrar el debate se ha tomado como caso ejemplar Morro Vital Brasil, Niterói / RJ.

Palabras-clave: planificación urbana, metropolitana, urbana, Vital Brazil Morro / Niterói.

Apresentação

A cidade como produção social pode ser analisada sob duas perspectivas complementares: seja pelas ações de intervenção racional no ordenamento de seu território físico/material, seja como espaço coletivo resultado da somatória de decisões individuais. No primeiro caso, as ações de intervenção racional no espaço urbano se basciam em paradigmas consagrados na teoria social, estabelecendo pressupostos de análise assimilados pelas diferentes disciplinas que se ocupam da realidade das cidades. No segundo caso, a construção do espaço físico é fortemente influenciada por valores subjetivos em que se inserem lógicas culturais guiadas por padrões funcionais e estéticos peculiares. Em ambos, temos como resultado um território heterogêneo, submetido a dinâmicas distintas, mas que goza de uma "harmonia" que lhe é peculiar: o caos aparente da cidade é portador de uma lógica intrínseca passível de decodificação que pode apontar as especificidades do nosso mundo urbano onde convivem várias lógicas territoriais.

Por outro lado, sendo multidimensional, o tratamento acadêmico do fenômeno urbano se faz a partir de paradigmas científicos comuns às disciplinas que se ocupam da questão, delimitando as modalidades da intervenção via planejamento urbano ou decodificando as subjetividades de seus produtores. Priorizando a contribuição da sociologia, nosso intuito é lançar questionamentos sobre as bases paradigmáticas sob as quais se constroem as teses acadêmicas que sustentam a produção do espaço urbano. Pensamos que essa perspectiva de análise nos oferece pistas sobre a natureza urbana de nossas cidades.

Princípios gerais dos paradigmas sociais

Thomas Kuhn, no seu texto referência "A Estrutura das Revoluções Cientificas" (2003), nos explica que a ciência não progride segundo uma lógica de progresso contínuo, partindo de um ponto obscuro em direção à plena luz, mas que ela se organiza conforme a definição do que é considerado num determinado momento de ciência normal e legítima. Para o autor, são reconhecidas como normais e aceitáveis as teses que se inscrevem no contexto daquilo que ele nomeia um paradigma dominante. Não é consenso a definição do que seria um paradigma, e mesmo Khun chega a várias definições do que poderia ser considerado como tal. Em síntese, nos basta considerar por esse termo um conjunto de teorias e de modelos de explicação reconhecidos, comungado pelos teóricos que atuam na área, que fornece o escopo do que é pensável e dos questionamentos legítimos. Ou seja, o autor nos diz que não se pode pensar qualquer coisa sobre determinado tema; pelo contrário, o que devemos colocar como questões para reflexão estaria determinado a priori pelo próprio contexto paradigmático. O campo científico trabalha com esses elementos, especialmente o urbanismo e o planejamento urbano, que nos interessa mais de perto.

Assim, os grandes paradigmas que tratam da cidade vão ser caudatários desse debate que é recorrente nas ciências sociais e estão no cerne das posições muitas vezes contraditórias entre si, sobre como agir sobre o espaço urbano. Da mesma maneira que nas ciências sociais em geral, nesse ambiente discursivo sobre o urbanismo e a cidade, há uma postura fundamental de argumentação que estaria por detrás de todas as análises: a que coloca em campos opostos os que defendem o "equilíbrio" e os favoráveis ao "desequilíbrio". De fato, em praticamente todas as disciplinas sobre o social há consenso de que o "equilíbrio" seria definido como é feito na mecânica clássica: parte-se sempre de uma concepção baseada em ações lógicas, racionais, através da qual se considera que uma situação em equilíbrio pressupõe ordem e mesmo harmonia, ao lado de uma situação em desequilíbrio implicando em desordem.

Nas áreas das ciências humanas, o exemplo recorrente é o da economia. Nas transações econômicas, a relação de equilíbrio se dá essencialmente na igualdade entre oferta e demanda, de cuja assimetria sai a consequente noção de "desequilíbrio". Por detrás dessa noção, seriam retirados subsídios para cobrir assimetrias e assim superar possíveis déficits de oferta ou de demanda. Há, portanto, saídas dentro do próprio

paradigma que atua como "farol", indicando quais medidas devem ser implementadas para se chegar a uma situação de equilíbrio.

Nos estudos urbanos, é também recorrente a noção de desequilíbrio ou de "déficit". Em razão de intenso e rápido processo de urbanização, constata-se uma incompatibilidade entre a demanda por serviços coletivos e a capacidade de sua oferta por parte dos agentes responsáveis. Decorrem daí os déficits nas condições gerais de vida urbana, visíveis, sobretudo, nas nossas grandes cidades. Temos aqui então um clássico exemplo da utilização de um paradigma comum às ciências humanas – o "equilíbrio" – nas análises sobre o fenômeno urbano, que sustenta importantes decisões sobre políticas públicas em nossas cidades. As ações governamentais no espaço da cidade se legitimam justamente sob o discurso de atendimento a demandas deficitárias existentes, necessárias para alcançar uma situação almejada de equilíbrio.

Entretanto, se considerarmos as características de nossas cidades e a lógica heterogênea nelas presentes, há uma questão que deve ser destacada: qual seria a noção de "equilíbrio" quando estamos refletindo sobre o espaço da cidade? Ou ainda: uma vez definido o "equilíbrio", estaríamos automaticamente de acordo sobre o "desequilíbrio"? Se na esfera das transações econômicas podemos considerar que a equalização entre oferta e demanda indica um equilíbrio desejável, o mesmo se aplica automaticamente às questões urbanas?

As análises urbanas: entre o "equilíbrio" e o "desequilíbrio"

A produção do espaço urbano é um fenômeno complexo que dificilmente se resumiria a uma simples equação de oferta e demanda. Ou seja, nas lógicas presentes na produção da cidade, há uma situação paradoxal que merece ser ressaltada: a existência de múltiplos espaços, cada qual com sua dinâmica peculiar. Nesse sentido, as análises da cidade se aproximam mais dos paradigmas sociológicos em que há sempre lugar para um modelo de desequilíbrio, diferente, portanto da economia¹. Por mais que se argumente que haveria condições de infraestrutura urbanas adequadas e gerais a todos os grupos sociais, o que se vê é um cenário variado onde as subjetividades, ao lado de condições materiais objetivas, geram concepções de territórios distintos.

Historicamente, o urbanismo na modernidade ocidental se consolida como uma prática de intervenção baseado em pressupostos paradigmáticos que lhe dão caráter de cientificidade dentro de um amplo movimento de racionalização da vida que vai caracterizar esse período. Também aqui o paradigma do equilíbrio assegura sua hegemonia. Entretanto, no caso das análises urbanas em nossas sociedades, o mais factível é incorporar na leitura da cidade os princípios paradigmáticos que contemplem a possibilidade do "desequilíbrio", ao risco de não conseguirmos dar explicações pertinentes sobre a realidade. Aliás, como veremos adiante, justamente pelo fato de se adotar a concepção economicista de equilíbrio é que inúmeras políticas urbanas se programam à custa de processos tradicionais de viver e habitar na cidade. O fato é que sendo a cidade uma produção social ela deve ser analisada tanto na sua dimensão objetiva quanto subjetiva, pois se tratam de dimensões constitutivas de sua existência.

A cidade na história é um fenômeno sempre peculiar: fatores históricos de desenvolvimento econômico, influenciadas ainda por fatores climáticos, geográficos e socioculturais condicionam as condições objetivas de seu aparecimento e reprodução. Assim é que mesmo levando-se em consideração o grau de desigualdade econômica e social presentes em níveis distintos em todas as sociedades humanas os grupos sociais, influenciados por diferentes fatores geram espaços urbanos também diferenciados. Tais características

¹ Na sociologia, temos, ao lado do modelo de equilíbrio, o evolucionismo e o funcionalismo; do lado do desequilíbrio, temos a sociologia dos conflitos, cujo principal representante é o marxismo, ou interacionismo (que se refere ao estudo das interações entre atores que compõem o sistema).

são visíveis na materialidade dos padrões urbanísticos, seja no desenho de suas áreas coletivas, seja nas concepções de moradias unifamiliares, cuja somatória produz áreas peculiares dentro da cidade.

O exemplo das áreas faveladas em nossas metrópoles é adequado para ilustrar o argumento: representam sempre áreas urbanas precarizadas de sociedades (pobres), em geral no Sul do planeta, com um urbanismo distinto de áreas com os mesmos níveis socioeconômicos de certas sociedades (ricas) do Norte. Em outras palavras, a mesma condição relativa de padrões econômicos gera espaços urbanos distintos em um e outro território nacional, apontando para outras dimensões além da material, como responsáveis pela produção do espaço (NUNES e VELOSO, 2011). Nossas favelas são áreas formadas pela história das pessoas que nelas vivem, onde estão presentes relações de parentesco, confiança e origem, pela presença de lideranças locais, pelo modo como o casario se mistura sem ordem aparente, acompanhando os caminhos antigos, pela maneira como os quintais se amoldam ao terreno e às necessidades de cada um, às tensões das relações sociais (KHEL, L. 2010). Nessa situação, seus moradores se liberam da submissão às normas formais de uso e ocupação do solo: não se obedece a códigos urbanísticos, ou de zoneamento, e não se respeitam padrões técnicos nas construções em geral, regras presentes nos espaços onde o Estado atua de forma integrada. A aparência de caos é que aponta ali para uma situação de "desequilíbrio" indicando espaços urbanos onde a efetiva apropriação do espaço público é feita pelos moradores, numa lógica que escapa à espetacularização urbana comum a certas áreas da metrópole.

Pelo efeito que tais contextos produzem sobre os mecanismos de sociabilidade, aliado à desarticulação das ações do Estado, em termos gerais estaríamos tratando, na aparência, de uma espécie de território de ninguém: não se pagam impostos e, em muitos casos, não se paga tampouco por nenhuma espécie de serviços coletivos urbanos², não se esquecendo dos padrões de sociabilidade ali presentes e que constituem um capital social de alto valor. A sociologia urbana americana vai destacar essa característica nas metrópoles dos USA chamando de folk as formas de vida que nelas expressam estilos "rurais" ou em processo de aculturação de grupos aí residentes e ainda não definitivamente inseridos na cultura urbana (WIRTH, 1974)³. Estudos mostram que o funcionamento de muitas esferas da vida na favela implica equações extremamente complexas, como o transporte, as normas de circulação, a oferta de serviços residenciais (gás, luz, creches etc.) cujo acesso implica muitas vezes arranjos locais/pessoais, em que parcela significativa de população que habita essas áreas vivencia uma situação esdrúxula: a invisibilidade legal desses segmentos sociais e espaços físicos. De fato, as favelas constituem um caso paradoxal de "ausência" do Estado e "presença" não coordenada de centenas de projetos, muitas vezes desenhados para compensar a fragilidade das políticas públicas sociais (HENRIQUES, R.; RAMOS, S, 2011).

Na tentativa de erradicá-las, pois correspondem ao modelo urbanístico típico de uma condição de desordem ou desequilíbrio, fugindo, portanto ao padrão paradigmático hegemônico de espaço urbano, tais áreas são lidas através de uma relação de antinomia que se estabelece entre duas coisas opostas, ou por contraste entre coisas bastante diferentes colocadas face a face: o espaço "racional" e o seu oposto, o "irracional".

Estamos insistindo na perspectiva segundo a qual nossas metrópoles formam ambientes heterogêneos em todas suas dimensões. Se assim o é, podemos considerar que na produção do seu território interferem diferentes esferas do mundo social que se manifestam em função de suas especificidades. Isso faz com que a estrutura física urbana seja resultado de múltiplas racionalidades que nela materializam espaços

² Salvo os transportes coletivos urbanos quando há, em geral de baixa qualidade. Ao mesmo tempo, certos serviços (gás, eletricidade etc.) terminam por ser oferecidos por grupos paraestatais que ocupam o território com funções que seria, em princípio, responsabilidade estatal.

³ O termo folk já não nos parece mais adequado para designar os estilos de vida presentes nas metrópoles atuais, uma vez que já se completou o ciclo da urbanização da sociedade, e a difusão dos meios de comunicação para o conjunto da população "padroniza" estilos de vida societal.

físicos distintos, oriundas de condições materiais e simbólicas peculiares aos seus agentes produtores. Sociologicamente podemos pensar a cidade em contextos sociais com forte desigualdade como os nossos, adaptando a questão urbana àquela que orienta toda obra weberiana. Se assim o fizermos, se trataria, portanto de procurar resposta à seguinte indagação: a que sequencia de circunstâncias devemos imputar o aparecimento na sociedade periférica e apenas nela de fenômenos urbanísticos/culturais que ganharam nelas uma significação peculiar?

A estrutura física das cidades reflete ambientes socioeconômicos hierarquizados que apresentam diferenças de estrutura e função, constituídos por elementos variados, resultados de processos históricos peculiares ao contexto em que se insere. A sua organização, fundada sobre uma ordem de prioridade a partir de relações de subordinação entre interesses presentes, resulta em territórios físicos variados, consequência de ações atomizadas ou racionalizadas. Entre áreas espontâneas resultado de ações isoladamente pouco perceptíveis e áreas submetidas a um processo de intervenção racional via planejamento urbano uma multiplicidade de lógicas entra em ação para gerar territórios urbanos. Assim, a heterogeneidade do espaço está refletindo racionalidades sociais também heterogêneas, com distintas formas de pensar e agir. Nesse sentido, tanto áreas espontâneas como áreas planejadas adquirem forma e função e fazem sentido para seus habitantes e usuários, sendo passíveis de reflexão sociológica. Dependendo das características físicas de cada sítio urbano, temos maior ou menor proximidade entre as áreas, o que irá influenciar o ritmo de vida da cidade em razão das possibilidades reais de interação entre grupos distintos⁴.

A multiplicidade de significados do espaço privado e público

Com o intuito de esclarecer a dissonância entre o modelo paradigmático de equilíbrio, que costuma orientar os planos urbanísticos e a flexibilidade da apropriação e transformação desse mesmo espaço por seus moradores, apresentamos um estudo de caso realizado no Morro Vital Brazil, no município de Niterói/RJ. Como em todas as grandes cidades brasileiras, os bairros que as compõem são distintos, repercutindo no espaço diferenças e hierarquias na esfera econômica e social. O Morro Vital Brazil situa-se nas proximidades de um dos locais mais valorizados da cidade, que é o bairro de Icaraí. Portanto, sua localização é estratégica no acesso a determinados equipamentos urbanos e ao mercado de trabalho. A área do Morro se difere das demais áreas faveladas da cidade, pois sua ocupação se deu originalmente a partir da doação de lotes da fazenda do cientista Vital Brazil aos operários que trabalhavam na construção do "Instituto Vital Brazil". Hoje ela é resultado de uma ocupação legal do solo pelos familiares dos antigos funcionários e uma invasão, situação que o Instituto busca administrar através de uma política de legalização fundiária somada à melhoria das condições de moradia.

Como é usual em áreas urbanas ocupadas por populações de poucos recursos materiais, não há um desenho padronizado das dimensões da casa e/ou de seus cômodos. São utilizados na construção materiais algumas vezes encontrados nas ruas da cidade ou então de qualidade duvidosa, resultando em imóveis precários. Entretanto, essa condição de precariedade não anula a procura de comodidade da moradia dentro dos limites estreitos do orçamento familiar. Justamente seria esse potencial de mudança no conforto da habitação que vai permitir a presença de agentes externos para auxiliar na sua reforma. Acompanhamos as ações da ONG "Soluções Urbanas" que atua na área prestando apoio logístico na reforma das casas

⁴ O caso da Zona Sul do Rio de Janeiro é exemplar: as montanhas ali presentes, que de início não eram atrativas ao capital imobiliário, foram ocupadas por populações de baixa renda que se fixaram em tais áreas, muito próximas ou interligadas às de alto padrão urbanístico. O resultado é um território físico e social diversificado, determinando um ritmo cotidiano peculiar à cidade.

⁵ http://solucoesurbanas.wordpress.com

ali existentes, através do projeto "Arquitetos de Família". Esse projeto se propõe a executar melhorias habitacionais através do apoio técnico (arquitetos, engenheiros e assistentes sociais) aos moradores que almejam pequenas intervenções em suas casas.

Temos aqui um interessante caso para visualizarmos as diferentes concepções de espaço físico (da moradia) que, guardadas as devidas proporções, são adequadas para se refletir sobre o espaço da cidade no seu conjunto. Entre a percepção "espontânea" do morador e a "racional" do técnico qualificado da ONG, são duas possibilidades de intervenção na produção da moradia que se contrapõem. A ação da ONG decorre do acesso a um debate mais amplo de produção democrática/participativa do planejamento e gestão urbana, que vai além das soluções técnicas do urbanista, mas contempla significados e usos distintos dados pelos atores desse mesmo espaço. Assim, nesse caso particular, o elemento que diferencia essa iniciativa das muitas outras que atuam em áreas urbanas similares é a centralidade do morador na elaboração dos projetos de intervenções, ou seja, o resultado final não é gerado apenas a partir da imposição de um saber técnico sobre os moradores, mas um processo dinâmico que concilia desejos e particularidades do morador com o saber acadêmico dos profissionais envolvidos.

Essa interação garante a oportunidade de se evidenciar diferenças entre normas lógico-acadêmicas da construção em face às que se manifestam de forma "espontânea", a partir de valores culturais/subjetivos dos usuários das moradias. Ou seja, de um lado o profissional da arquitetura com padrões lógicos e racionais de concepção do imóvel e sua organização; de outro, o usuário para quem, na definição das dimensões qualitativas da construção, além de aspectos estruturais fisicamente definidos, pesam também a intimidade e a comodidade esperada pelo imóvel.

Alguns casos são bem elucidativos, como, por exemplo, a tentativa do arquiteto da ONG de convencer o morador a construir uma cozinha em linha, alinhando a geladeira, a pia e o fogão nessa ordem, em oposição ao argumento do morador de que essa configuração de cozinha atrapalharia algumas atividades do cotidiano, sobretudo a interação que se passa quando do preparo de uma carne para o churrasco na bancada da pia, enquanto sua mulher prepara os acompanhamentos no fogão. Outro exemplo é de uma senhora que desejava modificar o local da porta da sua cozinha, deslocando da sala para o corredor, alegando que não precisaria arrumar a sua cozinha para receber visitas, protegendo esse espaço dos olhares indiscretos, enquanto o arquiteto insistia que tal mudança acabaria resultando na perda de um espaço precioso de sua cozinha, pois um dos armários teria que ser deslocado de lugar. Tais exemplos evidenciam uma extensão indefinida de significados subjetivos entre a normatização e a flexibilização desses espaços, que no fim resultam na criação de ambientes que dificilmente poderiam ser explicados pela oposição ordem versus desordem.

A contraposição de um saber "racional", em face de outro em que contribui uma experiência empírica com um senso comum sobre construção, está na base das diferentes concepções de espaço que ultrapassa a moradia particular e alcança o espaço público da área formada pela somatória das decisões individuais, sem um planejamento racional de desenho urbano. Em outras palavras, na formatação do espaço residencial, o morador tradicional tem preocupações operacionais e estéticas que se refletem no conjunto e, em última instância, em sua concepção de espaço urbano mais amplo. Áreas onde habitam populações de baixa renda sem acesso a sistemas formais de urbanização e de construção imobiliária colocam em ação práticas urbanísticas peculiares, gerando territórios com características próprias de difícil padronização. Ao contrário dos imóveis de classe média, em geral idênticos no tamanho e no desenho e, muitas vezes, até mesmo nos elementos decorativos internos, em áreas populares de favela o que se tem é uma mistura de materiais, de tamanho, de desenho, num bric-à-brac generalizado, "caótico" e sem harmonia aparente.

O dinamismo e espontaneidade desse espaço, no entanto, não devem ser explicados apenas pela estrutura sociocultural e econômica de seus habitantes, mas pelo ambiente praticamente autônomo, face aos

^{6 -} Iniciativa com apoio do Instituto Vital Brazil.

padrões urbanísticos presentes em outras áreas da cidade. Ou seja, apesar dos moradores locais possuírem concepções de espaço físico da casa ou do bairro que lhes são próprias, a sua manifestação só é possível devido ao ambiente de flexibilização das normas urbanísticas, na medida em que o controle legal da ocupação da terra ("habite-se") não é praticado pelo poder público como em outras áreas da cidade. É isso que irá permitir a efetiva apropriação do espaço urbano pelos seus habitantes. Como defende JACQUES (2004), talvez tenhamos aí o exemplo mais puro de produção do espaço com a participação dos usuários, os verdadeiros responsáveis pela sua construção, em especial seus espaços públicos.

No entanto, tais espaços não costumam ser pensados como o tipo mais puro de apropriação participativa, mas enquanto espaços desordenados e fora da lógica da própria cidade e, por conseguinte, alvo de reformas autoritárias de erradicação ou tentativas de padronização dessas áreas. Assim, ao contrário do olhar externo que só é capaz de captar a dimensão de precariedade e improvisação, uma análise mais apurada percebe um cenário dinâmico de transformação, que um olhar apressado e estanque não seria capaz de perceber.

É possível identificar o dinamismo da área física através de alguns elementos presentes na maioria das casas visitadas. Chama atenção, entre outras coisas, o acúmulo de materiais de construção no terreno como parte do projeto de seus moradores de executarem obras futuras na casa. De fato, as áreas faveladas e mesmo os subúrbios das metrópoles continentais apresentam sempre esse "ar de inacabado" como se os imóveis estivessem em permanente construção. Seja por razões econômicas ou por outras de causas subjetivas e de mudanças na vida cotidiana (casamento, nascimento etc.), a moradia é um bem em permanente mudança. Essa condição reforça essa sensação de vulnerabilidade ou precariedade quando olhada por um agente externo. Ao mesmo tempo, essa "transitoriedade" do imóvel se adapta à sua concepção na medida em que são pensadas sempre se levando em conta possíveis modificações. Por exemplo, a possibilidade da sala se tornar um quarto ou de se construir um novo andar, indicando por fim, a valorização do espaço da laje enquanto um lugar a ser ocupado ou transformado.

Cabe destacar ainda a diversidade de usos da moradia que lhes são possíveis: desde um espaço para lazeres variados (local da churrasqueira, da piscina, de soltar pipa, de pegar sol...), até a possibilidade da venda de parte dela para outra família, angariando fundos para a construção de um "segundo andar" no terceiro piso. Temos aqui a possibilidade de uso de um mesmo imóvel por famílias distintas, um exemplo de ruptura do espaço simbólico da habitação sem que haja uma ruptura física do mesmo. Ou mesmo o inverso, quando o segundo andar é vendido para outra família e com o dinheiro arrecadado é construído um terceiro andar a ser ocupado por membros da família do térreo. São práticas peculiares de uso e apropriação do espaço privado que mereceriam um estudo mais detalhado, mas que apontam para as heterogêneas maneiras de se viver na cidade.

Considerações gerais sobre a relação da teoria com a empiria do caso analisado

Cidades são territórios que sintetizam processos sociais amplos, resultando em estruturas físicas estáveis, nas quais há diversidade de grupos e atividades. Aglomerados, os indivíduos e grupos criam formas de interação características dessa condição de proximidade e produzem estruturas físicas que, ao mesmo tempo em que são suportes a estas interações, intervêm na dinâmica das mesmas. Em outras palavras, as cidades são produtos e ao mesmo tempo produzem sociedade.

Essa produção social – cidade – recebe historicamente diferentes tratamentos que, através da intervenção na sua base física/material, procuram adequá-la às expectativas dos grupos e indivíduos que nela habitam ou têm seus interesses. O urbanismo é justamente o saber e a técnica da organização e da racionalização das aglomerações humanas, que permitem criar condições adequadas às populações e

atividades das cidades. Ao lado desta ação "racional" sobre o território físico, há ainda áreas resultantes de ações espontâneas, sem planejamento na sua produção.

A concepção de projeto e de uso da habitação pelos moradores do "Morro Vital Brazil" aponta para a necessidade de aprofundar estudos empíricos e decodificar a lógica das interações sociais em áreas urbanas e que redundam em territórios específicos. Há indícios de que a estrutura física da área é portadora de novos modelos de interação social e de outras concepções de espaço privado e público, recolocando em discussão algumas assertivas dos clássicos da sociologia, especialmente Max Weber e Georg Simmel.

Weber, por exemplo, refletindo sobre conceito e categoria de cidade na pré-modernidade considera as relações de vizinhança como a principal dimensão sociológica da cidade (WEBER, M.; 1974). Simmel, por sua vez, refletindo sobre a metrópole na virada do século XX na Europa está no centro das discussões que surgem em razão da crise da grande cidade europeia tradicional sob o efeito da presença da indústria e da sociedade industrial que lhe acompanha, prenunciando a "era das metrópoles" daquele século (RÉMY, J. 1995). Seu foco é sobre os mecanismos de interação social aí presentes que gesta o indivíduo blasé com comportamento reservado, que seria a síntese do que existiria hoje nas grandes cidades (SIMMEL, G. 1974). Em ambos há dois modelos de interação social na cidade que aparecem como contrários: um clama pela proximidade e o outro a repudia como elemento perturbador, apontando o efeito que a aglomeração em grandes centros produz sobre os laços sociais.

Vejamos mais de perto o pensamento simmeliano, pois pensamos que o mesmo nos auxilia na interpretação do fenômeno estudado. Apesar de focar sua análise sobre o espaço metropolitano como local por excelência do homem racional calculista e distante, Simmel não desconsidera a vida subjetiva desse sujeito. O descompasso entre o mundo objetivo e a vida subjetiva dá lugar ao aparecimento do que ele denomina de "tragédia da cultura" que traz às relações sociais e a tudo que por ela é produzido, como os espaços públicos e privados, um ambiente tenso e desarmônico que "compõe uma dialética do novo no interior do arranjo societário já instituído e cristalizado" (KOURY, 2010). Assim o quadro apresentado por Simmel parece se distanciar do processo de normatização da totalidade dos espaços vividos e praticados pelos atores, mesmo quando essa dialética esteja reservada ao espaço interno da habitação. No caso estudado, pela flexibilização do padrão urbanístico da área, esse conflito ultrapassa o espaço privado, refletindo na configuração do conjunto do bairro.

Analisando o Morro Vital Brazil, constatamos a produção de um território individual e coletivo que mescla diferentes possibilidades de vida social. O espaço privado da moradia, apropriado pelo morador como um elemento de sua identidade, é ao mesmo tempo passível de ser dividido com "estranhos", desde que isso possa lhe trazer benefícios materiais. Isso gera uma situação caótica em que os limites individuais, familiares e coletivos são construídos de forma ambígua. Essa lógica ambivalente entre o mundo privado e o espaço público talvez esteja na base das condições que explicam o território "desorganizado" tal como ele se nos apresenta. A concepção de espaço urbano com certa racionalidade formal passa a ser questionável, reproduzindo uma dimensão da cidade na sua rica diversidade de uso e ocupação do território.

Esse exemplo nos remete ainda às discussões sobre modelos de cidade e de planejamento ao longo da história, resultado de debates envolvendo reflexões filosóficas, estéticas, urbanísticas e arquiteturais que teve seu auge nas propostas urbanísticas do modernismo. As teses ali defendidas se colocavam em contraposição à concepção de cidade oriunda da revolução de 1789 e que se prolonga por todo século XIX até a primeira guerra mundial. Basicamente se debatia pela concepção segundo a qual as ruas pertencem ao povo, tese esta que o modernismo questiona através da antítese "nada de rua, nada de povo". Esse movimento moderno

^{7 -} Corbusieur dizia claramente em 1929: "we must kill the street". Sejam certas áreas do Rio de Janeiro como a Barra da Tijuca e pedaços de seu centro histórico, sejam áreas de São Paulo ou mesmo o exemplo mais radical, o Plano Piloto de Brasília, entre outros no Brasil e no mundo, o que se percebe é que este modernismo na sua implantação contribuiu para desestruturar um modelo de vida urbana que ironicamente ele se propunha a liberar.

na arquitetura questiona particularmente a visão de cidade oriunda da revolução francesa, lida como modelo do caos, que escapa de qualquer tentativa de controle de suas consequências, extinguindo as principais características do fenômeno urbano tal qual concebido até então⁸.

O resultado é que a arquitetura e o planejamento urbano propuseram e conseguiram transformar em paradigmas urbanos um mundo segmentado, onde as atividades da cidade estariam cada uma em seu espaço próprio, e onde as interseções entre elas se submetiam a uma rígida racionalidade. Especialmente ao longo do século XX, vimos emergir uma nova modalidade de espaço urbano pensado sob vários ângulos, dos quais o principal é a sua concepção de "máquina de circular" (MOHOLY-NAGY, 1968. p. 274-275). Iremos perceber ao mesmo tempo seu caráter altamente funcionalista, a partir do qual as partes constitutivas de uma cidade cumpririam funções explícitas através de diferentes modelos urbanísticos, com poucas condições para improvisação.

Os planos urbanos representativos desse movimento se reflete sobretudo na proposta de Le Corbusieur, que prevê torres cercadas por grandes espaços verdes, ligados por autoestradas aéreas, com garagens subterrâneas e shoppings centers etc. Há ali uma clara relação com o paradigma do equilíbrio, e todas as ações urbanas nela calcadas agem no sentido de estruturar uma ordem asséptica. Curioso é que periodicamente os diferentes modelos de urbanismo sofrem críticas contundentes, ao lado de defensores também contundentes. Entretanto, na dimensão econômica, social, cultural e estética, nossas cidades são um mix difícil de sistematizar, cuja essência e/ou natureza estão além dos limites traçados à razão.

O nosso exemplo da área Vital Brazil em Niterói nos prova isso. Essa complexidade pode estar manifestando entre outras coisas, maneiras distintas de pensar a moradia, o bairro, a cidade, refletindo diferentes tipos de mentalidades, indiferentes aos princípios da lógica racional do espaço. Essa fragmentação resulta ainda em espaços físicos também heterogêneos onde os padrões habitacionais são distintos, os modelos urbanísticos variados e a convivência de áreas submetidas ao racionalismo do planejamento urbano se dão ao lado daquelas que primam pelo espontaneísmo nos processos construtivos e mesmo do desenho urbanístico. Ou seja, a realidade nos aponta para uma situação "caótica", em que as lógicas do espaço são resultado e ao mesmo tempo resultam em interações múltiplas. Essa heterogênea realidade é reflexo de áreas da cidade que ficam relegadas a posição secundária quando da formulação e implantação de políticas urbanas pelas administrações locais. Essa condição de menor importância nas prioridades políticas e na alocação de recursos públicos força a população a encontrar meios próprios para lhes garantir o direito à cidade. O urbanismo oficial atua segundo parâmetros próprios e resulta em planos e projetos que: (I) são inacessíveis às populações de baixa renda (II) ou facilitam a "expulsão branca" pelo mercado em áreas em que atua (III) ou simplesmente forçam a expulsão ou remoção de áreas e populações sob o argumento de melhoria em condições gerais de vida coletiva. São condições objetivas como essas que terminam por produzirem espaços urbanos que pertencem quase que exclusivamente às metrópoles de sociedades com elevado nível de desigualdade socioeconômica como a nossa.

Questionar os pressupostos gerais desse urbanismo em voga poderia implicar no questionamento entre nós da arquitetura como prática social, o que de resto não seria o nosso foco aqui. E, no entanto, um livro seminal sobre o novo urbanismo é o *The Death and Life of Great American Cities* de Jane Jacobs, publicado nos EUA em 1961 – período de hegemonia plena entre nós do modelo de Brasília – e só traduzido aqui no fim da década de 1990, e sobre o qual BERMAN (1999), em seus comentários, nos lembra que ela:

"de maneira brilhante, sustentava primeiramente que se os espaços urbanos criados pelo modernismo fossem fisicamente limpos e bem ordenados, eles eram socialmente e espiritualmente mortos; que o antigo "caos instável" representava de fato uma ordem

⁸ Sobre a relação entre o espaço urbano e o espaço social sugerimos o excelente trabalho de Richard Sennet: "Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental" cf. bibliografia.

humana fantasticamente rica e complexa, não percebida pelo modernismo em razão de seu culto à ordem mecanicista, reducionista e frio". (BERMAN, 1999: p. 39)

Morar, trabalhar, divertir e circular são percebidos nessa concepção modernista de espaço urbano como ações estanques entre si, cada uma com seus espaços próprios, guiados por regras específicas.

Visto no sentido amplo do debate que se desenvolve a nível mundial, o que se tem hoje dentro das teses legítimas do urbanismo se contrapõe a parcelas substanciais do padrão de uso e ocupação do solo, sobretudo nas metrópoles do Sul do planeta, ou melhor, nas sociedades com elevados níveis de desigualdade social e segmentação radical entre os grupos por faixas de renda. Por razões de ordem material e mesmo urbanística, o indivíduo metropolitano simmeliano termina caracterizando aquele oriundo de grupos sociais inseridos na lógica sistêmica do planejamento racional, enquanto o padrão de sociabilidade presente em áreas de baixa renda e com um modelo urbanístico "autônomo" aponta para o cultivo de relações de vizinhança, mais próximo da proposta weberiana. Sem dúvida, a classe média e alta se comporta no meio urbano segundo parâmetros de distanciamento e reserva, enquanto que as classes populares apresentam uma cultura mais aberta a contatos interpessoais nas áreas públicas da cidade.

No caso brasileiro, todas as tentativas de incorporar os padrões urbanísticos que fogem ao paradigma do equilíbrio terminaram fracassando. Nossa hipótese é que, por razões históricas, a definição legítima do campo da arquitetura no Brasil se deu a partir da hegemonia modernista que culminou com o projeto de Brasília, cujo Plano Piloto, por razões peculiares, foi implantado e se mantém até hoje. As propostas de desenvolvimento urbano que predominam ao longo do século XX e se estendem até os tempos atuais colocam em suspeita toda a experiência espontânea de produção do espaço urbano, em geral vista como manifestação do caos, que se originaria nas cidades industriais do século XIX e se estendem até hoje com nuances próprias.

É tradição de nosso urbanismo – que se transforma em verdadeiros planos de intervenção urbana – enquadrar áreas diferenciadas da cidade em um modelo urbanístico padrão. E, no entanto, as nossas metrópoles crescem evidenciando um padrão de uso e ocupação do solo francamente "desequilibrado" como indicando dinâmicas urbanas peculiares. Entre um e outro modelo, há uma disputa paradigmática cujas bases se acham exatamente na visão mecânica de equilíbrio, conforme explicitamos anteriormente. Se assim o é, talvez a única maneira de legitimar tais áreas dentro da prática discursiva do planejamento urbano seja atualizar o paradigma de base que orienta todas as ações sobre o território. A noção de equilíbrio (e de desequilíbrio, portanto) traz na sua essência limites estreitos, que não permitem incorporar experiências concretas que não se enquadram em seus pressupostos. Tanto o "equilíbrio" quanto o "desequilíbrio" são pensados a partir da noção similar originária da mecânica, ou seja, uma situação de ordem e desordem, e assim servem de referência para atuar na cidade, via planejamento. A termodinâmica adota exatamente o ponto de vista inverso, ou seja, o equilíbrio estável corresponde à máxima desordem e, ao inverso, o desequilíbrio e a instabilidade correspondem à ordem. Como afirma Forsé, se referindo à termodinâmica, "mais reina a ordem num sistema, mais ele se encontra em situação de desequilíbrio e de instabilidade" (FORSÉ, 1989. p. 285). A chamada "ciência dura" já promoveu essa mudança paradigmática; cabe às ciências sociais e ao urbanismo trilharem o mesmo caminho.

Referências

BERMAN, Marshall. Le modernisme dans la ville – de la rue à la rocade. In: Revue Du MAUSS, nº 14, second semestre 1999 Villes bonnes à vivre, Villes invivables. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S, 1999, p. 34 - 40.

FORSÉ, Michel. L'ordre improbable, entropie et processus sociaux, Paris: PUF, 1989.

HENRIQUES, Ricardo. RAMOS, Silvia: UPPs Sociais: ações sociais para consolidar a pacificação. In: Urani, André e Giambiagi Fábio (orgs.): **Rio: a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

JAQUES, Paola. B.: Espetacularização urbana contemporânea – In: Cadernos do PPG: AU/FA/Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Ano 2, nº especial, 2004, p. 23 - 30.



JACOBS, Jane. Death and life of great american cities. New York: Randon House&Vintage, 1961.

KEHL, Luis. Breve história das favelas. São Paulo: Claridade, 2010.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KOURY, Mauro G. P. Estilos de vida e individualidade In: **Revista "Horizontes Antropológicos"**, Porto Alegre, nº 33, p. 41 - 53, jan.jun/2010.

MOHOLY-NAGY, Sybil. Matrix of Man: An Illustrated History of the Urban Environment, New York: Praeger, 1968.

NUNES, Brasilmar, F.; VELOSO, Letícia. Divided Cities? Rethinking the Ghetto in Light of the Brazilian Favela." In: R. Hutchison e B. Haynes (Eds.) **The Ghetto: Contemporary Global Issues and Debates.** Perseus Books (no prelo).

REMY, Jean. Georg Simmel: ville et modernité. Paris: L'Harmattan, 1995.

SENNET, Richard: Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Edit. Record, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O Fenômeno Urbano**. VELHO. Otávio G. (org.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

VAZ, Lilian. F. A culturalização do planejamento da cidade: novos modelos? In: **Cadernos do PPG-AU/FA/ Universidade Federal da Bahia**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador; ano 2 nº especial, p. 31 - 42, 2004.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidades. In: **O Fenômeno Urbano**, VELHO, Otávio G. (org.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

Planejamento Ambiental: um novo olhar sobre a forma de planejar os usos no território

Environmental planning: a new look about planning land uses

Cristina Pereira de Araujo Marco Aurélio Gattamorta Sérgio Bernardes da Silva

Arquiteta e Urbanista, Doutora pela FAUUSP, Diretora da Escola Municipal de Jardinagem da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, pesquisadora do Laboratório de Comércio e Cidade da FAUUSP. Professora e Coordenadora do Curso livre de Planejamento Ambiental / Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) — Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo.

Architect and Urban Planner; PhD (FAUUSP); Head of the Municipal School of Gardening / City Department of Green and Environment, São Paulo; Researcher of Laboratório de Comércio e Cidades/ FAUUSP; Teacher and Head of the Free Course on Environmental Planning/Open University of Environment and Peace Culture, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, São Paulo (City Department of Green and Environment, São Paulo) crisaraujo@gmail.com

Biólogo, Mestre em Ciências pela FMVZ-USP, doutorando em Ecologia pela ESALQ – USP. Professor do Curso livre de Planejamento Ambiental / Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo.

Biologist, M.Sc. in Sciences (FMVZ-USP), PhD student in Ecology,ESALQ-USP. Teacher of the Free Course on Environmental Planning / Open University of Environment and Peace Culture / City Department of the Green and Environment, São Paulo mgattamorta@uol.com.br

Geógrafo do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAE-E). Professor do Curso livre de Planejamento Ambiental / Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo.

Geographer, Water and Power Departament, São Paulo State; Teacher of Free Course on Environmental Planning / Open University of Environment and Peace Culture, City Department of the Green and Environment, São Paulo

sergiobernardes@gmail.com



Resumo

Este artigo apresenta uma metodologia de planejamento ambiental, para pequena e média escala, tendo como base os pressupostos estabelecidos no Decreto Federal 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil (ZEE). A compilação de dados socioeconômicos associados à determinação da fragilidade ambiental potencial e emergente, além das regulamentações legais, torna possível a confecção de um zoneamento ecológico econômico que considere variáveis abióticas, bióticas, sociais e econômicas com vistas ao ordenamento e desenvolvimento de uma determinada região. Sob esta ótica interdisciplinar, o planejamento ambiental antecede e respalda os municípios brasileiros quando da execução de seus Planos Diretores, uma vez que seu olhar mais abrangente, do conjunto de variáveis de um território para aquele município específico, corrige distorções e promove a compatibilização entre desenvolvimento e conservação ambiental. Palavras-chave: planejamento ambiental; zoneamento ecológico econômico; plano diretor municipal.

Abstract

This paper is intended to present an environmental planning methodology for small and medium scales based on the presuppositions set forth in Federal Decree No. 4.297 of July 10, 2002, which establish criteria for the Brazilian Ecological-Economic Zoning—EEZ. The compilation of social-economic data related to the determination of the potential and emerging environmental fragility, in addition to the legal regulations, renders possible the performance of an ecological-economic zoning considering abiotic, biotic, social and economic variables intended for the ordering and development of any given region. From this interdisciplinary point of view, the environmental planning precedes and supports the Brazilian municipalities upon the performance of their Master Plans, as its more comprehensive view of the set of variables of a territory for that specific municipality corrects any distortions and promotes the compatibilization between development and environmental conservation.

Keywords: environmental planning, ecological-economic zoning; urban planning; municipal master plans.

Antecedentes do Planejamento Ambiental

Planejamento territorial no Brasil é algo relativamente novo e ainda hoje, bastante relacionado com a execução dos planos diretores. Planejar, sob este aspecto, significa planejar o crescimento das cidades, ainda que sob um forte conteúdo ideológico, daí a relativização quanto ao tema. Para Villaça (1999:224), "entre 1940 e 1990 – o planejamento urbano brasileiro encarnado na ideia de plano diretor não atingiu minimamente os objetivos a que se propôs".

De caráter essencialmente agrário até os anos 1950, o Brasil passaria por um surto de urbanização e industrialização decorrentes da expansão da indústria fordista no mundo inteiro. Países como o Brasil, à época, viviam uma intensa industrialização e estruturação do espaço nacional, muito por conta de recomendação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948 pela ONU (Organização das Nações Unidas), que tinha por objetivo diagnosticar as causas do atraso econômico nos países latino-americanos. A industrialização teria sido a alternativa proposta de forma unânime para a aceleração do desenvolvimento.

Nesse contexto, ao Estado caberia a implantação de infraestrutura e legislação que viabilizasse a industrialização. Sob o slogan "50 anos em 5" o Presidente Juscelino Kubitschek (1955 a 1961) implementaria o "Plano de Metas para o Brasil" e, assim, o processo de rodoviarização brasileira seria levado a cabo nas décadas seguintes, e as indústrias automobilísticas, implantadas. Tratava-se da substituição de um modelo agroexportador para o modelo industrial em associação com o capital estrangeiro, o que viabilizaria a entrada das multinacionais fordistas no Brasil.

É nesse panorama desenvolvimentista e de estruturação do espaço nacional que as cidades brasileiras foram se tornando cada vez mais urbanas e carentes de disciplinamento do uso e ocupação do solo, de solucionar problemas de habitação, loteamentos clandestinos, saneamento, transportes, entre outros. Se, até a década de 1930, planejar as cidades se resumia ao seu embelezamento e abertura de avenidas, a partir da década de 1960, os problemas urbanos se agravariam por conta do crescente populacional. A população brasileira passou de 41 milhões de habitantes, em 1940, para mais de 190 milhões, em 2010.

Com efeito, a partir da década de 1960, centenas de planos diretores começaram a ser elaborados no Brasil; só que, na maioria esmagadora das vezes, eram engavetados. Para Villaça (1999), é neste ínterim que a ideia de caos urbano torna-se lugar-comum, associada à falta de planejamento. O plano diretor passa a assumir o papel de "plano discurso".

E assim se vai até idos dos anos 80, quando da promulgação da Constituição de 1988, que em seu artigo 182, parágrafo primeiro, traria a obrigatoriedade do plano diretor para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Até aí, o leitor poderia considerar que estaria tudo igual, como dantes: apenas mais planos para serem engavetados; contudo, o início do século XXI traria novidades: a lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o "Estatuto da Cidade"; e o decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil.

O Estatuto da Cidade viria para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana. Traz consigo o plano diretor enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, definindo conteúdo mínimo para o plano que, por sua vez, deveria abranger o município em sua totalidade. Em seu capítulo II, estabelece instrumentos de política urbana, na seguinte ordem: (i) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; (ii) planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; (iii) planejamento municipal, em especial: plano diretor, disciplinamento do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, zoneamento ambiental, entre outros.

Neste ponto, duas questões merecem destaque: a inserção do meio ambiente enquanto parâmetro para planejamento e a ordem do planejamento, vista do nacional para o municipal. É aqui que, um ano

depois, seria aprovado o Decreto que regulamentaria o Zoneamento Ecológico Econômico, introduzindo um novo conceito de planejamento e ordenamento territorial, diametralmente oposto ao que aplicava no século anterior, em que as cidades se desenvolviam de seu núcleo para a periferia, formando, quase sempre, uma colcha de retalhos sobre o território.

O Zoneamento Ecológico Econômico enquanto instrumento de Planejamento Ambiental

Se planejamento urbano no Brasil era conhecido, pelo menos, sob o ponto de vista ideológico, o planejamento ambiental só iria aparecer enquanto vocabulário, no final do século XX. Essa nova denominação na esfera do planejamento é resultado do crescente movimento ambiental que, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, vinha tomando forma e espaço nos discursos sobre planejamento e ordenamento territorial.

O ápice dessa discussão se daria a partir da definição clássica do conceito de desenvolvimento sustentável: "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CNMAD, 1991:46). Esse conceito, introduzido no Relatório Brundtland, em 1987, seria uma etapa preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco 92, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

A ECO 92 contribuiria para uma maior difusão da problemática ambiental e para introdução de novos paradigmas de planejamento que envolvam a adoção da variável ambiental no processo de planejamento e ordenamento territorial. Sob essa ótica, os espaços não seriam mais pensados a partir somente das intervenções antrópicas; haveria de se considerar a interação entre o meio biótico e abiótico com a presença humana.

No Brasil, várias leis viriam ratificar a ação do Estado no sentido de adoção da variável ambiental em suas políticas públicas. A lei federal 6938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, certamente foi o primeiro passo nesse sentido (e como reflexo da Conferência de Estocolmo, em 1972), e seu artigo 9º definiria os instrumentos que, anos mais tarde, viriam regulamentar a referida lei, seja através do estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e mecanismos de avaliação de impacto ambiental (Resoluções Conama – editadas a partir de 1986), seja através da criação de espaços territorialmente protegidos (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985/2000), seja através do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), promulgado pelo Decreto 4.297/2002.

O ZEE traria em sua redação novidades na concepção de planejamento e ordenamento territorial no Brasil, a começar pela obrigatoriedade de ser seguido quando da implantação de planos, obras e atividades públicas ou privadas (artigo 2°). O parágrafo único do mesmo artigo afirma que as limitações e as fragilidades dos ecossistemas hão de ser considerados na distribuição espacial das atividades econômicas, o que é, a nosso ver, um avanço imensurável sob o ponto de vista da intervenção no espaço.

As escalas de referência são definidas no artigo 6°, sendo 1:5.000.000 para o ZEE Nacional; 1:1.000.000 ou maiores, para as macrorregiões; ZEE dos Estados ou de Regiões deverão ser executados nas escalas 1:1.000.000 a 1:250.000, nas Macro Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e escalas de 1:250.000 a 1:100.000, nas Macro Regiões Sudeste, Sul e Zona Costeira; e, 1:100.000 ou maior, na escala local.

Observa-se mais uma vez, que muda a estrutura de planejamento: o território, e seu ordenamento, são pensados como um todo, em escala nacional. Por sua vez, as macrorregiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste devem elaborar seu ZEE, observando as fragilidades e potencialidades já identificadas em ZEE Nacional, para numa escala maior, ao nível da região, detalhar os usos. De forma análoga, os Estados poderiam elaborar seu zoneamento, observando o já contemplado em ZEE regional e os comitês de bacia, chegariam à escala local. Aqui chegamos no contraponto ao plano diretor: este, deveria, à priori, observar

os critérios estabelecidos minimamente em ZEE Estadual ou de bacias hidrográficas que contemplem o município em questão, para a partir de então definir a política de desenvolvimento e expansão urbana.

O seu conteúdo, contemplando a definição de cada zona, dados para o diagnóstico e diretrizes gerais e específicas, é expresso no capítulo III do referido Decreto. No entanto, a falta de obrigatoriedade da inserção do ZEE enquanto instrumento de planejamento nos órgãos públicos federais, distritais, estaduais e municipais faz com que esta poderosa ferramenta ainda seja negligenciada enquanto elemento preliminar para o ordenamento territorial. Tal afirmação encontra sustentação quando, em consulta à página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente, se verifica que os processos de elaboração do ZEE, seja em escala macrorregional, seja em escala estadual, encontra-se de forma lenta, isso sem falar no fosso existente entre se preparar o diagnóstico técnico, chegar às diretrizes gerais e específicas e daí transformar tal conteúdo em Decreto.

Apenas para ilustrar, temos o caso do ZEE do litoral norte do Estado de São Paulo, cujo processo de diagnóstico iniciou-se em 1996 e o decreto que o valida, data de 2004 (decreto estadual nº 49.915, de 07 de dezembro de 2004), resultando em oito anos de processo, que passou por várias alterações entre o texto inicial e sua aprovação final, graças ao imenso jogo de interesses e conflitos pelo uso de tão nobre área, como se caracteriza a zona costeira brasileira.

Em suma, pode-se afirmar que compreender o planejamento ambiental através da elaboração de um Zoneamento Ecológico Econômico é de extrema importância para se marcar uma guinada na história de planejamento brasileiro, marcada por um sem número de planos diretores de gaveta; trata-se de compreender o território a partir da interação de atributos abióticos, bióticos e culturais que, alimentados em um ambiente SIG (Sistemas de Informações Geográficas), permite a correlação dos dados e a feitura de um mapa síntese resultante, acompanhado de sua legenda expandida, que é o ZEE.

Contudo, a simples leitura do Decreto, sobretudo no tocante ao capítulo III, que versa sobre o seu conteúdo, nem sempre clarifica a construção do objeto. Daí a nossa contribuição de propor uma metodologia que considere tais pressupostos e seja facilmente desenvolvida com base em material de domínio público, podendo ser aplicada inclusive em ambiente acadêmico – sobretudo nas disciplinas de planejamento urbano nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo.

Isso ajudaria a difusão do instrumento enquanto precursor dos planos diretores, planos de bacias e afins, bem como auxiliaria na formação de mão de obra, tão importante para lotar quadros na área de planejamento ambiental na administração pública.

Procedimentos metodológicos para elaboração de um Zoneamento Ecológico Econômico

A construção de um ZEE parte de um diagnóstico interdisciplinar. Primeiramente, há de se definir o objeto de estudo, que pode ser uma bacia hidrográfica, um município, um conjunto de municípios, um estado ou uma região. Geralmente, o ZEE é executado segundo um fim; por exemplo, no bioma do pantanal, o ZEE é executado objetivando disciplinar o agronegócio, o mesmo ocorre na Amazônia Legal. Na zona costeira, grupos de municípios têm-se estruturado em torno do desenvolvimento da atividade turística; neste caso, o ZEE facilitaria o planejamento das atividades, através da visualização das fragilidades e potencialidades naturais que podem ser exploradas.

Definido o objeto de estudo, a metodologia pode ser resumida em poucas palavras: coletar, organizar e compilar dados abióticos, bióticos e socioeconômicos, para, a partir de então, executar mapas-síntese de fragilidade ambiental, vegetação e regulamentações legais que resultem no mapa de ZEE. Trata-se da aplicação do modelo "ABC": diagnóstico que contemple as variáveis abióticas, bióticas e culturais do objeto de estudo. Vejamos, passo a passo, a sua construção.

Construção da carta de fragilidade potencial – a variável A do planejamento ambiental

A metodologia para a determinação da fragilidade potencial dos ambientes naturais e ou alterados pela ação humana foi elaborada, no Brasil, por Ross (2001).

Ele se apoiou na pesquisa do geógrafo francês Jean Tricart acerca da análise morfodinâmica das unidades da paisagem, tratadas por este autor como unidades ecodinâmicas, vistas a partir do entendimento da dinâmica natural entre as suas variáveis ambientais: clima, relevo, material rochoso, solo, cobertura vegetal, uso da terra, entre outros.

Para que esses conceitos pudessem ser utilizados como subsídio ao planejamento ambiental, Ross sugere a graduação de instabilidade emergente para as unidades ecodinâmicas instáveis, desde muito fraca até muito forte.

De forma análoga, estabelece graus de instabilidade potencial para as unidades ecodinâmicas estáveis, também de muito fraca até muito forte, pois, apesar de estarem em equilíbrio dinâmico, a instabilidade potencial é possível frente à intervenção humana.

Partindo de tais pressupostos, a construção da carta de fragilidade ambiental potencial considera a sobreposição, a partir do mapeamento geomorfológico e dos tipos de solos produzidos pelo Projeto Radam Brasil, em 1988.

Sinteticamente, o trabalho consiste em mapeamento geomorfológico e exploratório de solos, o que significa a identificação das áreas homogêneas em relação aos tipos de relevo e de solo atribuindo-lhes um peso ou nota, conforme as tabelas a seguir:

Tipo de modelado do relevo				
Superfícies de Acumulação e Aplanamento	Índice de fragilidade		Superfícies de Dissecação: homogênea e diferencial	
Af – fluvial Am – marinha Afm – fluviomarinha Afl – fluviolacustre	1 (fraca)	1 (fraca)	Dg1 – grosseira e profundidade do entalhamento fluvial (pequena) Dg2 – grosseira e profundidade do entalhamento fluvial (média) Dg3 – grosseira e profundidade do entalhamento fluvial (grande) Dm3 – média e profundidade do entalhamento fluvial (grande)	
Pri – superfície de aplanamento retocada inumada, Pgm – superfície		2 (média)	Dm1 – média e profundidade do entalhamento fluvial (pequena) Dm2 – média e profundidade do entalhamento fluvial (média)	
de aplanamento degradada inumada,	1 (fraca)	3 (forte)	Df1 – fina e profundidade do entalhamento fluvial (pequena) Df2 – fina e profundidade do entalhamento fluvial (média) Df3 fina e profundidade do entalhamento fluvial (grande)	

Figura 1: Dados extraídos parcialmente da legenda do mapa geomorfológico produzido pelo Radam Brasil.



Tipo de solo	Desenvolvimento de litologias	Índice de Fragilidade
Latossolo vermelho-amarelo; Latossolo vermelho escuro, textura argilosa; Latossolo roxo e terra roxa, textura argilosa	Sedimentos argilosos, gabro, diabásio, basalto	1 (fraca)
Podzólicos vermelho-amarelo, textura média argilosa; Latossolo vermelho-amarelo, textura média argilosa	Granitos, gnaisse e migmatito	2 (média)
Cambissolos; Latossolo textura média a arenosa; Areias quartzosas; hidromórficos	Siltitos, arenito friável, arenitos	3 (forte)

Figura 2: Dados extraídos parcialmente da legenda do mapa exploratório de solos produzido pelo Radam Brasil.

A partir deste mapeamento procede-se à classificação dos compartimentos ambientais resultantes do geoprocessamento das informações cartográficas em ambiente SIG e finalização da carta de fragilidade potencial que, para cada polígono, apresentará dois índices, o primeiro relacionado à variável relevo e o segundo, a variável solo. Através dessa leitura de síntese, pode-se avaliar o grau de fragilidade, de fraca a forte, daquela unidade de paisagem (figura 3).

Trata-se, portanto, da confecção do primeiro mapa-síntese, que possibilita a leitura física do ambiente, sob o ponto de vista de sua fragilidade potencial. A este, será sobreposto o mapa de vegetação e unidades de conservação; o resultado destes cruzamentos gerará, em ambiente SIG, o mapa síntese final, que é o mapa de Zoneamento Ecológico Econômico.

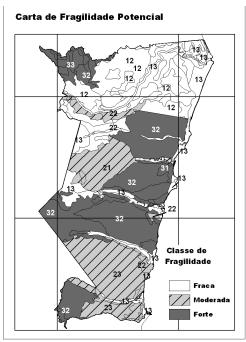


Figura 3: Carta de Fragilidade Ambiental Potencial hipotética, elaborado através da sobreposição dos mapas geomorfológico e exploratório de solos.

Elaborado por Sérgio Bernardes da Silva

A Fauna e a Flora – a variável B do planejamento ambiental

A compreensão das variáveis bióticas que envolvem o planejamento e a criação de áreas protegidas em um território tem por objetivos: a conservação da diversidade biológica e das relações e complexidades ecológicas; a manutenção da qualidade dos serviços dos ecossistemas para garantia do bem-estar humano; e a participação efetiva da sociedade no processo de criação e gestão dessas áreas.

Particularmente no Brasil, onde são encontrados diversos tipos de biomas e uma ampla diversidade de fauna e flora que caracteriza o país com mega diversidade biológica, o planejamento torna-se fundamental para proteção dos recursos biológicos e dos serviços do ecossistema, em escala local e global. No entanto, as atividades humanas, particularmente aquelas relacionadas às questões econômicas e políticas, exercem uma forte pressão nos ecossistemas que resulta em degradação ambiental e diminuição do bem-estar humano.

A variável B do planejamento ambiental deve envolver diversas ciências, particularmente os princípios da biologia da conservação. Os princípios básicos dessa ciência são teorias importantes, como ecologia da paisagem, biogeografia de ilhas, geometria da paisagem, ecologia de populações e ecologia de comunidades. Particularmente, a ecologia da paisagem, que envolve os trabalhos de Carl Troll na década de 1930 e, posteriormente, os conceitos de Richard T. T. Forman, Michael Godron e M. G. Turner, entre outros, permite compreender os padrões espaciais da paisagem e das escalas da paisagem. Tal ciência considera o desenvolvimento e a dinâmica da heterogeneidade espacial, as interações temporais e espaciais e trocas por meio de paisagens heterogêneas, as influências da heterogeneidade espacial nos processos bióticos e abióticos e o manejo da heterogeneidade espacial para o benefício e a sobrevivência da sociedade (Odum, Barret, 2008; Risser et al., 1984).

Sob esta ótica, a paisagem pode ser vista como um mosaico composto por três elementos principais: as matrizes, as manchas e os corredores da paisagem. Matriz de paisagem é uma área grande com tipos de ecossistema ou vegetação similares, na qual estão embutidas as manchas e os corredores da paisagem. Uma mancha da paisagem é uma área relativamente homogênea, que difere da matriz que a cerca, e que pode ser de baixa ou alta qualidade dependendo da sua cobertura vegetal e composição específica. Um corredor da paisagem é uma faixa do ambiente que difere da matriz em ambos os lados e com frequência conecta, de forma natural ou planejada, duas ou mais manchas de paisagem de habitat similar (ODUM; BARRET, 2008).

Esses conceitos estão intimamente relacionados à escala espaço-temporal. O conceito de escala incentiva análises em diferentes níveis de organização porque uma paisagem pode parecer heterogênea em uma determinada escala, mas bastante homogênea em outra além de estar intimamente relacionada à forma como cada um dos seres vivos utiliza a paisagem.

Para a elaboração do ZEE este deve ser o primeiro aspecto a ser observado. Utilizando-se de ferramentas de SIG e de dados oficiais de levantamento de cobertura vegetal (e seus estágios sucessionais) e biomas em um determinado território a ser planejado, são criados mapas que permitem compreender a disposição da estrutura biótica na paisagem (figura 4). Estes mapas serão importantes no planejamento da conectividade entre fragmentos de vegetação e dos biomas e fundamentais para a elaboração da legenda expandida.

Juntamente com essas informações cartográficas, devem ser levantados dados de componentes da fauna e flora, particularmente, espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, área de ocorrência e área de vida de determinadas espécies, sua estrutura populacional e seus hábitos de vida. Estes dados podem ser obtidos através de listas de fauna e flora ameaçadas de extinção e de artigos científicos que permitam compreender os aspectos ecológicos e comportamentais que envolvem essas espécies. No planejamento, as áreas que possuem as populações dessas espécies serão prioritárias para conservação e deverão ser contempladas na elaboração de zonas de proteção máxima (Z1) e também observadas nas definições de outras zonas, além de servirem de norteadoras para o estabelecimento das diretrizes, usos e metas na legenda expandida.

Ao se compreenderem os aspectos científicos orientadores para a proteção de ecossistemas, comunidades e populações e contemplá-los no planejamento, deve-se observar os aspectos da legislação ambiental que estão envolvidos na proteção dos ambientes naturais, particularmente o Código Florestal (lei federal 4771/1965) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (lei federal 9985/2000).

A lei federal 4771/1965 estabelece duas áreas importantes a serem protegidas – a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente. Dentro do planejamento da paisagem e conservação da natureza, essas áreas são particularmente importantes quando apresentam conectividade, integrando elementos da paisagem e permitindo fluxo de fauna e flora. Essa legislação também estabelece diferentes percentuais de proteção de tais áreas, de acordo com o bioma em que a propriedade rural encontra-se inserida (Art. 16). Metzger (2010) aponta a importância dessas áreas na conservação da diversidade biológica e, mesmo com a ampla discussão atual da mudança do Código Florestal, sabe-se que particularmente para as Reservas Legais, as porcentagens exigidas pela lei aumentam as garantias da manutenção da biodiversidade para as futuras gerações.

Outro aspecto importante dessa lei são as Áreas de Preservação Permanente – APPs, definidas pelo Art. 2° como: "área protegida (...), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bemestar das populações humanas". Para as APPs de nascentes e cursos d'água, são estabelecidas diferentes medidas de proteção nas margens de rios e riachos, lagos e lagoas, em função da largura do leito dos rios ou das áreas de espelho da água. Esse aspecto da legislação também tem sido amplamente discutido, particularmente nas áreas urbanas, no que tange às larguras estabelecidas. Metzger discute a importância das APPs como áreas com diversidade biológica diferenciada e como importante elemento integrador da paisagem. Desta forma, o planejamento de áreas protegidas deve inserir em seu escopo de trabalho a manutenção do papel de corredor de paisagem das APPs, integrando manchas de habitats semelhantes.

A lei federal 9985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – estabelece as categorias de áreas protegidas no Brasil e define inúmeros conceitos que envolvem a criação e a gestão destas áreas (como os princípios de uso direto, uso indireto, uso sustentável, restauração, recuperação, manejo, zona de amortecimento, corredores ecológicos e zoneamento – Art. 2°), com diversos objetivos que envolvem aspectos geológicos, geomorfológicos, espeleológicos, arqueológicos, paleontológicos, culturais, além dos recursos genéticos, das espécies ameaçadas de extinção, do desenvolvimento sustentável, dos recursos hídricos e de valoração econômica e social da diversidade biológica (Art. 4°) e com diretrizes que valorizem aspectos biológicos e econômicos e também as populações locais e tradicionais, contando com a ampla participação da sociedade (Art.5°).

O SNUC define dois grupos de Unidades de Conservação – Proteção Integral e Uso Sustentável, compostas por diversas categorias com objetivos e usos específicos para cada uma delas (Art. 7° a Art. 21) e que envolvem diversos aspectos da paisagem, particularmente as zonas de amortecimento e corredores ecológicos (Art. 25 e Art. 26), que precede a um estudo do espaço e de zoneamento, bem como da manutenção da qualidade dos ecossistemas.

Os aspectos legais envolvidos nas duas legislações são pertinentes ao planejamento, geometria e arquitetura da paisagem e fundamentais no processo de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico. Além dos aspectos legais, deve-se considerar as orientações técnico-científicas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Assim, o levantamento cartográfico de unidades de conservação e suas categorias será a base para a definição da zona de proteção máxima — Z1, tendo em vista a proteção das unidades de conservação já existentes, particularmente na elaboração da legenda expandida do ZEE, além de permitirem a criação de novas áreas de conservação, utilizando os princípios da ecologia da paisagem e a sobreposição dos mapas de vegetação, hidrografia e fragilidade potencial. Juntamente com as informações de uso do solo e dados socioeconômicos é possível definir a categoria mais adequada para a criação de unidades de conservação, de

modo a minimizar conflitos e a estabelecer usos, diretrizes e metas na legenda expandida. Como subsídio para a elaboração da legenda expandida é criada uma tabela com as informações sobre Categoria de Unidade de Conservação, Nome da Unidade de Conservação, Decreto de Criação da UC, Área da UC, Bioma/ Ecossistema protegido, Existência de Plano de Manejo e Decreto do Plano de Manejo.



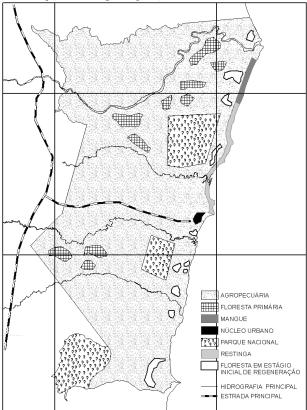


Figura 4: Mapa hipotético de vegetação, uso da terra e Unidades de Conservação. Elaborado por Sérgio Bernardes da Silva.

Por fim, a hidrografia constante do mapa de vegetação é particularmente importante no que tange ao uso das APPs para permitir o fluxo gênico entre fragmentos e mesmo entre unidades de conservação, além de permitir identificar áreas que devem ser protegidas, como cabeceiras de nascentes. A identificação das APPs será alvo, no ZEE, de diretrizes que incorporem projetos de recuperação florestal, os quais serão estabelecidos na legenda expandida.

Socioeconomia – a variável C do planejamento ambiental

O levantamento histórico e o da socioeconomia partem das informações oriundas do censo demográfico disponibilizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua página eletrônica denominada "cidades@".

A partir da compilação de dados, chega-se no diagnóstico das potencialidades e fragilidades do ponto de vista social e econômico do grupo de municípios. Para a construção do diagnóstico socioeconômico, as seguintes informações estatísticas constantes da tabela abaixo deverão ser consideradas:



Tema	Informação	Objetivo	Ações possíveis
Síntese das informações	População 2010 Área da unidade territorial	Verificação do crescimento populacional Densidade demográfica	Políticas públicas de controle demográfico
População e domicílios	Faixa de renda Anos de estudo Estratificação etária	% da população com carteira assinada Nível educacional da população Pirâmide etária	Políticas públicas voltadas à educação e à geração de trabalho e renda
Censo Agropecuário	Área destinada à zona rural	Verificação em % de terras inaproveitáveis e degradadas na zona rural	Manejo de uso função da capacidade de uso das terras e da carta de fragilidade ambiental
Produto Interno Bruto	PIB estratificado por setor	Predominância de economia no município (primária, secundária ou terciária)	Fomento às atividades de destaque
Serviços de Saúde	Leitos e unidades hospitalares	Comparar a quantidade de leitos existentes com a referência preconizada pela OMS (Organização Mundial da Saúde)	Incremento na rede de hospitais e equipamentos da Saúde
Educação	Matrículas	Comparar população em idade escolar com o número de matrículas por nível de ensino	Criação e/ou manejo de vagas entre níveis de ensino
Estatísticas de Registro Civil	Mortalidade infantil	Comparar com referencial da OMS	Ações de saneamento e aleitamento materno
Lavoura Permanente Lavoura Temporária Extração Vegetal e Silvicultura	Produção agrossilvopastoril municipal	Identificar a produção primária municipal e seu valor de produção	Manejo de produção função da Carta de Fragilidade Ambiental
Mapa de pobreza e desigualdade	Índice Gini	Aferição do nível de desigualdade	Geração de trabalho e renda

Figura 5: Processamento de informações obtidas através do levantamento censitário por município através dos dados disponibilizados pelo IBGE. Elaborado por Cristina Pereira de Araujo.

Importante observar que nem sempre os dados não possuem o mesmo ano de apuração, o que impossibilita um diagnóstico preciso. Por outro lado, os dados disponibilizados pelas prefeituras municipais, por vezes são incompatíveis com aqueles informados pelo censo. Desta forma, a análise é limitada aos dados da amostra. Um levantamento censitário realizado a cada quatro anos para todos os temas abordados pelo IBGE possibilitaria um retrato fidedigno da situação socioeconômica dos municípios brasileiros, o que facilitaria pensar em estratégias de intervenção.



Construção do mapa de ZEE e de sua legenda expandida

O mapa de ZEE é produzido em ambiente SIG, através da sobreposição da carta de fragilidade ambiental, dos mapas de vegetação e regulamentações legais. Para sua confecção são estabelecidas cinco zonas para enquadramento das informações: (i) zona 1: zona de proteção máxima – aqui deverão ser enquadrados os polígonos cujo diagnóstico já tenha apontado a existência de unidades de conservação de proteção integral, áreas de preservação permanente ou ainda que, em função da fragilidade potencial ou do mapa de vegetação, se indique áreas prioritárias de conservação; (ii) zona 2: zona de amortecimento - tratase da delineação da área de transição entre uma zona de máxima proteção e seus demais usos, conforme disposto no SNUC, podendo inclusive, abranger áreas de preservação permanente; (iii) zona 3: destinado ao uso rural do município, função do levamento da sua produção rural, bem como possíveis manejos em função da capacidade do uso das terras, onde são priorizados para tal fim, os solos de natureza eutrófica, de acordo com o diagnóstico abiótico realizado; a relação do valor da produção/hectare, por exemplo, pode gerar diretrizes para o incentivo a uma cultura em detrimento de outra ou ainda, programas de incentivo para fixação de famílias no campo; (iv) zona 4: compreende a zona de expansão urbana ou zonas de uso controlado através da proposição de APAs (Áreas de Proteção Ambiental), estratégia muito comum no caso de zonas litorâneas, onde é necessário o controle da expansão urbana sobre ecossistemas frágeis: para seu desenho, há de se considerar os aspectos abióticos e bióticos, expressos nas cartas de fragilidade e unidades de conservação; (v) zona 5: zona urbana consolidada, trata-se da demarcação, em mapa, da área urbana existente no município (figura 6).



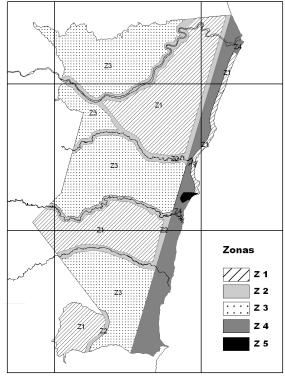


Figura 6: Mapa de Zoneamento Ecológico Econômico hipotético elaborado através da sobreposição das Cartas de Fragilidade Ambiental, vegetação e unidades de conservação.

Elaborado por Sérgio Bernardes da Silva.

Será a legenda expandida, obrigatória parte do mapa, que permitirá visualizar as estratégias de ação para a área em questão. Composta por quatro colunas (características socioambientais, diretrizes, usos

permitidos e metas) e cinco linhas (zonas 1, 2, 3, 4 e 5), a legenda expandida permitirá compreender, de forma integrada, as ações que se desejam empreender no território com base no diagnóstico realizado.

Na coluna "características socioambientais" deverá constar, para cada zona, uma síntese do diagnóstico físico, biótico e socioeconômico elaborado.

Em diretrizes, o que se pretende para cada zona, a saber: na zona 1, o tipo de unidade de conservação; na zona 2, a definição da zona de amortecimento; na zona 3, os manejos pretendidos em ambiente rural, tais como o incentivo de determinadas produção e programas de fixação da família no campo; na zona 4, as diretrizes de expansão urbana, tais como a criação de APAs, urbanização para fins turísticos, expansão de zonas industriais e, por fim, na zona 5, as diretrizes de desenvolvimento urbano, considerando a socioeconomia diagnosticada.

Para a coluna "usos permitidos", descreve-se para as zonas 1 e 2 o que consta na lei 9985/00, referente à categoria de Unidade de Conservação utilizada, ou o que consta no Código Florestal, função da determinação de áreas de preservação permanente.

Na zona 3, determinam-se os usos agrossilvapastoris que serão permitidos em cada setor; nas zonas 4 e 5, os usos urbanos permitidos: residencial, comercial, industrial, empreendimentos turísticos, etc. Por fim, na coluna "metas", são estabelecidos prazos de curta, média e longa duração para a execução das diretrizes, por zona. Sendo o ZEE revisto a cada dez anos em média, por força do decreto, tais metas poderão ser revistas, bem como todo o processo.

Zona	Características Socioambientais	Diretrizes	Usos permitidos	Metas
Z1	Relevo: planície fluvio- marinha Solo: areias quartzosas marinhas Vegetação: restinga e mangue	Ampliação em área dos Parques Nacionais existentes Estudos científicos que subsidiem a elaboração do Plano de Manejo	Pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, recreação de contato com a natureza e turismo ecológico, conforme disposto na lei 9985/00, artigo 11.	Curto prazo: Elaboração de Plano de Manejo no prazo de cinco anos após criação do Parque, conforme disposto na lei 9985/00, artigo 27. Médio prazo: Ampliar o número de indivíduos das populações de espécie ameaçadas de extinção, permitindo a estabilidade e variabilidade genética destas populações.
Z2	Relevo: planície fluvio- marinha Solo: areias quartzosas marinhas Vegetação: restinga e mangue	Recuperação e enriquecimento da vegetação e das áreas de preservação permanente. Permitir a conectividade de fragmentos e UCs. Proteção e Recuperação das APPs.	Uso e ocupação do solo que atendam aos objetivos da Unidade de Conservação	Curto prazo: Recuperação de áreas degradadas quando for o caso. Médio prazo: Regularização fundiária.



Zona	Características Socioambientais	Diretrizes	Usos permitidos	Metas
Z3	Relevo: tabuleiros costeiros Solo: podzólico vermelho amarelo eutrófico Vegetação: mata atlântica em estágio inicial de regeneração	1. Incentivo à agricultura familiar; 2. Fixação da população no campo; 3. Uso de práticas agrícolas sustentáveis	Atividades agrícolas (incentivo à plantação de mamão, cacau e mandioca); Pecuária (incentivo à produção de ovos e laticínios) (os dados nesta coluna devem atender à economia diagnosticada através do censo, bem como à capacidade de uso da terra – através da carta de fragilidade	1. Curto prazo 2. Médio prazo 3. Médio e longo prazos.
Z4	Relevo: planície costeira Solo: areias quartzosas e solos hidromórficos Vegetação: supressão parcial da vegetação nativa	Promover uma urbanização turística ao longo da rodovia litorânea, através da criação de uma APA Construção de um novo aeroporto Construção de conjuntos residenciais de baixa densidade	Uso residencial, comercial, serviços e hoteleiro	Curto Prazo Longo Prazo Médio Prazo
Z5	Relevo: planície costeira Solo: areias quartzosas e solos hidromórficos Vegetação: supressão total de vegetação nativa Assentamento urbano consolidado	Ampliação da rede hospitalar; Ampliação de vagas no ensino superior e educação infantil; Ampliação das redes de abastecimento e esgotamento sanitário a toda zona urbana	Àqueles definidos em Plano Diretor: comércio, residências, indústrias, áreas verdes e institucionais	Médio Prazo Médio Prazo Médio Prazo Médio Prazo

Figura 7: Legenda expandida hipotética considerando o diagnóstico ABC realizado para a obtenção do ZEE. Elaborado pelos autores.

Conclusões

O ZEE é uma poderosa ferramenta para planejamento e ordenamento territorial de escalas pequena a grande; no entanto, a falta de base cartográfica em escala adequada, associada à falta de atualização dos dados censitários, permite apenas uma aproximação de planejamento, seu primeiro esboço, já que intervenções ao nível da execução careceriam da averiguação de dados em campo. O mapeamento disponível ainda nos remete ao projeto Radam Brasil, de 1988, disponível somente na escala 1:1.000.000. O censo, somente agora, dez anos depois, nos traz informações atualizadas referentes à socioeconomia.

Isso posto, entendemos que, para sua execução, não somente a União, mas governos estaduais e municipais deveriam se mobilizar em operações consorciadas, no sentido de elaborarem materiais cartográficos de base, em ambiente SIG, que pudessem definitivamente gerar informações sobre a nossa



base territorial em escala compatível com aquela preconizada no Decreto que regulamenta o ZEE. Por outro lado, a atualização pelo menos a cada quatro anos dos dados do Censo, possibilitaria uma ideia mais clara da dinâmica socioeconômica que o país atravessa.

Colocar o planejamento na pauta do dia do Estado já não é sem tempo: é mister a utilização do Zoneamento Ecológico Econômico enquanto instrumento de planejamento ambiental, que subsidie os planos diretores municipais, para um país que quer crescer, mas, sobretudo, busca o desenvolvimento de uma forma equilibrada e sustentável.

Referências

BRASIL. Lei 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1°, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL, Decreto 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamento o art. 9º, inciso II, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro** Comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeto Radam Brasil.** 38 volumes. Rio de Janeiro, IBGE, 1973 a 1987. Disponível em cd-rom.

METZGER, Jean Paul. "O código florestal tem base científica?" Natureza e Conservação, vol. 8, nº 1, p. 1-5, 2010.

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Fundamentos de Ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

RISSER, Paul G.; KARR, James R.; FORMAM, Richard T.T. Landscape ecology: Directions and approaches. Champaign, I11: Natural History Survey, nº 2, 1984.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 2001.

SCHIFFER, Sueli Ramos. "As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista. 1955 – 1980". Tese de Doutorado, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1989.

VILLAÇA, Flávio. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". In DEAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo, EDUSP, 1999, p 169-243.



"Caos urbano": (mais) algumas reflexões sobre a lógica complexa de produção e reprodução da cidade

"Urban chaos": (further) some thoughts on the complex logic of production and reproduction of the city

José Augusto Ribeiro Da Silveira

Arquiteto e urbanista, doutor e professor em desenvolvimento urbano do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, CT/UFPB.

Architect and urban planner, PhD, professor in urban development at Technology Center of Federal University of Paraiba UFPB CT jaugusto@ct.ufpb.br

Resumo

A expansão urbana descontrolada é comumente observada como elemento do "caos urbano", que tem conduzido a um ambiente visto como ineficiente e nocivo aos seres humanos. Os sistemas caóticos e não lineares, como a natureza, a sociedade e a vida de cada indivíduo, transcendem qualquer tentativa de previsão, manipulação e controle, como fenômenos complexos que abrangem variados elementos, que podem ser observados sob diferentes aspectos, numa teia intricada de interfaces. Pode-se dizer que o chamado "caos urbano" não seria algo imprevisível, sem possíveis controles e domínios ou explicação, mas se aproximaria de certas necessidades humanas e lógicas dinâmicas das diferentes classes sociais no espaço, dadas as localizações urbanas e as desigualdades socioespaciais existentes na cidade. Sistemas guiados por certos tipos de leis perfeitamente ordenadas são capazes de, no longo prazo, se comportar de uma maneira aleatória e imprevisível em um nível específico em que este comportamento aleatório apresenta em um nível mais geral, um padrão ou ordem "escondida". O texto indica a necessidade de visualizar e lançar mão das oportunidades virtuosas que o "caos urbano" pode nos oferecer. Assim, o objeto de estudo deste trabalho é o espaço da cidade contemporânea e a sua lógica complexa de produção e reprodução. Os objetivos englobam uma reflexão sobre o que significa o chamado "caos urbano" e as suas relações com a dinâmica interna da cidade, além de um exame de possíveis alternativas ao círculo vicioso estabelecido no sistema intraurbano, considerando a hipótese de que o "caos urbano" não representa algo aleatório ou imprevisível e sem controle.

Palavras-chave: caos urbano, expansão urbana, lógica evolutiva, estrutura urbana, planejamento.

Abstract

The uncontrolled urban expansion is commonly seen as an element of "urban chaos". That has led to a view of the environment as inefficient and harmful to human beings. Chaotic and non-linear systems - like nature, society and the life of each individual - transcend any attempt to forecast, manipulate and control because they are such complex phenomenon with a great variety of elements and these elements may be observed under different aspects that offer a complicated web of interfaces. One could say that the so-called "urban chaos" would not be something unpredictable, without possible controls and domains or explanations. It would only respond to certain human needs and to dynamic modes of reasoning of different social classes in space, considering the social and spatial inequalities that exist in the city. Systems guided by certain types of laws perfectly ordered are capable of behaving at random and in an unpredictable way – in the long term – at a specific level, where this behavior presents a pattern or a "hidden" order, in general. The text tries to show that it is necessary to visualize and profit from the righteous opportunities that the "urban chaos" may offer. Thus, the subject of the present paper is the space of the contemporary city and its complex production and reproduction rationalism. Its objective include: a reflection on what the so-called "urban chaos" means and what are its relationships with the inner dynamics of the city; and also an examination of possible alternatives to the vicious circle established in the inner-city system. All this is done considering the hypothesis that the "urban chaos" does not represent something random or unpredictable and without control.

Keywords: urban chaos, urban sprawl, evolutionary logic, urban structure, planning



Introdução: cidade e "caos urbano"

No debate sobre a cidade atual, emergem persistentemente fatos como a violência, a favelização, a expansão descontrolada e a fragmentação, a segregação socioespacial, as deficiências de transporte, os impactos negativos ao meio ambiente etc. Esses aspectos são comumente observados como elementos do "caos urbano", que têm conduzido a um ambiente visto como ineficiente e nocivo aos seres humanos.

O objeto de estudo deste trabalho é o espaço da cidade contemporânea e a sua lógica complexa de produção e reprodução. Os objetivos englobam uma reflexão sobre o que significa o chamado "caos urbano" e as suas relações com a dinâmica interna da cidade, com um exame de possíveis alternativas ao círculo vicioso estabelecido no sistema intraurbano, considerando a hipótese de que o "caos urbano" não representa algo aleatório ou imprevisível e sem controle. Esse é o fio condutor que orienta a argumentação deste artigo.

De acordo com Briggs e Peat (2000), a princípio, os sistemas caóticos e não lineares, como a natureza, a sociedade e a vida de cada indivíduo, transcendem qualquer tentativa de previsão, manipulação e controle. Originalmente, ainda segundo os mesmos autores, "é uma tentativa de compreender os movimentos que criam as tempestades, rios turbulentos, furações, picos pontiagudos, litorais nodosos e todos os tipos de padrões complexos, desde deltas de rios até os nervos e vasos sanguíneos do nosso corpo". Os fenômenos complexos, que abrangem variados elementos, podem ser observados sob diferentes aspectos, numa teia intricada de interfaces. Assim, "o termo 'caos' refere-se a uma interconectividade subjacente que existe em fatos aparentemente aleatórios (...). A ciência do caos enfoca matizes, padrões ocultos, a 'sensibilidade' das coisas e as 'regras' que regem os meios pelos quais o imprevisível causa o novo (...). Nesse campo, há três temas subjacentes que permeiam essas lições do caos: controle, criatividade e sutileza" (Briggs e Peat, 2000).

Na verdade, o chamado "caos urbano" pode ser visto como um efeito da lógica complexa de correlação de forças dos agentes que produzem e reproduzem a cidade, onde se podem identificar leis socioespaciais, de localização e de segregação, relacionadas às propriedades físicas intraurbanas, estas ligadas à morfologia da cidade. Os fenômenos são resultantes da interação de ações e projetos e do jogo de interesses e necessidades dos atores sociais que interagem na cidade. Ou seja, pode-se dizer que o chamado "caos urbano" não seria algo imprevisível, sem possíveis controles e domínios ou explicação, mas se aproximaria de certas necessidades humanas e lógicas dinâmicas das diferentes classes sociais no espaço, dadas as localizações urbanas e as desigualdades socioespaciais existentes na cidade. Assim, existem ordens implícitas ou padrões menos visíveis no chamado "caos urbano" (SILVEIRA, LAPA e RIBEIRO, 2007).

De acordo com Stacey (1991 apud Paiva, 2001), "(...) em sua definição científica, o caos não significa desordem absoluta ou perda completa da forma. Ele significa que sistemas guiados por certos tipos de leis perfeitamente ordenadas são capazes de se comportar de uma maneira aleatória e, desta forma, completamente imprevisível, no longo prazo, em nível específico (...). "Por outro lado, esse comportamento aleatório também apresenta um padrão ou ordem "escondida", em um nível mais geral. O caos é a variedade individual criativa, dentro de padrão geral de similaridade. Para Briggs e Peat (2000), o caos nos leva a crer que possivelmente o adequado não é resistir às incertezas da vida, mas antes aproveitar as possibilidades que elas nos propiciam. Nesse sentido, este texto procura colocar que é necessário visualizar e lançar mão das oportunidades virtuosas que o "caos urbano" pode nos oferecer.

Lógica evolutiva, propriedades territoriais e leis socioespaciais.

A lógica evolutiva de um tecido urbano relaciona-se com tendências, indicações, resultados e com as razões, físicas e sociais, para que se dê uma determinada forma de ocupação. As razões podem ser associadas a forças impulsionadoras implícitas, a exemplo da atração exercida por determinadas localizações urbanas, como sítios privilegiados e de amenidades, que podem levar um objeto a ter sua estrutura organizada de uma maneira específica, determinando a forma de articulação dos elementos morfológicos urbanos, como sítio geográfico, espaços livres públicos, parcelamentos etc. (SILVEIRA, LAPA e RIBEIRO, 2007). Aqui,

a acessibilidade é um elemento fundamental do processo em tela. Tradicionalmente, a acessibilidade física é vista como a facilidade de atingir os destinos desejados, como a medida direta e positiva dos efeitos de um sistema de transporte. Na forma mais simples, a acessibilidade pode ser medida pelo número, natureza e maneira que os destinos podem ser alcançados. Uma das medidas básicas da acessibilidade é dada pela disponibilidade de espaços viários ou de sistemas adequados à circulação. Tomando-a como atributo de um espaço urbano ou como uma questão de atrito entre a atratividade de um ponto e as dificuldades de acessá-lo, a acessibilidade também representa oportunidades urbanas para o indivíduo, dadas as localizações (VASCONCELLOS, 2000). Do ponto de vista conceitual, a acessibilidade é mais vital na produção de localizações, no espaço intraurbano, do que a própria disponibilidade de infraestrutura, ligando-se à lógica evolutiva da cidade

As lógicas podem definir estágios de ocupação – superação de limites, crescimento e combinação/conflitos –, articulando percursos e processo de evolução urbana, através de propriedades territoriais e de leis socioespaciais (PANERAI, 2006). Os espaços livres são um dos principais elementos morfológicos de articulação entre percursos estabelecidos na cidade e a sua evolução. A articulação desenvolve-se através da acessibilidade e da mobilidade, sendo a variável espaço um elemento ativo no processo (BORGES e KRAFTA, 1997).

As propriedades territoriais podem ser identificadas a partir das características específicas do sítio geográfico, dos demais elementos da morfologia e do padrão da expansão urbana.

As leis socioespaciais, por sua vez, relacionam-se com questões de localização urbana, de direção de expansão, de amenidades, de continuidade e permanência (longa duração) de um vetor de expansão e das menores distâncias entre polos, que podem acentuar e destacar um eixo de crescimento da cidade. Aqui, cabe citar aspectos do fenômeno das centralidades urbanas, um dos produtos destacados da lógica complexa intraurbana, que afetam a fixação de atividades econômicas e sociais que, por sua vez, vão influir nos deslocamentos e práticas das pessoas, sobretudo no *commuting* (deslocamentos para o trabalho). Pode-se dizer que essas localidades são dotadas de certas funções centrais, ou seja, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população, de acordo com a sua natureza e segundo um ponto de vista hierárquico, como um produto de uma rede intricada de interfaces.

Com padrão complexo e permeada por redes menos visíveis, a centralidade de um espaço refere-se ao seu grau de importância, a partir de suas funções centrais e qualidades físico-espaciais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população atraída e atendida e maior o nível de centralidade (CHRISTALLER, 1966).

Considerando as várias dimensões da centralidade, uma parcela considerável da compreensão do caráter central de um espaço está associada à acessibilidade, enquanto um dos fatores básicos de qualificação e localização. Conforme nos diz Villaça (1998): "(...) A terra urbana só interessa enquanto 'terra-localização', ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade. A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau".

Resultados da lógica complexa de produção e reprodução da cidade, no caso brasileiro.

Como já bem conhecido, a partir de meados do século passado, iniciou-se, no Brasil, uma urbanização intensa e acelerada, constituindo-se numa das principais questões sociais experimentadas no país e configurando uma produção de espaços urbanos de risco.

Expressão territorial de uma ordem urbanística excludente e predatória, os fatos delinearam a produção e a reprodução de um tecido urbano disperso e fragmentado no processo de construção da "desordem" urbana.

Na observação de um tecido intraurbano, a primeira impressão é pura desordem; um cenário que pode ser visto como "caótico". Mas, quando observamos outros assentamentos urbanos, percebemos uma espécie de reincidência, como uma desordem que se repete. Por outro lado, supostas desordens que se repetem podem não ser desordens ou conjunto de fatos aleatórios; apresentam, na verdade, ordens implícitas, ou disfarçadas, ocultas, à espera de serem desvendadas (SOBREIRA, 2003).

Segundo Sobreira (2003), a diversidade e a multiplicidade de pontos e escalas são tendências naturais de sistemas urbanos sujeitos a "dinâmicas naturais e espontâneas de uso e ocupação". A complexidade no espaço intraurbano parece ser uma função natural do tempo e do uso; a multiplicidade de escalas sugere uma expressão natural da dinâmica social, ao longo do espaço e do tempo. Na verdade, as cidades podem ser visualizadas como estruturas fragmentadas resultantes de um processo de auto-organização, que converge espacialmente para uma espécie de estado crítico (em combinação e conflito), caracterizado por uma ordem hierárquica não linear e pela diversidade de pontos territoriais e de escalas de suas unidades componentes. Esses objetos são sistemas complexos que exibem uma ordem subjacente sob uma aparente desordem, de onde se podem identificar determinados padrões de ocupação e uso do solo, na lógica da diversidade urbana.

Aqui, na realidade, fala—se da estrutura urbana, enquanto processo de desenvolvimento, fenômeno mais profundo e de longa duração, no espaço e no tempo, englobando aspectos físicos e sociais da cidade. Assim, na constituição da estrutura urbana, existe uma base física e territorial onde são produzidos e se reproduzem os sistemas, a exemplo do sistema de acessos. Desse modo, a estrutura não equivaleria ao sistema, que pode sofrer alterações conjunturais, sem se modificarem as condições estruturais gerais, como produtos históricos e transitórios. Daí, os sistemas e as chamadas "estruturas físicas" são partes da estrutura urbana (social, econômica, política), que revela as correlações de forças que produzem a cidade, na verdade, denotando interações perversas entre processos socioeconômicos, opções de políticas e de planejamento urbano (SAMPAIO, 1999).

No Brasil, o ano 1930 indica baliza importante no que se refere a transformações e à modernização da sociedade, em direção ao conjunto de fatos visto atualmente como "caos urbano". A partir dos anos 1940, iniciou-se no país um processo de urbanização veloz e avantajado, provavelmente sem paralelo na história da humanidade, quer pela aceleração do processo, quer por suas dimensões, sob a lógica econômica e territorial da industrialização.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total do país. Uma abordagem do geógrafo Milton Santos (1993) sobre o assunto coloca que as categorias espaciais contemporâneas mais representativas são o tamanho urbano, o modelo automobilístico-rodoviário e a carência de infraestrutura, a extroversão e a periferização da população, associando-se a especulação fundiária e imobiliária e os problemas de transporte. Esses fatos relacionados mantêm e realimentam os demais, e a expansão das cidades é igualmente o crescimento desorganizado dessas características, num círculo vicioso, conformando deseconomias urbanas. O quadro foi agravado no contexto da superacumulação capitalista, que ampliou as desigualdades e onde modelos estruturais urbanos "globalizados" contribuíram para uma estrutura urbana pouco sistêmica, fragmentada e espraiada, gerando em seu conjunto dificuldades à inclusão social. A fragmentação apresenta tensão entre forças de expansão e aproximação, resultando em células urbanas agrupadas em "ilhas", com tamanhos e localizações variados, definindo cheios e vazios, que dilaceram a cidade e produzem excrescências em seu tecido, identificando-se, segundo Meyer (2006), as "peças urbanas" da cidade difusa, em contraposição à "visão de totalidade" das cidades compactas e convergentes.

A dispersão da cidade parece não ter barreiras, onde as forças são predominantemente de distensão, pontuando conflitos entre as condições de acesso e a ocupação e o uso da terra urbana, onde as exigências crescentes de mobilidade e a utilização exagerada do automóvel agravam o processo. A mancha urbana parece movimentar-se "para fora", num deslocamento centrífugo, produzindo excentricidades que expulsam

as pessoas do tecido consolidado e referencial da urbe. De modo geral, as diferentes classes sociais tendem a se deslocar sempre na mesma direção, produzindo setores radiais e denotando que a cidade nunca cresce para dentro. Para além do padrão de crescimento periférico de outros tempos, ligado às classes sociais menos abastadas e marcado pela irregularidade da apropriação dos espaços, os traços do novo desenho urbano apontam simultaneamente a expansão dos loteamentos populares, ditos "formais", e a expansão dos condomínios fechados de luxo, acentuando e alargando a segregação, tanto dos mais abastados quanto dos menos abastados, fenômenos que vêm tomando proporções importantes especialmente nas cidades brasileiras de porte médio.

Lógicas intraurbanas antagônicas: urban sprawl x compact cities.

Com essas realidades recentes, englobando a disposição fragmentada e os perímetros urbanos inadequados, as cidades se expandem de forma anômala, em um processo criticado por alguns e até bem aceito por outros. Os críticos do crescimento avantajado e espraiado da cidade (urban sprawl) consideram-no uma situação indesejável que, independente de sua lógica sistêmica, será sempre nocivo à qualidade de vida na cidade; tal expansão ocorre dentro de um princípio de "organização desequilibrado", com o predomínio do interesse do capital sobre os demais (EDWING, 2000. NELSON, 2000. VOITH, 2000). A crítica mais contundente e uníssona vem dos defensores da "sustentabilidade e da compacidade urbana" (compact-cities), princípio dominante entre os atuais urbanistas europeus e que se trata de uma antítese do sprawl.

Autores, como Carbonell (1999), consideram o *sprawl* um efeito sempre associado à expansão dita "descontrolada" ou "desorganizada". Outros autores, como Jakob (2002), criticam essa posição, não exatamente porque não consideram o *urban sprawl* nocivo, mas porque veem que tal expansão ocorre estruturalmente a partir de fundamentos de organização urbana pouco equitativos, com o predomínio do poder econômico sobre o social, e com implicações sobre a setorização e a segregação urbana. De fato, as lógicas evolutivas intraurbanas, como ordens da dinâmica da cidade compostas intrinsecamente tanto por propriedades físicas urbanas como elementos ativos no processo e por determinadas práticas e leis socioespaciais, ligam-se à dinâmica de segregação das diferentes classes sociais, dinâmica regida pelas forças econômicas e políticas dominantes (SILVEIRA, LAPA e RIBEIRO, 2007). Considerando que o espaço da cidade é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento das pessoas – como portadoras da força de trabalho e como consumidoras –, podem-se destacar efeitos problemáticos do modelo de expansão em foco, no que diz respeito à relação (biunívoca) conflituosa entre a acessibilidade (englobando as oportunidades na *urbe*), a ocupação e o uso da terra urbana.

Entre os autores americanos, alguns buscam defender práticas expansionistas, voltadas ao uso do automóvel, no entanto, com maior grau de controle, o que seriam os defensores do managed growth ou smart growth que, em princípio, seria a expansão com um "controle qualitativo", de forma a manter a previsibilidade almejada pelos planejadores. Ou seja, seria uma situação intermediária entre os defensores do urban sprawl e os das cidades compactas. Muitas alegações contrárias à compacidade urbana discursam que esse modelo pode ser também antiecológico ou que conduziria a um adensamento exagerado, ao congestionamento, à concentração de poluentes e à má qualidade de vida, situações próximas às encontradas no urban sprawl (RIBEIRO e SILVEIRA, 2009).

Cenários alternativos possíveis no "caos".

Mas, afinal, cidades grandes (compactas ou espraiadas), vistas como "caóticas", podem vir a ser benéficas e eficientes, mantendo-se os cenários e padrões atuais de crescimento? Parece que estamos predestinados a um ambiente urbano que é, na verdade, a sobreposição de muitas cidades, realidade que deve

ser considerada e, até certo ponto, aceita. Aqui, indica-se que a chave que pode levar a cidades eficientes, com dinâmicas intraurbanas próximas às verificadas atualmente, reside no que podemos chamar de descompressão intraurbana". Essa operação passa necessariamente pela revalorização dos espaços livres públicos da cidade, como estruturas fundamentais, sob os pontos de vista físico e social (PANERAI, 1994).

A partir do quadro atual, e aceitando-se as lógicas intrínsecas da cidade, podem-se identificar alternativas que conduzam a benefícios e a uma cidade com melhor qualidade de vida, contribuindo para construção de uma nova ordem urbanística, de redistribuição e inclusão. Uma das alternativas conduz à aceitação da cidade expandida, de forma tentacular ou estelar, com fortalecimento ordenado e gradual da descentralização urbana, processo atualmente em curso, e o adensamento adequado dos seus polos territoriais, com o incentivo aos modos não motorizados de deslocamento intra-polo, a implantação de novos equipamentos e serviços e uso misto. Deseja-se, igualmente, uma maior integração entre os diferentes usos da terra e os transportes públicos, a partir dos principais eixos de acessibilidade, visando menor necessidade de viagens por auto e a redução das distâncias, tempos e custos urbanos. Assim, a ligação interpolo deve ser feita, prioritariamente, por transporte público de massa, integrado e de qualidade - inclusive ocorrendo a integração intermodal transporte privado-transporte público -, com o aproveitamento da infraestrutura existente e o repovoamento das áreas já urbanizadas e deterioradas, a exemplo da área central e espaços adjacentes.

Estudos conduzidos por Ferraz, Silva e Felex (1991) indicam que a trama urbana imaginada deve estar preferencialmente inscrita num formato circular ou semicircular, com alternativas de macroacessibilidade radial e transversal, que podem contribuir – agregando-se a questão do adensamento populacional, adequado e a integração transportes/uso do solo – para a redução dos custos e para uma cidade mais equitativa e eficiente, em relação a outros formatos urbanos.

Nessa direção, Leite, Rieger e DellaManna (2008), apontam a operação nas áreas abandonadas (*mastelands* e *brownfields*) e a utilização do potencial dos vazios urbanos e áreas subutilizadas centrais e em espaços adjacentes, onde as infraestruturas existentes devem apoiar o redesenvolvimento das novas áreas da cidade. Os mesmos autores ainda pontuam que "os fragmentos do território esgarçado podem articular uma nova 'cidade dentro da cidade'".

É possível observar em propostas europeias de assentamentos a preocupação em se revitalizar áreas degradadas, dentro do próprio contexto urbano consolidado das cidades, a fim de servirem como áreas residenciais. Existe, também, a preocupação em envolver as comunidades locais com as propostas arquitetônicas, seja através do processo de consulta ou pela própria participação das pessoas com a produção das habitações. Nesses casos, ocorrem vínculos humanos precedentes e ao longo do processo de construção das edificações, o que contribui para o aspecto social, um dos pilares da sustentabilidade urbana. Revela-se, assim, a busca pela adequação da sustentabilidade na realidade local, com a evidente preocupação sobre a revitalização de áreas abandonadas ou deterioradas das cidades, o que denota também caminhos a serem seguidos em nosso país.

Algumas práticas positivas adotadas, por exemplo, em Lyon, na França, como o planejamento da circulação por intermédio de sistemas coletivos para reforçar o centro e reduzir a dependência do automóvel, com controle social sobre o funcionamento do transporte e outros serviços públicos, destacam a prática participativa sobre obras, serviços e o funcionamento da cidade, desde 1985, como aspectos estruturais marcantes do repensar a cidade (RIBEIRO e SILVEIRA, 2009). Algumas cidades europeias, a exemplo de Munique e Viena, proíbem o uso de veículos particulares nas suas áreas centrais, o que representa a adoção dos conceitos de humanização, integração e reestruturação de polos importantes da cidade, visando um possível retorno a esses locais e a espaços adjacentes.

As questões da cidade compacta *versus* a cidade dispersa estão sendo discutidas em todo o planeta. O tema sobre o retorno às áreas centrais e aos seus espaços adjacentes pode ser observado empiricamente tanto nas cidades brasileiras quanto norte-americanas (a exemplo de Nova Iorque) e europeias, como em



Londres e Bruxelas. Não está suficientemente comprovado se isso está se dando em benefício da cidade, como um todo, e na direção de uma maior equidade social, a exemplo dos fatos originados por intermédio das ações de "recuperação" do centro de Barcelona, ao longo dos anos 1990. Algumas experiências têm mostrado resultados dúbios. A relativa volta de circuitos superiores da economia para os centros tradicionais e abandonados, em consideráveis casos, está ocorrendo com a expulsão, para as periferias, das classes menos abastadas, que se fixaram nas áreas centrais, denotando migrações intraurbanas que indicam exemplos de mobilidade que realimentam o círculo vicioso da cidade espraiada.

O planejamento urbano contemporâneo deve atuar com estratégias dinâmicas, flexíveis e integradas, nas quais o desafio é atuar e administrar estruturalmente no "caos", empregando esforços sobre a cidade existente e consolidada, em vez da sua substituição ou mesmo sua negação. Do quadro internacional, podem ser extraídas experiências que devem ser redimensionadas e adequadas à realidade dos padrões e dinâmica das cidades brasileiras. Dessa forma, não se distanciando muito da realidade atual, pode-se alcançar espaços urbanos de melhor qualidade e eficiência, ao longo do espaço e do tempo, onde é possível visualizar e lançar mão das oportunidades virtuosas que o "caos urbano" pode oferecer.

Referências

BORGES, L. e KRAFTA, R. **Configuração espacial e tráfego veicular.** *In*: 7º. Encontro Nacional ANPUR, 1997, Recife, Anais Novos Recortes Territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento. Vol. 1, Recife: UFPE, 1997. p. 97-116.

BRIGGS, J e PEAT, F. D. Sabedoria do caos. Ed. Campus, 2000.

CARBONELL, A. J. Technology, smart growth and future form. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

CHRISTALLER, W. Central places in southern Germany. Trad.: Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

EDWING, R. **The Future of Land Development.** *In*: Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2000. p. 66-71,

FERRAZ, A. C. P., SILVA, A. N. R. e FELEX, J. B. **Custo do transporte público x tamanho e forma das cidades.** Revista dos Transportes Públicos – ANTP, nº 44, p. 17-21, jun. 1989.

JAKOB, A. A. E. **Urban Sprawl: custos, benefícios e o futuro de um modelo de desenvolvimento do uso da terra.** In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, nº 13, 2002. Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

LEITE, C., RIEGER, B. e DELLA MANNA, E. **Proposta Estratégica na Operação Urbana Diagonal Sul** — *Urban Age South America Conference*. São Paulo: Projeto Institucional. Portal Vitruvius. São Paulo. 2008. MEYER, R.M.P. **O urbanismo: entre a cidade e o território**. Revista Ciência e cultura. São Paulo. 2006.

NELSON, Arthur C. Regulations to Improve Development Patterns. *in*: Metropolitan Development Patterns: Annual Roundtable 2000. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp.72-79, 2000.

PAIVA, W. P. **A teoria do caos e as organizações**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.8, n.2, abril/junho. 2001.

PANERAI, P. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. São Paulo: Revista Projeto, nº ERAI, P. Análise urbana. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2006.

RIBEIRO, E.L. e SILVEIRA, J.A.R. Cidade expandida: o fenômeno do sprawl urbano e a dinâmica de segregação socioespacial. São Paulo: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.185, agosto. 2009.

SAMPAIO, A. H. L. Formas urbanas, cidade real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura, UFBa, 1999.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec. 1993.

SILVEIRA, J.A.R.; LAPA, T.A. e RIBEIRO, E.L. **Percursos e processo de evolução urbana: uma análise dos deslocamentos e da segregação na cidade.** São Paulo: Arquitextos, Vitruvius. São Paulo. n. 446. novembro. 2007.

STACEY, R.D. The chaos frontier: creative strategic control for business. Oxford: Butterworth Heinmann. 1991.



SOBREIRA, F. J. A. A lógica da diversidade: complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos. Recife: Tese de doutorado. MDU, UFPE. 2003.

VASCONCELLOS, E. A Transporte urbano nos países em desenvolvimento. 3ª.Ed. São Paulo: AnnaBlume, 2000.

VILLAÇA, F. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: NOBEL, 1998.

VOITH, R. The determinants of metropolitan development patterns: preferences, prices and public policies. *IN*: Metropolitan development patterns: annual roundtable. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2000.



Ensino de projeto de Arquitetura aliado às tecnologias de modelagem¹

Teaching of architecture design allied with the technologies of modeling

Marina Rodrigues de Oliveira Márcio Minto Fabricio

Arquiteta e Urbanista formada pela Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, Mestranda do programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. Architect and urban planner (School of Engineering of São Carlos / University of Sao Paulo); M.Sc USP-SC marina.rodrigues.oliveira@usp.br

Engenheiro Civil pela UFSCar, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisador e professor na USP.

Civil Engineer, MSc and PhD from the University of Sao Paulo. He is currently a researcher and professor at São Paulo University. www.Arquitetura.eesc.usp.br/ pesquisa/grupos/arquitec e marcio@sc.usp.br

¹ Este trabalho é parte integrante da pesquisa de mestrado da autora, intitulada "Modelagem virtual e prototipagem rápida aplicadas em projeto de arquitetura".



Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa de mestrado da autora principal que, a partir da revisão bibliográfica abrangendo processo de projeto, projeto paramétrico, modelagem virtual e prototipagem rápida, buscou estudar interferências, potencialidades e desdobramentos que tais tecnologias podem oferecer no ensino de projeto de Arquitetura. O objetivo deste trabalho é estudar a influência da tecnologia das ferramentas de modelagem virtual e prototipagem rápida aplicadas no ensino de projeto de Arquitetura, abordando casos em instituições de ensino que utilizam essas ferramentas no desenvolvimento de projeto. O estudo de campo exploratório contou com três instituições de ensino de excelência a fim de observar as mudanças na prática do ensino de projeto. Acompanharam-se disciplinas e trabalhos realizados junto aos Laboratórios de Fabricação digital da Architectural Association em Londres, da Universidade Técnica de Lisboa e da UNICAMP. Este artigo é um produto da pesquisa de mestrado que, até o momento, conclui que a inserção dessas tecnologias no ensino e na prática de projeto tem um papel transformador na forma de se projetar envolvendo mudança nas práticas decisórias, formas de representação de projeto e geração de documentos. Percebe-se que o uso da cortadora a laser é de fácil assimilação pelos alunos de diferentes anos do curso de graduação com custo relativamente baixo o que torna essa ferramenta um potencial apoio no processo projetual do ponto de vista custo versus benefício para instituição de ensino.

Palavras-chave: Projeto de Arquitetura, Processo de projeto, Modelagem virtual, Prototipagem Rápida.

Abstract

This paper is part of a main author Master research that use the literature review about design process, parametric design, virtual modeling and rapid prototyping for study the potentials, interferences, and future of these technologies can offer at architectural design teaching field. This work aim is study the influence of tools like virtual modeling and rapid prototype aided architectural design trough Institutions cases that use these tools at teaching design process. The exploratory study took place at three Excellency Schools for watching the design teaching changes through chairs and students works done using the Digital Fabrication facilities at Architectural Association in London, UK, Technical University of Lisbon, Portugal and UNICAMP, Brazil. This paper is a product of the Master research that so far conclude that the use of these technologies on design project teaching practice have a transformative role at design way involving changes at decision-making, design drawings and documents generation. Until now it looks like the laser cut is easy for all students assimilation and it is relatively cheap than the others digital fabrication technologies. This information shows that laser cut is a potential tool at design process when thinking Institution costs and benefits.

Keywords: Design Process; Virtual Modeling; Design Process; Rapid Prototype.

Introdução

O projeto de Arquitetura e urbanismo pode ser caracterizado como ações de criação que envolvem abstrações e representações. Essas ações podem ser reguladas por métodos que orientam a concepção até o detalhamento de um projeto. Chougui (2005) introduz seu artigo com a cronologia dos tipos de pesquisas na área de projeto de Arquitetura contribuindo para uma leitura de como o campo da metodologia de projeto é vasto e varia conforme o passar dos anos. Esta cronologia é apresentada na Figura 1.



Figura 1: Cronologia dos tipos das pesquisas na área de Projeto de Arquitetura

Os métodos propostos ao longo dos anos (dos anos 1960 até hoje) descrevem a associação do pensamento e explanações verbais com desenho projetual, porém, alguns arquitetos defendem que Arquitetura deve ser proposta segundo um 'insight', ou inspiração, outros propõem o projeto baseado em metodologias ou técnicas sendo auxiliado por ferramentas matemáticas, como o computador. A informática e a tecnologia da informação e comunicação têm significativas aplicações em quase todas as áreas produtivas e criativas. Atualmente, no campo da Arquitetura, o uso de *scriptings*, algoritmos e *software* paramétrico trazem profundas mudanças nas práticas projetuais e no ensino de Arquitetura (MITCHELL & McCULLOUGH, 1995).

Cada vez mais é comum o uso de modelos virtuais para o desenvolvimento de projeto. A tendência para utilização de programas que permitem modelagem integrada de diferentes subsistemas e projeto paramétrico² já é realidade em diversas instituições de ensino. Dentre as diversas tecnologias paramétricas de apoio a projeto, o presente trabalho enfoca a fabricação digital de modelos e maquetes.

O desenvolvimento de ferramentas para fabricação digital³ (impressão 3D, prototipagem etc.) primeiramente surgiu para atender às necessidades de outras disciplinas que não a Arquitetura, como a Engenharia Mecânica e o Desenho Industrial. Os profissionais e estudantes de Arquitetura têm desenvolvido uma relação diferenciada com a produção de modelos automatizados pelo computador, em que há uma interação no processo de produção e tomada de decisão na fabricação do modelo (RYDER et al., 2002).

O uso da prototipagem rápida⁴ em Arquitetura é justificado principalmente pela complexidade formal. Os projetos paramétricos, complexos em suas formas líquidas, orgânicas etc. só são possíveis de sofrerem modelagem física pela tecnologia de automatização da produção (EEKHOUT; GELDER, 2009).

² O Projeto Paramétrico é definido de duas formas: parametrização do todo: Projeto virtual baseado em componentes modelados em base única contendo todos os parâmetros da edificação (BIM) e parametrização do objeto: Projeto virtual em que cada entidade ou instância do objeto é interligado parametricamente.

³ Pupo (2008) define fabricação digital como "produção automatizada de peças modeladas digitalmente (...) podem ser destinados à produção de protótipos, ou seja, de modelos de avaliação, ou à produção de produtos finais, como elementos construtivos para serem empregados diretamente na obra".

⁴ O termo rápido se refere à técnica de produção em que não há intervenção humana, ou seja, o arquivo digital é enviado diretamente para produção.

Método e Objetivos

Este trabalho tem como **objetivo** traçar um panorama da prática de desenvolvimento de projeto em Arquitetura e Urbanismo em ambiente de ensino, em instituições selecionadas pela excelência de seus laboratórios de prototipagem rápida e fabricação digital em Arquitetura.

O **método** para desenvolvimento do trabalho consistiu de *revisão bibliográfica* sobre técnicas e tendências de prototipagem rápida em auxílio ao projeto de *Arquitetura* e *Estudos de Campo* de caráter exploratório, delineado como visita técnica compreendendo o acompanhamento de aulas e bancas de apresentação de trabalho de graduação, entrevistas, diversos níveis de observação e fotografias para documentação como estratégias de coleta de dados.

A escolha das instituições visitadas considerou o conhecimento prévio sobre seus laboratórios, além de oportunidade e recursos disponíveis para pesquisa. Assim, aproveitou-se estadia da pesquisadora na Europa para realização de pesquisa em instituição inglesa e portuguesa e a participação dos autores em projeto temático FAPESP, sediado na UNICAMP, para efetuar as pesquisas na instituição brasileira⁵.

Revisão bibliográfica: Modelagem Paramétrica e Prototipagem Rápida

A intervenção da tecnologia no processo de concepção do projeto inicia-se com os programas CAD, uma tecnologia em que o computador auxilia o projeto e não apenas o desenho (MARTINEZ, 2000; MITCHELL, 2009).

A Arquitetura deve tirar partido do computador utilizando as possibilidades de geração automatizada de soluções. Como alternativa do projeto clássico intuitivo, os sistemas generativos de projeto auxiliam matematicamente com uso de matrizes, fractais, grafos, algoritmos etc. na concepção de projeto. Além disso, scripts e gramática da forma também auxiliam no desenvolvimento de projeto em que a função do arquiteto é inserir parâmetros e analisar soluções usando restrições preestabelecidas para escolha de uma solução final.

O processo de criação do projeto de Arquitetura é identificado por ações cognitivas que envolvem: pensamento visual (esboços), condução das escolhas projetuais, reflexão na ação e complementação de diferentes meios de representação para materializar as ideias "(...) tanto esboços e maquetes físicas como modelos digitais e protótipos rápidos são fundamentais para a concepção e comunicação do projeto" (FLORIO, 2007). Assim, os modelos ou maquetes de representação têm papel importante como estratégia no desenvolvimento e materialização das ideias do arquiteto.

A importância dos modelos foi fielmente defendida por Gaudí, que, no fim do século XIX, usava modelos físicos de catenárias para estabelecer formas arquitetônicas. Seu trabalho é a expressão da exploração formal das maquetes físicas. O arquiteto é conhecido pela condução muito individual e peculiar dos seus projetos, usando muitos modelos em seu desenvolvimento e no das obras. Atualmente, sua obra inacabada da "Sagrada Família", em Barcelona, ganhou dois aliados da tecnologia: são usados modelos computacionais paramétricos e as técnicas de CAD/CAM através da prototipagem rápida que produzem moldes para fabricação em concreto de elementos construtivos e peças complexas da obra (BURRY, 2003). Na década de 1990, os modelos virtuais tomaram força no cenário de Arquitetura, mas as maquetes físicas nunca foram esquecidas ou substituídas. Tais modelos apresentam uma grande importância, pois desempenham a função de aproximar Arquitetura e ideia fisicamente, possibilitando interações, análises e, ainda, a manipulação e construtibilidade do modelo, retomando a tectônica no processo de desenvolvimento de projetos.

Para Gehry Partners LLP, a maquete tem função muito importante (MILLS, 2007). O desenvolvimento de projeto é iniciado em modelos físicos e posteriormente digitalizado para que a forma seja trabalhada e o modelo digital final seja diretamente transmitido para produção.

⁵ Mais adiante, no item *Estudos de Campo*, as instituições serão brevemente apresentadas.

Outro exemplo é do SOM (Skidmore, Owings & Merrill LLP): um escritório de projeto dinâmico com 1600 funcionários espalhados em escritórios do mundo todo. A tecnologia é uma forte aliada do grupo, já que se pode trabalhar colaborativamente usando BIM. Diferentes disciplinas trabalham juntas no projeto digital. Nada é impresso, o trabalho é dentro do computador. Os arquitetos projetam em modelos virtuais e com maquetes físicas para checar problemas pontuais, eles ensinam aos estagiários: "se você não pode fazer o modelo, você não pode construir a edificação" (KRASNY, 2009)⁶.

O projeto possui funções de comunicação e documentação, o que gera interpretações e a posterior avaliação da proposta concebida. Durante todo processo de projeto, são gerados desenhos, esquemas, tabelas e diversas outras informações pela equipe de projeto. Essas informações precisam ser facilmente consultadas durante o desenvolvimento do trabalho, e, após sua conclusão, devidamente arquivadas.

O grande volume de informações, a complexidade dos novos empreendimentos e os diversos aspectos inerentes à elaboração dos projetos de edificações requerem que os processos sejam padronizados e informatizados. Nesse contexto, as novas tecnologias têm apoiado os escritórios de projeto a otimizar o fluxo e arquivamento das informações geradas em todo o processo, contribuindo para coordenação e acesso às informações.

As ferramentas CAD oferecem a automação de desenho e projeto e o compartilhamento do projeto e banco de dados. O desenvolvimento CAD possui três gerações distintas:

- 1. Desenho auxiliado por computador também chamado de 'prancheta eletrônica';
- 2. Modelagem geométrica, ou 'maquete eletrônica'; e
- 3 . Projeto auxiliado por computador modelagem do produto, ou seja, CAD orientado ao objeto ou BIM.

No final da década de 1980, deu-se início ao desenvolvimento da terceira geração do CAD, cujo principal objetivo foi a integração de informações geométricas com dados não geométricos através do estabelecimento de relacionamentos associativos e paramétricos. Informações geométricas abrangem características espaciais do objeto, como forma, posição e dimensões; e dados não geométricos incluem características, como custo, material, volume, resistência, especificações do fabricante, dentre outras. O BIM é mais um conceito de modelagem integrada em que dados são compartilhados com consistência e confiabilidade entre os participantes de várias disciplinas no processo de projeto da construção, baseado na Engenharia Simultânea (CRESPO; RUSCHEL, 2007).

A riqueza de informações proporcionada pelo uso de objetos paramétricos possibilita a extração automática de diversos tipos de representações de determinado elemento construtivo, sem que haja a necessidade de redesenhá-lo: planta, corte, elevação, perspectiva e quantitativos são atualizados automaticamente com as novas dimensões ou especificações desejadas. A visualização nD e o método de construção do modelo usando componentes, ao invés de camadas, leva ao usuário a reflexão sobre cada elemento a ser introduzido na edificação (OLIVEIRA, 2009).

O desenho paramétrico permite a exploração de diferentes alternativas em um modelo interativo, facilitando as decisões de projeto. A criação do desenho é automatizada permitindo interações rápidas com modificações complexas, baseadas em parâmetros, além disso, auxilia também no processo de fabricação já que se obtém desenhos e modelos automáticos, e no caso da fabricação digital, o desenho manda coordenadas diretamente para produção em fresa CNC, por exemplo (LEE; BEAURECUEIL, 2009).

As escolas de Arquitetura têm se adaptado às novas tecnologias com a inserção de disciplinas que utilizem CAD, programação ou outras ferramentas que auxiliem o aluno durante o processo de concepção de projeto (PUPO, 2008). A maioria baseia-se no projeto paramétrico digital.

^{6 &}quot;A partner will say: build me a model. If you can't build a model, you can't build a building" (p. 117).

A parametrização dá maior autonomia ao arquiteto, para pesquisa de novas soluções, e ainda, com o auxilio de programas de análise possibilita rapidamente a alteração de soluções projetuais com melhor desempenho, acelera o processo de concepção de projeto e produção de modelos, media criatividade e otimização para escolha do material, e automatiza a fabricação dos componentes e da construção do edifício (LEE; BEAURECUEIL, 2009).

O ferramental de prototipagem rápido já é amplamente utilizado por disciplinas de engenharia mecânica, aeronáutica, medicina e eletro/eletrônicos. Há alguns anos, a Arquitetura começou a utilizar as facilidades e o potencial da Prototipagem Rápida.

Mitchell (1975) escreveu que um projeto sofisticado dependia do desenvolvimento de uma unidade de produção com interface com computação gráfica. Diversos autores, na década de 1990, pesquisaram sobre as técnicas de fabricação de modelos físicos. Nos anos 2000, grupos de pesquisa como Rapid Manufacturing Group da Glasgow School of Art e também pesquisadores da Delft University of Technology publicaram teses e artigos descrevendo o uso de PR em Arquitetura⁷.

A popularização dessa ferramenta vem baixando os preços das máquinas e materiais de fabricação digital, incentivando professores, arquitetos e pesquisadores a introduzirem e explorarem novos métodos de ensino e trabalho com projeto assistido por PR.

O amplo universo da prototipagem, apresentado por Pupo (2008), abrange diferentes categorias de produção automatizada em Arquitetura e construção. Nesta pesquisa, procurou-se discutir o método de prototipagem segundo sua finalidade: uso da PR em escala reduzida a fim de utilizar o protótipo como modelo de estudo de projeto, avaliação de soluções e apresentação do objeto arquitetônico projetado.

A produção desses protótipos também abrange uma vasta gama de materiais, equipamentos e métodos de produção. Volpato (2007) apresenta diversas técnicas, materiais, máquinas, suas vantagens e desvantagens. Nos estudos de campo, a cortadora laser e a impressão (seja 3DP ou FDM) foram os maquinários encontrados nos Laboratórios mais utilizados pelos alunos.

A máquina de corte a laser tem a função de produzir os componentes de uma maquete, e não ela pronta por inteiro. Há necessidade de trabalhar o desenho do modelo a fim de separá-lo em camadas ou fazer o rebatimento de faces para produção das partes que futuramente serão conectadas; para isso, existem scripts para automatizar o processo de rebatimento ou separação em camadas. Há possibilidade de controlar a potência do laser e dessa forma gravar no material: desenhos, textos ou outro padrão (MILLS, 2007). Podemse cortar diversos materiais como madeirite, acrílico, papel acartonado, dentre outros; porém, há necessidade de se controlar potência e tempo de ação do raio nos diversos materiais para evitar que haja fogo ou que o material simplesmente não seja cortado, e haja apenas a gravação.

A impressora 3DP produz protótipos relativamente frágeis, com necessidade de dimensionamento mínimo e pós-processamento para cuidados com a peça. Porém, o modelo produzido é fielmente igual ao arquivo digital enviado para impressão, o que permite a liberdade de criação formal. A FDM – Fused Deposition Modeling trabalha como a impressora 3DP; porém, ao invés de utilizar pó e aglutinante como matéria-prima, utiliza polímero termoplástico aquecido.

⁷ Diversos trabalhos com este tema são encontrados na Automation in construction, dentre eles: Ryder, G. et al. Rapid design and manufacture tools in architecture. Automation in Construction – Volume 11, Issue 3, April 2002, p. 279-290.

Koutamanis, A. *Digital architectural visualization*. **Automation in Construction** – Volume 9, Issue 4, July 2000, p. 347-360. Oxman, R. *Design media for the cognitive designer.* **Automation in Construction** – Volume 9, Issue 4, July 2000, p. 337-346. Chase, S.C. *Generative design tools for novice designers: Issues for selection.* **Automation in Construction** – Volume 14, Issue 6, December 2005, p. 689-698.

Wang, Y; Duarte, J.P. Automatic generation and fabrication of designs. Automation in Construction – Volume 11, Issue 3, April 2002, p. 291-302.



Estudos de Campo

Para investigar o uso das tecnologias estudadas, foram realizadas pela mestranda visitas técnicas em escolas de Arquitetura Europeias e ao LAPAC na UNICAMP, descritas a seguir.

A vivência em Instituições de pesquisa no exterior foi muito importante para contribuir com o cenário do ensino de projeto auxiliado por modelagem virtual e PR, fora do Brasil e no centro de excelência no assunto, da UNICAMP. Foram acompanhadas algumas disciplinas de projeto que exigiam o uso dessas tecnologias para o desenvolvimento de projetos.

Architectural Association School of Architecture

A Architecture Association (AA) é uma escola privada, composta por professores e alunos de todo o mundo, baseada em Londres, Inglaterra. A escola possui um Laboratório de Fabricação Digital, equipado com duas Impressoras 3D – ZPrint 310 Plus, da ZCorp® (25 x 20 x 20 cm), três cortadoras a laser e três fresas CNC de distintas dimensões, capazes de produzir protótipos de diferentes tamanhos e com uso de diferentes materiais.

O AA's Digital Prototyping Lab é utilizado por alunos de graduação e pós-graduação e conta com a possibilidade de produzir modelos para terceiros, a fim de recolher fundos para manutenção do laboratório. O laboratório tem o objetivo de subsidiar o trabalho de todos os alunos da AA, servir de ferramenta para pesquisas de mestrado e ainda prestar serviços para empresas exteriores à instituição. O contato e o- agendamento para produção de protótipos é feito através de *e-mail* e paga-se um montante pelo uso de equipamento e materiais.

A cortadora a *laser* pode ser operada pelos alunos, e as impressoras 3D são operadas pelos monitores e pelo técnico do laboratório. As fresas são confinadas em uma sala com acesso apenas ao técnico. Os usos das fresas CNC e da impressora 3D estão condicionados ao pagamento apenas do material e o uso da cortadora a laser é pago por tempo de uso.

Disciplina "Diploma 2 - Environmental Design"8

A partir do contato com os arquitetos Franklin Lee e Anne Save de Beaurecueil, responsáveis pela disciplina "Diploma 2 – Environmental Design", acompanhou-se o trabalho desenvolvido com os alunos, desde atendimentos, tutoriais, execução de modelos, apresentação intermediária e final.

Percebe-se que a dinâmica do ensino é como a tradicional: lança-se um tema, visita-se a área de intervenção para levantamentos, inicia-se a conceituação teórica e conceituação arquitetônica. A fase da conceituação arquitetônica conta com a utilização de ferramentas de prototipagem rápida, uso de *software* paramétrico — o que permite aos alunos uma investigação formal complexa, com possibilidade de investigação de construtibilidade —, com acompanhamento de profissionais inseridos no mercado auxiliando as soluções de projeto.

Foram acompanhados diversos trabalhos em que se notou uma dinâmica diferente no processo decisório do projeto que era baseado na prototipagem rápida e nos modelos parametrizados. Os alunos usam os programas *Rhinoceros* para modelagem e o *Ecotec*, que analisa sombreamento, iluminação, acústica, ventilação e conforto térmico. A Figura 2 apresenta o desenvolvimento de projeto iniciado com avaliação lumínica e maquetes físicas de estudo volumétrico e estrutural.

Durante o desenvolvimento do projeto, os alunos usam a prototipagem rápida a partir do modelo virtual para auxiliar no processo decisório, e também para apresentação da maquete final. Por serem formas paramétricas complexas, os projetos seriam muito difíceis – ou até impossíveis – de serem modelados em maquete tradicional, por tanto, o uso da cortadora a *laser* e da impressão 3D é indispensável.

⁸ O tempo de graduação em Arquitetura na AA são seis anos, o Diploma 2 recebe alunos do quarto e do quinto ano e tem como proposta o projeto paramétrico com uso de programas de simulação ambiental e prototipagem rápida.



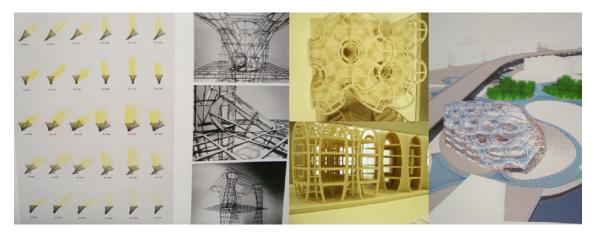
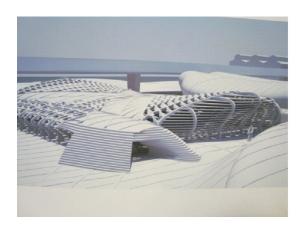


Figura 2: Evolução do processo de projeto: estudo lumínico, Protótipo Rápido de estudo e Modelo virtual final. Trabalho do aluno William Yam. Fonte: arquivo pessoal.



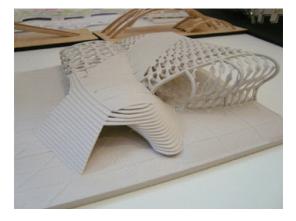


Figura 3: - Modelo Virtual em Rhinoceros e modelo físico – protótipo rápido em impressão 3D. Trabalho da Aluna Ragnhildur Kristijansdottir. Fonte: arquivo pessoal.

No acompanhamento da entrega dos trabalhos, ficou claro que alguns alunos usam a maquete como ferramenta de projeto, auxiliando o processo decisório nas questões volumétricas e construtivas. Porém, a maioria resolve o projeto em ambiente virtual, e a forma complexa final é modelada em protótipos rápidos, pois é a forma ideal de produção física do modelo, já que usa o modelo virtual para produção automática do protótipo, como mostra a Figura 3.

A Figura 4 apresenta uma outra realidade: o uso de modelos físicos de estudo para desenvolvimento de projeto e apresentação do projeto final em modelo virtual.

Universidade Técnica de Lisboa – UTL

A visita à Faculdade de Arquitetura em Portugal na Universidade Técnica de Lisboa – FA/UTL e ao Instituto Superior Técnico – IST/UTL foi mediada pelo Prof. Dr. José Pinto Duarte, responsável pelo ISTAR – IST *Architecture Research Laboratories*. Este laboratório é equipado com uma fresa em 2.5 dimensões (apenas um eixo – *spindle*), capaz de realizar corte de figuras planas e modelagem de relevos (PUPO, 2008), uma impressora 3D FDM e uma cortadora a laser.

Algumas aulas do professor José Duarte, da disciplina *Projecto e Fabricação Digital*' do Curso de Doutorado da FA /UTL, foram acompanhadas, o que permitiu contato com arquitetos que desenvolvem pesquisas sobre projeto arquitetônico auxiliado por ferramentas como algoritmos, software paramétrico e prototipagem rápida. Além disso, foram acompanhados os trabalhos dos alunos do 4º ano de projeto.



Disciplina de Projeto do 4º Ano

O LPR – Laboratório de Prototipagem Rápida da FA / UTL funciona através do agendamento do horário de utilização pelo site do laboratório. A utilização do laboratório é aberta para todos os alunos da Universidade, mas o uso do equipamento é condicionado ao pagamento de uma taxa que é diferenciada para os docentes, pesquisadores e alunos da FA ou de outras escolas da UTL na realização de trabalhos acadêmicos e de investigação. Além dos alunos, escritórios externos à instituição de ensino podem usufruir da cortadora a *laser*.

O trabalho dos alunos do quarto ano em projeto visava a investigação de novas tecnologias nos projetos da atualidade. Muitos alunos optaram pela pesquisa da condição contemporânea do conteúdo programático de suas propostas de intervenção, utilisando materiais e métodos construtivos inovadores. Os alunos tiveram – paralelamente a disciplina – um workshop sobre o software *Rhinoceros*. Apenas parte dos alunos levou em consideração que as "novas tecnologias" não estavam apenas nas novas espacialidades e materialidades, mas também viram a modelagem digital e a prototipagem rápida como ferramentas para o desenvolvimento do projeto.

A Faculdade de Arquitetura visa ensinar aos alunos que o projeto pode ser auxiliado por computador, usando *scripts* ou qualquer outra forma de auxílio na geração de formas ou decisões projetuais. Para isso, é oferecida uma disciplina de Programação no segundo ano a fim de quebrar o paradigma da prancheta eletrônica: uso de CAD como ferramenta para desenvolvimento de projeto, e não apenas desenho.





Figura 5: Prancha com desenho gerado em Rhinoceros e Maquete produzida com cortadora *laser*, trabalho do aluno Carlos Condinho. Fonte: arquivo pessoal.

As imagens da Figura 5 mostram a dificuldade de se reproduzir em maquete a forma complexa gerada em *Rhinoceros*. Os alunos tiveram maior facilidade em desenvolver modelos virtuais complexos, porém na passagem para o real houve problema, não só de representação, mas de tectônica. Fica claro que há dificuldades na definição de questões construtivas.

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

A Faculdade de Engenharia Arquitetura e Urbanismo – FEC/UNICAMP, através do projeto temático FAPESP e verbas CAPES e CNPq, montou o Laboratório de Prototipagem e Automação para Arquitetura e Construção – LAPAC. O Laboratório é equipado com uma Impressora 3D – ZPrint 310 Plus da ZCorp®, uma cortadora a laser – X-660-60 da Universal Laser Systems, e uma Fresa CNC da MTC Robótica.

As marcações para uso do equipamento são feitas pelo site do LAPAC e o uso do maquinário é supervisionado pelo monitor do laboratório. A cortadora a laser pode ser utilizada gratuitamente pelos alunos,

sendo eles responsáveis por levar os materiais a serem cortados. A impressora 3DP, por sua vez, calcula automaticamente o volume de pó e aglutinante, sendo cobrado um valor predeterminado segundo uso do material.

Além do laboratório, o Programa de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UNICAMP oferece disciplinas que subsidiam a formação do aluno com tecnologias e ferramentas de ponta.

O laboratório foi inaugurado em 2007 e tem sido utilizado por alunos da graduação e da pósgraduação. Além de produzir modelos a serem apresentados como produto de projeto para as disciplinas, os pesquisadores da instituição utilizam o LAPAC para pesquisar técnicas automatizadas de produção de maquetes arquitetônicas e de sistemas construtivos.

Disciplina Prototipagem Rápida e Fabricação Digital

A visita, em 2008, ao LAPAC permitiu o acompanhamento das diversas linhas de pesquisa: experimentação do uso de diversos materiais para composição do modelo, investigação formal de obras de arquitetos renomados, execução de modelos para utilização em túnel de vento, manipulação de maquetes que auxiliem reformas e ou composição do canteiro de obras (simulação física em escala reduzida) e pesquisa paramétrica de formas e volumes.

Em nova visita, em 2010, acompanhou-se a entrega dos trabalhos da Disciplina Prototipagem Rápida e Fabricação Digital ministrada pela professora Regiane Pupo. A disciplina foi oferecida para alunos de graduação e pós-graduação com o objetivo de explorar as tecnologias de prototipagem em cortadora a laser e impressão 3D e fabricação digital na fresa CNC. A Figura 6 apresenta o trabalho de um grupo que iniciou o processo em Rhinoceros com a modelagem paramétrica digital, passando por testes em protótipos para definição de encaixes e escolha do material.



Figura 6:Modelo Digital, protótipo rápido cortado a laser, peças com etiquetas de identificação e peça final 1:1, trabalho dos alunos da disciplina ic075/au910 no segundo semestre de 2010. Fonte: arquivo pessoal.

Para concepção dos projetos alguns alunos simularam encaixes e módulos de formas utilizando a prototipagem rápida, outros utilizaram a programação para modelagem virtual paramétrica do projeto. O uso da prototipagem como fase intermediária ao modelo final foi importante para determinação tanto da forma final do objeto quanto ao entendimento do processo de fabricação, fazendo com que os alunos fizessem o projeto da produção de cada componente para fresagem em CNC.

Considerações finais

O trabalho, ainda em andamento, apresenta algumas conclusões preliminares no que diz respeito à utilização de diferentes ferramentas de auxílio ao projeto e a sua representação. A Tabela 1 apresenta um sumário dessa caracterização.



O uso das ferramentas permeia diferentes fases do processo de projeto. A prototipagem rápida entra como alternativa à produção de modelos físicos das formas complexas; porém, percebe-se que há preferência na utilização da cortadora a laser tanto pela sua praticidade quanto pelo baixo custo nos casos em que a forma do objeto permite esse tipo de produção.

	Representação 2D	Modelo Virtual 3D	Modelo Paramétrico BIM	Maquete Tradicional	Protótipo Rápido
Vantagens	Representação tradicional - maioria das pessoas detém a técnica	Processo relativamento rápido	Todo ciclo de vida do projeto em uma única base de dados e parametrização dos componentes	Baixo custo e fácil execução	Boa precisão, modelagem de formas complexas
Desvantagens	Redesenho de detalhes modificado ou mudança de escala	Representa com linhas e volumes o que na realidade são componentes	Alto grau de dedicação no início da modelagem	Dificuldade em modela formas complexas	Alto Custo, limitação na escala e uso restrito
Limites	Impressão conforme capacidade da <i>plotter</i>	Acesso e treinamento do Software	Acesso e treinamento do Software	Complexidade da forma	Escala e materiais
Quando utilizar?	D	Modelo de desenvolvimento e apresentação final			

Tabela1.jpg

Tabela 1: Prós e contras do uso de diferentes ferramentas de auxílio ao projeto

A representação 2D, por fim, é a documentação automatizada dos modelos virtuais 3D, não há mais a representação só pela representação, já que o processo de projeto é concebido em 3D.

Os modelos de desenvolvimento de projeto – ou seja, que permitem simulação e análise de comportamento – são utilizados em sua maioria virtualmente, mesmo havendo a possibilidade do uso da prototipagem rápida; essa preferência se dá tanto pelo custo quanto pela agilidade de se trabalhar virtualmente.

Observou-se que o uso de projeto paramétrico e tecnologias como PR desde a fase de concepção projetual até a produção final de modelos proporcionou mudança no método de ensino e no processo de projeto, tanto no âmbito representacional como no desenvolvimento formal.

O contato com diferentes instituições de ensino permitiu identificar que há mudança ou mesmo a intenção de alguns docentes de modificar a dinâmica do processo de projeto com a inserção de novas tecnologias. As visitas foram de extrema importância para o desenvolvimento e para a aquisição de dados para subsidiar a dissertação de mestrado da aluna. A possibilidade de interação com professores e alunos que usam projeto paramétrico e PR no processo de projeto, assim como a coleta de materiais e informações sobre os laboratórios, foram de grande valia, já que foi possível conviver com uma realidade promissora para o ensino de projeto.

No Brasil, a grande maioria das escolas não trabalha com isso, mas é crescente o interesse por essas tecnologias em diversas escolas, e o LAPAC – UNICAMP destaca-se como um laboratório brasileiro na área de Arquitetura com recursos tecnológicos comparáveis aos padrões europeus no uso da prototipagem rápida no processo de projeto.

A inserção de disciplinas que subsidiam a formação do aluno em relação às novas tecnologias é um passo importante para qualificação de arquitetos para o mercado de trabalho. Neste cenário, o projeto parametrizado é amplamente utilizado como recurso de investigação formal e de análises térmicas e lumínicas. Além disso, a automação da produção das maquetes, em que o modelo virtual é diretamente enviado para impressão, facilita a conformação de modelos para estudo e modelo de apresentação final.

Cada vez mais, os projetos têm entrado no campo complexo da modelagem nD, em que dados referentes a todo o ciclo de vida estão acumulados em um banco de dados único. A complexidade dos projetos e a equipe multidisciplinar têm que caminhar para um objetivo comum: concepção e construção de um edifício dotado de dados e especificações que podem ser alterados a cada revisão. Para isso, as ferramentas CAD auxiliam o arquiteto com parametrizações e automatização de etapas, tornando o ato de projetar mais fluido e preciso.

Portanto, a modelagem virtual e consequentemente a prototipagem rápida agilizam o processo de projeto em diferentes níveis: otimização de soluções, geração automatizada de desenhos, produção de modelos físicos diretamente do modelo virtual, reduzindo tempo e consequentemente custo de projeto.

Referências

BURRY, M. *Between intuition and process: parametric design and rapid prototyping*. In: KOLAREVIC, B. (ed.) **Architecture in the digital age: design and manufacturing**. New York & London: Spon Press – Taylor & Francis Group, 2003. p. 147-162.

CHOUGUI, A. The digital design process: Reflection on architectural design positions on complexity and CAAD. In: Computing in architecture / Re-thinking the discourse: the second international Conference of the Arab Society for Computer Aided Architectural Design. **Proceedings of ASCAAD 2006.** April 2006, Sharjah – Emirados Árabes Unidos. DOI: ascaad2006_paper20.

CRESPO, C. C., RUSCHEL, R. C. Ferramentas BIM: um desafio para a melhoria no ciclo de vida do projeto. In: Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção Civil. Porto Alegre. CD-Rom, **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2007.

EEKHOUT, M.; GELDER, B. Case Study E – Management of Complex free form design and Engineering Processes. *In*: EMMITT, S. et al. **Architectural Management. Internacional research & practice**. Wiley-Blackwell, 2009.

FLORIO, W. Contribuições do Building Information Modeling no processo de Projeto em Arquitetura. *In*: Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção Civil. Porto Alegre. CD-Rom, **Anais...**, Rio Grande do Sul, 2007.

KRASNY, E. (ed) The force is in the mind – The making of architecture. Austria: Birkhauser, 2009.

LEE, F.; BEAURECUEIL, A. S. Museu Mercedes-Benz e o modelo de Arquitetura paramétrica. UNStudio – Stuttgart, Alemanha, 2002/2006. **Revista aU**, edição 181, abril 2009. Disponível em: <www.revistaau.com.br > Acessado em Abril/2009.

MARTINEZ, A.C. Ensaio sobre projeto. Tradução de Ane Lie Spaltemberg. Brasília: Ed. UNB, 2000.

MITCHELL, W. J. The theoretical foundation of computer-aided architectural design. In **Environment and Planing B**, 1975. v.2. p. 127-150.

MITCHELL, W. J. A lógica da Arquitetura. Tradução M. Gabriela C. Celani. Campinas: Editora UNICAMP, 2009.

MITCHELL, W. J., McCULLOUGH, M. Digital Design Media. New York: Van Nostrand Reinhold, 1995.

OLIVEIRA, M. R.; FABRICIO, M. M. A prototipagem rápida no ensino de projeto de Arquitetura. In: SBQP 2009 — Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído, 2009, São Carlos, SP. **E-Anais...** São Carlos, SP. Editora Rima, 2009b. v. 1. p. 634-644.

PUPO, R. T. Ensino da prototipagem rápida e fabricação digital para Arquitetura e construção no Brasil: definições e estado da arte. *In*: **Revista PARC**, v. 1. p. 1-19. 2008. Disponível em: http://www.fec.unicamp.br/~parc Acessado em Fev/2009.

RYDER, G.; ION, B.; GREEN, G.; HARRISON, D.; WOOD, B. Rapid design and manufacture tools in architecture. In:



Automation in Construction, v. 11, i.3. p. 279-290. 2002.

VOLPATO, N. **Prototipagem Rápida: Tecnologias e Aplicações.** São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

Agradecimentos

À FAPESP, pelo apoio financeiro a minha pesquisa de mestrado, processo 08/52968-0, vinculado ao projeto Temático FAPESP: "O processo de projeto em Arquitetura: da teoria à tecnologia" – processo 04/15737-0.

Aos arquitetos Franklin Lee e Anne Save de Beaurecueil, docentes da AA, ao Prof. Dr. José Pinto Duarte, da FA/UTL, e a Prof^a. Dr^a. Gabriela Celani e Prof^a. Dr^a. Regiane Pupo do LAPAC UNICAMP pela oportunidade oferecida, paciência e atenção durante as visitas técnicas.



Possibilidades educadoras dos espaços públicos e a inserção de objetos gigantes em sítios históricos tombados: o caso de Itu-SP¹

Educational possibilities in public spaces and the insertion of giants objects on historical sites listed by National Trust: the case of Itu-SP.¹

José Roberto Merlin Iara Fioravanti Sampaio

> Arquiteto, Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / PUC Campinas. Architect, PhD., Professor of the Architecture and Urban Design School /PUC Campinas. jrmerlin@puc-campinas.edu.br.

> Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / PUC Campinas.

Student of the Architecture and Urban Design School / PUC Campinas.

iara.fs@puc-campinas.edu.br

Este trabalho está vinculado ao Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana do CEATEC PUC Campinas, que compõe, com outras instituições de ensino, pesquisas sobre os espaços públicos nas cidades brasileiras articuladas pelo Grupo Quapá-Sel.



Resumo

O trabalho discute a inserção de objetos gigantes na área histórica da cidade de Itu-SP, especialmente na Praça Padre Miguel - Praça da Matriz, analisando e problematizando o papel dessas peças gigantes em relação à função educadora própria de espaços que compõem sítios históricos tombados pelo Condephaat e Iphan, considerando a arquitetura como linguagem e procurando desvelar quais fatores e agentes induziram tal inserção, e em que medida ela interfere na qualidade espacial urbana.

Palavras-chave: cidades educadoras; espaços públicos; território; patrimônio cultural.

Abstract

This paper discusses the insertion of giant objects in the historical area of the city of Itu, SP – specifically Padre Miguel Square – and analyses the role of these giant pieces on the educational process that is proper of spaces that are listed and preserved by the National Trust institutions, namely Condephaat and Iphan.

It adheres to the idea that architecture is language, tries to reveal the factors and agents that induced such insertion and up to what point does it interfere on the quality of urban space.

Key-words: Educational cities, public spaces, territory, cultural heritage



Itu: história e formação do território

Fundada em 1610, hoje com cerca de 150 mil habitantes, Itu está a 90 quilômetros da capital de São Paulo seguindo pela Rodovia Castelo Branco. A cidade possui um valioso e extenso patrimônio cultural, um dos mais notáveis do interior paulista, construído por ter abrigado inúmeros acontecimentos, alguns que transformaram a história do país.

No século XVII, foi passagem de tropeiros que levavam muares do sul do país para as Minas Gerais até a expulsão dos paulistas pela Guerra dos Emboabas. Estes, tangidos pela sina de perseguidores de ouro, começaram a partir de São Paulo no sentido do interior, por dois caminhos, fazendo com que Itu e Campinas se tornassem as novas opções de roteiros para os cafundós dos sertões brasileiros. Campinas acolhia as expedições que seguiam por terra, e Itu, pela água, através do legendário Rio Tietê. As expedições pelos rios iniciavam seus trajetos principalmente do Porto de Araraitaguaba (que fazia parte da cidade de Itu, atualmente é território da cidade de Porto Feliz) aonde chegavam por terra, constituindo-se num aglomerado urbano impregnado de objetos talássicos. Tais roteiros romperam as dimensões territoriais acordadas no Tratado de Tordesilhas dilatando as fronteiras brasileiras. De Itu partiam as chamadas "Monções", e aqueles que delas retornavam, normalmente chegavam enricados pelo ouro encontrado, que diziam ser tão abundante em alguns rincões, que algumas vezes os caçadores chegaram a substituir o chumbo pelo ouro nas armas de fogo!

Esses ricos expedicionários regressando, se transformaram em investidores e fazendeiros, de algodão, cana-de-açúcar e depois do café. Posteriormente, pactuaram com capitais externos para investir em indústrias têxteis que configuraram o primeiro surto industrial desse setor do estado de São Paulo, no final do século XIX, chegando a construir fábricas, ferrovias, usinas geradoras de eletricidade e outras infraestruturas necessárias à produção e ao transporte.

Pela sua importância, a cidade acabou imiscuída em eventos políticos de âmbito nacional. Assim, Itu recebeu do Imperador o título de "A FIDELÍSSIMA" em 1822 e, contraditoriamente, foi palco da chamada "CONVENÇÃO REPUBLICANA" em 18 de abril de 1873, marco inicial da transformação política do Brasil, que finalizou o ciclo imperial e iniciou seu ciclo republicano.

Ordenação urbana, tombamento e objetos gigantes na praça principal

Os aventureiros da fase aurífera, ao retornarem, transformaram e reconstruíram parte da cidade, especialmente na primeira metade do século XVIII, mas grande parte da área central manteve-se com as características originais. O centro da cidade, desde a fundação, foi estruturado por um eixo, exatamente no divisor de águas dos córregos Brochado e Taboão, que unem suas águas formando o Guaraú, que deságua no rio Tietê, em Salto (Fig. 1).

Neste desenho de inspiração urbanística filipina, parecido com o que sói acontecer com as cidades de dominação portuguesa, foi desenhado um eixo organizador da malha urbana. Traz em uma ponta a Igreja do Bom Jesus e o Cruzeiro, marcos da fundação da cidade, e noutra o Convento do Carmo, de pura arquitetura colonial, todos preservados até hoje. No eixo localizam-se quatro praças (Praça Dom Pedro I, Praça Padre Anchieta, Praça Padre Miguel e Praça da Independência), três igrejas (Igreja do Bom Jesus, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, Igreja de Nossa Senhora do Carmo), inúmeros casarões, além do Museu Republicano de Itu, cuja gestão é tutelada pela Universidade de São Paulo.

No município também existem casas bandeiristas, como na Chácara do Rosário e no Portella, e outros patrimônios culturais, destacando-se o parque do Varvito, sítio geológico que, pela deposição de materiais, testemunha os ciclos da era glacial.

Toda essa riqueza patrimonial fez com que a área central da cidade fosse tombada pelo Condephaat em 29 de outubro de 1974, por meio do Processo nº 00482, emitido pela Secretaria do Estado da Cultura,

de Ciência e Tecnologia de São Paulo e pelo IPHAN, em 06 de novembro de 2006, objetivando preservar espaços e edificios que testemunharam as transformações históricas, cuja amplitude atingiu todo o país. O parque do Varvito e outros casarões existentes em fazendas também foram tombados, consolidando o valor do patrimônio histórico de Itu no contexto nacional (Fig. 2).

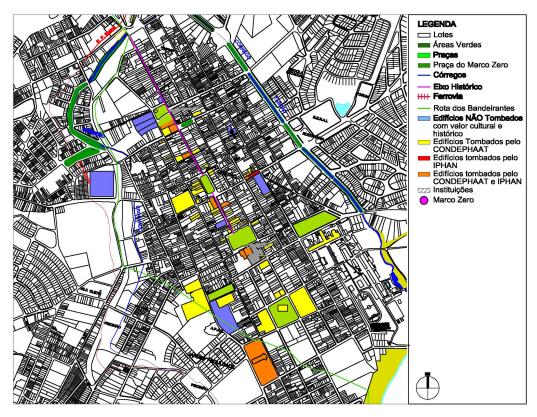


Figura 1 - apa do eixo urbano no divisor de águas dos dois córregos, espaços tombados e públicos Créditos: lara Fioravanti Sampaio. Ano 2011.

A ideia de vincular a cidade de Itu a todos os tipos de grandiosidades começou em 1967, num programa da TV Tupi chamado "Praça da Alegria". Nele, um morador da cidade, nominado Simplício, atuava como ator e comediante num quadro humorístico em que falava sobre a cidade, exagerando coisas e fatos a ponto de fazer rir. Tal quadro tornou a cidade conhecida nacionalmente, e Simplício, cujo nome verdadeiro é Francisco Flaviano da Silva, chegou a assumir sua Secretaria de Turismo, em 1988. A partir daí começou um processo de inserção de objetos gigantes na cidade. Primeiro a produção de um sorvete gigante, depois objetos como estilingues, lápis, borrachas, gravatas, chapéus etc. Finalmente, o exagero incorporou objetos ligados ao mobiliário urbano, como orelhões, sinais de trânsito etc. (Fig. 3)

O fato é que hoje existem na sua praça principal: um farol, um enorme "orelhão" (telefone público quase da altura do coreto lá existente) e muitas lojas que vendem quinquilharias, tendo como mote o gigantismo de Itu, espalhando-se por todo o eixo histórico (Fig. 4).

Hoje em dia, os entronizados no poder local falam em criar o "Parque dos Exageros", onde haveria garrafas de cerveja, trenas e outros objetos, todos em escalas gigantes, referindo-se às mercadorias produzidas na cidade. Tanto valor dado ao gigantismo e nenhuma reciprocidade para a história do lugar que acolheu tantos eventos significativos até mesmo para o conjunto do país, chega a espantar aqueles que valorizam a cultura e o patrimônio construído como produtos da civilização.

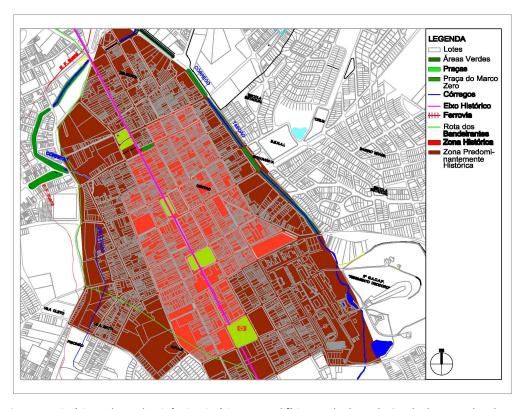


Figura 2 - Zona Histórica e de Predominância Histórica, com edifícios tombados pelo Condephaat e pelo Iphan Créditos: Iara FioravantI Sampaio. Ano 2011.



Figura 3 O telefone público gigante (orelhão) em frente ao casario da Praça Padre Miguel Créditos: José Roberto Merlin. Ano 2011.

Sobre as características e a importância do território

O conceito de território varia conforme o foco de abordagem disciplinar com que se olha: nas Ciências Naturais, ele é determinado pela área física do domínio de cada espécie animal; nas Ciências Políticas,



está relacionado à formação do Estado; na Geografia e no Urbanismo, se relaciona a espaço, sociedade, recursos naturais e poder; e assim sucessivamente.



Figura 4
Eixo organizador da malha urbana em que se vê a Matriz e a Igreja do Carmo ao fundo, além da praça principal com o coreto, o orelhão e o farol de trânsito gigante

Créditos: José Roberto Merlin. Ano 2011.

Este estudo entende o território como produto de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, fixos e fluxos (SANTOS, 1997. p. 114) que interagem a cada tempo trazendo marcas e sinais de eventos políticos, econômicos e culturais, dimensões muitas vezes metaforizadas por simbologias que escamoteiam o embate entre os verdadeiros interesses dos distintos agentes sociais. Stricto sensu, a territorialidade revela no espaço, pela materialidade dos objetos e pelos comportamentos dos usuários, o exercício do poder nos diferentes tempos e níveis tecnológicos, que testemunham eventos históricos que vão se sobrepondo no contexto, conforme o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, revelados por sucessivas rugosidades (SANTOS, 1999. p. 36).

Assim o território fala, por textos não verbais, vinculados à tecnologia, aos materiais, à composição plástica, às funções exercidas, ao desgaste pelo uso, à pátina do tempo e às formas de manutenção e preservação. O território se forma a partir do espaço tangido por atores individuais ou coletivos, com programas e intencionalidades que acabam "territorializando" alguns propósitos, uma vez que qualquer ação traz implícito um campo de poder, exercido diretamente ou indiretamente. Atores e agentes sociais repartindo superfícies geram redes e nós que criam tessituras de poderes que se materializam organizados por solidariedades homólogas, complementares e hierárquicas, engatando o lugar à região e conectando-o à globalização (SANTOS et al., 2002. p. 16). Agem e trabalham concreta e simbolicamente no campo da linguagem, adentrando no campo das artes, ultrapassando os limites do espaço físico, despertando processos perceptivos que ampliam o nível de conhecimento humano, e atingem processos cerebrais, especialmente através dos órgãos dos sentidos. Espaços urbanos acessíveis, configurados com qualidade, facilitam encontros interpessoais e geram informações não verbais que produzem e ampliam o conhecimento, fazendo com que alguns entendam que a cidade pode se transformar, potencialmente, numa enorme escola, na medida em que o território explicite características que o façam educador, auxiliando a formação da cidadania.

Possibilidades educadoras dos espaços públicos

Com a globalização e as consequentes transformações no modelo produtivo e nas comunicações trazidas pela informatização do planeta, requerendo a instantaneidade, a fragmentação e a efemeridade em

todos os setores, tornou-se necessária a revisão de paradigmas nos diferentes campos do conhecimento. A educação tradicional, seriada e lenta, que decantava durante anos um conhecimento que perduraria por décadas, entra em crise por não mais responder às novas demandas da sociedade, que agora encoraja o surgimento de processos alternativos mais rápidos, para responder às necessidades de contínuas reciclagens de pessoal e para substituir máquinas e equipamentos. Rompendo os limites da escola tradicional, as demandas dos processos globalizantes evidenciam que a formação do homem não poderia mais se ater apenas aos bancos escolares num determinado tempo. Processo inédito, as céleres mudanças de paradigmas tecnológicos tendem a sucatear máquinas e equipamentos e exigem aprimoramentos e aprendizados contínuos que requalifiquem os profissionais, através da chamada "formação continuada".

Extrapolando os limites da escola, a educação começa a abarcar a totalidade da cidade que, amiúde, a partir da sociedade do conhecimento, começa a ser pensada como artefato educador informativo, formativo e cívico, a ponto de alguns a vaticinarem transfigurada na maior escola do mundo. Os programas educacionais brasileiros "Escola Cidadã" e "Mais Educação", os relatórios da Unesco² e a "Carta das Cidades Educadoras" (produzida pela Associação Internacional das Cidades Educadoras, que cresce desmedidamente, contando hoje com mais de trezentos membros em mais de trinta países) são inequívocos indícios das potencialidades educadoras dos espaços públicos urbanos. Tentam superar as mazelas das escolas implantadas em espaços residuais de empreendimentos imobiliários que priorizam apenas o lucro, e buscam superar a crise urbana que atinge os limites do intolerável. Apontam que ação educativa não pode ficar contida nos intramuros da escola, mostrando que as sucessivas crises demandam que o ato educador seja compartilhado pela cidade como uma das únicas alternativas para superar o impasse.

Alicerçados nessas proposições, esta pesquisa procura refletir acerca do espaço urbano e arquitetônico, de paisagens e demais componentes da cidade enquanto artefatos e lugares passíveis de promover o aprimoramento humano. Cogita compreender que o espaço, enquanto sistema de objetos e sistema de ações, demonstra e revela a presença da ciência e da técnica conforme a organização sociopolítica que o gerou, refletindo-se nele o nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade no decorrer do tempo, transformando, assim, espaço e tempo em categorias fundamentais para desvelar a história e revelar seus condicionantes filosóficos subjacentes. Para explicitar tais proposições, torna-se preciso tornar empíricos espaço e tempo, buscando sua compreensão através de categorias da técnica e da política, promovendo a periodização como método (SANTOS, 1999. p. 114).

A arquitetura desvela intencionalidades intervenientes no uso do espaço, que se modifica no decorrer do tempo, fruto de mudanças da técnica, da organização funcional da sociedade, da ética, da filosofia e da estética. Por esta última, entra-se no campo da arte pelos meandros da linguagem — portanto, através de símbolos e representações inerentes aos processos de comunicação e criação próprios ao projeto do espaço, confirmando que, mesmo do ponto de vista formal-objetual, o espaço urbano é revelador da plenitude da cultura.

Objetos são coisas que passaram por intervenções antrópicas na luta do homem para dominar a natureza, e as ações imprimem-lhes as marcas do uso, permitindo revelar eventos pregressos. Ao incitar encontros sociais coletivos, o espaço pode ajudar a discutir, ajustar e modificar os rumos da comunidade possibilitando gestar nova esfera de vida pública, menos estatal e mais cidadã. Tais características conduzem à compreensão do espaço pelo seu viés educador como suporte das transformações técnicas e funcionais dos objetos e como catalisador de suas potencialidades políticas transformadoras. Depreende-se que o espaço

² O relatório da Unesco (1973), é considerado por alguns autores o embrião da "Carta das Cidades Educadoras", escrita em Barcelona (1990) e aperfeiçoada em Bologna (1994) e Genova (2004), documento basilar da criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras.



pode se tornar educador quando facilitar o pleno desenvolvimento das atividades sociais de âmbito coletivo e quando educar sobre o passado, ao revelar, através de suas "rugosidades", a história pregressa do lugar.

Cidade, escola e território urbano como meio educativo.

A construção de cidades educadoras ampliando as possibilidades formativas da escola para todo o território urbano parece ser uma das alternativas viáveis para enfrentar e superar a violência, o medo, a falta de transporte, de habitação decente e de saneamento das grandes cidades, implacáveis na genealogia da precariedade urbana contemporânea que tem esgarçado os constructos positivos da urbanidade.

No Brasil, muitas tentativas têm sido efetivadas para enfrentar a crise urbana pelo viés da educação. Dentre elas, destacam-se os programas "Escola Cidadã" e "Mais Educação", buscando a chamada Educação Integral.

A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa dos direitos e a conquista de novos. Trata-se de formar para a gestação de um novo espaço público não-estatal, "uma esfera pública cidadã" (Jürgen Habermas), que leve a sociedade a ter voz ativa na formulação das políticas públicas, visando uma mudança do Estado que temos para um estado radicalmente democrático. (GADOTTI; PADILHA. 2004. p. 122-123)

Estas propostas buscam ressignificar tanto o espaço da escola como o território da cidade, interconectando-os. Propõem-se a expandir a escola para a cidade incluindo o território urbano como novo componente, espaço cultural da cidade, através de suas praças e ruas, cinemas, bibliotecas, teatros, igrejas, empresas, e mesmo árvores e pássaros, tudo onde pulse a vida. (GADOTTI; PADILHA. 2004. p. 129)

O "Programa Mais Educação" repisa também a importância do espaço no processo de aprendizagem, falando de tempos, espaços e conteúdos educativos na escola e fora dela.

Assim, podemos dizer que o **Programa Mais Educação** propõe pensarmos e praticarmos a **Educação Integral** a partir do **binômio educação-território**, considerando a formação de sujeitos da educação como inseparável das relações e transformações ocorridas no ambiente, a partir do entendimento do caráter territorial dos processos educacionais na escola e na cidade. (GOULART, 2010. *On-line*)

As assertivas acima mostram a necessidade de esclarecer os papéis vinculados à instituição escola e ao território educador. Villar (2007. p. 33) cita diversos autores para discutir que papéis devem exercer o território e a escola, esclarecendo que a escola tem um papel fundamentalmente formativo, enquanto o território deve oferecer atributos que lhe são inerentes, ligados a autenticidade, naturalidade, polissemia e complexidade. Relata as etapas e os conteúdos que entende como necessários para se chegar a uma cidade educadora partindo da escola, e conclui: "A cidade deve deixar de ser um mero recurso pedagógico da escola para converter-se num verdadeiro agente educativo, numa fonte de aprendizagem, de sabedoria e de convivência." (VILLAR, 2007. p. 23)

A ideia não é levar a sala de aula tradicional e seus apetrechos para o meio da rua, mas entender que a "Educação Integral implica no desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, em seus aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais". (GOULART, 2008. p. 31). Deve tomar a aprendizagem ao longo de toda vida, construída no convívio entre cidadãos num dado território moldado pela natureza e pela cultura, prontos para serem apropriados e usufruídos como potencialmente educativos, criando redes de parcerias, construindo sentimento de pertencimento e cidadania. Tudo fica mais nítido quando se percebe que "(...) a cidade é,

³ Dispõe sobre o Programa Mais Educação o Decreto nº 7, de 27 de janeiro de 2010.

ao mesmo tempo, um conteúdo a se aprender, um meio ou um contexto no qual se aprende e um agente que nos ensina." (GOULART, 2008. p. 33).

O elemento chave nesse processo é registrar que "a ambiência é chave e fator distintivo das cidades educadoras. O ambiente adequado leva à sinergia entre ações, processos e instituições através de arranjos sociais que promovem interações educativas entre as múltiplas redes, incluindo as interculturalidades. Devem construir relações de convivência cooperativa, promotoras de confiança e reconhecimento mútuo, facilitando diálogos e debates lastreados na afetividade, que apontem para a resolução de problemas de forma pacífica, possibilitando o surgimento de novos atores que avancem no sentido de protagonizar uma nova esfera de vida pública, buscando superar a corroída estrutura estatal vigente. (FRANCO, 2009. On-line).

Em síntese, BOFF (1997. p. 9) foi extremamente venturoso quando escreveu: "A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam".

Focando o espaço em si

Embora muito se tenha dito sobre processos educativos, o espaço como algo educador em si, pelas suas próprias entranhas, tem sido quase sempre negligenciado. Quando citado, fala-se em iluminação, ventilação, limpeza, fluxos funcionais, conforto acústico-visual etc. – fatores que dão conforto ao usuário – mas não se atinge o âmago da questão, ou seja, a qualidade do espaço em sua essência como ciência, arte e produção cultural, que incitam a intuição e a inteleção humanas.

Por este viés, são raros os projetos e teorias que prestigiam qualidades espaciais. O projeto "Órgão do Mar", na cidade de Zadar, na Croácia, do arquiteto Nikola Basic, é uma exceção e paradigma. Um sistema de tubos e furos, colocados nos espelhos das escadarias dum espaço coletivo à beira-mar, produz sons pela pressão do ar dentro dos tubos, exercida através da movimentação das ondas do mar, criando acordes inéditos ditados pelo balancear natural das águas. Há autores que produzem espaços inéditos explorando formas sob a luz, como Louis Kahn e Tadao Ando, tingindo o estranhamento perceptivo. Há inclusive um projeto em Campinas, criado por jovens arquitetos locais, dentre os quais Pedro Manieri, de uma praça com esculturas feitas com tubos para gerar sons, homenageando a musicalidade da cidade em que nasceu Carlos Gomes.

O exemplo mais completo, no entanto, é o parque dos Pés Descalços, em Medellín, na Colômbia, em que foram criados percursos que atingem todos os órgãos dos sentidos do corpo humano, massageando os pés (reflexologia), movimentando, alongando e equilibrando o corpo (fisioterapia), causando sensações tácteis, fazendo sentir o perfume de espécies vegetais e terminando com a mastigação de suas folhas, num caminho cuidadosamente estudado e orientado por monitores, que traz relaxamento físico e mental ao usuário através de experiências organizadas pelo próprio espaço.

As dificuldades em acessar informações desse tipo são evidentes. Mesmo em Barcelona, nascedouro da AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras, alguns especialistas convidados a discutir o assunto trataram-no superficialmente do ponto de vista da disciplina urbanismo em relação às questões intrínsecas ao espaço, ficando seus discursos no nível de programas de diminuição das diferenças sociais e redirecionamento de verbas.

Mas, como aqui foi explicitado, existem espaços que educam! É possível construí-los! Diante do exposto, cabe indagar como os espaços podem se tornar educadores e quais são suas características.

Primordialmente, todos os espaços educadores precisam oferecer todas as formas de acessibilidade a qualquer ser humano e, se almejarem estimular e ampliar seus atributos educadores, precisam:

- Relatar a história do lugar desvelando os eventos significativos pregressos;
- Estimular ou permitir eventos sociais, políticos ou culturais (stricto e lato sensu);
- Promover relações interpessoais, o respeito à alteridade e ao meio ambiente;



- Aguçar os órgãos dos sentidos humanos (visão, olfato, tato, audição, gustação);
- Evidenciar como e quando foram concebidos e construídos;
- Revelar intencionalidades dos agentes sociais ou do autor;
- Oferecer múltiplas possibilidades de uso (contemplação, cultivo do corpo etc.);
- Dignificar o lugar como produção cultural oferecendo qualidade funcional, técnica, ética, política e estética à apropriação pública pela qualidade de seu desenho.

Para que o espaço possa ensinar sobre o mundo, deve ser tomado como "forma-conteúdo", conceito santoniano que une forma e função, passado e futuro, natural e social, processo e resultado (SANTOS, 1999. p. 83). Isto só acontecerá se conseguirmos sair do analfabetismo estrutural reinante no campo do urbanismo e das artes no que tange à "leitura do espaço", através da manipulação de instrumentos e conceitos que nos ensinem a lidar com parâmetros adequados para interpretar o espaço como totalidade híbrida. Urge incluí-lo no processo educador para revelar eventos históricos, políticos e descobrir estruturas subjacentes à vida dos lugares, extrapolando o nível físico e contextualizando outros campos do conhecimento, tornando visível o invisível.

A partir desses pressupostos, tomamos o principal espaço de uso coletivo de Itu, a Praça Padre Miguel, em frente à Matriz da cidade, tentando destrinchá-lo pelos instrumentos urbanísticos e educativos objetivando conhecer sua gênese, possibilidades educadoras e valores intrínsecos.

Problematização

Referindo-se à paisagem de Las Vegas, ícone do ócio consumista americano na década de 1970, Venturi foi esclarecedor. Seu texto revela certa semelhança com o que se vive hoje em Itu, com a colocação das quinquilharias gigantes na praça pública mais importante da Zona Histórica.

O símbolo domina o espaço. A arquitetura não basta. E como as relações espaciais se estabelecem mais com os símbolos que com as formas, a arquitetura desta paisagem se converte em símbolo no espaço mais que em forma no espaço. A arquitetura define muito poucas coisas... [...] O rótulo é mais importante que a arquitetura (VENTURI, 1998. p. 35).

Mantidas as proporções, comparando-se Itu com Las Vegas, Itu parece seguir por caminhos mais infaustos. Las Vegas, estando em região desértica, não dispunha de opções. Na Praça Padre Miguel está a catedral de Itu, com valor de quem foi construída em 1610, com fachada refeita no século XIX por Ramos de Azevedo e Francisco de Paula Souza, que lhe dão autoridade de valor espacial patrimonial, que pode ser somada à tradição histórica de todo um país como fruto da Convenção Republicana. Hoje, a habitual efemeridade dos símbolos artificiosos já destituiu o encanto inicial que Las Vegas exercia como pólo turístico paradigmático, descortinando, apesar das diferenças, o futuro incerto de Itu.

Diante do processo de globalização, cujos mecanismos tentam padronizar o urbano, Itu parece tentar se diferenciar e criar algo que lhe seja próprio.

... a globalização atinge fortemente todas as manifestações urbanas no sentido de querer padronizá-las e dar-lhes causas e consequências capazes de serem apreendidas em redes mundiais; porém, enquanto movimento, revigora genuínos sentimentos nacionais. As cidades partem em busca de traços peculiares que tornem possível alcançar identidades próprias e resistir aos apelos globais que ameaçam descaracterizá-las (FERRARA, 2002. p. 12).

Cidades menores, buscando tornarem-se diferenciadas e legíveis, adotam signos e manifestações que as diferenciem, pois a homogeneização não causa impacto positivo aos negócios turísticos. No caso de Itu, foi criada uma discutível estetização do heterogêneo impetrada e estimulada pela mídia televisiva (Fig. 5).

Esta estetização transforma o particular local em mercadoria turística vendida globalmente e sujeita a especulação de mercado como qualquer produto: nesse mercado, o particular local deve ser mantido para nutrir o prazer global que, nos períodos de férias pode se deleitar com o escapismo exótico (FERRARA, 2002. p. 13).



Figura 5 O gigantismo observado no telefone e no estilingue e em outros objetos expostos pelo comércio, alguns de tamanho dos mobiliários urbanos Créditos: José Roberto Merlin. Ano 2011.

Embora a tecnologia tenha sido o substrato decisivo da globalização e da aproximação virtual dos lugares, o confronto entre o local e o global sempre gera espaços diferentes, produtos da inserção daquele lugar em relação à rede de objetos técnicos e às rugosidades pré-existentes no local, construídas no decorrer de sua história. Os lugares revelam características do país, do mundo globalizado e da região em que se situam de distintas formas, padrões e profundidades.

... o espaço não é apenas o cenário das tramas sociais, mas, ao contrário, sua constituição as incorpora e ele é, ao mesmo tempo, cenário e ator da relação encenada. Única, porque ela se processa sempre nova e singular para cada espaço e para cada lugar das cidades do planeta (FERRARA, 2002. p. 15).

Depreende-se que o espaço fala, e sua sintaxe revela a lógica explicitada pelo seu design, cujos componentes são informação, imagem e memória, operando em simbiose, destacando-se signos apoiados na imagem e no imaginário, profícuos geradores de significados. (FERRARA, 2002. p. 16). Sob o prisma da arte e da cultura, o espaço se constitui em linguagem, que mesmo não verbal, revela a organização humana em inúmeros atributos. Como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1999. p. 51), transcende os limites da materialidade, revelando intencionalidades e valores que, ocultos à primeira vista, podem ser compreendidos quando se avança do visível ao invisível.

Dotada de um conjunto urbano tombado pelo Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico e pelo *Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que normalmente exigem grandes recuos ao redor dos objetos tombados para preservar-lhes a aura e o próprio sítio circundante, cabe questionar a validade da inserção de objetos gigantes entre os bens tombados.

Os edifícios vinculados ao patrimônio histórico rodeados por enormes objetos parecem ameaçados no que tange à autenticidade. "O que faz com que uma coisa seja autêntica é tudo que ela contém de originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico" (BENJAMIN, 1987. p. 211). O mesmo autor mostra que a vulnerabilidade no ponto de vista mais sensível da obra de arte é a interferência em sua aura (hic et nunc), o que abala a linguagem original, interfere em seus domínios e debilita-lhe a autoridade. Sob este ângulo, o poder de testemunhar a história do patrimônio construído de Itu rivaliza-se com os objetos gigantes, mais

ligados à comédia e à jocosidade do que à tradição. O território parece atingido em seu poder de representar autenticamente eventos pregressos, testemunhos de uma história que atinge o âmbito do país, lembrando que explicitar a história do lugar é uma das características fundamentais dos espaços educadores!

A localização de objetos gigantes no interior da Praça Padre Miguel e dos espaços principais faz questionar sobre o respeito à dignidade de patrimônios coloniais, barrocos e neoclássicos situados no eixo histórico da cidade, se defrontando com macro-orelhão, telefone gigante, farol de trânsito enorme etc., que parecem mobiliários urbanos, mas não são. Este cenário insólito enseja indagar por que o entorno exterior de um bem tombado tem sido protegido pela lei, para não haver interferência em sua aura, quando no interior do próprio espaço da praça são colocados corpos estranhos (Fig. 6).



Figura 6
Vista da Praça Padre Bento com tenda desmontável, coreto e peça enorme de faróis gigantes de trânsito
Créditos: José Roberto Merlin. Ano 2011.

Deduz-se que a composição espacial resultante da colocação de objetos gigantes na praça principal parece ter sito feita com critérios discutíveis, desconsiderando a morfologia, a tipologia e a percepção dos usuários. Substituiu a história do lugar na dimensão do país – lembrar da Convenção Republicana – por elementos fúteis, que são extremamente prestigiados pela massa por atender às demandas do consumo turístico, em detrimento de espaços e prédios que vertem história (Fig. 7).

Mas Benjamin (1987. p. 235-236) também nos ensina que a fruição de um edifício passa pela sua utilização e contemplação, incidindo na percepção ótica e táctil, pela contemplação e pelo hábito respectivamente, sendo o último adquirido na diversão e preferido pela massa, enquanto que o especialista vê a arte com contemplação, exigindo recolhimento. Dessa forma, se pode especular como positivos a desproporção e o insólito gritantes que, contraditoriamente, são ao mesmo tempo estimulantes ao olhar inábil. A diversão inicial da massa talvez possa ser o chamariz para um futuro processo de contemplação ativa, da mesma forma que o despropósito e a desproporção entre os objetos fúteis e históricos dispostos no mesmo lugar, podem deixar mais explícita a distinção ente o novo e o velho, sem confundi-los, como apregoam as didáticas regras das cartas preservacionistas elaboradas pelas entidades internacionais.

As similitudes e diferenças entre os símbolos ligados aos cassinos em Las Vegas e os embustes da comédia caipira ituana, adotando tamanhos exagerados como símbolos, parecem evidenciar a fragilidade da arquitetura, especialmente quando são usadas linguagens herméticas, ligadas ao abstracionismo extremamente intelectualizado e excludente, como prefere boa parte dos profissionais do espaço.

Nesse sentido, Coelho Neto chama a atenção para a reeducação do próprio arquiteto e fala da ausência de análises históricas e sociais nas concepções de espaços urbanos que, especialmente em ambientes de valor

patrimonial deveriam buscar "... organizações espaciais que funcionem como informadoras e formadoras (educadoras) dos usuários na direção de uma mudança de comportamento que possa ser considerada aperfeiçoadora das relações inter-humanas..." (COELHO NETO, 1997. p. 47). É necessário, portanto, vasculhar símbolos que tragam o significado preciso das ordenações espaciais para cada grupo social e fazer da prática arquitetural ação que possibilite transformações entre o público e o privado, tendo em conta o novo, já que "toda modificação geral na sociedade só é efetiva se acompanhada por essas mudanças (atribuição de novos sentidos aos relacionamentos espaciais) ao nível das infraestruturas". (COELHO NETO, 1997. p. 48).



Figura 7
Eixo organizador da malha urbana
seguindo pela Rua Paula Souza no
sentido do cruzeiro e da Igreja do Bom
Jesus, que marca da fundação da cidade
Creditos: José Roberto Merlin. Ano 2011.

Parece que nestes tempos globalizados devem os arquitetos fugir das formas que visem apenas destacar seu brilho individual; criar espaços potencialmente educadores e linguagens elucidativas dos parâmetros subjacentes à suas proposições formais, explicitando o que há por trás das aparências; bem como, pesquisar organizações espaciais compatíveis com as demandas de cada grupo social atendendo a alteridade socioespacial e, investigar formas que motivem o conhecimento cultural e desenvolvam a intuição e a inteleção dos usuários.

A história do lugar, o entendimento do contexto e a biografia da cidade, a partir da compreensão de como e por que a cidade se modifica, apresentam incontáveis oportunidades educadoras, aguçando o sentimento de pertencimento e construindo o tônus da cidadania.

Mandatários de Itu, ao que parece, não tem sabido usufruir das potencialidades que a história lhes oferece, ao sulcar o território e erigir suas rugosidades no espaço. Nem mesmo tirar proveito econômico dos predicados espaciais escancarados em seus espaços públicos mais significativos. Parecem aceitar passivamente as imposições dos meios de comunicação e desconhecer ações alternativas que poderiam ajudar a construir, mesmo que indiretamente, o que talvez seja atualmente o grande objetivo da maioria dos cidadãos brasileiros, ou seja, a esperança de transformar a esfera de vida pública estatal, assentando-a numa nova ética de gestão pública "que condene o segredo burocrático com a transparência, que incorpore o conflito com práticas de negociação e que publicize a informação" (GADOTTI; PADILHA. 2004. p. 131).

Sintetizando, vale lembrar que os espaços tornam-se educadores fundamentalmente quando: relatam a história do lugar desvelando os eventos que nele aconteceram; estimulam eventos sociais, políticos e culturais; promovem as relações interpessoais, o respeito à alteridade e ao meio ambiente e aguçam os órgãos dos sentidos. Isso talvez explique parte da surpreendente descoberta feita durante o andamento da pesquisa, ao constatar que a força dos objetos gigantes de Itu parece prevalecer com maior intensidade na Zona Histórica,



abrindo possibilidades para pensar que os objetos históricos lhes dão guarida, construindo o cenário para que possam vingar.

Finalizando, durante esta pesquisa foi possível constatar que:

- uma ironia veiculada pela mídia é tão forte e valorizada que gera maior interesse na massa da
 população que os vestígios espaciais da história de todo um país, forçando-nos a rever a simbologia da
 arquitetura enquanto linguagem;
- os brasileiros menosprezam as potencialidades educadoras do território, onde tudo pode, desde que
 haja benefícios ao capital que, inclusive, recebe pronta anuência dos gestores públicos e até de algumas
 organizações sociais e de urbanistas, mesmo deixando de enraizar ou educar o cidadão, negando-lhe o
 sentimento de pertencimento e a cidadania;
- há, no Brasil, um vazio legal devido à inexistência de teorias preservacionistas eficientes, fazendo com
 que suas propostas não sejam apropriadas socialmente, demonstrando fragilidade e a necessidade de
 novas concepções nesta área, vinculando-as, mais efetivamente, à nossa cultura.

Aos pesquisadores, resta saber quanto o inserir desses objetos gigantes interferem na qualidade espacial ao atingir a aura de objetos de valor histórico-cultural e, por outro lado, descobrir como ícones que atraem a massa, como disse Benjamim, podem incubar um processo de conhecimento mais profundo da história, quando redirecionado para o patrimônio construído. Este texto é reflexo dessa insólita situação!

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In:* Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997.

COELHO NETO, L. Teixeira. A Construção do Sentido na Arquitetura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. 3ª Edição.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Design em Espaços.** São Paulo: Rosari, 2002.

FRANCO, Augusto de. **Cidades Educadoras.** São Paulo: 2009. Disponível em: http://vivoeduca.ning.com/profiles/blog/list?q=cidades+educadoras. Acesso em 25/10/2011.

GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO, A.(Orgs) Cidade Educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

GOULART, Bia. Centro SP: uma sala de aula. São Paulo: Peirópolis: Casa Redonda, 2008.

______. Territórios Educativos para a Educação Integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Brasília: 2010. (pdf). Acesso em 25/10/2011.

IANNI, Octávio. Uma Cidade Antiga-Itu. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

NARDI, Francisco F. A Cidade de Itu. Coleção Completa. Itu: Editora Ottoni, 1999.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Metamorfose do Espaço Habitado. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 199	98
--	----

. Entrevista à Revista Veredas, nº 33, set.98. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território. Globalização e Fragmentação.** 5ª edição. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.

VENTURI, Robert; IZENOUR, Steven; BROWN Denise Scott. **Aprendiendo de Las Vegas. El Simbolismo Olvidado de La Forma Arquitectonica.** 3ª edição. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

VILLAR, Maria Belén Caballo. **A Cidade Educadora:** Nova perspectiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org). Cidades Educadoras. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.



Comunicação e espaço: o papel da arquitetura e da cidade na associação dos atos

Communication and space: the role of architecture and the city in the association of acts

Vinicius M. Netto

Pesquisador, Doutor, Professor Adjunto, Universidade Federal Fluminense.

Researcher, PhD., Adjunt teacher at the Federal Fluminense University v1n1netto@yahoo.co.uk

Resumo

O problema da materialidade da comunicação tem ganhado considerável interesse, sobretudo quanto ao impacto de novas tecnologias de comunicação sobre formas de socialização e integração social. O presente artigo traz um estudo sobre a constituição social da prática como processos comunicativos buscando apontar o lugar da materialidade do espaço da arquitetura e da cidade nesses processos.

Palavras-chave: Comunicação; prática social; espaço arquitetônico e urbano.

Abstract

The problem of the materiality of communication has gained considerable interest, especially regarding the impact of new communication technologies on forms of socialization and social integration. The paper presents a study on the social constitution of practice - as a diverse communicative process - that seeks to identify the place of the materiality of architectural and urban space in this same process.

Key-words: Communication, social practice, architectural and urban space.

Resumen

El problema de la materialidad de la comunicación ha despertado un considerable interés, especialmente en relación con el impacto de las nuevas tecnologías de comunicación sobre las formas de socialización e integración social. En este artículo se presenta un estudio sobre la constitución social de la práctica de los procesos de comunicación tratando de identificar el lugar de la materialidad del espacio arquitectonico y urbano en estos procesos

Palabras-clave: Comunicación, práctica social, espacio arquitectonico y urbano.

 Observe as pessoas à nossa volta. Ouça por um minuto. Somos imersos em comunicação.

Essa frase é de um diálogo imaginário que às vezes tenho com um teórico cuja mentalidade teria sido produzida em uma época pós-estruturalista, um período fictício que sucederia os esforços teóricos de uma geração em superar as limitações de conceitos-chave da metafísica, como o de estrutura e significado, razão e consciência - em direção a outras dimensões da nossa experiência, como o emocional e o desejo. Um teórico cuja epistemologia já não lhe permite ver a importância da linguagem e seus contextos, ou de nossas interações intrinsecamente constituídas por significados. Sobretudo quando meu colega imaginado rompeu com a noção de significado em nome da desestabilização dos conceitos, perdeu também a conexão teórica com o mundo de comunicações que produzimos. Tal desconexão está mais viva que nunca: recentes abordagens performativas têm enfatizado uma visão da prática quase como automática, alimentada mais por impulsos pré-conscientes do que pelo pensamento e atos discursivos.

Apesar dessa ênfase teórica, a comunicação segue central em nossas vidas cotidianas - um fato reforçado pela aparente onipresença dos sistemas e dispositivos de comunicação móvel e digital. Somos mais comunicativos e mergulhados em informação do que nunca. É esse aprofundamento da nossa capacidade de comunicação através da linguagem que gostaria de relacionar ao espaço da arquitetura e da cidade. Certamente, diversas abordagens ao longo das últimas décadas têm apontado o espaço como parte ativa em processos sociais. Contudo, gostaria de explorar essa relação de uma forma diferente da maioria dessas abordagens – sobretudo de modo a tornar explícito o lugar do espaço no que podemos chamar de "associação", conexões entre atores e seus atos mediante trocas na comunicação e transmissão da informação que produzimos (Habermas, 1984. Luhmann, 1995).

Gostaria de interpretar o processo da relação entre atores e seus atos como constituído, entre outros meios, através do espaço arquitetônico e urbano. Meu objetivo é propor que, se processos de associação via comunicação são realmente centrais para a reprodução de sociedades como afirmam teóricos como Jürgen Habermas e Niklas Luhmann; e se há de fato uma relação profunda entre processos sociais e formas espaciais, como apontam estudiosos como David Harvey e Henri Lefebvre, entre outros, então há possibilidade de um lugar para o espaço da arquitetura e da cidade nas nossas associações ou conexões entre nossos atos cotidianos. Minha proposição se relaciona à observação de que humanos são imensamente comunicativos; de fato, vivemos imersos na produção de signos que constroem nossas experiências e interações. Espero mostrar que, embora o espaço esteja progressivamente se tornando um tema central fora das disciplinas originalmente a ele voltadas (a arquitetura, o urbanismo, a geografia), uma descrição sistemática de como nossas práticas se relacionam mediadas pelo espaço parece ainda ausente tanto nessas disciplinas espaciais quanto naquelas voltadas ao social.

Meu objetivo é mostrar o lugar dos espaços arquitetônicos e urbanos nas conexões entre nossos atos - na produção do sistema de ações e interações que constitui grupos e sociedades:

(a) O espaço urbano é informação sobre possibilidades da prática – um sistema de referências para a realização de nossos atos. Relacionamo-nos a lugares e edificações como contextos para nossa comunicação e para a conexão de nossos atos dentro das suas bordas.

Ato individual -> espaço [contexto] -> comunicação

(b) Como atores, acessamos e nos apropriamos de espaços urbanos como modo de implicar nossos atos à atos atuados em outros lugares e tempos, e à seus resultados e produtos – na construção progressiva de sistemas de interação ancorados nos espaços da cidade.

Ato individual -> espaço [lugar de conexão] -> outros atos, atores e lugares

Desejo trazer tal processo à tona de modo que não só seria legítimo estender a perspectiva da prática e da comunicação ao espaço, mas – se desejamos esclarecer o papel do espaço na vida social e nos processos de constituição da sociedade – essa seria também uma necessidade epistemológica.

Abordagens da relação entre sociedade e espaço

As formas de presença do espaço urbanizado em processos sociais vêm sendo identificadas sob formato de conjuntos de relações. Abordagens variam entre explicações de caráter geral e aquelas direcionadas a aspectos específicos da realidade socioespacial. O quadro abaixo (tabela 1) oferece uma brevíssima síntese das abordagens mais conhecidas, suas raízes disciplinares e alguns de seus principais expoentes.

Áreas	Abordagens às relações sociedade-espaço	Autores ou correntes
Geografia humana	Dialéticas do espaço e sociedade; Espaço como reprodução de relações de produção; Divisão espacial do trabalho, etc.	Harvey (1973), Massey (1984), Soja (1989), Gregory (1989) etc.
Teoria arquitetônica	Paradigmas da relação entre forma e função na arquitetura (explicitamente a partir dos anos 1960); Conceitos recentes de programa e sua espacialização.	Viollet-le-duc (1850), Paul Frankl (1914), Sullivan (1924) Behne (1926); Tschumi (1996), Hillier (1996)
Estudos urbanos	Relações entre forma urbana e forma de vida; Sistemas de copresença, interfaces sociais e estruturas espaciais. Emergência de padrões urbanos a partir das interações dos agentes. Forma urbana e desempenho sustentável.	Garnier (1901); Jacobs (1961), Rossi (1984), Hillier e Hanson (1984), Batty (2010) e outros
Economia espacial	Produção da cidade e padrões de localização como externalidades da ação econômica.	Isaard (1954), Wheaton (1982), Krugman (1991), Storper (1997)
Filosofia	Racionalização, abstração e fetichização do espaço como tática de conformação da vida cotidiana e reprodução de estruturas de poder.	Lefebvre (1973), Foucault (1980)
Teoria social	Sistemas de interação em situações de copresença ou expansões no espaço-tempo.	Giddens (1984), Bourdieu (1990)
Antropologia	Projeções simbólicas e físicas no espaço como fatores de organização social.	Levi-Strauss (1963), Durand (1989)
Abordagens performativas e não representacionais	Descrições de atos performativos em percursos cotidianos; contextualidade; redes simétricas humanos □ não humanos.	Schechner (1988), Law (1999), Latour (2004), Thrift (2008), e outros

TABELA 1 - Principais abordagens às relações sociedade-espaço.

Embora não possa oferecer aqui um relato detalhado dessas teorias, vejamos sucintamente quatro das mais profícuas, oriundas de diferentes campos. A intenção é identificar certos limites seus, face a uma dimensão-chave da relação sociedade-espaço, e explorar possibilidades de caminhos capazes de preencher tais ausências substantivas. Esse propósito implica em evidenciar as principais proposições, os domínios objetivos e as epistemologias que as predisporiam a reconhecer aspectos específicos da relação sociedade-espaço e não outros.

Um dos campos a iluminar a espacialidade do social de modo profundamente ativo emergiu na recepção geográfica da teoria marxista. Abordagens da geografia humana, sobretudo a partir do trabalho

seminal de David Harvey, passaram a buscar o papel do espaço na reprodução de relações sociais, refletidas na produção de homologias entre estruturas de classe e espacialidades centro-periferia replicadas em diversas escalas - da cidade as periferias globais analisadas por Mandel (1975) e as matrizes espaciais da geopolítica de Poulantzas (1978). Harvey (1973; 1982) traz uma inovadora teoria da produção do espaço urbano como reprodução de processos e contradições sociais, bem como a superação das contradições através do espaço, na sobrevivência do capitalismo. Lefebvre reconstrói o materialismo histórico de Marx em histórias da colonização do espaço e vida social urbanizada, e do primado do corpo e do espaço percebido e vivido na integração ontológica de uma realidade social contraditória. Contudo, nessas abordagens das estruturas da prática humana, trabalho e interação são "jogados juntos sob o rótulo da práxis" (Habermas, 1972. p. 62). A abordagem da prática reduzida a uma noção geral de "trabalho" ignora a prática da interação como uma dimensãochave da reprodução material. Subestima a complexa matriz de práticas como substancialmente comunicativas, mediadas por símbolos - uma matriz produzida como ações e interações tanto instrumentais quanto não utilitárias, funcionais e simbólicas; ou seja, ignora que "a prática da interação linguisticamente mediada deve ser vista como uma dimensão igualmente fundamental do desenvolvimento histórico" (Honneth, 1987. p. 372). A constituição do tecido da vida social mediada por significados é tornada opaca quando convertida à categoria do trabalho e relações de produção, e subestimada como problema espacial.

Uma teoria socioespacial inteiramente diferente seria uma abordagem durkheimiana fundada nas "solidariedades sociais". Hillier e Hanson (1984) desenvolveram tal abordagem na busca de uma "lógica social do espaço". Analisando formações espaciais produzidas por diferentes sociedades, encontraram semelhanças e diferenças consistentes em seus espaços. Essa é uma teoria enraizada em três condições: as interfaces entre diferentes grupos sociais, o encontro e copresença entre pessoas, e a forma concreta do espaço. O raciocínio é inesperadamente simples, aparentemente possível apenas em uma perspectiva durkheimiana: as formas de interação em nossas sociedades são baseadas em trocas motivadas por diferenças funcionais entre atores ("solidariedade orgânica") e por semelhanças fundadas nas suas identidades ("solidariedade mecânica"). Essas diferentes solidariedades trariam em si diferentes padrões de interação, que produziriam e seriam reproduzidas por estruturas do espaço também diferenciadas, por meio da influência deste sobre a distribuição dos nossos movimentos e copresença no espaço urbano e arquitetônico. Entretanto, tal abordagem não parece capaz de descrever a produção dos complexos da prática social que, embora emergentes através do encontro, envolvem a comunicação como forma de associação. A teoria ignora os conteúdos e fluxos da interação, a natureza relacional dos nossos atos e a mediação do espaço da arquitetura e da cidade nesses processos. Essas questões apontam limitações severas da sintaxe espacial, como a teoria veio a ser conhecida – teoria socioespacial. Tal dimensão não pode ser explicada por sistemas de encontro no espaço, mesmo considerados como a base de solidariedades sociais.

Uma abordagem muito distinta envolvendo a copresença é a teoria da estruturação social de Anthony Giddens. Embora Giddens (1984) certamente não tenha objetivado produzir uma teoria das relações sociedade-espaço, sua teoria não se abstém de incluir as condições de espaço e tempo no que chama "constituição da sociedade". Ela mostra que o espaço é simultaneamente parte da constituição dos sistemas de interação cotidiana e da organização de estruturas institucionalizadas, ambas envolvendo convergências de presença e ausência no tempo-espaço. Os contextos das ações são parte da sua reciprocidade e interseção. Giddens afirma corretamente que a "comunicação de significados, como outros aspectos da contextualidade da ação, não pode ser vista apenas como uma 'incidência' no espaço-tempo. Agentes incorporam cotidianamente os aspectos temporais e espaciais de encontros em processos de construção de significados" (1984. p. 29). Se a construção de significados é social - portanto, comunicativa - essa afirmação poderia ser a início de uma teoria apta a relacionar papéis da linguagem e do espaço. No entanto, quais seriam tais papéis? A explicação de como a prática é estruturada em sistemas de interação através da própria trama de atos mediada por significados comunicados pela linguagem e - assim quero propor - por espaços é ausente

em Giddens. Ele não explora um ponto chave da produção e reprodução social: a prática da interação, começando pelo seu caráter situacional (corpo, copresença e contexto) e o papel do espaço nessa articulação. Giddens tampouco dispõe de um conceito de espaço realmente estruturado - um espaço arquitetônico e urbano. Essa visão superficial da espacialidade da prática bem como das trocas informacionais das tramas da interação termina por limitar sua descrição do processo de reprodução social e obscurecer o papel do espaço.

As conexões entre sociedade e espaço foram recentemente tratadas como um campo de "relacionalidade inerente" na forma de efeitos das redes semióticas de atores, objetos e lugares híbridos na Teoria Ator-Rede (Actor Network Theory, ANT) de Bruno Latour. A teoria segue abordagens pós-estruturalistas anteriores e sua crítica anti-humanista do sujeito racional – a partir de Deleuze, Foucault, Derrida e outros. Tem pontos em comum com abordagens não representacionais (Thrift, 2008) e performativas (Schechner, 1988. Butler, 1997), como a visão do sujeito imerso em um "impulso para a prática" e no "pensamento na ação," enfatizando "os estados situados, pré-linguísticos e corpóreos que dão inteligibilidade (não necessariamente significado) à ação humana" (Thrift, 1996. p. 6). Essas teorias enfatizam a ideia de que atores e objetos são forjados em uma multiplicidade de ações e interações. Centram-se no "externo" ao invés do "interno" das representações simbólicas típicas dos modelos representacionais do mundo (Thrift, 2008). Sobretudo na ANT, as heterogeneidades e bordas materiais entre as coisas são dissolvidas, tornadas irrelevantes – são "jogadas ao fogo" (Law, 1999. Latour, 1999). Certamente podemos concordar em evitar fixar bordas nas relações entre sujeitos e objetos e em afirmar a importância do entre no ato coletivo (Thrift, 1996) e de uma relacionalidade inerente entre humanos e não humanos. Uma abordagem da relação entre prática e espaço deve mesmo suspender os dualismos entre atores, artefatos e ambiente construído. Contudo, devemos evitar os excessos de se ignorar as diferenças materiais entre coisas - como entre espaços e atos - simplesmente porque tais diferenças podem estar ativas na sua relação. A materialidade dos espaços de nossas cidades e sua heterogeneidade tem efeitos possíveis sobre nossas práticas, apropriações do espaço e modos de atuar conjuntamente, como apontado pelas teorias anteriores. Devemos ainda evitar reduzir o ator ao mero "efeito de redes", para reafirmar uma noção de ator capaz de superar os limites de seu contexto através da sua ação e comunicação. Minha intenção é afirmar a necessidade de uma abordagem capaz de reconhecer a importância da heterogeneidade material e dos sujeitos, de modo a nos tornar aptos a identificar de fato o lugar do espaço na associação de nossos atos.

Apesar de colocar o problema da prática como central, mesmo em visões bastante distintas, as teorias visitadas acima parecem assumir rapidamente a prática como "prática social"; parecem assumir essa construção como dada – sem esclarecer o papel do espaço na sua construção cotidiana. Ausentes estão os processos de interação e associação que começam em nossas interpretações de situações sociais e nossa intersubjetividade, constituídas tanto através da linguagem quanto, assim sugiro, do espaço das nossas práticas. O papel do espaço na produção comunicativa da prática tem sido subestimado na teoria social tanto quanto a comunicação tem sido largamente ignorada em abordagens espaciais. De fato, a ausência do problema da relação entre comunicação e espaço parece ter levado a teoria a falhar na descrição das conexões materiais entre atos cotidianos. Busco assim um giro em direção à condição comunicativa das nossas associações no cotidiano e ao lugar do espaço nessas associações. Falo da possibilidade do espaço arquitetônico e urbano não ser apenas uma contingência, mas encapsular em si uma condição essencial da associação dos nossos atos e da produção da matriz da prática social.

O espaço como mediador da comunicação

Como o espaço pode esclarecer o modo como a prática é produzida e socializada? Como enxergar o papel do espaço em um processo tão elusivo como nossas comunicações? Proporei abaixo que as conexões materiais entre atos cotidianos são constituídas por espaços da arquitetura e da cidade, e que a presença ativa

do espaço é parte da própria possibilidade da associação: grande parte das conexões entre nossos atos inicia ou termina por meio dos espaços arquitetônicos; é produzida nesses - e por esses - espaços. Vejamos como este seria o caso.

A ligação dos processos de associação da prática ao espaço não é problema trivial. Para identificar tal ligação, é necessário chegarmos ao lugar que o espaço ocupa no processo associativo - examinar tanto a natureza do espaço quanto do ato social em si, assim como o momento de associação. Um dos efeitos da comunicação é a coordenação dos nossos atos: atos de mútuo entendimento ligam nossas ações e combinam atos individuais em complexos de interação (Habermas, 1984). O ato social teria uma ambiguidade na sua natureza: (a) ele é parte das intenções e da experiência do ator em seu contexto; e (b) tem efeitos, resultados ou consequências (intencionais ou não) que se prolongam para além da sua própria duração e se propagam para além do contexto onde foi realizado – possivelmente ligando-se a atos de outros atores em outros lugares. Assim, nossos atos têm efeitos além do seu horizonte de espaço (as bordas do lugar e do espaço arquitetônico) e tempo (a duração do evento social situado no lugar ou na arquitetura). Atos ligados sob forma de comunicação têm a possibilidade de continuidade no tempo e no espaço. Gostaria, assim, de propor um primeiro papel do espaço urbano na passagem entre o contexto dos nossos atos em si e sua ramificação em outros lugares, na fusão aos atos realizados nesses outros contextos, formando conjuntos de interações e associações através da distância e do tempo. Ou em outras palavras, haveria um lugar ativo do espaço da arquitetura e da cidade na definição do contexto das ações dos atores; e na conexão desses contextos com paisagens sociais mais amplas tanto simultaneamente quanto aquelas futuras ou já ocorridas em outros lugares.

Mas como o espaço que produzimos na forma de cidade e arquitetura seria capaz de definir o contexto das nossas interações cotidianas? Como seria capaz de mediar interações? Precisamos de um conceito de espaço apto a reconhecê-lo como parte do que Giddens chama "reciprocidade da interação": as interpretações mútuas entre atores em uma situação bem como na ligação entre situações ou práticas acontecendo em diferentes lugares e momentos. O papel do espaço como contexto e articulação das práticas só seria consistente se o espaço também constituísse tais articulações: os conteúdos dessas trocas e interações - os conteúdos informacionais e interpretativos produzidos pelo ato e trocados durante a interação. Se assim fosse, os espaços da arquitetura e da cidade poderiam encontrar lugar nas associações que produzirão as tramas da prática social. Contudo, o espaço é um fenômeno definido por uma materialidade durável, visível, pouco mutável. Como poderia tomar parte nos conteúdos informacionais da interação? Ou pelo contrário, como conteúdos sociais, elusivos como são, poderiam estar presentes no espaço?

O espaço como informação social

A presença de "conteúdos sociais" no espaço é uma ideia comum entre teorias socioespaciais - na verdade, é quase tudo o que elas compartilham (Netto, 2008; Hillier e Netto, 2002). Mas há uma confusão frequente sobre o que seriam tais conteúdos e onde eles estariam localizados no espaço. Investiguemos esses itens. Comecemos pela unidade de produção de espaço urbano por excelência: a arquitetura. Gostaria de propor três instâncias do espaço em que o social pode se manifestar.

(a) O espaço físico das estruturas da arquitetura – as compartimentações e sequências de espaços internos no interior do edifício. Se algo do "social" fosse estar presente no espaço físico, deveria incluir a configuração dos compartimentos e seus arranjos na própria planta do edifício. Na verdade, esta suposta presença está no cerne da prática arquitetônica, na qual arquitetos organizam estruturas edificadas de modos aparentemente específicos para cada atividade social que aquelas suportarão. Teorias da relação forma-função preconizam tal relação. As sequências e formas dos compartimentos guardariam algum tipo de lógica organizacional, uma projeção específica da organização da própria atividade. Assim, essa estrutura física parece conter traços do social impressos em si, mas tal relação não seria uma homologia - uma relação isomórfica entre a estrutura da atividade e a estrutura física do seu espaço arquitetônico. O fato de que muitos edifícios são convertidos para outros usos sem substanciais mudanças em suas estruturas físicas evidencia que uma mesma estrutura pode guardar "códigos" da atividade (as relações entre partes da atividade, ou entre atores nela participantes, incluindo a ordem e lugar dos acessos, encontros e interações no edifício). Se um mesmo edifício pode dar suporte a atividades distintas, temos de reconhecer que traços do social na espacialidade da arquitetura não são sempre específicos o bastante. A estrutura de compartimentos do edifício nem sempre guarda relações exclusivas com a estrutura da atividade que nele ocorre. Na verdade, poucos edifícios e suas estruturas internas de compartimentação são inutilizáveis para outros programas. Não só edificios guardam pouca informação social específica sobre padrões de relação entre partes de atividade ou entre atores que as desempenham: atividades tendem a deixar traços genéricos demais no espaço para que este seja uma expressão inequívoca da atividade. Os requerimentos de uma atividade sobre a forma ou organização interna do edifício são simplesmente semelhantes àqueles de outras atividades. A maioria dos espaços "sugere" onde devemos ir ou mesmo com quem falar (sua estrutura física sequencia acessos, caminhos e o movimento do corpo)1, mas não informa com precisão o que as pessoas ali fazem. O espaço não evidencia na sua fisicalidade a natureza das trocas simbólicas que nele ocorrem. E precisamente aqui chegamos aos limites do espaço físico do edifício como projeção de informação social.



FIGURA 1 - Espaço profundo em sua topologia interna (o museu Tate Gallery, na esquerda) e um espaço raso, sem compartimentação (o edifício Ken House, convertido em agência de publicidade, na direita – ambos em Londres): suas estruturas distribuem o movimento dos corpos, mas o primeiro tende a impor mais condições ao movimento em sequências de espaços e de situações. Trata-se de um espaço que projeta muito dos códigos e requerimentos da atividade que sedia, sendo provavelmente pouco compatível com outras atividades. Fonte: UCL SSLab

Veja a profícua e breve descrição da homologia entre estrutura do edifício e da atividade nele sediada (o edifício como "teatros moldados da atividade humana"), de Paul Frankl em Principle of Architectural History de 1914 (p. 157): "I mean that architecture forms the fixed arena for actions of specific duration, that it provides the path for a definite sequence of events. Just as these have their logical development, so the sequence of spaces, and so too the principal and secondary passages existing within each space, have their logic". Compare com a leitura de Bernard Tschumi (1996) da relação entre arquitetura, evento e movimento do corpo. A melhor explicação para tal relação é encontrada em Hillier (1996), com sua ênfase em edifícios como estruturas obviamente incapazes de atuar diretamente sobre o comportamento do ator: a configuração da planta teria impactos sobre o movimento; arquiteturas seriam em si "comportamento social".

Assim, se o espaço deve ser capaz de guardar informação social específica, precisa ser mais diferenciado. Lembremos que atos e interações são operações mediadas por informação - signos e significados. É nesse sentido que devemos buscar um lugar para o espaço: um espaço apto para guardar traços de significados relacionados àqueles produzidos pela prática e trocados na comunicação. Ou seja, o espaço deve ser heterogêneo, ou conter diferenças associadas a práticas e a significados específicos, mesmo na escala da arquitetura. Vimos que essa diferenciação não ocorre suficientemente na dimensão física do espaço – genérica demais, na maioria dos edifícios². Temos de buscar a natureza social do espaço em outra de suas dimensões. Não precisaremos ir longe.

(b) Ainda na dimensão física, passemos da configuração para a visualidade da arquitetura. Temos aqui a possibilidade de significados e informação social impressos nos signos arquitetônicos, lidos na própria forma (externa, sobretudo) do edifício - o que podemos chamar de **espaço semiótico**, uma manifestação de significados sociais. Conteúdos sociais impressos desse modo no espaço são reconhecidos há muito na teoria da arquitetura, de Quatremère de Quincy (a arquitetura como texto simbólico, no séc. XIX), Goethe (a arquitetura como linguagem) e o conceito de "caráter" do edifício³ até estudos em semiologia em Venturi e Rossi, influenciados por Eco e Barthes (Forty, 2000). Vejamos que, nessa dimensão, não há requerimentos diretos de conexão entre práticas e espaço e sim traços simbólicos dessas práticas nos signos da própria edificação (digamos, a monumentalidade ou a transparência para atividades mais públicas ou comerciais, ou a opacidade para atividades residenciais – figura 2).

A capacidade dos signos visuais da arquitetura de representar a natureza da atividade nela materializada é, entretanto, limitada. Não podemos diferenciar se uma fachada de vidro pertence a um banco ou edifício de escritórios ou empresa. Mesmo em sua forte presença em nossos cotidianos, informando aspectos das atividades que nos cercam na cidade, signos arquitetônicos não têm poder conotativo preciso o bastante para representar a natureza específica das práticas e trocas simbólicas que suas edificações sediam. Este é o limite da estrutura e da visualidade da arquitetura em materializar significados e informação social. Portanto, se há de fato uma relação informacional mais rica entre prática e espaço, ela deve estar localizada além da sua fisicalidade — ainda que a ela associada. Tal construção informacional teria de incluir sua apropriação: o momento da prática emergir e se situar no espaço arquitetônico.

(c) Vimos que, para ter um papel rico na construção da prática social, o espaço deve ser capaz de assumir significados mais específicos, mais complexos, mais próximos ao grau de especificidade conotativa que nossos atos e interações são capazes de produzir ou transmitir. Mas como o espaço poderia chegar a tal grau de definição enquanto informação social? Lemos no espaço arquitetônico e no lugar urbano os significados que as práticas ali carregam no momento da sua apropriação. Reconhecemos neles a natureza da atividade que a prática lhes atribui durante a situação social e o ato performativo em si. Assim como na construção linguística de significados, o espaço "nos fala" da prática. Nesse caso, o espaço não apenas representa a atividade: ele é atuado e, como tal, carregado de significados durante a prática e interação - significados que passam a ser associados àquele espaço, como traços nele deixados por nossos atos e comportamentos (juntamente aqueles à ele associados estruturalmente e visualmente). Assim, os significados lidos por pessoas apropriando-se de espaços arquitetônicos e urbanos podem ter mais especificidade. Associados a esses espaços, tais significados naturalmente não

² Veja Netto (2005).

³ O complexo conceito de "caráter" em arquitetura assume variadas versões e nuances ao longo da história das ideias arquitetônicas (veja FORTY, 2000), da ênfase visual a ideia de propósito e utilidade da edificação (neste último caso, aproximando-se do terceiro conceito, "espaço semântico" ou carregado de significados sociais a partir da prática).

têm tanta precisão quanto os significados ricamente conotativos construídos através da linguagem, mas têm tanta especificidade informacional quanto à natureza das práticas ali encenadas. Podemos chamar essa dimensão do espaço arquitetônico de espaço semântico: espaços "querem dizer" tanto quanto nossos atos, precisamente por estarem encenados ou semantizados por nossos atos (NETTO, 2005; 2008).

A proposição desse papel informacional do espaço encontra suporte em uma noção conhecida, ainda que sem espacialidade4: nossos atos performativos e discursivos precisam de contextos para que possam ser entendidos por outros atores em interação. Nossas frases só podem ser plenamente entendidas se as pessoas em comunicação compartilharem o mesmo "pano-de-fundo" interpretativo. Elas precisam afinar suas interpretações contra um dado comum, reconhecido pelos participantes da situação. Aí estaria o papel do contexto e dos traços de significados nele lidos. Entretanto, para que a relação sociedade-espaço tenha o espaço como ativo na associação da prática, precisamos relacionar contextos com sua espacialidade: reconhecer que contextos são definidos espacialmente, a partir das bordas dos lugares dispostos na cidade (arquiteturas, espaços abertos, ruas etc.). A ideia de contexto é hoje usual na geografia, entre outras áreas de estudos espaciais - mas sem relação explícita com a comunicação ou processos associativos da prática⁵. Sugiro que construamos essa relação, observando o papel do espaço na definição das situações sociais. Notemos que nosso esforço de compreensão das intenções e dos comportamentos de outros atores, nossas expectativas sobre suas atitudes - digamos, em uma agência bancária - é facilitado por reconhecermos aquele lugar e seu espaço como definido para aquele fim. O espaço tem um papel contextual de estabelecer as condições da comunicação: ao cruzarmos as bordas de um espaço arquitetônico ou um lugar urbano, um novo contexto se instala imediatamente em nossa cognição, tal qual um fundo interpretativo comum para as interações que serão ali atuadas. A partir de então, as relações entre espaço e atos de entendimento e comunicação se desdobrariam nos seguintes momentos da associação, ainda circunscrita ao lugar:

- 1. O cruzar as bordas do lugar consiste de um gatilho para a atenção ao novo contexto e situação da ação, estabelecendo mais claramente os códigos de interação e expectativas mútuas de comportamento (atendendo o predicado de Habermas [1984]).
- 2. Cognitivamente, o contexto passa a ser assumido pelos participantes como sendo o próprio espaço ou lugar, tendo assim efeitos sobre a fluidez da interação, reduzindo a necessidade de definir ou redefinir (por observação, reafirmações recursivas ou memória) um contexto em comum. Tal papel contextual do espaço implica assim na redução dos riscos de ruídos na comunicação.
- 3. Os espaços da arquitetura e dos lugares urbanos e seus significados tornam-se recursos semânticos ativos na definição dos conteúdos dos nossos atos. Assim, atos performativos e comunicativos passariam naturalmente a envolver e se beneficiar da dimensão significativa do espaço tanto quanto de sua dimensão sensorial.
- 4. O espaço pode, assim, tornar-se parte dos desdobramentos dos atos individuais em tramas de associações comunicativas no lugar.

Vimos que o espaço só poderia ser completamente intrínseco ao social se tiver papel ativo na comunicação. Se as teorias sobre a importância dos contextos para a comunicação estiverem certas, e se contextos podem ser de fato associados a lugares e a bordas arquitetônicas, podemos sugerir que o espaço contextual, ao tomar parte de nossas interpretações, pode ter efeitos sobre o curso da nossa comunicação e de nossos atos. Ele passa a ser parte ativa da definição dos caminhos que nossos atos e nossas interações vão tomando dentro da situação social, não apenas como suporte e cenário físico, mas na transmissão de informação na

Conceitos de "contexto" em etnometodologia (GARFINKEL, 1967), teorias da linguagem (SEARLE, 1969), hermenêutica (GADAMER, 1977) e ação comunicativa (como em HABERMAS, 1984).

Conceitos de contexto tornaram-se correntes na geografia humana nos anos 1980 e 1990 (veja SCHECHNER, 1988).

conexão comunicativa entre atos. A densidade informacional construída pelas nossas práticas nos espaços da arquitetura e da cidade seria o bastante para ancorar nossas interpretações e interações. Estamos agora em condição de expandir o papel do espaço na emergência da prática. Abandonamos aqui a visão kantiana de essências imanentes e conteúdos estáveis contidos no espaço enquanto categoria da experiência para reconhecer uma relação semântica produzida no espaço pela própria prática. De fato, a observação de tracos de significados construídos no espaço pela prática tem origem na teoria dos significados de Wittgenstein (1953). É esse significado que asseguraria um papel profundo do espaço na própria construção social da prática: o espaço se torna parte não só do ato de cada ator, mas também da associação dos atos de diferentes atores na escala do lugar e da arquitetura.

Avançamos na consideração dos espaços arquitetônicos e urbanos como suporte informacional dos nossos atos e sua ligação ao nível da situação social. No entanto, o papel do espaço não se encerra nas bordas físicas e temporais da situação: se o espaço é parte contextual da interação, ele pode também ser ativo na associação para além daquelas bordas. Para vermos uma presença tão ativa do espaço como mediador - um papel usualmente reservado à linguagem ou tecnologias de comunicação - precisamos entender como o espaço faz parte das tramas de trocas comunicativas e materiais envolvendo atores em outros lugares e momentos. Mas poderia o espaço ter um papel na produção de sistemas de interações para além do lugar - as amplas trocas comunicativas e instrumentais que reproduzem sociedades? Se sim, como o espaço poderia conectar atos realizados em lugares diferentes? Que propriedade dos atos implicaria uma ancoragem espacial, como nós para seu desdobramento progressivo em sistemas de ação social? Que propriedade do espaço urbano permitiria ancorar assim nossos atos de modo a estabelecer sua conexão?

Qual a ligação entre ato e espaço? Significado como conexão

Precisamos de um conceito capaz de capturar a conectividade aparentemente sem fim entre atos – e a ponte que liga atos a lugares; ver porque atos se conectam e o que nessa conexão demandaria o espaço. Mais que isso: se desejamos desvelar firmemente o papel do espaço na conectividade da prática, precisamos mostrar tal mediação do espaço como inevitável, uma necessidade da própria prática. Examinemos esses itens. A ligação entre atos é antes de tudo um requerimento: a reprodução material e simbólica de uma sociedade demanda a continuidade e implicação de atos de diferentes atores. A infraestrutura dessas interações, mesmo de ordem instrumental, termina tendo vias simbólicas: constitui-se como trocas informacionais ou comunicativas. Há mediação da comunicação como transmissão de informação e significados (LUHMANN, 1995). A ligação e continuidade dos atos é também um efeito do próprio ato: o agir implica que "algo muda no mundo" (HABERMAS, 1984), demandando reações e novos atos. Por outro lado, o espaço obviamente oferece o suporte material, o cenário físico para atuarmos, largamente corpóreos, envolvendo frequentemente nossa interação presencial no espaço da arquitetura e da cidade. Mas isso não é tudo o que o espaço faz. Vimos acima que o espaço tem papéis cognitivos: ele absorve e projeta significados, traços de informação social a respeito das atividades a que dá suporte - da informação visual e das condições para o acesso e movimentação em um lugar ou edifício à informação rica nele produzida pela própria prática (as dimensões informacionais física, semiótica e semântica do espaço arquitetônico e urbano). Aqui chegamos ao ponto chave. Esses significados no espaço alimentam a prática - eles serão a ponte. Mas como esse seria o caso? Geralmente, entendemos o significado de algo como seu sentido, sua identidade. Entretanto, o sentido ou identidade de algo depende de sua relação com outras coisas e de seus significados. Por exemplo, o objeto "edifício residencial" se define em seu significado em relação ao ato de "morar" ou "habitar". Essa especificidade o diferencia de outros objetos edificados. O ato de 'habitar" também é definido por uma série de outros significados e atos como o de proteção, convívio etc., e estes, por novas cadeias de relações. Chamemos essas relações - seguindo Husserl (1976) - de "indicações" ou referências, e definamos os

significados como construções fortemente referenciais: a identidade e sentido de algo só emergem em suas conexões com outros objetos e significados, numa cadeia aparentemente sem fim.

O significado tem uma dualidade: ele é um evento em nossa experiência e também uma experiência de referência. O significado de algo - objetos, aquilo que fazemos, os lugares em que vivemos - é percebido como uma presença em nosso campo perceptivo, é capturado como uma informação que o define para nós, que define seu sentido em nossa cognição. Contudo, a construção do significado desse algo nunca é contida apenas em sua "essência", mas em associações em nossa prática e relações com outros objetos em nossa percepção. Haveria uma "dualidade do significado". Esse conceito renovado de significado é proposto como uma forma de reinterpretar as relações entre coisas que produzimos no mundo à nossa volta enquanto se mantém ativa a experiência das diferenças de identidades das coisas pelo ator. Na verdade, tal conceituação aspira reconhecer as diferenças de materialidade como fatores-chave da relação entre prática e espaço. O significado referencial se constituiria "atravessando" as bordas de diferentes coisas sem ignorar suas qualidades materiais inerentes. De fato, opera reconhecendo tais qualidades - definindo-se a partir delas, reafirmando em nossa cognição suas diferenças ao mesmo tempo em que afirma sua identidade definida referencialmente. Quero propor tal conexão como aspecto central do que vimos ser chamado em teorias como a ANT, de "relacionalidade inerente" na realidade social e material, mas de modo inteiramente distinto do abolir de diferenças materiais e bordas entre coisas proposto pela ANT.

Terminamos por expandir o conceito wittgensteiniano de significado como construção da prática em direção a um conceito de significado como conexão: o significado de algo só pode ser definido por suas conexões com outros atos, objetos, palavras - e espaços. Incluamos nessa cadeia de referências o próprio espaço da arquitetura e da cidade. Podemos, a partir dessa "cola" fundamental do significado, ver o espaço mediando e conectando atos em situações em diferentes lugares, na mesma cidade ou fora dela - uma conexão na verdade múltipla, talvez a única conexão intrínseca entre coisas tão diferentes quanto nossos atos e espaços. A dualidade do significado aponta para uma reafirmação da materialidade única do espaço como aquilo que define seu papel igualmente único como meio de associação - um papel diferente do de todos os outros meios, como a linguagem ou as tecnologias da comunicação. Trata-se de uma fusão entre ato e espaço no significado por eles compartilhado, fusão que ocorre durante nossa apropriação dos espaços à nossa volta. Veremos abaixo que ela acontece no momento em que o significado de um lugar ou arquitetura é reconhecido pelo ator, bem como durante sua atuação e comunicação nesses espaços. Ela seguirá ativa no momento da conexão entre essa situação e outras, em outros lugares. Mas ainda não descrevemos tais associações: as tramas de atos de diferentes pessoas se sucedendo mesmo na distância. Como tais tramas de ações, pessoas e lugares se formam?

O papel do espaço na conectividade da prática

Estamos agora em condição de examinar o lugar dos espaços arquitetônicos e urbanos nas conexões entre nossos atos e na emergência da prática como prática social. Há dois momentos complementares, mas frequentemente relacionados, implicando sobretudo a ramificação espacial da prática em outras localizações dentro e entre cidades.

(a) A apropriação do espaço urbano como um sistema de referências para a realização de nossos atos. Relacionamo-nos a edificações e lugares como contextos para comunicação e para a conexão de nossos atos dentro de suas bordas.

Derivo o conceito de "dualidade do significado" de (a) conceito de "autorreferencialidade" de Luhmann (1995) e do "significado como indicação" de Husserl (1976); e (b) da visão interpretativa de significado em Cassirer (1965) e Habermas (1984) - veja Netto (2008).

Ato individual -> espaço [contexto] -> comunicação

Associação dos atos no lugar

(b) A construção progressiva de tramas de interação ancoradas em atividades, edificações e lugares na cidade, como sistemas de referência para sua realização.

Ato individual -> espaço [lugar de conexão] -> outros atos, atores e lugares

Associação dos atos entre lugares e tempos

(a) Em nossa atuação coletiva, colhemos informação do espaço urbano para participar de situações sociais. Reconhecemos o papel desses espaços como contextos de ações diferenciadas. Somos guiados por três formas de cognição dessa informação espacial (cf. Portugali e Casakin, 2003). (a.1) Fazemos o reconhecimento dos significados das formas construídas e lugares e sua associação a práticas e atividades específicas. (a.2) Temos a possibilidade de acumular esse conhecimento a partir de nossa exposição contínua enquanto nos movimentamos e apropriamos dos espaços da cidade. Esse conhecimento colhido heuristicamente - isto é, a partir da experiência de conhecer aos poucos a cidade - é acumulado na memória como associação entre as práticas e os lugares e as localizações onde ocorrem. (a.3) Esse conhecimento espacial não é meramente cumulativo: fazemos inferências sobre localizações de atividades a partir do entendimento das relações e associações entre elas e o espaço urbano. Mesmo que não conheçamos a cidade onde estamos em um dado momento, podemos inferir onde seria mais provável encontrar certo tipo de atividade. Por exemplo, uma pessoa que recém se instala em uma nova cidade é capaz de inferir que em uma rua mais estrutural (reconhecida visualmente por suas características de extensão e porte) poderá encontrar mais facilmente certo serviço ou comércio. Na verdade, tratase de um conhecimento intuitivo, pré-consciente a respeito da estruturação da cidade sob forma de caminhos e distribuições de localização, que produzimos para dar suporte e essas atividades. Reconhecemos que a cidade tem heterogeneidades, assim como entendemos que tais heterogeneidades se apresentam na forma de uma estrutura ao menos parcialmente inteligível. Mais crucialmente, entendemos as razões sociais que animam o próprio processo de produção de estruturas urbanas, as razões para heterogeneidade do espaço urbano. Entendemos os modos como as escolhas locacionais tomam partido dessa heterogeneidade. Essa forma de conhecimento pré-discursivo anima nossas práticas, confere-lhes espacialidade. É um conhecimento profundo da natureza e dos requerimentos materiais para que nossas interações aconteçam; um reconhecimento de que a estrutura urbana possui propriedades relevantes para a passagem do ato individual ao ato social, como oferecer acessibilidade e concentrar atividades de caráter mais público (como as trocas econômicas) em certas vias e áreas que em outras7.

Lugares e formas construídas, componentes de um ambiente urbano, são fisicamente e simbolicamente diferenciados. São unidades de informação que carregam propriedades dos eventos aos quais dão suporte (FARIA; KRAFTA, 2003). Essa propriedade do espaço é fundamental em nossas práticas: a apropriação do espaço urbano como informação *cognitivamente estruturada* nos ajudaria a atuar na urbe (figura 3)8.

⁷ Há farta literatura apontando as relações entre localização de atividades e padrões de estruturação urbana, como em economia espacial e estudos configuracionais urbanos (e.g. ANAS et al, 1998. GOFFETTE-NAGOT, 2000. HILLIER, 1996. KRAFTA, 1997).

⁸ A apropriação e uso do espaço urbano envolve ativamente a cognição de estruturas espaciais ainda não inteiramente descrito na literatura (veja FARIA, 2010).

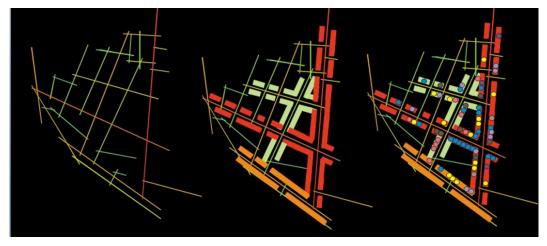


FIGURA 3 - A informação social colhida no espaço: no espaço meramente físico, a rede de ruas informaria apenas sobre o quão acessíveis seriam as edificações (esquerda e centro do diagrama). O espaço semantizado pela prática (à direita) imprime conteúdos que se tornam vitais para a associação dos atos. Fonte: autor

Chegamos assim a um primeiro papel do espaço na emergência da prática social. O espaço urbano seria produzido e apropriado como um sistema referencial para atos performativos:

O espaço urbano é informação sobre práticas e possibilidades de práticas: a cidade é uma rede de unidades de informação social - uma forma da "apresentação do mundo social a si mesmo." Cidades são constelações de significados e projeções de práticas, algo vital tanto para o aspecto recursivo dessas práticas (permitindo a estabilidade das interações como traços de organização social) quanto para a aleatoriedade das interações. Aleatoriedade significa encontros que injetam novidade em um sistema social, incluindo novas relações.

Assim, sob o ponto de vista do ator, elementos que constituem o mundo social (atividades cotidianas, a existência de atores diferenciados) são conhecidos a partir do espaço urbano – como informação social espacialmente estruturada. O espaço passa a ser um modo de conhecermos progressivamente o mundo social a partir de contatos com modos da prática em situações sociais. O conhecimento do atuar conjuntamente não é construído conscientemente, nem ensinado discursivamente: ele é encenado durante nossas experiências sociais na urbe. O que nos leva ao próximo item:

(b) Vimos um dado fundamental: espaços diferenciados são o *loci* de práticas diferenciadas9. A heterogeneidade do espaço urbano oferece inteligibilidade à distribuição de atividades na forma de padrões de localização, colocando-nos em condição de relacionar nossas ações. Como atores, acessamos e nos apropriamos de espaços urbanos como modo de implicar nossos atos àqueles atuados em um dado lugar. Entretanto, atos naturalmente implicam atos anteriores que nos dispõem seus resultados ou produtos, ou nossos próprios atos produzem resultados que serão utilizados ou transmitidos a outros lugares. Essas ações implicadas vão formando sequências em linhas de ação e tramas cujos nós são situações espaço-temporais de encontro e troca entre atores em lugares da cidade - ou em outras cidades. Os resultados de nossos atos podem assim ser acessados em outros lugares onde atores podem interferir, produzindo novos atos e resultados que podem ser vez levados a outros lugares – e assim sucessivamente. Localizações assumem o papel de "nós" da associação

⁹ Esta observação parece válida onde quer que culturas cuja divisão do trabalho encontrem manifestação espacial – uma divisão espacial do trabalho. Massey (1984) oferece uma descrição do processo de divisão espacial do trabalho na sociedade capitalista; Hillier e Hanson (1984) trazem descrições de teor antropológico, incluindo outras culturas espaciais.

dos atos (figura 3), como buscar um serviço em certa rua da cidade e lá efetivar trocas de natureza material, acessar o lugar de trabalho que converge um grupo de atores para desempenhar atividades em cooperação, ou socializar com amigos em um parque. Os espaços da cidade conectam as ações de diferentes participantes e, assim, assumem um papel fundamental na combinação dos atos individuais em complexos de interação. Vistos pelo prisma da sociedade, as tramas dos atos sociais10 são ancoradas momentaneamente, mas recursivamente, como sucessivos retornos da prática aos nós espaciais na forma de atividades e suas localizações; fios de significado constituídos por referências entre atos e espaços. A referência de significados se torna fundamental para a produção das redes da prática, estruturadas, acessadas, relacionadas através do espaço da arquitetura e da cidade (figura 4).

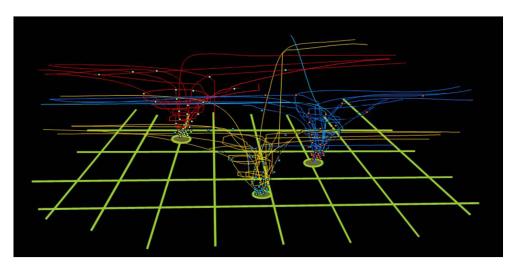


FIGURA 4 - Nodalidades urbanas convergindo atores, conectando e estruturando atos em tramas. Fonte: autor

Se o significado é referencial, e se o espaço assume significados, então o espaço pode ser parte das teias de referência embutidas nos atos, seus significados e resultados. Aqui chegamos ao momento da associação dos atos progressivamente em sistemas de interação. Este nível das relações cotidianas não pode ser minimizado: trata-se da própria instância da reprodução de uma sociedade. Como campo material significativo, a cidade assume um papel prático e cognitivo fundamental na relação entre ator e mundo social.

Conclusão: a força da associação impressa no espaço urbano

Com um conceito de espaço referencial, estamos aptos a considerar o espaço como endógeno na prática, e nossas práticas como constantemente impregnadas de espaço. Tal conceituação coloca o significado como conexão entre o social e o espacial, e o espaço como contraponto material da produção de sistemas de interação. Objetiva localizar papéis previamente pouco conhecidos do espaço para a sociedade. O espaço urbano e sua estrutura são apresentados como vitais para a passagem dos atos individuais para

¹⁰ Associações construídas através de atos performativos e discursivos e a difusão e apropriação de seus resultados formam a "trama do social:" as redes de interação e troca que constituem as voláteis e invisíveis estruturas do mundo social. Tal visão de sociedades como efeito da comunicação enfatiza a produção de estruturas como processos comunicativos. Um sistema "que consiste apenas de eventos produzidos em autopoiese – duram apenas quando e enquanto eventos conectivos são produzidos" - como "redes recursivas" (LUHMANN, 1998. p. 56). Redes de atos e seus efeitos ocorrem dentro de canais institucionalizados de organização da prática, frequentemente sob a forma de organizações e relações entre posições, categorias ou funções. Tais redes são suportadas ainda por sistemas técnicos de comunicação e processamento de informação, e por sistemas materiais como a própria cidade e suas edificações.

"atos sociais" mediados por significados. Esta passagem é o primeiro nível de uma relação entre prática e espaço: a proposição de um papel do espaço da cidade na estruturação social. E o que dizer do contrário? Teria a prática algo a ver com a forma como produzimos espaço - e espaços urbanos em particular? De fato, a proposição de uma relação inerente entre prática e espaço através de significados compartilhados só estaria completa se considerarmos o espaço estruturado de modo a ser parte da prática. A estruturação informacional e mesmo física das cidades teria relação com os requerimentos comunicativos e materiais da interação e da associação dos atos:

- A associação dos atos seria uma condição ativa na produção do espaço: um requerimento, uma força geradora de estruturas na forma da cidade.
- A espacialidade urbana seria estruturada como uma constelação de conteúdos sociais e significados reconhecíveis, acessíveis e apropriáveis. A forma do espaço urbano seria progressivamente gerada e transformada como expressão da conectividade da prática, uma expressão do potencial de referências entre atos e do requerimento da interação entre atores e entre atividades. Em outras palavras, a produção do espaço urbano envolveria sua diferenciação informacional e física. Mudanças em sistemas de interações e prática tensionariam os sistemas de espaço, e vice-versa.

Encontramos em estudos em geografia econômica evidências de que há relações (parte contingentes, parte causais) entre uma esfera particular da prática (o trabalho e a produção) e estruturas urbanas. Ao longo do séc. XX, a cidade foi definida como uma resposta ao problema da interação econômica e a possibilidade de dispersão total das unidades econômicas sobre a paisagem (veja Fujita e Thisse, 2009). Podemos relacionar tal argumento com as formações internas da cidade, e sugerir uma continuidade entre esses processos: a extensão da lógica da distância vista na geografia econômica para dentro das cidades (cf. GOFFETE-NAGOT, 2000)11.

Essa dupla proposição é certamente controversa, e deve ser explorada mais apropriadamente.

Tal lógica do espaço se repetiria analogamente na lógica da prática. A produção de estruturas urbanas capazes de minimizar atritos e distâncias entre atores não pode ter efeitos restritos a uma única esfera da prática: os efeitos relacionais do espaço urbano vão necessariamente além da ação econômica - para mediar e articular todo tipo de ação, mesmo não instrumental. Podemos ainda considerar que diferentes formações espaciais carregariam diferentes potenciais de efeitos sobre a relacionalidade dos atos. Formações diferenciadas nas cidades - de centralidades a áreas intrincadas, pouco acessíveis - podem intensificar ou limitar possibilidades de associação de atos. Assim, a força da associação moldaria e imprimiria o próprio espaço urbano como condição para sua emergência. Espacialidades urbanas têm o papel histórico de estimular (ou controlar) comunicação.

Tal proposição nos mostra o espaço como uma forma de estruturar as redes informacionais e comunicativas onde socialidades estão imersas; produzido para mediar e ligar práticas em construções sociais tão extensivamente quanto a linguagem - um substrato referencial que provê organização e contingência, estrutura e surpresa às comunicações nas quais relações sociais são encenadas. Esse espaço informacional é a indicação de que o espaço participou na transformação do ato em si em ato social. A observação da espacialidade da prática comunicativa sugere que a ausência dessa dimensão levou abordagens existentes a falharem na identificação dos traços espaciais das relações entre nossos atos: traços ativos no exato momento da associação da prática; constitutivos da própria possibilidade de qualquer associação; traços produzidos através da relação entre comunicação e espaço. Ao endereçarmos tais traços, os objetivos da uma abordagem às

¹¹ O problema da distância não é suspenso quando adentramos o espaço intraurbano: a competição por localização entre atores buscando proximidade à atores e atividades complementares, incluindo a residencial, estariam ativas na produção da estrutura interna das cidades (em discussão com Romulo Krafta). As estruturas internas das cidades tem sido subestimadas na geografia humana (LATHAM; MCCORMACK, 2004) e, em menor medida, na geografia econômica. Sugiro que nessas abordagens, a estruturação mútua da ação social e do espaço ainda não é visível porque vai além das noções genéricas de aglomeração espacial e sua importância como estímulo à atividade.



relações entre sociedade e espaço centradas em um conceito renovado de significado referencial puderam ser lançados: (i) esclarecer o espaço como fundação material e semântica na comunicabilidade da prática; (ii) esclarecer seu papel na sociedade, ao mostrar um espaço referencial como meio para a associação dos atos; e (iii) esclarecer nossa noção material da própria sociedade, ao mostrar o quão profundamente ela depende da referencialidade entre ato e espaço.

Referências

ANAS, Alex; ARNOTT, Richard; SMALL, Kenneth A. Urban spatial structure. Working paper, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The Logic of Practice. Cambridge: Polity Press, 1990.

BUTLER, J. Excitable Speech. London: Routledge, 1997.

CASSIRER, Ernst. The philosophy of symbolic forms (vol.1: language). Yale University Press, 1965 [1923].

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Lisboa: Presença, 1989.

FARIA, Ana. Análise Configuracional da Forma Urbana e Sua Estrutura Cognitiva. Tese de Doutorado, PROPUR, UFRGS, 2010.

FARIA, Ana; KRAFTA, Romulo. Representing urban cognitive structure through spatial differentiation. In: HANSON, Julienne (Org.) Proceedings of 4th Space Syntax International Symposium. London: UCL Press, 2003. p. 53.1–18.

FORTY, Adrian. Words and Buildings: A Vocabulary of Modern Architecture. New York: Thames & Hudson, 2000.

FOUCAULT, Michel. Power/Knowledge. New York: Pantheon, 1980.

FUJITA, M.; THISSE, J-F. New Economic Geography: An appraisal on the occasion of Paul Krugman's 2008 Nobel Prize. Regional Science and Urban Economics, 2009, nº 39, p. 109–119.

GADAMER, H-G. Philosophical Hermeneutics. Berkeley: University of California Press, 1977.

GARFINKEL, H. Studies in Ethnomethodology. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

GIDDENS, Anthony. The Constitution of Society. Cambridge: Polity Press, 1984

GOFFETTE-NAGOT, F. Urban spread beyond the city edge. In: HURIOT, J-M; THISSE, J-F (Org.) Economics of Cities: Theoretical Perspectives. Cambridge: University Press, 2000.

GREGORY, Derek. Geographical Imaginations. Oxford: Blackwell, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Knowledge and Human Interests. Cambridge: Polity Press, 1972.

HABERMAS, Jürgen. The Theory of Communicative Action Vol.1. Cambridge: Polity Press, 1984.

HARVEY, David. Social Justice and the City. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.

HILLIER, Bill. Space is the machine. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. The social logic of space. Cambridge: University Press, 1984.

HILLIER, Bill; NETTO, Vinicius M. Society seen through the prism of space: outline of a theory of society and space. **Urban Design International** 2, 2002.

HONNETH, A. Critical theory. In GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.) Social Theory Today. Cambridge: Polity Press, 1987, p. 347-382.

HUSSERL, Edmund. Logical Investigations. London: Routledge, 1976.

ISAARD, W. Location and Space-economy: A General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure. London: Chapman & Hall, 1956.

JACOBS, Jane. Death and Life of the Great American City, 1961.

KRUGMAN, Paul. Geography and Trade. Cambridge: MIT Press, 1991.

LATOUR, B. Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford, University Press, 2004.

LATHAM, Alan; McCORMACK, Derek P. Moving cities: rethinking the materialities of urban geographies. Progress in



Human Geography, vol. 28, 6: 2004. p. 701-724.

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Org.) Actor-Network Theory and After. Oxford: Blackwell, 1999. p. 1-14.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

LEVI-STRAUSS, Claude. Structural Anthropology. London: Allen Lane, 1963.

LUHMANN, Niklas. Social Systems. Stanford: University Press, 1995.

MANDEL, E. Late Capitalism. London: Verso, 1975.

MASSEY, Doreen. Spatial Divisions of Labour. London: Macmillan, 1984.

NETTO, Vinicius M. Is architecture an active part of life? From the form-function paradigm to space as context to practice. Arquiteturarevista, 2005.

NETTO, Vinicius M. Practice, space and the duality of meaning. Environment and Planning D: Society and Space 26, 2008. p. 359-379.

POULANTZAS, N. State, Power, Socialism. London: Verso, 1978.

PORTUGALI, J.; CASAKIN, H. Information communication and the design of cities. In: FRESCARA, J. (Org.) Proceedings of the Conference on Creating Communicational Spaces. Edmond, 2003.

ROSSI, Aldo. The Architecture of the City. Cambridge, MA: Opposition Books, MIT, 1984.

SCHECHNER, R. Performance Theory. London: Routledge, 1988.

SEARLE, John R. Speech acts: an essay in the philosophy of language. Cambridge: University Press, 1969.

SOJA, E. Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory. London: Verso, 1989.

STORPER, Michael. Regional World. New York: Guilford Press, 1997.

THRIFT, Nigel. Non-representational Theory. London: Sage, 2008.

THRIFT, Nigel. Spatial Formations. London: Sage, 1996.

TSCHUMI, Bernard. Architecture and Disjunction. Cambridge: The MIT Press, 1996.

WHEATON, W. Urban spatial development with durable but replaceable capital. Journal of Urban Economics, 12 1982, p. 53-67.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Philosophical Investigations. London: Blackwell, 1953.



Ver a cidade, ver a si mesmo1

Seeing the city, seeing oneself

Lúcia Leitão

Arquiteta, Doutora, Professora Adjunta. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de

Architect, PhD, Adjunt Professor of the Federal University of Pernambuco, PhD Program on urban development - Department of Architecture lucia.leitao@pq.cnpq.br

As ideias que este texto traz à tona foram apresentadas verbalmente e de modo parcial no Seminaire Franco-Brésilien (Universidade Paris Descartes, Sorbonne, 2011) e também no XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário, realizado pelo PPGAntropologia, realizado pela UFPE, em 2008.



Resumo

O ponto de partida para o argumento que se esboça ao longo deste texto vem de uma narrativa da literatura contemporânea, De amor e trevas, de Amós Oz. Articulada ao filme Jacques Lacan, la psychanalyse reinventée, essa narrativa permite que se trabalhe aqui com a hipótese de que, sob determinadas circunstâncias psíquicas muito particulares, a arquitetura da cidade se oferece como um espelho e, ao fazê-lo, propicia o sentimento de pertencimento espacial sem o qual o ser humano se sentiria exilado em sua casa. As referências teóricas vêm da arquitetura e da psicanálise. Nesta última, a noção de imaginário, desenvolvida por Lacan oferece o lastro teórico sobre o qual se desenvolve o argumento apresentado ao longo desta escrita.

Este texto é parte da agenda intelectual a que me propus e que venho desenvolvendo com recursos do CNPq (produtividade em pesquisa) e da Capes, (estágio pós-doutoral, Sorbonne, 2010-11). A linha mestra dessa agenda é a investigação da noção de subjetividade, tal como a vê a psicanálise, aplicada à arquitetura. A escolha da Psicanálise como referencial teórico para essa agenda, aliada à teoria da Arquitetura, naturalmente, não se deve ao acaso, nem a um capricho intelectual, como poderia parecer a alguns. Ao contrário, deriva de uma negligência, surpreendente a meu ver, do pensamento arquitetônico para com uma teoria que, como se sabe, revolucionou o conhecimento ocidental no século XX, influenciando a filosofia, as ciências humanas, a medicina, a literatura, o cinema etc.. Afinal, como anota Tschumi, "a arquitetura ainda não começou a analisar as descobertas vienenses da virada do século [...]" (2006. p. 181). Os principais resultados desse trabalho têm sido apresentados em eventos nacionais e internacionais, em livros e artigos, assim como na criação do Núcleo de estudos da subjetividade na arquitetura – NusArq, vinculado ao Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura (MDU-UFPE).

Palavras-chave: Cidade; Arquitetura; Imaginário; Psicanálise.

Abstract

The starting point for the discussion outlined in this paper derives from a piece of contemporary literature: Amos Oz's "De Amor e Trevas" ("On Love and Darkness" or "Tales of Love and Darkness"). Together with the film "Jacques Lacan, la psychanalyse reinventé", this narrative allows us to work with the hypothesis that under very specific psychic conditions the architecture of a city presents itself like a mirror and by doing so provides a feeling of "space belonging" without which human beings would feel isolated in his own home.

The theory references for this proposition come from architecture and psychoanalysis. In the case of psychoanalysis the concept of imaginary developed by Lacan provides the theory upon which the ideas described in this paper are built-up.

The present text is part of the intellectual agenda that has been programmed and developed with resources from CNPq (research productivity) and from CAPES (post-doctoral internship, Sorbonne, 2010-2011).

The main subject of this agenda is the application of the psychoanalytical concept of subjectivity to architecture. Psychoanalysis as reference point together with architectural theory has not been chosen by chance nor by any intellectual whim – as it may seem to some. On the contrary, it derives from the fact that architectural ideas have tended to – surprisingly - neglect psychoanalysis. After all, psychoanalysis revolutionized Western thought in the 20th Century and has influenced the fields of philosophy, human sciences, literature, movie making, etc. As Tschumi remarks: "...architecture has still not begun to investigate the discoveries revealed in the turn-of-the-century Vienna..." (2006, p.181).

The main results of the present study have been presented at national and international events, in books and articles and used for the creation of "Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura-NusArq" (Center for studies of subjectivity in architecture)- that is linked to the Laboratório de Estudos Avançados em Arquitetura, MDU-UFPE (Laboratory for Advanced Studies in Architecture).

Key-words: City; architecture; imaginary; psychoanalysis.

Notas Preliminares

O texto que ora se compartilha com o leitor tem por objetivo mostrar a plausibilidade de uma hipótese, indicada adiante, articulada à luz de três campos disciplinares distintos - a literatura, a psicanálise e a arquitetura. Espera-se, com isso, contribuir para a construção de um outro modo de apreender a arquitetura da cidade para além do que ela expressa em sua materialidade.

O ponto de partida para o argumento apresentado ao longo do texto vem de uma narrativa tomada de empréstimo da literatura contemporânea "De amor e trevas" obra do israelense Amós Oz, publicada no Brasil pela Companhia das Letras, em 2005.

Nessa narrativa, chama a atenção a força das sensações experimentadas por uma jovem, Sônia, no exato momento em que, passageira de um navio, via, pela vez primeira, Tel Aviv, sua "cidade essencial" (LEITÃO, 1998. p. 142). A força dessa narrativa, a experiência existencial que ela expressa, surpreendente sob muitos aspectos, constitui o eixo central a partir do qual esta escrita está organizada. Associado a cenas do filme Jacques Lacan, a psicanálise reinventada, de Elizabeth Kapnist², o texto de Oz permite que se inicie a articulação anunciada, conforme se verá mais claramente adiante.

O ponto de contato entre a narrativa e o filme é a festa existencial que uma dada imagem pode desencadear no psiquismo. Na narrativa de OZ, essa festa existencial - "nunca em toda a minha vida, nem antes nem depois daquela manhã experimentei uma alegria dessa", diz Sônia - se desencadeia a partir da imagem de uma cidade, Tel Aviv, uma paisagem delineada por casinhas brancas e quadradas, ainda de acordo com o texto de OZ (2005. p. 230-31). É quando a arquitetura, o terceiro campo disciplinar de que se lança mão aqui, assume papel relevante na construção do argumento que ora se desenvolve.

No filme de Kapnist, a festa interna é consequência do reconhecimento de si propiciado pela fase do espelho, conceito-chave na psicanálise desde LACAN (1966). O filme mostra o momento, fundamental no desenvolvimento do psiquismo humano, em que um bebê reconhece, pela vez primeira, como sendo sua a imagem que o espelho reflete e se deslumbra com o que vê. Esse primeiro alumbramento psíquico, seguindo BANDEIRA (1993. p. 135) ainda que livremente, aparece claramente na sucessão de movimentos, risos, gestos lúdicos, próprios do afadigamento jubilatório - affairement jubilatoire, diz Lacan no texto mencionado - característico dessa primeira festa existencial.

Nesses dois episódios, chama a atenção o modo como a festa existencial compartilhada por Sônia na narrativa literária se aproxima da festa psíquica que a fase do espelho proporciona. Uma festa facilmente percebida na alegria do bebê, captada de modo muito feliz no filme de Kapnist.

Assim, à luz da noção lacaniana de imaginário, trabalha-se aqui com a ideia de que, sob determinadas circunstâncias psíquicas muito particulares, ver a cidade implica ver a si mesmo. Uma hipótese plausível quando se considera como sendo da mesma natureza a festa interna que se manifesta tanto em Sônia, ao avistar Tel Aviv, quanto no bebê, ao contemplar a si mesmo no espelho que se descortina à sua frente.

Em outras palavras, considera-se que, sob circunstâncias psíquicas muito particulares, repito, a arquitetura da cidade se oferece como um espelho. Trabalha-se, assim, com a hipótese de que há uma relação, de natureza especular, inconsciente por definição, no modo como o sujeito humano vivencia o espaço edificado, a arquitetura, portanto. E mais: essa relação possibilita o desenvolvimento do sentimento de pertencimento espacial sem o qual o sujeito humano se sentiria exilado em sua própria casa.

Por pertencimento espacial deve-se entender aqui a complexa rede de artimanhas psíquicas a partir da qual um espaço edificado se torna parte inseparável da subjetividade que caracteriza o humano. Um espaço pessoal e insubstituível. Um sentimento que permite a alguém, por exemplo, dizer minha cidade quando

Jacques Lacan, la psychanalyse reinventée. Direção de Elisabeth Roudinesco e Elisabeth Kapnist, 2001, 63 min., cor, francês.

se refere a um ambiente que é, por definição, coletivo, experiência fartamente testemunhada por poetas e escritores, esses exímios tradutores da alma coletiva, como queria Freud (1907-1973).

Orhan PAMUK (2007. p. 103), prêmio Nobel em 2006, define essa experiência de pertencimento de modo muito preciso. Pamuk fala da hüzün, "um sentimento que é exclusivo de Istambul, algo que toda a cidade sente ao mesmo tempo e afirma a uma só voz". Experienciar a hüzün é ser um ístanbullu, é vivenciar um sentimento de pertencimento espacial "determinado antes do seu nascimento" (PAMUK, op. cit., p. 115), consequência do fato de ter Istambul como sua cidade pessoal, ainda nas palavras do escritor turco.

Um sentimento que a cidade potencializa precisamente pela arquitetura que sua paisagem manifesta. Assim, continua Pamuk no texto já mencionado, "janelas emhaçadas me fazem sentir hüzün [...] mas a vista [a imagem de Istambul] também pode me transmitir a sua própria hüzün".

Sob essa perspectiva, conclui-se o texto argumentando que muito mais do que propiciar a cena onde decorre a nossa vida, como queria ZEVI (1977), a arquitetura que dá forma ao espaço edificado é parte relevante da subjetividade que define o humano.

Ver a cidade, ver a si mesmo

Tendo em vista o que se disse antes, chama-se a atenção do leitor para a narrativa de Oz que se reproduz, parcialmente, a seguir. Penso que essa narrativa permitirá mostrar sob que artimanha psíquica a arquitetura se faz espelho, conforme a hipótese que norteia este texto. Trata-se do registro das primeiras impressões vivenciadas por Sônia, tia de Oz, quando, vinda de uma longa temporada de exílio familiar na Polônia, avista, pela primeira vez, a cidade de Tel Aviv. Diz o texto de OZ (op.cit., p. 230-231, itálicos meus):

> [...] era um dia muito limpo, quase sem nuvens, e às seis da manhã [...] subi ao convés e olhei [...]. Fiquei olhando por uma hora talvez [...]. De repente [...] apareceu a cidade de Tel Aviv: fileira após fileira de casas brancas e quadradas, nada parecidas com as casas na cidade ou no campo na Polônia ou na Ucrânia [onde ela havia estado], nada parecido com Rovno, Varsóvia ou Trieste, mas muito parecido com as figuras penduradas em todas as salas de aula do Tarbut, desde o jardim da infância até o ginásio e com os desenhos e fotos que o professor Menahem Gelerter costumava nos mostrar, de modo que fiquei surpresa e não surpresa ao mesmo tempo. Não dá para descrever a alegria que me assomou à garganta, de repente só quis gritar e cantar [...] nunca antes desse dia em minha vida eu havia tido uma sensação tão forte e profunda de pertencer [...]. Nunca em toda a minha vida, nem antes nem depois daquela manhã experimentei uma alegria dessa: finalmente aqui seria meu lar [...] Foi essa sensação que me lavou a alma naquela manha, eram talvez sete horas, diante de uma cidade na qual eu nunca havia estado. [...] diante de casinhas estranhas, brancas e quadradas, diferentes de qualquer coisa que eu já tivesse visto. Parece meio exagerado, não?

Parece, sim, exagerado que a imagem de uma cidade desconhecida, que até aquele momento apenas se anunciava, de longe, possa propiciar a alguém uma experiência tão extraordinária. Uma festa interna, inscrita de modo tal em sua alma a ponto de que nunca em toda a sua vida, nem antes nem depois daquela manhã, foi possível vivenciar outra alegria tão intensa.

É surpreendente, sim, e pode parecer exagerado para a maioria das pessoas que essa festa subjetiva seja desencadeada pela arquitetura de uma cidade. Fileira após fileira de casas brancas e quadradas, isto é, a disposição das edificações na cidade, além de cor e forma, atributos próprios da arquitetura, que pareciam únicas — assim como a imagem que cada um tem de si mesmo — foram os elementos físicos responsáveis por essa experiência inesquecível - "sou até capaz de precisar a data e a hora", diz Sônia, ainda no texto citado.

Mas surpreende, também, como essa narrativa parece ratificar, pelos caminhos da literatura — um recurso, aliás, do qual Freud lançou mão durante toda a construção da sua teoria —, a fase do espelho da qual se ocupou Lacan no texto já mencionado, apreendida, muito apropriadamente, no filme de Elizabeth Kapnist.

Nesse ponto, é preciso descrever, ainda que brevemente, para o leitor que não tem acesso imediato ao filme, as cenas que tornam plausíveis as ideias ora apresentadas e, principalmente, a articulação entre a literatura, a psicanálise e a arquitetura, anunciada antes.

O filme de Kapnist, cujo objetivo, nas cenas que se descrevem a seguir, é apresentar a fase do espelho³, mostra um conjunto de imagens que se inicia com um bebê posto diante de um espelho que ocupa uma parede inteira à sua frente. No início da sequência das cenas ora descritas, o bebê engatinha até conseguir erguer-se, apoiado no espelho que tem diante de si. É preciso lembrar, em atenção aos menos familiarizados com a teoria lacaniana, que a fase do espelho tem lugar nos primeiros meses de vida de uma criança, um momento da vida em que a criança ainda oscila entre o engatinhar e o ficar de pé. Nessas cenas iniciais, o bebê começa a brincar com partes do seu corpo, especialmente as mãos, intrigado com o reflexo dos seus movimentos. Um tanto timidamente de início, mexe as mãos, como a esboçar um aceno, para em seguida erguer-se e voltar a cair no chão, até que, de repente - como Sônia ao avistar Tel Aviv -, faz uma festa imensa ao perceber que a criança que tem à sua frente, no espelho, até então irreconhecível, inquietante, é na verdade a sua própria imagem refletida.

Risos, gestos, movimentos que expressam, na sequência das cenas apresentadas, o afadigamento jubilatório de que fala Lacan. Assim, diz o psicanalista francês, num tempo do desenvolvimento humano em que não se tem "ainda o domínio da marcha [do caminhar]" nem sequer o de estar de pé, essa criança vence, num afadigamento jubilatório, repito, essas dificuldades em busca da imagem de si e da festa interna que essa imagem proporciona.

Nesse ponto do texto, é preciso também lembrar que, até o momento em que essa experiência ocorre no processo de seu desenvolvimento, o bebê não se reconhece como sendo uma unidade. Até então, percebese de modo fragmentado, como um corpo retalhado, nas palavras de Lacan no texto citado.

Essa ideia de corpo fragmentado pode ser vista facilmente na arte, a exemplo, nas artes plásticas, do cubismo. Associada ao espaço, a mesma ideia aparece na literatura, como se vê em Graciliano Ramos (2003. p. 51, itálicos meus). Falando da sua experiência com uma vila, Buíque, ainda nos primeiros anos da vida, diz o escritor alagoano:

Buíque tinha a aparência de um corpo [...]; o largo da Feira formava o tronco; a rua da Pedra e a rua da Palha serviam de pernas, uma quase estirada, a outra curva, dando um passo, galgando um monte; a rua da Cruz, onde ficava o cemitério velho, constituía o braco único, levantado; e a cabeca era a igreja, de torre fina, povoada de corujas. Nas virilhas, a casa de seu José Galvão resplandecia, com três fachadas, origem do imenso prestígio de meninos esquivos: Osório, taciturno, Cecília, enfezada, e D. Maria [...]. Na coxa esquerda, isto é, no começo da rua da Pedra, o açude da Penha, cheio da música dos sapos, tingia-se de manchas verdes, e no pé, em cima do morro abria-se a cacimba da Intendência.

Coerentemente com essa percepção de corpo aos pedaços do início da vida, no filme, nos momentos iniciais das cenas descritas, o bebê movimenta as mãos - e não o corpo inteiro - diante do espelho.

Num primeiro momento, afastado do espelho, ele move as mãos e observa o reflexo dos próprios movimentos. Em seguida, aproxima-se e bate com as mãos no espelho. Após uma sequência breve de aproximações, tombos e distanciamentos, ele explode em risos e alegria, indicando, a qualquer observador, que agora, sim, ele sabe que a imagem que tem diante de si é a sua própria imagem. E que essa descoberta o encanta, à semelhança do que ocorreu com a figura mitológica do Narciso. É quando tem lugar a festa existencial da qual se falou antes.

[&]quot;Estádio [ou fase]' é um termo usado, sobretudo na biologia para indicar fase de desenvolvimento. [...] 'estádio do espelho' significa uma fase de desenvolvimento infantil marcado por processos desencadeados a partir da internalização da imagem especular de si" (SAFATLE, 2007. p. 26).



É com essas ideias - e essas imagens - em mente que a narrativa de Oz chama a atenção na medida em que parece ratificar, pela experiência narrada, o que diz Lacan sobre a constituição subjetiva do humano a partir da experiência especular que a fase do espelho proporciona.

Assim, a festa interna, surpreendente, parece meio exagerado não?, própria do reconhecimento de si proporcionada pela imagem especular, aparece no instante em que a imagem externa possibilita reconhecimento. Fiquei olhando, diz Sônia - tal qual o bebê que se olha no espelho, mexendo as mãos -, e só pude ver algumas gaivotas. De repente, surgiu a cidade de Tel Aviv, não dá para descrever a alegria que me assomou à garganta, só quis gritar e cantar - assim como o bebê em seu afadigamento jubilatório. E, aparece, principalmente, no momento em que essa imagem propicia o sentimento de pertencimento espacial - nunca antes desse dia em minha vida eu havia tido uma sensação tão forte de pertencer, diz Sônia, finalmente aqui, nesse meu espaço particular, pessoal e insubstituível, definido por casinhas brancas e quadradas, seria meu lar [...].

Casinhas brancas e quadradas

Uma vez tida como válida a hipótese apresentada antes, surge a questão: sob que artimanha psíquica a Arquitetura produz reconhecimento, pertencimento, ambas experiências psíquicas, subjetivas por definição? Afinal, o modo mais comum de refletir sobre a Arquitetura coloca a racionalidade como elemento-chave de uma arte que se expressa em pedra e cal.

O corpo humano, referência material e simbólica na Arquitetura – assim como o é de modo inconsciente e imaginário na Psicanálise – quer em sua prática, quer na teoria que lhe dá suporte disciplinar, parece ser o elemento fundamental para a compreensão de como e por que a cidade se faz espelho.

O corpo humano foi desde sempre modelo e medida para a Arquitetura. Afinal, propiciar o abrigo para o corpo sempre esteve no centro do fazer arquitetônico Erguida de modo rudimentar, naturalmente, a Arquitetura em seus primórdios tem o corpo como modelo e medida das decisões projetuais que caracterizam a sua prática. Assim, no tempo da sobrevivência (LEITÃO, 2004), a Arquitetura materializava-se como se fora um prolongamento da própria pele, como um artefato que, protegendo o corpo, ampliava as chances de sobrevivência da espécie humana num ambiente nem sempre favorável. Desse modo, construídas como "um refúgio de peles sobre uma estrutura simples de madeira" (BENEVOLO, 1983. p. 3) "as tendas e cabanas cumpriam funções práticas que a roupa não podia satisfazer" (NORBERG-SCHULZ, 2001. p. 71).

Mas é num tempo que se segue ao da sobrevivência, quando o desejo de permanência define o tempo de edificar na história humana, que o corpo como medida e modelo fica mais evidente na arte de edificar. É esse o tempo em que, com o uso da forma e das proporções humanas, se consolida a ideia de que a produção do espaço arquitetônico está íntima e intensamente vinculada a referências humanas irrenunciáveis. Na arquitetura grega, por exemplo, "a coluna dórica reproduz as proporções masculinas com uma altura equivalente a seis vezes o diâmetro da base enquanto que a jônica exibe a relação feminina de 1/9" (NORBERG-SCHULZ, op.cit. p. 60)". Mas não apenas a medida humana é incorporada à arquitetura. Características humanas também seriam por ela apropriadas. Assim, a força - atributo característico do corpo masculino - e a graça - marca do feminino -, assinala RYKWERT (1997), estavam nitidamente representadas em elementos básicos da Arquitetura grega clássica.

No que diz respeito à forma, convém lembrar que foi para adequar-se às proporções do corpo humano que, muito antes de a Arquitetura da Antiguidade encantar o mundo, a habitação primitiva abdicou da forma triangular do cone para se ancorar no cubo. De fato, a forma do cubo se mostrava muito mais adequada para acolher o corpo humano que nele se abrigava4.

Sobre essa passagem do cone ao cubo ver imagens em: RYKWERT, Joseph. On Adam's house in paradise. 2ª ed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997, p. 72 e 73

Na Arquitetura moderna, ainda no que diz respeito ao corpo como medida, Le Corbusier, como se sabe, explorou, à exaustão, a relação corpo-espaço. É do famoso arquiteto franco-suíço a ideia de propor como medida universal para a arte de construir "o homem com o braço estendido" - 2,26m de altura -, proposta fartamente difundida a partir do advento do modernismo na Arquitetura.

Ratificando, no Brasil contemporâneo, a presença do corpo na arquitetura e em particular na sua obra, Niemeyer (2000. p. 17, grifos meus) anotou assim: "Não é o ângulo reto que me atrai nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual, a curva que encontro nas montanhas do meu país, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar, no corpo da mulher preferida [...]". Um olhar sobre os desenhos do poeta do concreto, como muitos se referem a Oscar Niemeyer, para o projeto da igreja de São Francisco de Assis⁵ na Pampulha, Belo Horizonte, é um bom exemplo de como a forma do corpo humano se faz arquitetura. É nesse ponto que a relação especular tal qual a definiu Lacan talvez ofereca uma explicação plausível para a forte presença do corpo humano na arquitetura, seja como medida, seja como modelo.

Seria a arquitetura da cidade um espelho singular na medida em que reproduz em seu traço a nossa própria imagem? Na medida em que reproduz, muito além da racionalidade, o corpo humano e com ele o registro inconsciente próprio da fase do espelho? Seria essa a artimanha psíquica capaz de produzir uma alegria incomparável diante de casinhas brancas e quadradas, isto é, diante de referências culturais particulares, familiares como as linhas do próprio rosto? Afinal, diz Sônia, a imagem vista não era "nada parecido com Rovno, Varsóvia ou Trieste", cidades e lugares onde sua família havia vivido exilada. No entanto, Tel Aviv parecia com algo que ela trazia em si mesma, como as linhas do rosto, repito, na forma de referências culturais profundamente arraigadas. E Sônia, uma vez ainda, assim se expressa:

Em todas as salas de aula do jardim-de-infância Tarbut, do curso primário Tarbut e do Ginásio Tarbut, havia uma grande foto de Hertzl, um grande mapa abrangendo Dan até Beersheba [...]. Toda semana Menahem Gelerter nos levava a passear por Israel - uma vez pela Galiléia, outra pelas colônias judias de Judá, outra no vale de Jericó, outra pelas ruas da cidade de Tel Aviv [...] E foi assim que cheguei a Israel muito antes de ter chegado a Israel (OZ, op.cit. p. 225 e 227-228, itálicos meus)

Tel Aviv propiciava o reconhecimento, e com isso o sentimento de pertencimento espacial finalmente aqui seria meu lar -, porque remetia a algo que lhe era familiar, uma vez que se mostrava muito parecida com as figuras penduradas em todas as salas de aula do Tarbut, a escola onde havia estudado. Seria essa a chave para o sentimento de pertencer a um lugar, a uma cidade, tornado-a insubstituível?

Para concluir

Se for considerada como válida a hipótese apresentada antes, muito mais do que propiciar a cena onde decorre a nossa vida, como queria Zevi, a Arquitetura é parte relevante da subjetividade que define o humano.

Desse modo, diferentemente do que se poderia pensar, não seria apenas a praticidade de uma ideia (do cone ao cubo, por exemplo) o elemento determinante da utilização da forma humana na Arquitetura. Muito mais do que isso, o corpo como modelo, medida, referência, inspiração, atenderia a reclamos inconscientes insuspeitados pela arquitetura em seus primórdios. Afinal, mesmo que disso não se soubesse, pelo menos até o advento da psicanálise, "praticar o espaço é repetir a experiência jubilatória da infância", 6 como queria Michel de CERTEAU (2002, p. 191).

A propósito, ver a sequência de croquis elaborados para esse projeto em NIEMEYER, O. Minha arquitetura. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp. 14 e 16.

Literalmente, diz Michel de Certeau: "Praticar o espaço é portanto repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância" (p. 191).



Por isso, em razão dessa experiência jubilatória da infância repetida ao longo da vida, ainda que inconscientemente, os genebrinos causaram espanto a Dostoiévski quando "[...] olham para os objetos mais comuns [da cidade], como os postes de rua, como se fossem as coisas mais esplêndidas do mundo", conforme anota PAMUK (op. cit., p. 112).

Sob esse outro modo de ver, a arquitetura da cidade, tida como espelho, propicia a sensação de pertencimento na medida em que oferece o ambiente físico que possibilita ao sujeito ver a si mesmo no espaço edificado. Um sentimento desencadeado por uma rede de imagens externas, apreendidas à luz da subjetividade que caracteriza cada ser humano. Um sentimento que permite a cada um viver numa cidade e sentir-se parte dela, parafraseando TEZZA (2007)7.

Em outras palavras, um sentimento que, inserido na intricada teia de registros inconscientes que definem o humano, permite a cada um chegar à sua cidade essencial muito antes de ter estado nela. Parece meio exagerado, não?

Referências

BANDEIRA, M. Estrela da vida inteira. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

BENEVOLO, L. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREUD, S. [1907]. El poeta y los sueños diurnos. In L.L. Torres (Trad.), Obras completas de Sigmund Freud (Vol. II, p. 1343). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973.

LACAN, J. Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu'elle nous est révélée dans l'experience pcychanalytique. Em Écrits. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

LEITÃO, L. De Vitrúvio a Freud: Cidade, Arquitetura e Subjetividade. Tese (Doutorado em Arquitetura) Universidade do Porto, 2004, inédito.

. Os movimentos desejantes da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação da Cidade do Recife, 1998.

NIEMEYER, O. Minha arquitetura. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

NORBERG-SCHULZ, C. Intenciones en arquitectura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

PAMUK O. Istambul: memória e cidade. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RAMOS, G. Infância. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RYKWERT, J. [1981]. On Adam's house in paradise. 2ª ed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.

SAFATLE, V. Lacan. São Paulo: Publifolha, 2007.

TEZZA, C. O filho eterno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ZEVI, B. Saber ver a arquitetura. Lisboa: Editorial Minerva, 1977.

Literalmente, diz Tezza: "Viver entre os outros e sentir-se um deles" (p. 116).



Ruínas e Abandonos: A literatura, o cinema e os escombros da arquitetura contemporânea¹.

Ruins and Abandonments: Literature, cinema and the wrecks of contemporary architecture.

Eduardo Rocha

Doutor em Arquitetura (PROPAR/UFRGS), Mestre em Educação (PPGE/UFPel), Especialista em Patrimônio Cultural (IAD/UFPel), Arquiteto e Urbanista (CAU/UFPel), Professor e pesquisador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Architect and Urban Designer; PhD. in Architecture; M.Sc in Education Science; Specialization in Cultural Patrimony; Researcher and teacher at the CAU / Catholic University of Pelotas

¹ Este texto é parte da tese intitulada "Arquiteturas do Abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte", orientada pelo Prof. Dr. Fernando Freitas Fuão, e defendida em maio de 2010, no Programa de Pesquisa e Pósgraduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Resumo

O objetivo desse texto é pensar os abandonos e as ruínas na contemporaneidade e fugir da descrição em detrimento da experiência. Tudo por meio da cartografia sentimental, cruzando as fronteiras da Arquitetura, da Literatura e do Cinema. As arquiteturas do abandono são, antes de tudo, sentidas como um estado ou uma condição, as quais podem, a qualquer momento, escorrer e mudar de estado. Tudo carregado pelas potências do profano, do violável, da melancolia, da arte contemporânea e da filosofia da diferença. Nós já vimos esse filme, já visitamos esse lugar, já sentimos calafrios ao nos deparamos com essas ruínas e seus abandonos.

Palavras-chave: arquiteturas do abandono, filosofia da diferença, cartografias urbanas.

Abstract

The objective of this paper is to make one think of the "abandonments" and ruins of the present time, while staying a long distance from "experience".

It is suggested that all this may be undertaken by means of a "sentimental cartography", when the frontiers of architecture, literature and cinema are crossed.

The architecture of abandonment is, above all, a state or a condition. It may leak at any moment and change its state

All this is charged by the powers of melancholy, contemporary art and the powers of the profane, the desecrated condition and of the philosophy of differences.

This scenario has been seen, this place has been visited. Chilling creeps are felt when those ruins and abandonments are faced

Key-words: architecture of abandonment, philosophy of differences, urban cartography



Ruínas e abandonos

Este texto procura potencializar o pensamento sobre os edifícios abandonados e suas ruínas, ou seja, tudo que deixamos para trás. Além disso, pretende-se analisar o que acontece quando nos encontramos com esses abandonos. Durante algum tempo, flertamos com essas arquiteturas, às vezes de longe, às vezes profanando-as, através de uma perspectiva do arquiteto e do urbanista – sempre querendo limpá-las, organizá-las e reutilizá-las. Nesse contexto, intrigava-nos o fato de que as arquiteturas abandonadas estivessem desaparecidas de toda a teoria e crítica da Arquitetura e do Urbanismo, só adquirindo visualidade a partir de uma perspectiva histórica e patrimonialista. Sendo que nossas cidades estão repletas de abandonos, mesmo nossas casas ou qualquer espaço.

Abandonos são líquidos, viscosos ao menos, eles escorrem por todos os lados, difíceis ter onde se agarrar, apegar, principalmente quando falamos de arquiteturas do abandono. São lugares e são corpos. A própria palavra escorrega, aparece e desaparece, está sempre acompanhando alguma outra palavra, outra nomeação, mas repentinamente foge. Abandonos como pura vertigem, lugar em que perdemos o equilíbrio, a falta de base para sustentação, ou que gira sobre o próprio sujeito ou em tudo que os rodeia, como quando nos encontramos a uma grande altura ou nos deparamos com um precipício, ou depois de dar muitas voltas – girar. Somente assim, estamos experimentando um abandono, e, nesse momento, somos arrebatados por uma perda momentânea de sentido, de domínio de si mesmo, a qual pode nos conduzir a um ato de violência ou de emoção. Abandonamo-nos no giro, nem antes, nem depois. Na fronteira das artes, da Filosofia e da própria Arquitetura.

Sendo assim, abandonando ou abandonado, ruína ou arruinado, entramos em uma espécie de colapso psicótico, tornando possível repensar nossa temporalidade, nossos modos de vivenciar a história e todas as nossas lógicas de visibilidade. Tudo que o estado da loucura dispara e conturba.

Vamos ouvir a loucura nas adjacências do pensamento esquizofrênico proposto por Deleuze e Guattari. Tal qual uma imagem cristal, um espelho multifacetado, desdobrado e indiscernível (DELEUZE, 2005. p. 105).



Figura 1 - Torres Gêmeas, New York, março de 2001. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/75/ Wtc_arial_march2001.jpg

Tais espelhos representam o que não queremos ver, como o que nos olha e nos cega. Espelhos da exclusão, e a partir dele – arquitetura do abandono – desfazer de certas ordens cristalizadas no espelho da cidade, incluindo aí novos e estranhos fragmentos, a fim de criar outras ficções de vida, outras vidas. Toda arquitetura do abandono na vizinhança da loucura, limítrofe, fronteiriça – diferente do que divide, mas numa fronteira que embaralha. Ali no entroncamento do impensável entre a subjetividade, a cultura, a ruína, dos conceitos insólitos e de todas as insubordinações desarrazoadas (Fig.1).

Nós, arquitetos, nunca olhamos para abandonos, existe uma zona cinzenta que nos faz cegar, ou olhamos para trás, para o passado e analisamos os acontecimentos através um ponto de vista histórico cronológico – Cronos. Ou olhamos adiante, a partir dos processos de revitalização e restauro dos edifícios e dos lugares, mas nunca para esse tempo hoje, para aquilo que está a nossa frente. Ao contrário, nessa zona cinza e abandonada, subsiste passado e futuro, é Aion. Abandonos não são pensados aqui como um agora que estende seus tentáculos em direção ao passado ou ao futuro, mas sim a um futuro e um presente que se fragmentam a cada momento, abandonam-se, deixam-se levar, tudo na coexistência Aion e Cronos, Cronos e Aion – um inventa o outro – e assim infinitamente.

Abandonos como sumidouros, como uma abertura profunda na qual algo some, uma fenda na terra, uma fresta na janela, uma nesga de luz. Por esse tempo sumidouro das arquiteturas do abandono que acaba por sumir-surgir, escoar-represar, tudo percorrido vertente abaixo pelos tempos de *Aion e Cronos*. Essas passagens, perpassando abandonos, que configuram todo um universo de experiências e problemáticas é que apresentamos aqui neste texto.

A partir da intertextualidade propiciada por amplas travessias, abrindo as arquiteturas do abandono para a possibilidade de viajar por territórios extra-arquitetônicos (a literatura, o cinema, a arte, a filosofia etc.) busca-se constituir discursos e conceitos. Esse empreendimento da travessia se desenvolve na forma de um paradoxo que pressupõe proximidade e distanciamento. Essas incursões pela diversidade de formas e expressões de abandono acabaram por resultar em transcodificações, as quais a escritura aparece como um corpo cindido, que abarca fragmentariamente outros corpos textuais, engendrando novas e múltiplas significações. Próximo do gestus de que fala Gilles Deleuze: "o gestus é o desenvolvimento das atitudes nelas próprias, e, nessa qualidade, efetua uma teatralização direta dos corpos, frequentemente bem discreta, já que se faz independente de qualquer papel" (2005. p. 231).

Nessa perspectiva, os discursos valem pela sua *performance*, são cênicos: eles posam e dão a ver, em espetáculo. Engendram o que, em sentido dramático, pode-se chamar de reapresentações ou reaparições, as quais acabam por funcionar como encenações da própria escritura. "Arquiteturas do abandono" simulam o *gestus*, não o produto, ou seja, forjam efeitos de superfície, simulacros. Embora as arquiteturas do abandono estabeleçam certa relação com os universos da filosofia e das artes, não se trata de uma relação de identidade, de imitação. Na verdade, fazem apenas alusão, montam artifícios, produzem o que, numa perspectiva semiótica, se chama de equivalências: repetições criadoras que introduzem a diferença, sem se fechar numa estreita categoria de representação. As escrituras desses produtores, embora de forma diversa, trazem a organização do texto para a superfície, realizando-se como jogo simulador. Foi preciso "partir, evadir-se, traçar uma linha" de fuga, sem que isso signifique fugir da vida, ao contrário, fazer a vida fugir, escapar às limitações impostas, quer pelo eu, quer pelo estado presente do mundo (DELEUZE & PARNET, 1998. p. 97). É necessário, portanto, traçar uma linha para as arquiteturas do abandono, uma linha de fuga, uma linha de vida. Mas qual linha seguir, por onde andar nesse labirinto de abandonos e ruínas?

Ruínas e silêncio

Na novela de Paul Auster, *No país das últimas coisas* (1987), a narradora viaja a uma cidade em busca de um irmão desaparecido. Na verdade, essa novela é uma grande carta em que *Anna* – a personagem principal

 relata seu enfrentamento frente a uma cidade caótica, doente e em constante destruição, um lugar no qual a morte substitui a vida, e onde ela sobrevive somente através do homicídio, do sequestro, do lixo e do sangue.
 Lentamente, o inferno.

Estas são as últimas coisas que ela escreveu. Desaparecem uma a uma e não voltam nunca mais. Posso falar-te daqueles que já tenho visto, dos que já não existem, mas duvido que haja tempo para isso. Agora tudo acontece tão rápido que eu não posso acompanhar o ritmo (AUSTER, 1987, p. 88).

Que país é esse das últimas coisas? De alguma maneira, sabemos que é uma ilha, deduz-se tratar-se de Londres envolta em ruínas. Uma Londres fantasmagórica que se extingue pouco a pouco, devorada em silêncio. Paul Auster nos situa nas bordas da lógica, dentro de um lugar que se extingue e no qual os pilares da civilização vão perdendo, gradualmente, a natureza imutável que as convenções sociais lhe concedem.

Em primeiro lugar e de maneira mais evidente, temos uma cidade que se derruba, perdendo significado como estrutura central da vida e da sociedade. Ao contrário da reconstrução da história, o que Auster nos apresenta é a aniquilação de toda a lógica e, dentro deste raciocínio, a perda de todas as coordenadas urbanas possíveis. As ruas não têm nomes, e as que os conservam não passam de mero anedótico, remanescentes de uma época na qual a cidade funcionava como uma máquina social, assim como foi concebida no passado. O que se perde e se derruba nessa cidade não é substituído por florestas e animais selvagens, mas por ruínas que vêm para se instalar em uma espécie de labirinto sem muros.

Fechados, dentro da cidade que o homem vinha construindo desde o Renascimento, encontramos o mesmo homem, o qual foi finalmente capturado na gaiola de concreto da modernidade. Não há promessa de um éden, nem do fim das cidades, apenas o caos.

Em segundo lugar, a linguagem perde todo o valor como unificador. Embora a cidade desapareça sem razão, enquanto estruturas urbanas sucumbem frente a um mal nunca precisado, ante um caos sem razão, o silêncio se apodera das ruas e das gentes. Não é por acaso que *Anna* encontra refúgio na *Biblioteca Nacional*, e dentro desses muros, um romance com um colega de seu irmão se elabora sem nunca acabar por se concretar. Um espaço com grandes salas, cheias de passos sigilosos, onde se descobre a luta pela preservação do chão, do lugar onde pisam. Uma luta passiva, uma luta de escritores para tentar resgatar algo do mundo que observam horrorizados, desde as janelas sem vidros do edifício. Uma luta vã, porque a transcendência dos livros e dos escritos, que se preservam e se acumulam, já não têm utilidade alguma nesse novo mundo rasgado que se aproxima.

De alguma maneira, a nova linguagem das cidades é uma não linguagem, uma abolição das leis, através da abolição da fala como instrumento estruturado. A lei, como filha primogênita da linguagem, já não existe, é substituída por um signo branco, o vazio. Ao abolir a linguagem, a realidade cai jogada aos pedaços (AUSTER, 1987). Anna chega a Biblioteca, neste último bastião da civilização em agonia, depois de ter viajado pelas ruas como uma catadora, toma refúgio na contemplação dos pequenos tesouros que lhe presenteia a cidade doente. "Um telescópio com uma lente dobrável, uma máscara de borracha do Frankenstein, uma roda de bicicleta, uma máquina de escrever faltando apenas cinco letras e a barra de espaço e o passaporte de um homem chamado Quinn. Estes tesouros recompensaram o mau dia" (1987. p. 55), escreve Auster, fazendo uma sutil guia ao improvisado detetive da *Cidade de Vidro* (1987). Esse jogo de ficções cruzadas suporta a situação incrível da realidade que se desmorona. *Quinn* havia terminado, em seu próprio romance, como um sujeito despojado de identidade e cuja busca havia terminado de extraviá-lo na forma definitiva de uma vida na qual ele mesmo tinha se marginalizado, incapaz de enfrentar a dor da perda. Onde, senão no país das últimas coisas, poderia haver de abandonar Nova York (1987), de desnudar-se de seu nome e finalmente, de seu passaporte (Fig.2).

Nesse contexto, percebe-se que o processo no qual *Anna* se encontra, desde sua chegada a essa cidade selvagem e em ruínas, é similar ao que descrevem todos os personagens de Auster: a aniquilação do eu. A

busca inicial pelo irmão acaba por converter-se por uma busca como fim em si mesma. *Anna* e a cidade são contrapartidas do mesmo processo degenerativo. A cidade abandonada a seu destino de ruínas e silêncio, e *Anna* aceita tudo, como personagem da tragédia grega, busca perder-se entre os muros destruídos e as barras de ferro enferrujadas, seguindo os caminhos de um errático, o que finalmente não é nada mais que um lento suicídio, escrito a grafite. Um monte de lembranças que não existe na memória de seus habitantes.



Figura 2 - Torres Gêmeas, New York, 11 de semtebro de 2001. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1a/ World_trade_center_2.jpg

Auster, a partir de uma visão apocalíptica de uma cidade que não existe mais, consegue nos situar em meio ao horror do vazio. Uma cidade onde os aviões chocaram-se contra prédios, onde os limiares das casas vazias parecem bocas de lobo, esperando os restos que estão por vir, onde os homens correm pelas ruas até caírem mortos pelo esforço, uma cidade que, de alguma maneira, é reflexo do que já conhecemos, uma cidade que, como último significado, subjaz às ruas de nossa cidade, sempre à beira de um colapso, à espera da explosão social das máquinas do poder.

Em virtude disso, o desenho do cenário é feito só com as sobras, com o que foi abandonado, deixado para trás, resíduos da civilização. Já a sobrevivência é absoluta, pois a vida, ela própria, ficou limitada ao que sobrou de si mesma, pura sobrevida em meio aos escombros políticos e à devastação social.

É uma obra dentro da obra, obra literária, obra arquitetônica, é a dobra do tempo e o fio da história, tecendo e lendo o enredamento de quem abre os livros e adentra um abandono, e neles mergulha pelo fascínio de suas construções.

Percebe-se então que, quando abandonamos, tudo é lixo: o que se produz, o que se troca, o que se transforma, o que se consome, o que se compra, o que se vende, o que para, o que movimenta, o que condena, o que salva, o que perde, o que redime. Tudo sobra – o lixo, o qual é também matéria-prima, a qual falta à construção do "país das últimas coisas".

O mundo orgânico e o inorgânico, a penúria abjeta e o luxo insolente estabelecem as relações mais contraditórias, as mercadorias se empilham e se sucedem como as imagens dos sonhos alucinados (BENJAMIN, 1987. p. 85).

Tudo é feito para arruinar, para ser trocado, substituído, mas tudo é emaranhado, intrincado. Um lindo edifício pode esconder um sinistro subsolo abandonado, um poço de ventilação ou um resto em algum canto. Uma relação de modernidade e morte, a que alude Baudelaire, quando olha para a metamorfose de Paris como um campo em ruínas durante as obras propostas por Haussmann. "O arcaico transparece na própria paisagem presente" (PEIXOTO, 2003. p. 276).

As passagens de Benjamim revelam em plena metrópole uma paisagem primitiva. Como se fossem cavernas pré-históricas. Tudo está por vir. Caleidoscópio. Cada fato a seu tempo. A janela, a parede, o muro, o papel amassado, o verde subindo as paredes.

Implodir abandonos, derrubar ruínas

Após 11 de setembro de 2001, dia dos ataques e posterior desabamento das torres gêmeas do *World Trade Center*, restaram apenas ruínas e escombros, desterritorialização. No entanto, o arquiteto Daniel Libeskind é chamado, em seguida, para ordenar tudo, projetando outra torre, a qual medirá 533 metros de altura. O arquiteto qualificou sua torre de "parque que se mantém verticalmente", "jardim do mundo" que fica no cume da torre. O arquiteto procura afirmar seu poder e o poder do edifício, recriando-o.

No entanto, em Nova Iorque, o contorno, ou seja, o entorno do local onde ficavam as *Twin Towers* permanece, atualmente, comparável a um circuito, através do qual os visitantes têm a visão da amplitude do desastre. Como o próprio "buraco" se torna constitutivo de uma apreensão pública cotidiana do que aconteceu, ou do que está em aberto, do que foi e é abandonado. É o terror, o medo a espreita dos lugares, talvez seja essa a função subversiva da Arquitetura (JEUDY, 2006), e que teria o papel de ligação, de reparação e de manter viva a própria vida. Não tem nada de símbolo, nada de metáfora, nada de representação, nada de significado.

Apreende-se, com isso, que todo o lugar é apenas experiência. O buraco ali no coração de Nova Iorque carrega mais experiências do que qualquer torre concebida por qualquer grande arquiteto.

Assim como no romance de Saramago, *História do cerco de Lisboa* (1996), no qual passado, presente e futuro – história e ficção abandonam a impessoalidade e transcendem a fronteira do pensar as verdades. Quando o personagem Raimundo Benvindo Silva, o revisor, comete um erro proposital e resolve acrescentar um "não" a uma frase, modificando o entendimento da conquista de Lisboa pelos mouros, ou melhor, fazendo com que pensássemos de outra forma. "Com a mão firme acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa". Tal fato, no desenrolar do texto, permite-nos ver por intervalos e tempos fugidos, envolvendo-nos em contradições e dúvidas, mas que não aniquilam o sentido.

Em estes últimos dias, tivesse o almuadem o sono pesado, sem dúvida haveria de despertá-lo, se de todo o não impedira de adormecer, o rumor de uma cidade inteira vivendo em estado de alerta, com gente armada subida às torres e adarves, enquanto o miúdo povo não se cala, em ajuntamentos nas ruas e mercados, perguntando se já vêm os francos e os galegos. Temem por suas vidas e haveres claro está, mas os mais afligidos ainda são aqueles que tiveram de abandonar as casas em que viviam, do lado de fora da cerca, por enquanto defendidas pela tropa, mas onde inevitavelmente se travarão as primeiras batalhas, se essa for a vontade de Alá, louvado seja, e, mesmo que vença Lisboa aos invasores, do próspero e desafogado subúrbio não ficarão mais que ruínas (SARAMAGO, 1996, p. 175).

No século XX, as edificações, em nome da corrida por novas tecnologias e materiais construtivos, têm sobrevivido muito menos tempo, pelas próprias condições da modernidade. Toda a ruína excita o corpo para explorar seus escombros e arredores em busca de um achado. Nas atuais ruínas, já não há nada para

explorar, somente para ser explodido. Essa ruína moderna se diferencia de outras. Um edifício antigo sem uso e com fragmentos esparramados no solo é um belo e nostálgico monumento. Hoje, ao contrário, um edifício moderno, com placas de concreto celular caídas, é simplesmente um deplorável abandono (FUÃO, 1992).

Toda a demolição de grandes áreas urbanas, a qual pretendia proporcionar ritmo e continuidade às grandes cidades, não passa, hoje, de uma utopia tecnológica. Seria a nova ordem pensar em demolições sucessivas do mesmo espaço. Heidegger chama de ruína o movimento fundamental da vida (GLAVIC, 2005). Não se trata de conservar signos do passado, nem de "reabilitar", no sentido clássico, ao gosto burguês, tratase de criar na Arquitetura: o sentido e a essência, a partir de uma matéria bruta. A ideia consiste em saber que estamos realizando um ato arquitetônico em uma arquitetura desviada. Não estamos somente mudando o espaço, mas realizando uma espécie de mutação² (KOOLHAAS, KWINTER, & BOERI, 2000).

Não é Lisboa, nem Nova Iorque que estão cercadas, mas sim a própria história. "Isso não é real, mas as coisas reais são reais" (DAVIS, 2007. p. 20). Assim como o são os refugiados e o holocausto. Tudo faz parte de um sinistro interminável, tudo violentamente abandonado. Como um *Alien – O 8º passageiro*³ (MCCLORY, 1979), filme de Ridley Scott, doença, morte, corpo, máquina, como a descamação da pele, furúnculos. Além de seu eterno retorno, como cascas, que desovam o mesmo monstro, mutação perversa. O eterno retorno da ruína.

Um edifício, mais que uma imagem e um modelo de centralização, é um verdadeiro agir fora. As árvores normalmente dão uma boa impressão ao ambiente, surpreendemo-nos quando as encontramos condenadas, assim como os edifícios em ruínas e abandonados. Toda nossa visão arquitetônica acaba por ser plantada, e se refrata em nossa vida. Arquitetos e urbanistas, na maioria das vezes, pensam como árvores, são árvores.

Pensar é muito mais do campo da ética do que da estética, vem daí a forte ligação com Espinosa. Falar de abandonos da arquitetura aqui não faz parte de um conjunto de dogmas ou até mesmo de perguntas, mas de um conjunto de valores. Ética, espinosiana, ligada à experiência e ao acontecimento, que convoca o pensamento a interrogar o próprio olhar. Como diz o médico do E*nsaio sobre a vegueira*: "Acabando nós todos cegos, como parece ir suceder, para que queremos a estética, e quanto à higiene, diga-me o senhor doutor que espécie de higiene poderá haver aqui. Provavelmente, só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são" (SARAMAGO, 1995. p. 72).

Nesse sentido, arquiteturas do abandono se dão em torno da imanência, ao invés da transcendência. Arquiteturas como máquinas desejantes, figuras tão proeminentes, na abertura do *O Anti-Édipo* (1996), de Deleuze e Guattari, máquinas que operam sem nos apercebermos delas, produzem desejos que não fazem aviso prévio. Mas, como mecanismos que operam para produzir consciência, as máquinas podem movimentar-se em várias e diferentes direções, muitas vezes incompatíveis, produzindo desejos.

Abandonos ascendem os desejos, as inquietações, quando nos aproximamos e os experimentamos. Naquele instante cruzam por nós, e em nós, infinitas ramificações, indagações, multiplicidades de sentido. Vamos da euforia à tristeza e vice-versa.

Na cidade genérica, falando de Zurich, o centro já não se expande em direção ao exterior ou em direção aos céus, senão em direção ao próprio centro da terra. Desde a inserção de artérias de tráfico mais ou menos discretas, túneis subterrâneos, a construção cada vez mais de tangencialidades, a costumeira transformação de moradias em oficinas, de armazéns em lofts, igrejas abandonadas em nightclubs, de bancarrotas em série e nas subsequentes reaberturas em recintos comerciais cada vez mais caros, a incessante conversão do espaço útil em espaço "público", peatonalização, a criação de novos parques, implantando, concectando, expondo, a sistemática restauração da mediocridade histórica, toda a autenticidade é cruelmente eliminada. A cidade genérica é a cidade liberada do cativeiro do centro, da camisa de força da identidade. É uma cidade sem história. In: KOOLHAAS, R., & MAU, B. (1995).

³ O filme teve quatro sequências: Alien: O Oitavo passageiro (1979); Aliens: O Resgate (1986); Alien 3(1991) e Alien: Resurrection (1997). Seu sucesso imortalizou a criatura protagonista criada pelo artista surrealista suíço H. R. Giger. Ver mais em: http://www.hrgigermuseum.com.

Tudo que se passa são micropolitícas – milhares de conexões rizomáticas, sem qualquer necessidade de passar por um hub arborescente. As operações se acumulam, produzindo multidões de perceptos e afetos. A Multidão-multitudo, aquela massa heterogênea, que Antonio Negri (2003) nomeia para diferenciar a massa comum, o visivelmente ou fingidamente homogênea.

Portanto, diferente da percepção (a sensibilidade daquilo que eu sei), os perceptos são aquilo que "não sei dizer o que é", que desorganiza, mas posso identificar algo ainda, que me faz abrir para novas maneiras de ver e ouvir. Os afetos, por sua vez, são as novas maneiras de sentir, são os que efetivam as potências, em ação e paixão. Tudo isso forma um bloco de sensações capaz de ativar conceitos – novas maneiras de pensar. Afeto em oposição à sentimento, afetamo-nos pelos abandonos.

Nesse contexto, o cinema é pródigo em criar blocos de sentimentos e duração, pois os afetos constroem novas relações, novas formas de estarem juntos, novos desejos, territorialidades emergentes, de onde se estabelecem redes de relacionamento que fortalecem o sentimento, apesar do caráter efêmero e circulante. Os afetos são os que constroem vínculos, que transformam esse "outro" lugar – arquitetura do abandono –, como formas de coexistir no mundo.

Pode-se citar como exemplo o menino Mauro – de *O ano em que meus pais saíram de férias* (GALPERIN, MANTOVANI, MUYLAERT, & HAMBURGUER, 2006) o qual é levado ao abandono por seus pais – obrigados a fugir pela perseguição que sofrem do regime militar. Mauro, em um dado momento do filme, consegue adentrar o apartamento de seu avô Mótel, e lá sozinho, após o sentimento da perda, de tristeza, de solidão, que lhe invade, sente um espaço abandonado, sem aparência de abandono, apenas vazio ou morto. Passa por alguns instantes de euforia, de expansividade, de onde brotam as mais esquizofrênicas sensações – fazendo-o mexer em todas as coisas, tirando-as do lugar, desorganizando, cozinhando. É o devir-criança da criança (BOUTANG, 2004). Para Deleuze e Guattari, um reencontrar a infância como a invenção, a fábrica da sensibilidade, todo um manancial de possibilidades.

Loucura e sanidade ao mesmo tempo. O momento mais potente de todo o filme é o desse abandono. Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto (Fig.3).

Essa História da Loucura contada por Foucault (2008) não é gloriosa, não se relaciona a conquistas do progresso e nem a começos puros e fundadores de uma moral que encontrou finalmente a sua forma superior, mas liga-se aos começos baixos, indecorosos e sangrentos que nascem de batalhas incessantes nas quais, um dos componentes, através de uma força, de uma dominação, de um ato de violência, vence e apaga os sentidos que o componente derrotado possuía. Foucault afirma:

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizálas ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto (1989, p. 25).

O eu que conhece não pode estar louco, assim como o eu que não pensa não existe. Excluída pelo sujeito que dúvida, a loucura é a condição de impossibilidade do pensamento. Ou seja, a partir do racionalismo moderno, sabedoria e loucura se separam. Os perigos que a loucura poderia oferecer, para influenciar a relação entre o sujeito e a verdade, são afastados.

As correntes que aprisionam a loucura já não são feitas de ferro, mas, sobretudo de palavras. O discurso psiquiátrico como discurso do especialista sobre a loucura não é uma prática meramente médica. Justamente pelo fato de ser ação psiquiátrica (considerada a gênese da loucura que determinou um saber sobre a loucura), ela é uma intervenção política, mediadora da sutil violência repressiva que caracteriza as sociedades contemporâneas. A razão pela qual a loucura sofre um processo de exclusão, o qual já teve início na simples percepção do indivíduo como "doente" ou como "desviante" (lembrando: a noção de "desvio" pressupõe um "dever ser" contrariado pelo desvio), não é médica, mas política. No entanto, afirmar a dimensão política da loucura (a loucura como uma questão política) não implica depreciar a sua dimensão psíquica. É justamente o contrário que é preciso pensar (FRAYZE-PEREIRA, 1982).

Dessa forma, sem limite absoluto entre verdade e falsidade, o abandono desembarca na terra: como os loucos das naus. Ele está por aí, perambulando pelas cidades, ao nosso lado, em nossos lares. Abandonos habitam a vida, assim como a loucura que se atira da nau às águas.

Portanto, explorar arquiteturas do abandono é como na *Nau dos Loucos*, de Bosch, que carrega a árvore proibida, que foi transposta, pelo pintor, do *Paraíso* para o navio dos loucos, onde figura como mastro. É o reino de Satã e o fim do mundo, o poder sobre a terra e o castigo supremo, que esse saber temível anuncia. Na *Nau dos Loucos*, por exemplo, veem-se uma religiosa e um sacerdote como personagens centrais, integrados a uma população embriagada. Eles navegam numa espécie de Paraíso renovado: tudo se oferece ao desejo. Acima deles e à frente do barco, empoleirado sobre um galho seco, figura a personagem do Bufão ou Louco. E mais acima, uma bandeirola trêmula com o emblema que anuncia "o triunfo diabólico do Anticristo" (FRAYZE-PEREIRA, 1982. p. 102).

Quantos de nós passamos todos os dias por arquiteturas do abandono e suas ruínas sem as vermos, sem olhá-las? Quais forças ou potências as ruínas são capazes de desencadear na Arquitetura? Que mundos, abandonos e ruínas abrem para a Arquitetura?



Figura 3 - Escombros das Torres Gêmeas, New York, 17 de setembro de 2001.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3b/September_17_2001.jpg

Referências

AUSTER, P. No país das últimas coisas. São Paulo: Best Seller, 1987.

AUSTER, P. Trilogia de Nova lorque: cidade de vidro, espectros e sala trancada. São Paulo: Best Seller, 1987.



BENJAMIN, W. A modernidade: Paris do Segundo Império. *In: Obras escolhidas* (Vol. III). São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOUTANG, P. A. O abcdário Gilles Deleuze. Paris, 2004. [Filme Cinematográfico].

DAVIS, M. Ciudades muertas: ecología, catástrofe y revuelta. Madrid: Traficantes de sueños, 2007.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 1). São Paulo: Ed. 34, 1995

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

DELEUZE, G., & PARNET, C. Diálogos. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. A História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. O que é loucura? São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUÃO, F. F. Arquitectura como collage. Barcelona: Universitat Politécnica de Catalunya, 1992. [Tese de Doutorado].

GALPERIN, C.; MANTOVANI, B.; MUYLAERT, A.; HAMBURGUER, C. O ano em que meus pais saíram de férias. Rio de Janeiro, 2006. [Filme Cinematográfico].

GLAVIC, C. Caer en cuenta de la pérdida de tiempo (perder la cuenta de la cada del tiempo). **Revista Arq Chile**. Santiago do Chile, v. 59. p. 24-27, 2005.

JEUDY, H.-P. Reparar: uma nova ideologia cultural e política. In: P. B. JAQUES, & H.-P. JEUDY. **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais.** Salvador: EDUFBA, 2006.

KOOLHAAS, R.; KWINTER, S.; BOERI, S. Mutaciones. Barcelona: Actar, 2000.

KOOLHAAS, R.; MAU, B. (1995). S, M, L, XL. New York: The Monacelli Press, 1995.

MCCLORY, K. (Escritor); SCOTT, R. Alien, O 8° passageiro. Reino Unido, 1979. [Filme Cinematográfico].

NEGRI, A. Kairós, Alma Venus, Multitudo: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEIXOTO, N. B. Paisagens Urbanas. São Paulo: Senac, 2003.

ROCHA, E. **Arquiteturas do Abandono**: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e das artes. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2010. [Tese de Doutorado].

SARAMAGO, J. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. História do cerco de Lisboa. São Paulo: Cia das Letras, 1996.



Defesas 2011 PROARQ

Teses 2011

André Luiz Carvalho Cardoso

Defesa: 25.03.2011 - Orientador: Cristiane Duarte - "Arquitetura nas feiras ao ar livre:paradigmas para construções de mercados populares contemporâneos"

Helga Santos da Silva

Defesa: 25.02.2011 - Orientador: Mauro Santos - Espaço mínimo para a máxia existênci: o conforto no Conjunto Pedreglho".

Liane Fleming

Defesa: 30.05.2011 - Orientador: Eduardo Qualharini - "Um enquadramento sistêmico com características emergentes para a adaptação de terminais de passageiros aeroviários".

Mônica Bahia Schlee

Defesa: 18.07.2011; Orientador: Vera Regina Tângari - "A ocupação das encostas no Rio de Janeiro: morfologia, legislação e processos sócio-ambientais".

Patricia Biasi Cavalacanti

Defesa: 25.03.2011; Orientador: Giselle Azevedo - "A humanização de unidades clínicas de hospital-dia: vivência e apropriação pelos usuários".

Dissertações 2011

Aline Perdigão Correa

Defesa: 27.06.2011. Orientador: Cláudia Barroso-Krause. "A importância da adaptação de certificação de qualidade ambiental de edifício no Brasil: reflexos"

Ana Maria Mendes de Figueiredo

Defesa: 30.05.2011. Orientador: Beatriz Santos de Oliveira. "Residencias ecléticas em Santa Teresa: a Rua Joaquim Murtinho entre 1910-1920"

Elaine Conceição Dias Moreira de Sousa Neves

Defesa: 29.03.2011. Orientador: Análise de sistemas de espaços livres em ambientes de ensino e pesquisa. Estudo comparativo entre "campi" no Rio de Janeiro".

Eliane Rodrigues Abreu

30.03.2011. Orientador: Rosina Trevisan. "Rua Grande, um resgate histórico através da leitura arquitetônica das suas fachadas"

Emílio Ribeiro Martins dos Santos

Defesa: 30.05.2011. Orientador: Rosina Trevisan. "A inserção do mobiliário urbano contemporâneo no centro histórico de São Luiz/MA - Praça D. Pedro II"



Geraldo de Magela Fonseca

Giesta Nogueira e Silva -

Defesa: 05.08.2011. Orientador: Cêça Guimaraes e Luiz Manoel Cavalcanti Gazzaneo."O Conjunto arquitetônico do Convento dsa Mercês: de templo religioso a templo cultural"

Guilherme Gorini Vieira

Defesa: 31.05.2011. Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto. "Henri Paul Pierre Sajous - conceito, projeto e obra".

Jorge Creso Cutrim Demétrio

Defesa: 22.02.2011. Orientador: Mônica Santos Salgado. "Custo ambiental agregado a edificação: a emissão de carbono no uso de concreto armado a aprtir de um estudo de caso em São Luiz do Maranhão".

Karina Scussiato Pimentel

Defesa: 30.03.2011. Orientador: Maria Lygia Niemeyer. "Habitando o caso: conforto higrotérmico e acústico em vagões e container metálicos e diretrizes para adequação ambiental de vagão moradia em Curitiba/PR"

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão

Defesa: 30.06.2011. Orientador: Gustavo Rocha Peixoto. "Morada Ludovicense: tradição e adaptação"

Marcelo Chiquitelli Marques

Maria Alice Sampaio Silva

Defesa: 20.06.2011. Orientador: Vera Regina Tângari. "A produção da habitação de interesse social no Distrito Federal e seus rebatimentos nos assentamento irregulares na cidade modernista: o caso de Nova Colina".

Rodrigo das Neves Costa

Defesa: 30.05.2011. Orientador: Mônica Santos Salgado. "Qualidade ambiental em laboratórios biomédicos"

Rogério Henrique Frazão Lima

Defesa: 24.05.2011. Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto. "Arquitetura das igrejas e o culto católico contemporâneo preservação e adapatabilidade".

Total de teses: 52 (não haverá mais defesa este ano);

Total de dissertações: 528 (não haverá mais defesa este ano).



Coleção PROARQ

Títulos publicados:

DEL RIO, Vicente.(Org.) **Arquitetura-Pesquisa e projeto**. São Paulo: ProEditores: PROARQ/FAU-UFRJ, 1998

MARTINS, Ângela; CARVALHO, Miriam de. **Novas Visões: Fundamentando o Espaço Arquitetônico e Urbano**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2001.

GAZZANEO, Luiz Manoel; SARAIVA, Suzana Barros C. (Org.). **A Monarquia no Brasil. Vol. I - As Artes**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 1ª edição: 2001 e 2ª edição: 2003.

GAZZANEO, Luiz Manoel; SARAIVA, Suzana Barros C. (Org.). **A Monarquia no Brasil. Vols. II - As Ciências**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 1ª edição: 2001 e 2ª edição: 2003.

DEL RIO, Vicente; DUARTE; Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. (Org.). **Projeto do Lugar**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2002.

GAZZANEO, Luiz Manoel; SARAIVA, Suzana Barros C. (Org.). **A República no Brasil, Vol. I - A Arquitetura**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2003.

GAZZANEO, Luiz Manoel; SARAIVA, Suzana Barros C. (Org.). A República no Brasil, Vol. II – Urbanismo. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2003.

GAZZANEO, Luiz Manoel; SARAIVA, Suzana Barros C. (Org.). A República no Brasil, Vol. III – Artes, Ciências e Tecnologias. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2003.

Guimaraens, Ceça (Org.). Arquitetura e Movimento Moderno. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2006.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **200 Anos: da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil; da abertura dos portos às nações amigas e seus reflexos na arquitetura e no espaço brasileiro. Vol. I – Arquitetura.** Rio de Janeiro: Four Print e PROARQ/FAU-UFRJ, 2007.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **200 Anos: da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil; da abertura dos portos às nações amigas e seus reflexos na arquitetura e no espaço brasileiro. Vol. II – Urbanismo**. Rio de Janeiro: Four Print e PROARQ/FAU-UFRJ, 2007.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). 200 Anos: da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil; da abertura dos portos às nações amigas e seus reflexos na arquitetura e no espaço brasileiro. Vol. III – Espacialização, Patrimônio e Sociedade. Rio de Janeiro: Four Print e PROARQ/FAU-UFRJ, 2007.

Duarte, Cristiane R.; Rheingantz, Paulo A.; Azevedo, Giselle A. N.; Bronstein, Lais. (Org.). **O Lugar do Projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa e PROARQ/FAU-UFRJ, 2007.

TÂNGARI, Vera R.; Schlee, Mônica Bahia; Andrade, Rubens de; DIAS, Maria Ângela. (Org.). **Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2007.

LASSANCE, Guilherme; ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; BRONSTEIN, Lais; OLIVEIRA, Beatriz S. de O.; (Org.) **Leituras em teoria da arquitetura [V.1] - Conceitos**. Rio de Janeiro: Ed. Viana & Mosley, 2009.

RHEINGANTZ, Paulo A.; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009 [livro eletrônico]

TÂNGARI, Vera R.; Schlee, Mônica Bahia; Andrade, Rubens de (Org.). **Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **Ordem, Desordem, Ordenamento: Arquitetura**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.



GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **Ordem, Desordem, Ordenamento: Urbanismo**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **Ordem, Desordem, Ordenamento: Paisagismo**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **Ordem, Desordem, Ordenamento: Patrimônio e Cidade**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

AZEVEDO, Giselle; RHEINGANTZ, Paulo A.; TÂNGARI, Vera R. (Org.). I Workshop O Lugar do Pátio Escolar no Sistema de Espaços Livres: Uso, Forma e Apropriação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

OLIVEIRA, Beatriz S. de O.; LASSANCE, Guilherme; ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; BRONSTEIN, Lais (Org.) **Leituras em teoria da arquitetura [V.2]. Textos**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). Da Baixa Pombalina a Brasília: iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de Língua Portuguesa. Cidades e Espacialidade. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). Da Baixa Pombalina a Brasília: iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de Língua Portuguesa. Tecnologias. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). Da Baixa Pombalina a Brasília: iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de Língua Portuguesa. Estruturas Urbanas. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

GAZZANEO, Luiz Manoel. (Org.). **Da Baixa Pombalina a Brasília: iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de Língua Portuguesa. Patrimônio e Historicidade**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

TÂNGARI, Vera R.; BRONSTEIN, Lais; ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; SALGADO, Mônica S. (orgs.) **A pesquisa em arquitetura: caminhos e proposições.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2010.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen, RHEINGANTZ, Paulo Afondo e TÂNGARI, Vera Regina. **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2011.



Procedimentos para submissão de artigos no Cadernos Proarq

Cadernos Proarq . Presentation Guidelines

Os **CADERNOS PROARQ** (ISSN 1679-7604 / Qualis B2) convidam pesquisadores, estudantes e profissionais das áreas de Arquitetura, Urbanismo e afins a submeterem trabalhos para publicação digital.

Editados pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da FAU-UFRJ, os **CADERNOS PROARQ** publicam artigos — condicionados à aprovação de seu respectivo Comitê Científico — sobre Arquitetura, Urbanismo e áreas relacionadas com o estudo dos ambientes construídos e de seu uso. Serão acolhidos textos inéditos em português, espanhol e inglês, que devem ser encaminhados para o e-mail **cadernos.proarq@gmail.com**, obedecendo às NORMAS que seguem abaixo.

Informações gerais e dúvidas adicionais poderão ser obtidas e esclarecidas pelo e-mail **cadernos.proarq@ gmail.com**, da Câmara de Editoria, aos cuidados dos editores.

CADERNOS PROARQ (ISSN 1679-7604 / Qualis B2) is pleased to request works (papers and other types of presentations) from interested parties – researchers, professionals and students of Architecture, Urban Design and related subjects – to be submitted for digital publication.

CADERNOS PROARQ is published by the Post-Graduate Program in Architecture, from FAU-UFRJ. Works should deal with Architecture, Urban Design and areas of knowledge related to the built environment and its use - and are to be approved by the Science Committee of this institution. Unpublished works in Portuguese, Spanish and English will be welcomed and are to be sent to **cadernos.proarq@.com** and must follow rules indicated below.

Further information as well as explanation of additional doubts may be obtained from the same electronic address **cadernos.proarq@gmail.com** of the Câmara de Editoria (Editorship), in care of the editorship.

Los "Cadernos Proarq" (ISSN 1679-7604 / Qualis B2) invitan investigadores, estudiantes y profesionales de Arquitectura, Urbanismo y afines a enviar trabajos para los volúmenes 16 y 17, con publicación prevista para el segundo semestre del 2011.

Editados por el programa de postgrado en arquitectura de la FAU-UFRJ, los "Cadernos Proarq" publican artículos – juzgados por el Comité Científico – acerca de Arquitectura, Urbanismo y también de otros campos relacionados con el estudio de los ambientes construidos y sus usos. Los textos inéditos, escritos en portugués, español o inglés, pueden ser enviados al e-mail, siguiendo las NORMAS que siguen abajo.

Informaciones adicionales deben ser dirigidas a la Camara de Editoria por el e-mail cadernos.proarq@gmail.com, a la atención de los editores.



Normas para publicação nos Cadernos Proarq

CADERNOS PROARQ . NORMAS PARA APRESENTAÇÃO (Itens DE VERIFICAÇÃO PARA SUBMISSÃO)

Como parte do processo de submissão, os autores devem verificar a conformidade da apresentação de seu artigo em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos respectivos autores.

- (1) A contribuição deve ser original e inédita, e não deve estar sendo avaliada para publicação por outro periódico; caso contrário, justificar em email, com a denominação "Comentários ao Editor".
- (2) Título, Resumo (com até 500 palavras) e Palavras-Chave/Keywords (mínimo de 3 e máximo de 5, indicativas do conteúdo do trabalho) serão apresentados de modo bilíngüe, em português OU espanhol, E em inglês, obrigatoriamente.
- (3) Nome completo do autor, ou autores, deverá ser complementado com as seguintes informações: formação; titulação; filiação profissional e e-mail (indicados, nesta ordem, em nota de rodapé associada a cada autor).
- (4) O artigo decorrente de pesquisas, dissertações, teses ou similares, deve explicitar tal condição em nota de rodapé associada diretamente ao título.
- (5) O artigo deve ser redigido em português, espanhol ou inglês, sendo salvo e a nós encaminhado em formato aberto tipo ".doc" do Windows Office WORD.
- (6) O formato da página deverá ser A4, com margens de 2,5 cm em todas as bordas (superior, inferior, esquerda e direita), sendo nele inseridos, com alinhamento centralizado, os números a cada uma referentes.
- (7) A fonte a ser utilizada em todo o trabalho será a CALIBRI, em tamanho, espaçamento e formatação específicas, conforme identificados em MODELO que acompanha este conjunto de NORMAS do Cadernos PROARQ. Ressalte-se que o artigo a nos ser encaminhado deverá fazer uso do cabeçalho institucional definido e disponibilizado no acima citado MODELO.
- (8) As notas fonte CALIBRI, corpo 10, espaçamento simples deverão ser inseridas sob a forma de Notas de Rodapé, não sendo aceitas quaisquer outras ao final do texto.
- (9) Citações e referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT. Somente as citações textuais incluídas nos parágrafos (ou seja, aquelas iguais ou menores que 3 linhas) deverão aparecer entre aspas e em itálico. Aquelas destacadas do texto deverão obedecer a um recuo de 4 cm e utilizar corpo 10, seguindo o sistema Autor (data, número de página) ou (AUTOR, data, número de página). A informação completa deverá constar das Referências Bibliográficas. Não devem ser utilizados "idem" ou "ibidem" em citações subsequentes de uma mesma obra.
- (10) Ilustrações, em número ilimitado, poderão ser de qualquer natureza gráficos, figuras, fotos, desenhos, mapas etc –, aqui consideradas como qualquer objeto não textual. Denominadas por FIGURAS, tais ilustrações, quaisquer que sejam, deverão ser apresentadas em numeração sequencial.
- (11) As figuras citadas acima deverão aparecer incorporadas ao corpo do artigo a ser encaminhado, próximas ao trecho a que se referem, em arquivos de extensão .jpg ou .tif. Serão dispostas em tabelas centralizadas à página e com margem oculta onde, em linha inferior, constará as legendas que lhes sejam respectivas, com os créditos e a fonte das mesmas. O tamanho final deste conjunto texto e figuras não deverá exceder a 5Mb.
- (12) Os artigos enviados devem ser salvos por nomes que obedecerão, conforme exemplos abaixo, à seguinte nomenclatura:

Para artigo de um único autor:

- CP2011_SOBRENOME-nome_texto-original.doc (ex: CP2011_SILVA-jose_texto-original.doc) Para texto de dois ou mais autores:
- CP2011_SOBRENOME-SOBRENOME_texto-original.doc (ex: CP2011_SILVA-SOUSA_texto-original.doc)
- (13) O artigo completo deverá ter no mínimo 25.000 e no máximo 35.000 caracteres, excluídos os espaços.
- (14) Os autores cujos artigos forem selecionados deverão assinar um termo de responsabilidade por quaisquer figuras ou informações a serem apresentadas.



- (15) Os autores transferem os direitos autorais dos artigos aprovados para públicação na revista, com a licença Creative Commons Attribution 3.0 License.
- (16) Os autores são incentivados a distribuirem livremente os artigos aprovados e criarem links para os artigos em suas páginas pessoais e repósitorios institucionas de divulgação científica, seguindo os critérios Creative Commons, que permite o uso e citação gratuita do trabalho mediante a clara identificação dos autores e dos dados da publicação.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

CADERNOS PROARQ . PRESENTATION GUIDELINES (SUBMISSION CHECKLIST)

As part of the submission process, the authors must check if the article submission is in accordance to all items listed below. The submissions that do not follow the guidelines will be returned to the corresponding authors.

- (1) The contribution must be original and unpublished, and must not have been submitted for review by another journal; if this is the case, explain by email, with the head "comments to the Editor".
- (2) Title, abstract (up to 500 words) and key-words (minimum 3 and maximum 5, indicating the content of the work) is required to be presented in a bilingual format, in Portuguese OR Spanish, AND English.
- (3) Author's and co-author's full name must be complemented with the following information: academic background, title, institution and email (indicated, in this order) as a footnote associated to each author).
- (4) Papers related to research, dissertations, thesis or the like, must explicit this condition in a footnote directly associated to the title.
- (5) The article must be written in Portuguese, Spanish or English, saved and sent to us as an attachment in the Windows Office Word .doc open format.
- (6) The paper size must be A4, with all margins 2.5cm (top, bottom, left and right), and page numbers inserted and centralized within the bottom margin.
- (7) The whole text must use the font CALIBRI, sized, spaced and formatted according to the attached MODEL. Please note that the submitted article must use the institutional letterhead defined and inserted in the MODEL
- (8) Footnotes font CALIBRI 10, single space must be inserted under Footnotes; no other format will be accepted at the end of the text.
- (9) Quotes and references must be presented according to ABNT standards. Only the textual quotes included in the paragraphs (those with 3 lines or less) must be in italics and within quotation marks. They must be detached from the body and must have a 4cm indentation and font size 10, adopting the format Author (date, page number) or (AUTHOR, date, page number). The complete information must be included in the References. The words "idem" or "ibidem" must not be used in subsequent quotes of the same reference.
- (10) Images, in a limited number, may be of any nature graphics, figures, photos, drawings, maps, etc and are considered here as non-textual object. Such illustrations called FIGURES, whatever their nature, must be numbered sequentially.

184





- (11) The above mentioned images must be included within the body of the text, close to the part they refer to, and in .jpg or .tif format. They will be set up in tables centralized and with hidden borders and the corresponding captions, along with their credits and sources, must be added at the bottom lines under each image. The final size of the whole file text and images must not exceed 5Mb.
- (12) The files received must be saved under names that will obbey, respectively, the following titles: Articles with only one author:

CP2011_SURNAME-name_texto-original.doc

(ex: CP2011_SILVA-jose_texto-original.doc)

Texts with two or more authors:

CP2011_SURNAME1-SURNAME2_texto-original.doc

(ex: CP2011_SILVA-SOUSA_texto-original.doc)

- (13) The complete article must have a minimum of 25,000 and a maximum of 35,000 characters, with no spaces.
- (14) The authors that have their articles selected must sign a liability statement exempting the editor's for whatever images or information presented.
- (15) The authors transfer the approved article's copyright for publication in the journal, under the Creative Commons Attribution 3.0 License.
- (16) We encourage the authors to freely share the approved articles and to create links to the articles in their personal websites and institutional scientific websites, according to the criteria on Creative Commons, which allows the free use and quoting of the work with clear author's identification and publication data.

PRIVACY POLICY

Names and addresses informed for the journal will be used exclusively to the services undertaken by this publication, and will not be made available for any other purposes or third parties.